



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

MARCOS ANTONIO DE SOUZA

**AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E DINÂMICA TERRITORIAL  
NO NORTE DO PARANÁ**

Londrina  
2010

MARCOS ANTONIO DE SOUZA

**AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E DINÂMICA TERRITORIAL  
NO NORTE DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação “Dinâmica Espaço Ambiental” da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Eliane Tomiasi Paulino

Londrina  
2010

MARCOS ANTONIO DE SOUZA

**AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E DINÂMICA TERRITORIAL NO  
NORTE DO PARANÁ**

Dissertação apresentada junto ao programa de Pós-Graduação “Dinâmica Espaço Ambiental” da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliane Tomiasi Paulino  
UEL – Londrina – PR

---

Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira  
USP - São Paulo - SP

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ideni Terezinha Antonello  
UEL – Londrina – PR

Londrina, 13 de dezembro de 2010.

## **DEDICATÓRIA**

*Aos meus queridos pais e para aqueles heróicos “homens de vida amarga e dura” – aos quais se referiu o poeta Ferreira Gullar – que produzem o doce açúcar que todos os dias adoça o nosso café, e que esgotam sua energia vital para encherem os tanques com o mito do agrocombustível limpo e ambientalmente sustentável.*

## **AGRADECIMENTOS**

Além de Deus, que continuamente nos dá força e sabedoria nos nossos empreendimentos, temos muitas pessoas a agradecer em razão do auxílio, do incentivo, da contribuição desinteressada, das críticas e das sugestões que nos deram. Algumas em especial:

Primeiramente a Prof<sup>a</sup> Dra. Eliane Tomiasi Paulino, pela confiança e pela orientação certa que me fez muito amadurecer intelectualmente nesta caminhada;

Aos professores e amigos do Colégio Estadual Carmela Dutra, que nunca titubearam em me auxiliar nas minhas necessárias ausências nesta árdua tarefa em conciliar trabalho e estudo.

Aos companheiros de curso pela ajuda e pelos momentos imortalizados em cada atividade desenvolvida ao longo destes dois anos de caminhada;

Aos professores Dr. Cláudio R. Bragueto e a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ideni T. Antonello, pelas contribuições aportadas durante a realização do Exame de Qualificação.

A todos os professores do programa de Pós-Graduação em Geografia da UEL, que de uma forma ou de outra contribuíram com esta pesquisa e com minha formação acadêmica.

*“Quando eu era jovem o meu sonho era tornar-se geógrafo. Entretanto, antes de ingressar no curso superior [...] comecei a pensar mais profundamente sobre essa questão e concluí que essa disciplina deve ser extremamente complexa e difícil. Após alguma relutância, acabei optando pelo estudo da Física.”  
(Albert Einstein).*

SOUZA, Marcos Antonio de. **Agroindústria canavieira e dinâmica territorial no norte do Paraná**. 2010. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

## RESUMO

Nas últimas três décadas vem ocorrendo no espaço agrário brasileiro uma vertiginosa expansão do setor sucroalcooleiro. Esta expansão tem sido motivada primeiramente pela implementação do Proálcool em 1975, programa este que teve três fases distintas, cada qual influenciando os níveis da produção ao longo das últimas décadas. Nesse contexto, a primeira destas fases, ocorrida entre 1975-1979, é marcada por um período de crescimento moderado da produção canavieira, onde o modelo subvencionista estatal era um imperativo para a viabilidade econômica do setor. Posteriormente, o Proálcool teve seu apogeu durante o período subsequente, compreendido entre 1979-1986, quando se registrou o ápice da produção nacional de veículos movidos a etanol. No entanto, no período que vai do final da década de 1980, abrangendo toda a década de 1990 é caracterizada por um período de estagnação do setor sucroalcooleiro com vistas a produção de agrocombustíveis, marcado por um avanço da cana-de-açúcar voltado as exportações de açúcar. Se o Proálcool foi o grande impulsionador da canavieira mercantil na década de 1970, na atualidade este avanço se dá no âmbito da produção em larga escala de agrocombustíveis, além de uma valorização considerável no preço do açúcar no mercado internacional. Como consequência desta expansão, se tem constatado a existência de uma série de impactos sócioespaciais, dentre os quais podemos destacar a concentração fundiária, inerente ao processo de territorialização da canavieira mercantil, além da presença cada vez mais marcante das disputas territoriais travadas entre a cana-de-açúcar e os cultivos alimentares, fato este que tem significado uma das principais ameaças à soberania alimentar, num contexto conjuntural favorável a agricultura capitalista em detrimento da produção alimentícia. Não obstante, há ainda uma precarização das relações de trabalho, expressa na superexploração do cortador de cana, realidade esta que contradiz com os altos níveis de rentabilidade auferidos pelo agronegócio sucroalcooleiro. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar a dinâmica territorial e geoeconômica da agroindústria sucroalcooleira, mais especificamente no que tange aos seus impactos socioambientais, realizando para tanto, um estudo de caso em municípios canavieiros do Médio Paranapanema, na porção setentrional do Paraná, que concentra cerca de 93% da produção estadual de cana-de-açúcar.

**Palavras-chave:** Agrocombustíveis, Renda da terra, Concentração fundiária, Disputas territoriais, Exploração da força de trabalho.

SOUZA, Marcos Antonio de. **Sugarcane agroindustry and territorial dynamics in northern of Paraná.** 2010. 181f. Dissertation (Master's degree in Geography) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

## **ABSTRACT**

In the last three decades has occurred within the Brazilian agrarian a dizzying expansion of agribusiness of sugar cane. This expansion has been driven primarily by the implementation of the Alcohol Program in 1975, a program that had three distinct phases, each influencing production levels over the past decades. In this context, the first these phases, which occurred between 1975-1979, is marked by a period of moderate growth in sugar cane production, where the model aided state was an imperative for the economic viability of the sector. Subsequently, the Próalcohol had its heyday during the subsequent period, between 1979-1986 when there was the pinnacle of national production vehicles running on ethanol. However, in the period from the end of the 1980s, covering the 1990s is characterized by a stagnation of ethanol producers with a view to producing agrofuels, marked by an advance of cane sugar returned to sugar exports. If the Pro Alcohol was the major driver of canavicultura market in the 1970s, in currently this is done in advance context of large scale production of agrofuels, as well as a considerable recovery in sugar prices in international market. As consequence of this expansion, we have verified the existence of a series of environmental impacts, among which we highlight the concentration land, inherent in the process of territorialization canavicultura market, besides the ever present feature of territorial disputes waged between the sugar cane and food crops, a fact that has meaning a major threat to food sovereignty, in a context favorable of the capitalist agriculture at the expense of production food. Nevertheless, there is still a precarious employment relationship, expressed in the super-exploitation of cane cutters, a reality that contradicts with high levels of return earned by agribusiness sugarcane. In this context, the objective of this study is to analyze the territorial and geoeconomic dynamics of the sugar cane agribusiness, more specifically with respect to their environmental impacts, making to do so, a case study on sugar cane municipalities Medium Paranapanema in the northern portion of Paraná, which accounts for roughly 93% of production state of cane sugar

**Keywords:** Agrofuels. Ground rent. Land concentration. Territorial disputes  
Exploitation of the workforce.

## LISTA DE TABELAS

|   |     |
|---|-----|
| <b>Tabela 01</b> – Evolução da estrutura fundiária paranaense entre 1970 e 2006 .....   | 74  |
| <b>Tabela 02</b> – Condição do produtor em relação às terras ocupadas no estado do Paraná em 2006 .....   | 106 |
| <b>Tabela 03</b> – Condições ambientais das regiões canavieiras .....   | 108 |
| <b>Tabela 04</b> – Estrutura Fundiária nos municípios analisados em 1960.....   | 123 |
| <b>Tabela 05</b> – Uso do Solo nos municípios analisados em 1960.....   | 125 |
| <b>Tabela 06</b> – Participação da cana-de-açúcar na área ocupada pelas atividades agropecuárias entre 1970-1985.....                           | 131 |
| <b>Tabela 07</b> – Evolução do uso do solo em Porecatu - 1970 a 2006.....   | 135 |
| <b>Tabela 08</b> – Evolução do uso do solo em Centenário do Sul - 1970 a 2006 .....   | 136 |
| <b>Tabela 09</b> – Evolução do uso do solo em Colorado- 1970 a 2006 .....   | 137 |
| <b>Tabela 10</b> – Evolução do uso do solo em Paranacity- 1970 a 2006.....  | 138 |
| <b>Tabela 11</b> – Evolução do uso do solo em Florestópolis- 1970 a 2006.....   | 140 |
| <b>Tabela 12</b> – Evolução do uso do solo em Nossa Senhora das Graças - 1970 a 2006.....   | 143 |
| <b>Tabela 13</b> – Evolução do uso do solo em Cafeara- 1970 a 2006 .....  | 144 |
| <b>Tabela 14</b> – Evolução do uso do solo em Santo Inácio- 1970 a 2006 .....   | 145 |
| <b>Tabela 15</b> – Relação entre o preço pago pelo metro da cana cortada e o valor do salário mínimo entre 2003-2007 na Usina Alto Alegre ..... | 157 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|  |    |
|--|----|
| <b>Gráfico 01</b> – Evolução na área plantada com cana-de-açúcar no Brasil entre 1979 2009 .....   | 29 |
| <b>Gráfico 02</b> – Evolução da área colhida de algumas culturas selecionadas entre 1990 – 2009 .....  | 30 |
| <b>Gráfico 03</b> – Exportações de álcool e açúcar entre 1989 - 2008 .....   | 32 |
| <b>Gráfico 04</b> – Evolução Estimada da Frota Circulante de Veículos a Álcool e <i>Flex Fuel</i> considerando o Sucateamento entre 1980 e 2008 .....                | 34 |
| <b>Gráfico 05</b> – Comparação entre a atual área cultivada com cana-de-açúcar e as áreas aptas à expansão .....   | 61 |
| <b>Gráfico 06</b> – Uso do solo em áreas com alta aptidão para a expansão canavieira nos dois maiores produtores nacionais do setor sucroalcooleiro .....            | 64 |
| <b>Gráfico 07</b> – Evolução do número de agroindústrias canavieiras no Estado do Paraná entre 1978 e 2009.....  | 72 |
| <b>Gráfico 08</b> – Evolução no tamanho médio cultivado por cada unidade agroindustrial canavieira no Paraná – 1980-2009.....  | 73 |
| <b>Gráfico 09</b> – Evolução da área ocupada por culturas selecionadas no Paraná entre 1980 e 2008 .....   | 74 |
| <b>Gráfico 10</b> – Evolução da área ocupada por culturas selecionadas no Norte e Noroeste do Paraná entre 1980 e 2008 .....   | 76 |
| <b>Gráfico 11</b> – Área ocupada por culturas selecionadas em 1980 .....   | 77 |
| <b>Gráfico 12</b> – Área ocupada por culturas selecionadas em 2008 .....   | 77 |
| <b>Gráfico 13</b> – Produção de açúcar no Paraná entre 1990 e 2008.....  | 79 |
| <b>Gráfico 14</b> – Produção de álcool no Paraná entre 1990 e 2008 .....   | 79 |
| <b>Gráfico 15</b> – Distribuição da produção canavieira no Norte e Noroeste do Paraná pelo porte das cidades dos municípios canavieiros no ano de 2009 .....         | 87 |
| <b>Gráfico 16</b> – Distribuição das agroindústrias canavieiras no norte e noroeste do Paraná pelo porte das cidades dos municípios canavieiros no ano de 2009 ..... | 88 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>Gráfico 17</b> – Situação do IDH nos Municípios sediados por cidades de pequeno porte com mais de 500 hectares de cana plantada no Norte e Noroeste paranaense no ano de 2000 .....       | 90  |
| <b>Gráfico 18</b> – Situação do IDH/Renda nos Municípios sediados por cidades de pequeno porte com mais de 500 hectares de cana plantada no Norte e Noroeste paranaense no ano de 2000 ..... | 91  |
| <b>Gráfico 19</b> – Exportações paranaenses de açúcar pós-desregulamentação estatal do setor sucroalcooleiro.....  | 97  |
| <b>Gráfico 20</b> – Exportações paranaenses de etanol entre 2002 e 2008.....   | 98  |
| <b>Gráfico 21</b> – Comparação entre a área ocupada e a área com alta aptidão à produção canavieira no Norte e Noroeste Paranaense .....   | 102 |
| <b>Gráfico 22</b> – Estrutura Fundiária dos municípios selecionados em 1960 .....  | 124 |
| <b>Gráfico 23</b> – Uso do Solo em 1960 nos municípios analisados.....   | 124 |
| <b>Gráfico 24</b> – Evolução da área ocupada com cana-de-açúcar em municípios selecionados do norte do Paraná.....   | 128 |
| <b>Gráfico 25</b> – Evolução da área ocupada com café em municípios selecionados do norte do Paraná.....   | 129 |
| <b>Gráfico 26</b> – Evolução do número de estabelecimentos agropecuários entre 1970 e 2006 nos municípios analisados .....   | 130 |
| <b>Gráfico 27</b> – Evolução das principais culturas agrícolas no município de Guaraci entre 1980-2008 .....   | 153 |
| <b>Gráfico 28</b> – Evolução da produtividade média do cortador de cana brasileiro .....   | 155 |

## LISTA DE FIGURAS

|  |     |
|--|-----|
| <b>Figura 01</b> – Distribuição espacial das unidades agroindustriais canavieiras pelo Brasil em 2009 .....  | 44  |
| <b>Figura 02</b> – Representação gráfica da pedologia brasileira com destaque a porção espacial responsável pela maior parte da produção nacional canavieira ..... | 46  |
| <b>Figura 03</b> – Comparação dos tipos de clima com a distribuição geográfica da cana-de-açúcar no Brasil .....   | 47  |
| <b>Figura 04</b> – Territórios em disputa entre culturas selecionadas no espaço agrário brasileiro .....   | 55  |
| <b>Figura 05</b> – Distribuição geográfica da produção canavieira no território brasileiro frente ao bioma amazônico .....   | 56  |
| <b>Figura 06</b> – Localização geográfica da produção canavieira no Paraná.....  | 70  |
| <b>Figura 07</b> – Localização geográfica das agroindústrias sucroalcooleiras no Paraná em 2009 .....  | 84  |
| <b>Figura 08</b> – Localização geográfica dos municípios canavieiros analisados .....  | 111 |

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

|                  |   |
|------------------|---|
| <b>ANFAVEA</b>   | Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores |
| <b>ALCOPAR</b>   | Associação de Produção de Bioenergia do Estado do Paraná    |
| <b>CANASAT</b>   | Mapeamento da Cana via Imagens de Satélite                  |
| <b>COFERCATU</b> | Cooperativa Agroindustrial de Porecatu                      |
| <b>COOPCANA</b>  | Cooperativa Agrícola Regional de Produtores de Cana         |
| <b>COOPerval</b> | Cooperativa Agroindustrial Vale do Ivaí.                    |
| <b>COROL</b>     | Cooperativa Agroindustrial de Rolândia                      |
| <b>CTC</b>       | Centro de Tecnologia Canavieira                             |
| <b>CTNP</b>      | Companhia de Terras Norte do Paraná                         |
| <b>EMBRAPA</b>   | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária                 |
| <b>GERCA</b>     | Grupo Executivo de Racionalização da Agricultura            |
| <b>IAA</b>       | Instituto Nacional do Álcool e do Açúcar                    |
| <b>IBGE</b>      | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística             |
| <b>IPARDES</b>   | Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  |
| <b>MAPA</b>      | Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento.     |
| <b>PAC</b>       | Programa de Aceleração do Crescimento                       |
| <b>PASA</b>      | Paraná Operações Portuárias                                 |
| <b>PROÁLCOOL</b> | Programa Nacional do Álcool                                 |
| <b>SIALPAR</b>   | Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool do Paraná    |
| <b>SIAPAR</b>    | Sindicato da Indústria de Açúcar do Paraná                  |
| <b>SIBIOPAR</b>  | Sindicato da Indústria de Biocombustíveis do Paraná         |
| <b>ÚNICA</b>     | União da Indústria da Cana-de-Açúcar.                       |
| <b>USIBAN</b>    | Usina de Bandeirantes                                       |
| <b>ZAE</b>       | Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar.                 |

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 14  |
| <b>1 A TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO NO BRASIL</b> .....   | 20  |
| 1.1 A EXPANSÃO DA CANAVICULTURA MERCANTIL NO BRASIL .....   | 21  |
| 1.2 A DINÂMICA TERRITORIAL DO SETOR SUCROALCOOLEIRO NO ÂMBITO DAS DISPUTAS<br>TERRITORIAIS.....                   | 38  |
| 1.3 OS FATORES DE LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO.....  | 45  |
| 1.4 O ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO DA CANA-DE-AÇÚCAR FRENTE ÀS DISPUTAS<br>TERRITORIAIS.....                          | 60  |
| <b>2 A DINÂMICA GEOGRÁFICA DA TERRITORIALIZAÇÃO DO<br/>AGRONEGÓCIO SUCROALCOOLEIRO NO ESTADO DO PARANÁ</b> .....  | 67  |
| 2.1 A GESTÃO TERRITORIAL SUCROALCOOLEIRA NO NORTE DO PARANÁ.....  | 81  |
| <b>3 DINÂMICA SÓCIOESPACIAL DOS MUNICÍPIOS CANAVIEIROS DO<br/>MÉDIO PARANAPANEMA</b> .....                        | 110 |
| 3.1 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DOS MUNICÍPIOS CANAVIEIROS DO MÉDIO<br>PARANAPANEMA .....                            | 110 |
| 3.2 A DINÂMICA TERRITORIAL DO ESPAÇO AGRÁRIO ENTRE 1950 E 1970.....   | 121 |
| 3.3 A EXPANSÃO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO NOS MUNICÍPIOS ANALISADOS NO<br>PERÍODO 1980-2010.....                    | 127 |
| 3.4 A EXPANSÃO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO <i>VERSUS</i> A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS<br>E A CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA.....  | 133 |
| 3.5 AS RELAÇÕES ANTAGÔNICAS ENTRE O CAPITAL SUCROALCOOLEIRO E O TRABALHO<br>ASSALARIADO DO CORTADOR DE CANA ..... | 148 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 169 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | 172 |

## INTRODUÇÃO

Atualmente o Brasil vive uma conjuntura favorável para a expansão do agronegócio sucroalcooleiro, proporcionada pelos altos preços do açúcar no mercado internacional e, principalmente, pela conjuntura em que se apostou na transformação do etanol na mais nova *commoditie* do agronegócio brasileiro no âmbito da nova geopolítica energética internacional, que objetivaria diminuir a dependência do petróleo, fato que todavia está longe de se concretizar globalmente.

A perspectiva da produção em larga escala dos agrocombustíveis para atender a demanda interna e, eventualmente, parte significativa da demanda externa, levanta a discussão acerca da sustentabilidade do agronegócio sucroalcooleiro, que historicamente tem afetado negativamente as zonas produtoras, elevando os índices de concentração da terra e da renda, superexplorando a força de trabalho, monopolizando os capitais e os meios de produção em prol da agroenergia e da *commoditie* açucareira, em detrimento da produção de alimentos.

Instala a contradição no espaço agrário brasileiro, num contexto em que ao mesmo tempo em que se geram bilhões de dólares em receitas anuais, se multiplica a pobreza, fruto da sujeição do trabalho gerador de riquezas ao agroindustrial, que passa a exercer o controle sobre as porções territoriais que garantam para si a maior rentabilidade econômica do seu negócio.

Contradição esta que ajuda a explicar a conversão da outrora região mais rica do Brasil, a Região Nordeste, em uma das mais pobres do Hemisfério Ocidental (GALEANO, 2008, p.81), corroborando o exposto por Prado Júnior (1981, p.29), de que a rentabilidade do agronegócio não é suficiente para proporcionar, por si só, uma melhoria nas condições de vida dos trabalhadores subjugados a esta forma de exploração.

E isto em um contexto em que no âmbito do processo produtivo, ou melhor, da subjugação da sua força de trabalho aos interesses do capital, os seres humanos produzem sua própria vida material, (MARX; ENGELS, 2002, p.10-11) onde suas condições socioeconômicas estão diretamente ligadas aos padrões de superexploração aos quais estão submetidos.

Diante da postura crítica com que grande parte dos estudiosos da questão agrária vem tratando a expansão do agronegócio sucroalcooleiro, cabe ressaltar que as discussões que apontam estes impactos socioambientais no espaço

agrário brasileiro não tem por objetivo satanizar pura e simplesmente a produção dos agrocombustíveis, como salienta Thomaz Júnior (2008, p.23), ao sentenciar que o grande problema em questão é “[...] o formato e a estrutura da produção, e o conteúdo do projeto social que lhe dá fundamento [...]”.

Utilizando as palavras de Marx (1984, p.707), a crítica social que se faz a este tipo de utilização econômica do território, leva em conta a conversão da terra num negócio com o objetivo último de obter a reprodução ampliada do capital aí investido, em detrimento do interesse social.

Isto porque o *modus operandi* do agronegócio atua no sentido de explorar a “[...] agricultura como campo particular de aplicação de capital, como investimento de seu capital numa esfera particular de produção” (MARX, 1984, p.707), não sendo levado em consideração o elevado custo social desta opção preferencial.

Formato este que desde o estabelecimento da empresa agrícola açucareira colonial, raiz do agronegócio moderno, esteve baseado na monopolização da terra, na exploração do trabalho humano e na destruição das bases naturais da própria vida, como aponta Furtado (2007, p. 21), e que não é exclusividade do setor sucroalcooleiro, mas comum à lógica produtiva da soja, da pecuária, da citricultura, dentre outras.

Assiste-se, desta forma, a sujeição da renda da terra ao capital, onde a terra de trabalho se converte em terra de negócio (MARTINS, 1980, p.59), costumeiramente beneficiada pelas políticas territoriais do Estado, que historicamente estimularam a economia agroexportadora em detrimento dos gêneros alimentícios.

A materialização das desigualdades, da exploração, da expulsão de outros “formatos” de produção do campo em prol da constituição de um projeto baseado nesta sujeição da renda da terra ao capital é o que tem provocado um reordenamento territorial no espaço agrário brasileiro, notadamente marcado pelas disputas territoriais, pela luta e pela resistência de distintas formas de produzir, de se trabalhar na terra.

No plano ideológico, a mídia, financiada pelas grandes corporações capitalistas, trava uma batalha desigual com os movimentos sociais de resistência, impondo à opinião pública nacional a tese das vantagens, da eficiência produtiva do agronegócio que “segura o Brasil nas costas”, relacionando as formas de produção

distintas das do agroempresariado rural com o atraso, com o arcaico e com a desordem.

Esse problema vem sendo levantado pelos estudiosos da questão agrária: a utilização das terras, diga-se de passagem, das melhores terras e de parte considerável dos recursos para produzir *commodities*, está enriquecendo uma elite agrária somente interessada na reprodução ampliada do seu capital, à custa do empobrecimento de uma massa de trabalhadores brasileiros.

Não obstante, o negócio agrícola de base empresarial tem inclusive atentado contra a saúde humana, trazendo à dieta básica da população os agrotóxicos utilizados para a potencialização do lucro máximo do agroempresário, além de contribuir para a contaminação da natureza e produzir a infertilidade dos solos.

Se o agronegócio utiliza a terra como um recurso descartável, como instrumento de um negócio rentável momentaneamente, a canavicultura mercantil tem sido um dos mais pródigos exemplos, tendo em vista que parte considerável das unidades agroindustriais operam com um percentual elevado de terras arrendadas, para que após esgotada a fertilidade natural dos solos, estas possam ser trocadas por outras que ofereçam a possibilidade de se auferir a renda em patamares semelhantes.

É preocupante este engendro, quando as máximas autoridades do Estado brasileiro defendem na Organização das Nações Unidas (ONU) e em fóruns de debates internacionais a utilização em larga escala dos agrocombustíveis, sem mensurar devidamente o elevado custo social oriundo da sua produção.

Isto em um país “[...] em que o Presidente da República denomina “heróis” aqueles que extraem dos trabalhadores a energia vital que só os senhores ousaram extrair de seus escravos [...]” (PAULINO, 2008, p.112-113).

E como já foi mencionado, o Estado tem feito sua opção preferencial pelo latifúndio, pela monocultura agroexportadora e pela ampla exploração da força de trabalho, especialmente no setor sucroalcooleiro, financiando, assumindo para si as dívidas contraídas pelo agronegócio, criando mecanismos de certificação internacional, a fim de apresentar no mercado global um produto “ambientalmente sustentável”, conforme será abordado posteriormente.

Todas estas ações empreendidas historicamente pelo pacto social engendrado há séculos, que formou as bases de sustentação da economia brasileira,

reverberaram no espaço, na cristalização das desigualdades no campo e na cidade, na concentração das riquezas socialmente produzidas e da terra, na dominação e na subjugação dos elementos necessários para a reprodução do capital. São os arranjos espaciais ordenados pela barbárie, pela luta de classes propriamente dita.

E diante deste contexto, qual o papel da Geografia e dos geógrafos?

Moreira (1979, p. 04) aponta que “[...] a Geografia, através da análise dialética do arranjo do espaço, serve para desvendar máscaras sociais, vale dizer, para desvendar as relações de classes que produzem esse arranjo.”. E esse passa a ser o objetivo dos geógrafos que tratam de explicar a espacialidade dos fenômenos, as ditas “máscaras sociais” que se erguem concreta e abstratamente no espaço geográfico.

Nesta mesma vertente, Thomaz Júnior (1998, p.05) elucida que a Geografia emerge como “[...] um instrumento importante para apreensão e desvendamento do ordenamento imposto sobre a sociedade, pelos atores sociais hegemônicos, no controle social, seja lá em qual escala for: regional, local, nacional ou internacional”.

E quando se trata da Questão Agrária, o foco é desmistificar o engodo ideológico da eficiência produtiva do agronegócio propalada pelos *media mass*, porta-vozes dos interesses de classe dos mais hegemônicos setores da sociedade capitalista.

Até porque, como aponta nosso interlocutor, “[...] o arranjo espacial, na verdade, numa sociedade de classes, reproduz em síntese as relações de classe da formação econômico-social.” (MOREIRA, 1979, p.04).

Dito de outra forma, isso permite revelar a essência que se esconde por detrás dos grandes empreendimentos agroindustriais, a forma pela qual sujeitam a terra e a força de trabalho ao capital, e como as conseqüências deste processo que objetiva a reprodução ampliada do capital se cristaliza nos espaços.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar os impactos sócioespaciais oriundos do processo de expansão da canavicultura mercantil no norte do Paraná, mediante o estudo de caso de nove municípios do Médio Parapanema: Porecatu, Colorado, Centenário do Sul, Florestópolis, Nossa Senhora das Graças, Guaraci, Cafeara, Parancity e Santo Inácio.

Este recorte de pesquisa justifica-se pela atualidade do tema, e a importância de debatê-lo à luz dos impactos sociais, econômicos e ambientais

inerentes à atual conjuntura política e econômica para a produção de agrocombustíveis, mais especificamente o etanol de cana-de-açúcar.

Trata-se, pois, de um esforço em contribuir para os estudos que já vem sendo realizados, cujo foco está na forma e na intensidade que estes impactos podem exercer sobre o conjunto da sociedade.

Em particular, este estudo levanta, a partir do recorte em questão, uma série de hipóteses no intuito de demonstrar que há um alto custo social vinculado à expansão do agronegócio sucroalcooleiro, particularmente no que diz respeito à intensificação da concentração fundiária, da exploração da força de trabalho e dos conflitos sociais no campo, no encarecimento do preço dos alimentos, sem falar nos aspectos ambientais.

Foram realizados levantamentos bibliográficos, consultas a banco de dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), do CANASAT, além dos Censos Agrícola e Agropecuários realizados entre 1950 e 2006, além de outros dados divulgados pelo IBGE. Foi realizada ainda uma entrevista a quinze cortadores de cana que atuam na Usina Central do Paraná, na Usina Alto Alegre e na Cofercatu, além de 5 comerciantes que atuam nos municípios canavieiros cujas cidades são de pequeno porte, optando pelo emprego da metodologia de pesquisa qualitativa.

Desta forma, no primeiro capítulo será apresentado o processo de expansão do setor sucroalcooleiro no Brasil, assim como os impactos mais evidentes, inerentes a este processo.

Aqui, leva-se em consideração algumas particularidades da dinâmica territorial do agronegócio sucroalcooleiro, ressaltando o papel dos fatores de localização geográfica desta atividade no âmbito das disputas territoriais entre as várias explorações existentes no campo, além de ser empreendida uma análise crítica acerca do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar, implementado em 2009.

Já no segundo capítulo trataremos da dinâmica geográfica do processo de territorialização do agronegócio sucroalcooleiro no estado do Paraná, evidenciando o papel do capital sucroalcooleiro no processo de gestão do território da porção setentrional do estado, que de acordo com o ALCOPAR (2010) concentra cerca de 93% da cana-de-açúcar cultivada no Paraná.

Posteriormente, o que se apresenta no terceiro capítulo é a análise da ocorrência da territorialização da canavicultura mercantil nos municípios selecionados e os seus respectivos impactos na produção de alimentos, na concentração fundiária, além da própria dinâmica geoeconômica destes municípios.

Não obstante, será empreendida ainda no terceiro capítulo, uma análise dos impactos provocados pelo setor sucroalcooleiro às relações sociais de produção, mais especificamente no que tange a superexploração do cortador de cana, evidenciando uma das muitas contradições do opulento e rentável agronegócio canavieiro, que em pleno século XXI tem submetido os trabalhadores a condições análogas aos escravos que atuavam nos engenhos do período colonial.

## 1 - A TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO NO BRASIL

Partindo-se da premissa de que se faz necessário distinguir agronegócio e agricultura, tomados inadvertidamente como sinônimos (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p.75-76), esta discussão acerca da territorialização da canavicultura mercantil não pode ser tratada fora de um contexto em que há historicamente uma clara e evidente fronteira que separa a utilização da terra segundo os atores sociais que territorializam o espaço geográfico.

Martins (1981, p. 176-177) já demonstrara com propriedade a oposição entre terra de trabalho e terra de negócio, onde a primeira caracterização diz respeito a terra como instrumento de trabalho e sustento do camponês e de sua família, enquanto que na segunda, a terra emerge como sendo a base de um empreendimento tipicamente capitalista, onde a reprodução ampliada do capital aí investido pode ser traduzida como sendo o objetivo último deste tipo de exploração.

Nas palavras de Oliveira (2007, p.147) esta oposição pode ser descrita ainda como sendo aquela em que de um lado está a milenar atividade econômica produtora de alimentos necessários a vida humana, e de outro a produção de *commodities*, principalmente aquelas que permitam ao empresário agrícola auferir uma maior renda fundiária com a sua produção.

Nesta mesma vertente, Porto-Gonçalves (2008, p. 334) chama a atenção para a consolidação de um complexo técnico-científico-industrial-financeiro-midiático em torno do agronegócio, onde este tem propalado a suposta superioridade do negócio agrícola capitalista em detrimento de outras formas de produção no campo.

Isto fica evidente em Fernandes (2004, p.01) que aponta que “o agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas. Torna-se o espaço produtivo por excelência [...]”, produtor e exportador de alimentos, e imprescindível para o equilíbrio da balança comercial brasileira, ocultando a sua face concentradora e exploradora.

É muito comum, por exemplo, se deparar com esta confusão conceitual propositada entre agricultura e agronegócio, como se o negócio agrícola capitalista pudesse ser reduzido ao trabalho na terra e a produção de gêneros agropecuários, quando na verdade os dados apontam uma incongruência entre o que o agronegócio quer aparentar ser e o que ele realmente é.

Refutando esta sinonímia, Paulino e Almeida (2010, p.75-76) apontam que apesar de o agronegócio responder por quase 30% do PIB brasileiro, na verdade a atividade primária representa uma pequena parte deste valor, senão vejamos:

De acordo com o CEPEA, em 2008 o agronegócio [...] respondeu por 26,5% do PIB nacional, sendo a agricultura responsável por 18,7% e a pecuária por 7,8%. Desdobrando os respectivos percentuais, percebe-se que a participação da produção primária é propriamente dita pequena. No caso da agricultura corresponde a precisamente 21,5% do PIB total do agronegócio. Já os insumos entram com 10,6%, a indústria com 36,7% e o setor da distribuição com 31,2%, conforme o CEPEA. No que diz respeito a pecuária, os percentuais são de 37,7% referentes a produção propriamente dita, de 14,8% à indústria e 32,9% relativos a distribuição. (PAULINO E ALMEIDA 2010, p.75-76)

É neste contexto que o agronegócio canavieiro se insere: travestido de modernidade e como o modelo da produção agrícola por excelência, capaz inclusive de se autodenominar como portador da missão de salvar a humanidade de uma hecatombe climática provocada pela utilização dos hidrocarbonetos como matriz energética. Entrementes, o agronegócio sucroalcooleiro é muito mais complexo e predatório do que aparenta ser.

Engloba uma gama variada de negócios, que vai muito além da lavoura canavieira em si, o que nos obriga a não reduzir a utilização do termo agronegócio a uma simples reprodução daquilo que tem sido disseminado pelo complexo técnico-científico-industrial-financeiro-midiático descrito por Porto-Gonçalves.

Antes as menções ao agronegócio canavieiro contemplarão o exposto em Paulino e Almeida (2010, p.76), as quais tratam de elucidar que a composição do agronegócio não se resume a exploração tipicamente capitalista “dentro da porteira”, englobando ainda os negócios pré-produção (a indústria e o comércio de fertilizantes, sementes, insumos, máquinas, etc) e os negócios agropecuários pós-produção, que envolvem o beneficiamento da produção, além de sua comercialização.

### **1.1. A expansão da canavicultura mercantil no Brasil**

Foi a partir do século XVI, com a vinda de Martim Afonso de Souza, que a cultura da cana-de-açúcar foi introduzida no Brasil, transformando a empresa

agrícola açucareira em um dos negócios mais lucrativos para os colonizadores portugueses, que objetivavam dar um uso ao território para assegurar a posse destas terras, como elucida Furtado (2005, p.19).

De acordo com esse autor, a concretização da rentável empresa agrícola açucareira só foi possível graças a uma política de Estado, que atuou no sentido de incentivar esta expansão, baseando-se na eliminação de determinados tributos e na concessão de terras, títulos e honrarias, dando início à formação de uma elite colonial agrária assentada na posse dos grandes lotes de terras e na exploração da mão-de-obra escrava.

Não obstante, capitais holandeses atuaram como financiadores das unidades agroindustriais e da importação de mão-de-obra escrava, além de contribuírem com sua experiência comercial na distribuição do açúcar na Europa.

Nesse contexto, as raízes do agronegócio moderno já estavam sendo plantadas com o estabelecimento da empresa agrícola colonial do açúcar que, desde os primórdios, esteve baseada na concentração fundiária, na exploração da força de trabalho e voltada à agroexportação de produtos tropicais, produzindo uma série de impactos socioambientais, assim descritos por Galeano (2008 p.79-84):

[...] para a exploração, em grande escala, do “ouro branco” [...] imensas legiões de escravos vieram da África para proporcionar, ao rei açúcar, a força de trabalho numerosa e gratuita que exigia: combustível humano para queimar. As terras foram devastadas por esta planta egoísta, que invadiu o Novo Mundo arrasando as matas, desgastando a fertilidade natural e exigindo o húmus acumulado pelos solos. [...] O Nordeste era a zona mais rica do Brasil e hoje é a mais pobre [...]. O açúcar arrasou o Nordeste. A faixa úmida do litoral, bem regada por chuvas, tinha um solo de grande fertilidade, muito rico em húmus e sais minerais, coberto por matas tropicais da Bahia até o Ceará. Esta região de matas tropicais converteu-se, como diz Josué de Castro, em região de savanas. Naturalmente nascida para produzir alimentos<sup>1</sup>, passou a ser uma região de fome. Onde tudo germinava com exuberante vigor, o latifúndio açucareiro, destrutivo e avassalador, deixou rochas estéreis, solos lavados, terras erodidas. [...] O tapete vegetal, a flora e a fauna foram sacrificadas, nos altares da monocultura da cana-de-açúcar. A produção extensiva esgotou rapidamente os solos.

Nesta mesma vertente, Prado Júnior (1981, p. 48), assevera que a grande exploração mercantil engendrada no processo de colonização do território se

---

<sup>1</sup> Basta recordar o relato de Pero Vaz de Caminha, apontando as características naturais da terra que acabaram de “descobrir oficialmente”: “Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados [...] Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo [...]”. (CAMINHA, 2008, s/p.). Não obstante, esta é a mesma porção territorial dotada de “ [...] rochas estéreis, solos lavados, terras erodidas.”, citadas por Galeano (2008, p.84).

constituía no elemento central do sistema econômico agroexportador, que visava abastecer a Europa com produtos primários, a tal ponto que seria impossível dissociar a empresa colonial açucareira do latifúndio.

Essa fórmula de exploração agrícola do território, que permaneceu inalterada nos três séculos posteriores, fez com que o Brasil baseasse sua economia na agroexportação, perdurando o negócio açucareiro com seus altos e baixos até meados do século XIX, quando o Brasil fora suplantado por Cuba no mercado mundial de açúcar, ao mesmo tempo em que o café emergia como a principal atividade econômica do país.

Durante as primeiras décadas do século XX a produção canavieira nacional começa a se expandir territorialmente para o interior do Sudeste, em busca das áreas férteis de terra roxa, sofrendo nesse período um considerável aumento na produção.

Com a crise de 1929, o Estado brasileiro intervém em favor dos agroindustriais do setor canavieiro: em 1933 ocorre a criação, em pleno Estado Novo de Getúlio Vargas, do Instituto Brasileiro do Alcool e do Açúcar- IAA - com o objetivo de estabelecer cotas de produção e normas rígidas a serem adotadas por estas unidades durante todas as etapas do processo produtivo até a comercialização final do produto, visando assegurar o equilíbrio interno entre as safras e o consumo de açúcar.

Nesse contexto, Andrade (1994, p.57-59) elucida que a criação do IAA “[...] procurava ajustar a produção ao consumo, no mercado nacional, e impedir um crescimento que traria problemas por falta de capacidade de absorção da produção pelo mercado internacional.”.

Nosso interlocutor elucida que na década seguinte, mais especificamente no âmbito da segunda Guerra Mundial, o Estado brasileiro perde por um período o controle da produção, uma vez que problemas na navegação impediam o abastecimento do Sul e do Sudeste com o açúcar nordestino, o que possibilitou a implantação de várias unidades agroindustriais nestas regiões, num contexto em que São Paulo começara a se consolidar como o maior produtor nacional de cana-de-açúcar. (SILVA, 2007, p.56).

A *posteriori*, o Brasil retoma de forma intensa a exportação de açúcar (décadas de 1950 e 1960), quando aumenta a demanda do mercado interno,

impulsionada pelo processo de urbanização e industrialização pelo qual passou o país neste período.

Paralelamente a este contexto nacional, no plano internacional, com a Revolução Cubana, mais especificamente após o decreto do bloqueio comercial, econômico e financeiro imposto a Cuba pelos EUA<sup>2</sup>, o país caribenho é impedido de vender sua produção açucareira no mercado estadunidense, ficando o abastecimento deste mercado relegado a outros países, inclusive ao Brasil.

Essa conjuntura favorável à produção açucareira fez com que o país aumentasse vertiginosamente sua produção, passando de cerca de 1,4 milhões de toneladas de açúcar na safra de 1948-1949 para mais de 3,5 milhões na safra 1964-1965. (BRASIL, 2009, p.128-131).

Disso advém uma crise de superprodução, em que mais uma vez o Estado teve de intervir para salvaguardar os interesses dos agroindustriais do setor canavieiro<sup>3</sup>, senão vejamos:

Na metade dos anos sessenta [...] o aparecimento de uma crise de superprodução [...] apresentou seus primeiros sintomas em meados de 1964, quando as exportações brasileiras foram atingidas por uma queda acentuada nos preços do mercado mundial. A retração no mercado externo coincidiu com o grande aumento da produção brasileira, propiciando a formação de volumosos excedentes que não podiam ser absorvidos pelo mercado interno, também em recessão. (YOSHINAGA, 2006, p.78-79).

Há de se considerar que em meio a retração do mercado externo do açúcar, desde os anos 1960 já vinha ocorrendo no plano interno uma modernização do setor produtivo da agroindústria canavieira, impulsionado sobretudo pelo Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional (1963/1964), no âmbito do que se convencionou denominar “modernização conservadora”.

Sobre este período histórico, Oliveira (2007, p.08) aponta que é nesse contexto que emergem os “[...] grandes complexos industriais a integrar a produção agropecuária [...] [trazendo] na sua esteira transformações nas relações de produção na agricultura, e, conseqüentemente, [redefinindo] toda a estrutura socioeconômica e política no campo.”.

---

<sup>2</sup> Uma das primeiras medidas adotadas pelo governo estadunidense para retaliar as medidas do governo revolucionário de Fidel Castro fora a suspensão da cota de açúcar cubano vendido no mercado estadunidense, que de acordo com Szmrecsányi, (1979, p.251) era de 2,4 milhões de toneladas.

<sup>3</sup> O setor sucroalcooleiro é um dos que mais gozaram do intervencionismo estatal no agronegócio brasileiro. Prova disso é que antes da implementação do Proálcool, o governo brasileiro engendrou através do IAA entre 1939 e 1975, vários Planos de Defesa do Açúcar e da Aguardente, além do Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional entre 1963 e 1964 que objetivavam estabelecer mecanismos de controle da oferta e da demanda por açúcar, conforme aponta Szmrecsányi (1979, p.335-380).

Desta forma, a agroindústria surge como resultado deste processo de industrialização da agricultura, num contexto em que o capital acaba unindo o que havia separado nos seus primórdios (agricultura x indústria - cidade x campo), criando toda uma estrutura produtiva com o objetivo tácito de sujeitar a renda da terra e o trabalho ao capital. Ainda mais quando o capitalista se converte, além do detentor do capital e dos meios de produção, no proprietário fundiário, como atesta Oliveira (2007, p.32).

Corroborando esta constatação, ainda na década de 1950, Marighela (1958, s/p.) já apontava para esta situação ao sentenciar a superioridade da canavicultura frente a exploração cafeeira, no que diz respeito a rentabilidade econômica:

Esta superioridade advém de que o usineiro não se limita como o fazendeiro de café ao emprego do capital na terra ou nas máquinas e meios que melhoram a terra. O usineiro de açúcar antes de mais nada emprega o seu capital nas máquinas que transformam a cana em açúcar. O usineiro é um industrial do campo, o que não acontece com o fazendeiro de café. Sem dúvida a condição de industrial, [...] não lhe tira a de latifundiário, mas sua razão de ser está no capital que emprega nas máquinas, na usina. Nesse sentido, a usina encarna com nitidez a união entre a agricultura e a indústria.

Diante destas profundas transformações ocorridas no âmbito da base técnica da produção agropecuária brasileira, Mendonça (2006, p.73) aponta ainda que este processo de “modernização” empreendido pelo Estado apoiava-se, entre outras diretrizes, na “[...] farta concessão de créditos e subsídios seletivamente direcionados para a agricultura patronal, tendo em vista disseminar tecnológica e privilegiar os produtos de exportação vinculados à programas energéticos”, como o Proálcool.

Nestas condições, em que a agroindústria é estimulada como modelo de produção para o agronegócio, os agroindustriais do setor sucroalcooleiro contraíram uma dívida considerável para modernizar e implantar novas unidades produtivas pelo país, em vista de, nesse momento, o mercado internacional ainda se apresentar favorável pela supressão da cota açucareira de Cuba no mercado estadunidense, como aponta Yoshinaga (2006, p.78).

Desta forma, a crise de superprodução dos anos 1960, que rebaixou os preços da *commoditie* no mercado externo, se converteu em um problema ante a capacidade produtiva superestimada instalada no Brasil; ademais, o endividamento

do setor sucroalcooleiro era, em grande medida, resultado da ampliação e modernização pela qual passara o setor canavieiro.

Nesse contexto, o Estado brasileiro engendra a estratégia do Proálcool, criado por meio do decreto nº 76.593 de 14 de novembro de 1975, visando resgatar o setor sucroalcooleiro de mais uma de suas crises e, ao mesmo tempo, diversificar a matriz energética brasileira no âmbito da crise do petróleo dos anos setenta.

O Proálcool foi uma grande vitória dos grupos ligados à produção canavieira e metalúrgica. O país tinha um excedente de produção de difícil colocação no mercado internacional, mas os proprietários tinham um poder de pressão sobre o governo federal e dos estados. O IAA acumulara capitais com a arrecadação do chamado “fundo de exportações” quando ocorreu a primeira elevação do petróleo. O Brasil, que dependia quase inteiramente do transporte rodoviário e produzia pouco petróleo, ficou em uma situação econômica difícil e planejou, então um programa que o liberasse, em parte, da importação do petróleo e dinamizasse a indústria canavieira e metalúrgica. Daí a implantação do Proálcool [...] e a concessão de empréstimos, praticamente a fundo perdido, aos industriais que se dispusessem a montar destilarias. (ANDRADE, 1994, p.60).

Diante destas constatações, onde o Estado brasileiro tem sido o grande impulsionador, e salvaguardado o agronegócio sucroalcooleiro<sup>4</sup> diante de suas cíclicas crises, fica evidente o exposto por Prado Júnior (1981, p.53) ao sentenciar que a estrutura produtiva do agronegócio brasileiro sempre se encontra na “iminência de graves desastres”, devido ao fato de que esta se apóia na exploração da terra como um negócio suscetível às leis do mercado e da especulação.

Sem os altos subsídios estatais, o agronegócio que apregoa as benesses do liberalismo econômico, não conseguiria apresentar num curto prazo a rentabilidade verificada.

A esse respeito, Santos (2004, p.161) elucida que:

O Estado apresenta-se como um aliado do circuito moderno da economia nos países subdesenvolvidos [...] levando invariavelmente ao agravamento da dependência externa [...] A generosidade oficial para com os monopólios e as corporações ocorre em detrimento da população [...].

Confirma-se assim o exposto em Marx e Engels (1998, p. 74 -76), onde “[...] o Estado não é outra coisa senão a forma de organização que os burgueses

---

<sup>4</sup> Szmrecsányi (1979, p.167-168) aponta que “ a intervenção governamental na agroindústria canavieira tem uma longa história no Brasil, cuja história praticamente se confunde a do próprio subsector, o mais antigo “[...] da economia nacional”.

dão a si mesmos por necessidade, para garantir reciprocamente sua propriedade e seus interesses, tanto externa quanto internamente”.

Isso explica, entre outras coisas, o fato de as leis, as políticas territoriais do Estado, a utilização do seu aparelho repressivo e ideológico, enfim, a própria ação do Estado em todas as suas dimensões e níveis de representação (estadual, nacional e municipal), não se processar de forma neutra, ou sob a perspectiva do interesse comum.

Antes, atuam no sentido de beneficiar os interesses particulares de uma classe, da classe dominante, diga-se de passagem, que faz dos seus interesses a força propulsora que move a ação estatal.

Decorre deste histórico controle da classe dominante, a institucionalização da barbárie, do latifúndio, da exploração do trabalho em todas as frentes produtivas subjugadas ao capital, das benesses financeiras às estruturas produtivas marcadamente comprometidas com a reprodução ampliada deste capital, cujos promotores controlam o poder desta instância mediadora na qual se transformou o Estado.

Isto representa dizer que o Estado gere o território para que ocorra a reprodução ampliada do capital, criando e garantindo as condições necessárias para que este processo ocorra na sua plenitude, removendo com seus instrumentos os obstáculos que se interponham no caminho dos interesses do pacto social que o controla, mediando os conflitos de classe em favor dos que detém o capital.

E a agroindústria canavieira é pródiga em oferecer exemplos. Basta observar que diante de todas as crises cíclicas que afetou o negócio sucroalcooleiro, foi com a ajuda do Estado que esta voltou a se tornar competitiva e economicamente rentável.

Não obstante, não é demais ratificar a fugacidade desta rentabilidade, que no caso específico do agronegócio canavieiro, geralmente não ultrapassa duas décadas sem que haja uma grave crise, da qual o setor somente sai, com a mão visível do Estado, ao contrário do que preconizara Adam Smith e os defensores do liberalismo econômico.

Assim, para superar a crise do setor sucroalcooleiro em meados da década de 1970, esgotadas as possibilidades de exportação em parâmetros rentáveis, restava empreender estratégias de criação/fortalecimento do mercado

interno de etanol, o que beneficiaria também a indústria automobilística, como mostra Thomaz Júnior (2002, p.93) acerca do Proálcool:

O Proálcool se materializou organicamente em escala nacional quando se articulou ao setor automobilístico, apresentando-se então, o álcool como alternativa a gasolina. Assim, cimentaram-se os interesses do capital agroindustrial sucroalcooleiro, com os segmentos das indústrias multinacionais, montadoras de automóveis, como também das empresas produtoras de bens de produção para o setor [...] Fica patenteado, com todas as letras, que o eixo da expansão do Proálcool direcionou-se desde o início, para a salvação da lavoura dos empresários sucroalcooleiros, pois materializou-se sobre a implantação de novas destilarias anexas as usinas e na ampliação e reequipamento das já existentes, direcionados para a produção de álcool anidro.

Para se ter uma idéia desta intervenção estatal, que estimulou a expansão do agronegócio sucroalcooleiro de forma vertiginosa, Waack e Neves (1998, p.27) apontam algumas das facilidades oferecidas pelo Estado brasileiro, que atuou no sentido de criar uma demanda interna para absorver o potencial instalado, ademais de estimular esta expansão.

Primeiramente o governo brasileiro engendrou um pacote de medidas de financiamento das dívidas e de novos empreendimentos em condições especiais.

De acordo com os autores supracitados, o Estado se propunha a financiar as agroindústrias em até 90% do investimento a juros módicos para os padrões da época, podendo este percentual chegar a 100% quando se tratava de subsidiar a produção agrícola, a juros que correspondiam a metade das taxas usuais cobradas para obtenção de crédito rural.

Não obstante, o governo oferecia no âmbito do Proálcool prazos de até doze anos para a amortização das dívidas contraídas, devendo ser ressaltado que existia uma carência de três anos, como assevera Thomaz Júnior (2002 p.80-88):

O fascínio tributado às boas-vindas do Programa como também o delineamento têmporo-territorial da produção de álcool pelos Estados/áreas tradicionais e os entrantes num momento posterior foram motivados pelas altas somas de dinheiro público (fácil e barato) a ser investido, com prazos elásticos para pagamento [...]pela via dos financiamentos subsidiados facilidades creditícias, subsídios indiretos através dos agentes financiadores estatais [...], bancos comerciais estaduais e, indiretamente, a partir de repasses de verbas especiais por entidades como Sudene, Sudam, Sudeco e, ainda, a participação de bancos privados internacionais como o BID, Bird e FMI.

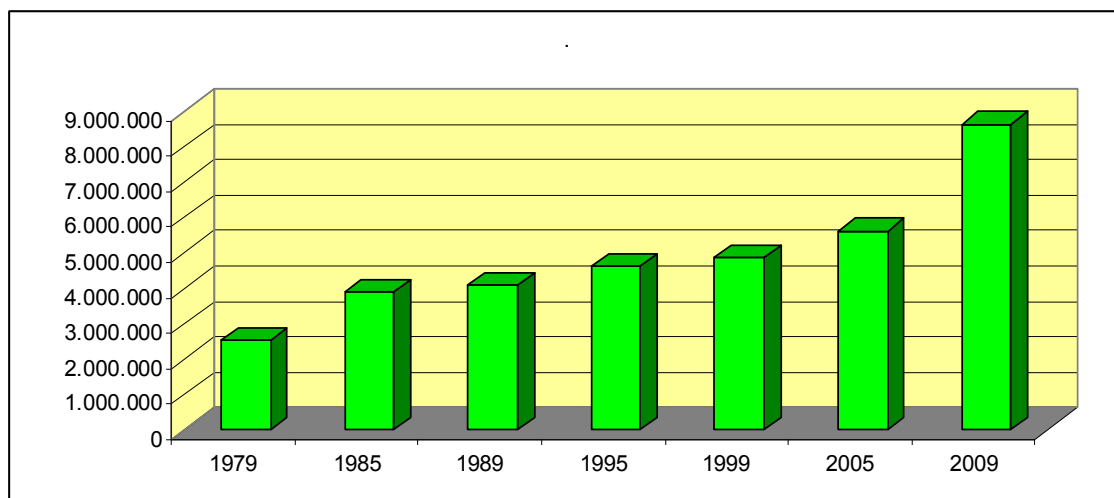
Medidas estas que vão de encontro à opção preferencial pelo latifúndio e pela constituição da empresa rural, financiada por meio de vários recursos sobre a

forma de subsídios estatais, num contexto em que com o Proálcool [...] tornou-se maior a concentração da propriedade fundiária e de renda [...] Para se alcançar a maximização dos lucros, empobreceu-se mais ainda o trabalhador e degradou-se mais acentuadamente o meio ambiente. (ANDRADE, 1994, p.43).

Paralelamente aos mecanismos facilitadores, o Estado institucionalizou uma demanda por etanol, assegurando a viabilidade econômica da sua produção, mediante a garantia da incorporação de 20% de álcool anidro à gasolina.

Esta política vem ratificar o exposto por Harvey (2005, p.45-48) que aponta que “se não puderem ser encontradas necessidades para os bens, ou se não existir demanda efetiva, [...] então desaparecerão as condições para a acumulação capitalista.” E o Estado, ao criar esta demanda, possibilitou a expansão vertiginosa na área nacional cultivada com cana-de-açúcar.

Para se ter uma idéia desta expansão, do ano de 1979, quando se inicia a produção em larga escala de automóveis movidos a etanol no Brasil, até a safra 2009/2010, houve um incremento de quase 240% na área cultivada com cana-de-açúcar, passando de 2,54 milhões de hectares em 1979 para mais de 8,6 milhões em 2009, conforme demonstra o gráfico a seguir.



**Gráfico 01: Evolução na área plantada com cana-de-açúcar no Brasil entre 1979-2009.**

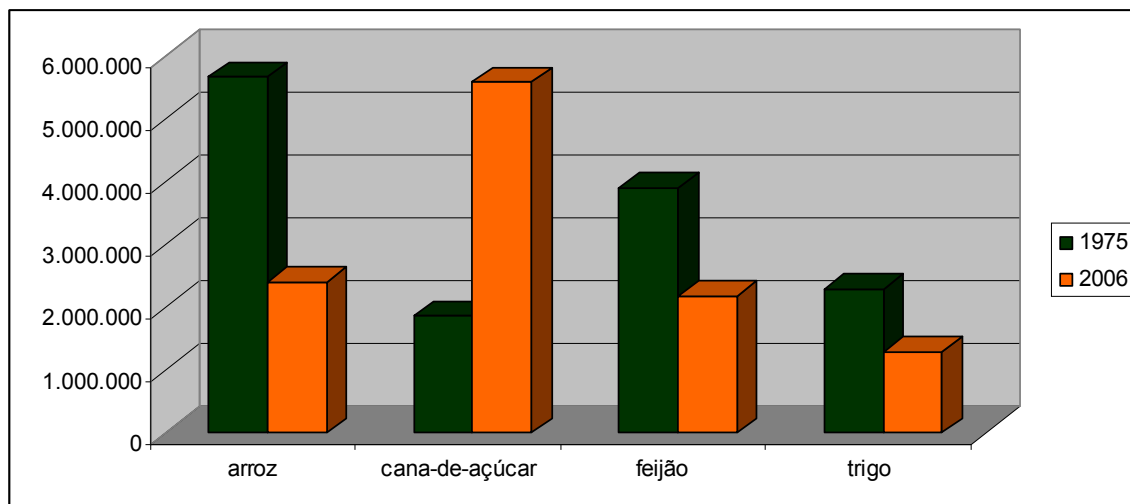
**Fonte: IBGE, 2010.**

**Org. Marcos A. de Souza.**

Diante desse contexto, há que atentar para os impactos socioambientais oriundos desta expansão. Primeiramente sobre a produção de alimentos.

Conforme mostra o gráfico 02, nota-se que do período compreendido entre 1975 a 2006, a produção canavieira registrou um aumento de cerca de 300%

na sua área plantada, ao mesmo tempo em que as lavouras como o arroz, o feijão e o trigo sofreram uma retração considerável, num contexto em que a população brasileira aumentou, o que sugere a ampliação proporcional ao crescimento populacional da demanda por alimentos.



**Gráfico 02: Evolução da área colhida de algumas culturas selecionadas entre 1990-2009**

**Fonte: IBGE, 2006.**

**Org. Marcos Antonio de Souza.**

Na raiz deste processo estão as disputas territoriais entre o agronegócio e as culturas alimentares, disputas estas orientadas pela possibilidade de auferimento da maior renda fundiária possível, conforme será abordado posteriormente.

Não obstante, na medida em que avança sobre as demais culturas, a canavieira de base empresarial tende a ser uma das mais concentradoras atividades praticadas no espaço rural.

De acordo com o Ministério da Agricultura (BRASIL, 2009, s/p.), no começo do ano de 2010 existiam no Brasil 438 unidades agroindustriais cadastradas, processando a cana cultivada em cerca de 8,9 milhões de hectares. (BRASIL, 2010, s/p.), o que significa que, em média, cada agroindústria concentra mais de 20 mil hectares de área plantada.

Nesse contexto, à medida que uma nova agroindústria é instalada no Brasil, mais de vinte mil hectares de terras tendem a perder o uso anteriormente dado ao solo, o que revela quantitativamente o potencial dos impactos desta expansão do agronegócio sucroalcooleiro no âmbito de fortes disputas territoriais.

Além disso, esta expansão ocorre de forma concentrada no território brasileiro, tendência esta orientada pela disputa das porções territoriais em que ocorre uma combinação convergente de vários fatores que potencializam o auferimento da maior renda fundiária, conforme será abordado posteriormente.

Isto representa dizer que se no vetor de expansão da cana-de-açúcar estiverem as culturas alimentares, estas serão eliminadas, uma vez que estas tendem a gerar um menor auferimento da renda da terra.

Dados da União da Indústria da Cana-de-açúcar - UNICA (2010, s/p.) apontam que a região Centro-Sul responde por cerca de 90% da produção nacional de cana-de-açúcar, sendo que só o estado de São Paulo concentra 60% do total produzido no Brasil.

Isso supõe a existência de condições privilegiadas para a reprodução ampliada do capital sucroalcooleiro nestas porções espaciais, o que abre a perspectiva tanto para a instalação da grande propriedade quanto a concentração do uso nestas terras, monopolizando o solo agrícola em grande escala.

Isto parece reforçar a tese das vantagens técnicas e econômicas da grande propriedade unificada, como atesta Kautsky (1980, p. 152), e que neste caso específico permite racionalizar o processo produtivo, sobretudo porque é antieconômico transportar cana a longas distâncias.

Some-se a isso o fato de que a fragmentação das áreas cultivadas subordinadas a uma mesma agroindústria oneraria todo o processo produtivo, inviabilizando então ao taxa de lucro pretendida pelo agro-empresário.

Sobre isso, Correa (1986, p.72) sustenta que,

A concentração de atividades localizadas em um ponto do território, maximizando a acumulação de capital para as mesmas condiciona a continuidade deste processo [...] [porque] As vantagens advindas da aglomeração induzem a reprodução do padrão espacial preexistente.

É nesse contexto que o agronegócio sucroalcooleiro se territorializa. As plantações de cana se localizam no entorno das unidades agroindustriais de processamento, que por sua vez tendem a se concentrar em áreas onde a natureza e os sistemas de engenharias, empresas de pesquisas agropecuárias, máquinas e peças para a agroindústria, fábricas de fertilizantes e pesticidas, dentre outros também se concentrem e ofereçam as maiores possibilidades de remunerar o capital aí investido.

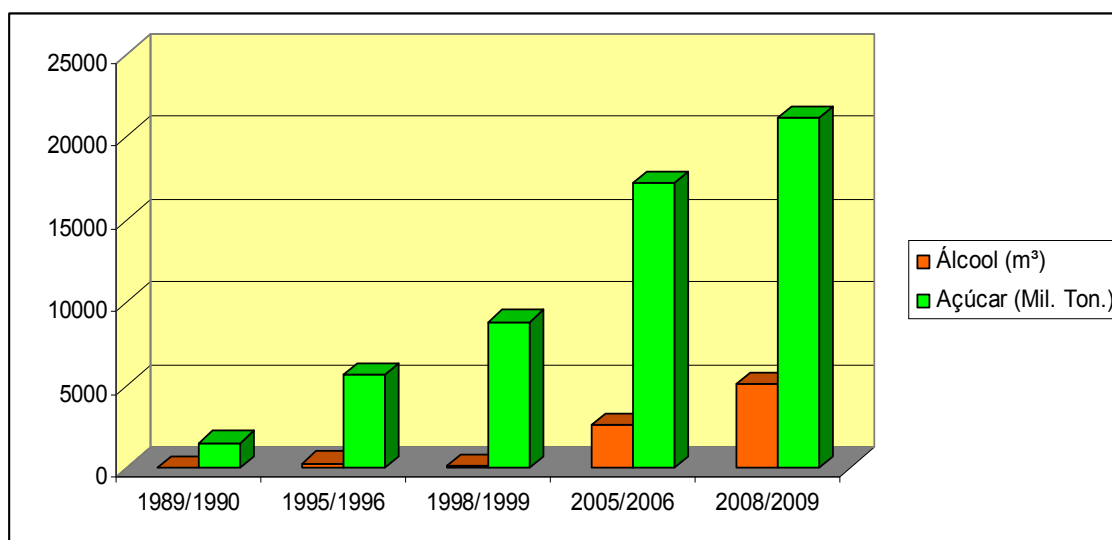
Desta forma, pode-se dizer que o *modus operandi* do agronegócio sucroalcooleiro supõe tanto a concentração da propriedade privada da terra quanto a territorialização em larga escala, produzindo uma homogeneização da paisagem nas zonas canaveiras.

O resultado mais visível, no primeiro momento desta concentração, é o aniquilamento dos usos anteriormente dados ao solo, agora concentrado ou vinculado a um único empreendimento agroindustrial.

Destoa, portanto, da dinâmica em que dezenas ou até mesmo centenas de pequenos e médios agricultores detinham propriedades nas quais cultivava-se desde sua subsistência até grande parte dos alimentos consumidos local e extra-localmente. Isto pode ser atestado nas regiões onde ocorreu e ainda ocorre esta expansão, conforme será demonstrado posteriormente.

Em outras palavras, existem municípios nos “territórios da agroindústria canaveira” onde quase a totalidade da sua área agricultável se encontra dedicada à monocultura da cana-de-açúcar, geralmente subordinada a uma única unidade agroindustrial, que como se viu anteriormente, demanda em média cerca de 20 mil hectares.

E isto deve ser compreendido em um contexto favorável para um aumento da produção canaveira em virtude da conjuntura apresentada nos últimos anos para as exportações de álcool e açúcar, como demonstra o gráfico 03.



**Gráfico 03: Exportações de álcool e açúcar entre 1989-2008.**

**Fonte:** Anuário Estatístico da Agroenergia, 2009.

**Org.** Marcos A. de Souza.

Como demonstrado, o Estado foi o grande estimulador da expansão da cana-de-açúcar, via Proálcool, quando a agroindústria canavieira enfrentava uma crise de superprodução.

Embora a produção de carros movidos a etanol tenha sofrido uma queda na década de 1990, na atualidade o Estado volta a estimular a produção de agrocombustível, agora visando, além do mercado automobilístico interno, o mercado externo, no contexto da nova geopolítica energética internacional. O mesmo vem acontecendo com o açúcar, que vem se beneficiando dos altos preços desta *commoditie* no mercado internacional.

Não obstante a um aumento da ordem de 13.056% nas exportações de álcool combustível e do incremento de 1.274% das exportações de açúcar em um período de duas décadas (BRASIL, 2009, p.21-35 ), houve ainda um significativo aumento do consumo interno de etanol, motivado tanto pela mistura de 25% a gasolina, quanto do incremento das vendas de automóveis bicomcombustíveis<sup>5</sup>:

A produção e venda dos automóveis bicomcombustíveis foi o principal estímulo à retomada da produção de álcool hidratado e anidro, sendo que o Estado tem tido papel preponderante nesse processo. Os veículos *flex fuel*, capazes de rodar com álcool, gasolina ou com a mistura dos dois, estão mantendo os primeiros lugares no *ranking* dos mais vendidos, desde 2004. Segundo a ANFAVEA, em 2006, a produção e a venda de veículos bicomcombustíveis atingiram 2 milhões de unidades. A tecnologia *flex fuel* estava embutida em 77% dos carros vendidos naquele ano. (THOMÁZ JÚNIOR, 2008, p. 02).

Para se ter uma idéia do que tem representado o consumo interno de etanol, a UNICA (2010, s/p.) aponta que em 2003 esse agrocombustível respondia por 50% do consumo nacional de combustíveis automotivos, sendo que houve um incremento considerável na participação nacional da venda de veículos *flex fuel*, passando de 3,7% no ano de 2003 para 90% do total dos veículos vendidos em 2008 no Brasil.

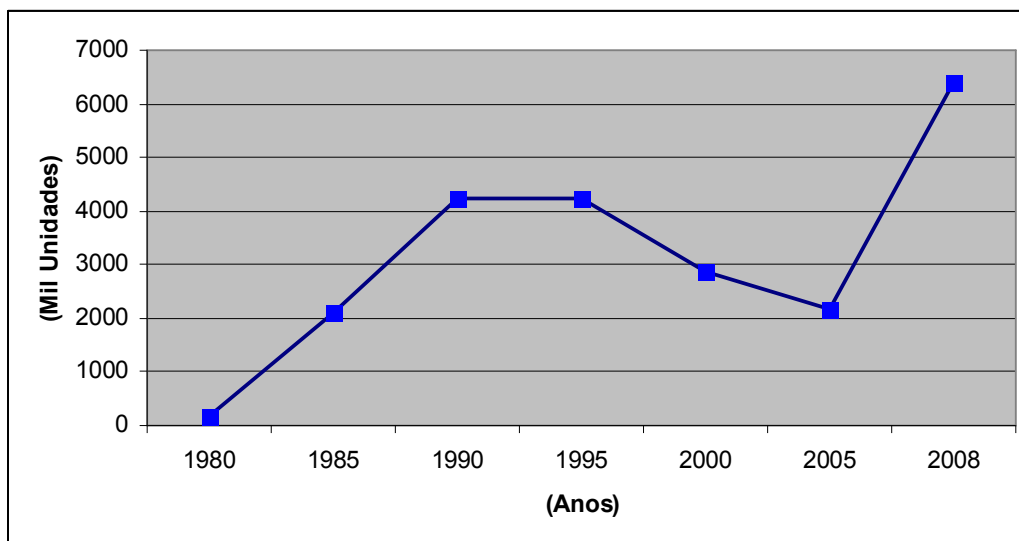
Isto vem atestar o exposto por Porto - Gonçalves ( 2008, p. 333), para o qual “no Brasil, o Proálcool selou uma aliança estratégica entre os usineiros de açúcar, os gestores estatais, centros de pesquisa<sup>6</sup> e a indústria automobilística”. O

---

<sup>5</sup> De acordo com o MAPA (2009, p.30) em 1990 o consumo de álcool combustível no Brasil foi de 11.430 milhões de litros, enquanto que em 2008 esse consumo interno aumentou para 19.584 milhões de litros.

<sup>6</sup> De acordo com Porto-Gonçalves (2008, p.339), “No Brasil foi montado um complexo sistema de pesquisa em torno dos agrocombustíveis que envolve várias instituições, a saber: a Embrapa com seus quatro programas (o de Biodiesel, o de Florestas Energéticas, o de Etanol e o de Resíduos); a ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luis de Queirós - localizada em Piracicaba – SP; o PENSA – Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial – «uma organização do tipo *network* que integra os Departamentos de Economia e

gráfico 04 demonstra de maneira contundente a concretização deste objetivo, ou seja, a aliança estratégica entre usineiros e a indústria automobilística.



**Gráfico 04: Evolução Estimada da Frota Circulante de Veículos a Álcool e Flex Fuel considerando o Sucateamento entre 1980 e 2008**

Fonte: ALCOPAR, 2010.

Adapt. Marcos A. de Souza.

Desse modo, o estímulo estatal logo se converte em “conjuntura favorável” capaz de atrair cada vez mais produtores, consolidando e fortalecendo o mercado de etanol.

Nesse contexto, “[...] a grande exploração do tipo comercial [...] [como é o caso da cana – de – açúcar] tende, quando a conjuntura lhe é favorável, a se expandir e absorver o máximo de terra agricultáveis, eliminando lavouras independentes [...]”. (PRADO JR., 1981, p.31).

Como já constatara nosso interlocutor, em momentos favoráveis, como o atual, a tendência é de que no intuito de aumentar a margem de lucros, o agricultor capitalista aumente sua área plantada, caso já se ocupe desta atividade agrícola, ou abandone aquelas menos lucrativas para se dedicar a produção canavieira. Isso provoca uma redefinição dos usos do solo nas regiões aptas à expansão, logo, em um rearranjo no espaço agrário brasileiro.

A reestruturação produtiva no espaço agrário brasileiro se agrava quando se leva em consideração que no âmbito da Divisão Internacional do Trabalho o Brasil tende a se enquadrar como produtor e exportador de *commodities*.

Isto se evidencia nas primeiras posições mundiais ocupadas na produção de soja, de carne bovina, de suco de laranja, de café, de milho etc.

No caso do agronegócio sucroalcooleiro, na safra 2007/2008 o país produziu cerca de 496 milhões de toneladas das 1,6 bilhões produzidas por cerca de outros 100 países. (UNICA, 2010, s/p.).

Tendencialmente, sempre que a cotação do algodão, do milho, da mandioca - ou de outras culturas - esteja em baixa, ou as áreas de pastagem encontrem-se degradadas, pouco produtivas, em contraposição à cotação favorável do etanol e do açúcar, haverá uma migração dos produtores, ainda mais se houver estímulos creditícios para aqueles que venham a se dedicar à produção agromercantil.

Esta é uma das razões pelas quais os estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, entre outros, registraram um avanço quantitativo da cultura canavieira, que avançou sobre áreas anteriormente dedicadas à pecuária leiteira e de corte, bem como à produção de alimentos e demais culturas.

Neste contexto, pequenos proprietários de terras, não raro endividados, sem políticas públicas adequadas à produção de pequena escala, acabam vendendo ou alugando suas terras para o agroindustrial canavieiro adjacente, o que redefinirá o uso deste solo, ora convertido em base territorial da produção de agrocombustíveis.

Da mesma forma, pequenos e médios proprietários que não se encontram geograficamente alocados nas proximidades da agroindústria, acabam se convertendo em fornecedores de cana-de-açúcar, motivados ora pelo cenário propício ao cultivo desta cultura, ora por esta apresentar-se como única alternativa aos sucessivos fracassos de suas antigas atividades produtivas, vulnerabilizadas pelas incipientes políticas públicas.

Não obstante, há de se considerar ainda que esta expansão vertiginosa do agronegócio sucroalcooleiro que se processou no espaço agrário brasileiro nestas últimas três décadas possibilitou a intensificação da exploração da força de trabalho empregada nos canaviais, mais especificamente os cortadores de cana, exploração esta às vezes comparável com a dos escravos do período colonial.

Trata-se enfim, de impactos que combinados com a redução das áreas policultoras, com a concentração fundiária, com a superexploração da força de trabalho empregada nos canaviais, parecem por demais expressivos para o país.

Cabe ressaltar que a busca pela inserção do território brasileiro em um “mercado global de etanol” se dá no âmbito da já abordada e histórica divisão internacional do trabalho, que delegou ao Brasil, assim como a vários outros países, a “função” de se especializar, de se tornar a base territorial de determinados gêneros primários.

No caso dos agrocombustíveis, a tendência é que venha acompanhado de fortes investimentos na compra de terras, na construção de usinas, na constituição de sociedades empresariais por parte do capital estrangeiro <sup>7</sup>, acentuando ainda mais a concentração de terras no país, como apontam alguns estudiosos.

Enfim, aprofunda-se a desnacionalização do solo agricultável, meio essencialmente estratégico para a segurança alimentar do país. A esse respeito, Thomaz Júnior (2008, p. 09) elucida que,

As frações do território em disputa (intra e inter-capital) – com a participação crescente de grupos estrangeiros – expressam não somente uma *nova* geografia do espaço agrário, no Brasil, mas consolidam o poder de classe do capital sobre as melhores terras agricultáveis do país.

E a constatação desta realidade no espaço agrário brasileiro aponta para a materialização de uma estrutura e uma forma de se produzir no campo, que colabora para com o aumento das desigualdades sociais, privilegiando um negócio que contraditoriamente rentabiliza em patamares superiores o agroindustrial, mas condena à extinção das “formas de produção” distintas da agricultura comercial de exportação.

E não é demais ressaltar que na atualidade, a expansão da monocultura canavieira se encontra vinculada a apropriação do discurso do “ambientalmente sustentável”, como estratégia mercadológica que visa impulsionar cada vez mais esta expansão, em um contexto em que,

---

<sup>7</sup> De acordo com Thomaz Júnior (2007, p. 09) “É sabido que as maiores empresas que produzem sementes transgênicas (Syngenta, Monsanto, Dupont, Dow, Bayer, BASF) têm elevadas somas de investimentos em cultivos concebidos para a produção de biocombustíveis, como o etanol e o biodiesel. Da mesma forma, interligam-se, por meio de acordos específicos, com outras transnacionais que atuam e dominam o comércio mundial de grãos, tais como a Cargill, Archer, Midland, Bunge”.

[...] las falsas virtudes del mercado y de la capacidad empresarial para guiar y alcanzar los objetivos del desarrollo sostenible [...] confiere al mercado la capacidad de internalizar los costos ambientales y de absorber actividades productivas sobre el capital natural y los servicios ambientales [...] Más aún, asumen a priori la voluntad de los pueblos del tercer mundo – en particular poblaciones indígenas y campesinas– de colaborar en este propósito, cediendo a las iniciativas del mercado temas fundamentales del desarrollo sustentable: manejo de recursos naturales, pobreza rural, seguridad alimentaria, etcétera. (LEFF, 2005, p.271).

Desta forma, fica evidente o elevado custo social da produção de agrocombustíveis sob os moldes da opção preferencial pelo latifúndio, pela superexploração do trabalho humano e dos elementos da natureza, que atesta a insustentabilidade social, econômica e ambiental desta atividade capaz de intensificar a concentração fundiária, ampliar as desigualdades e a subjugação do trabalho ao capital e impactar negativamente a produção de alimentos no âmbito da soberania alimentar:

Ainda que o mercado mundializado indique não haver razões para o país se preocupar com a segurança alimentar, já que a obtenção de alimentos pode ser assegurada com importações a preços muitas vezes inferiores ao custo da produção interna, há a [...] questão da soberania alimentar, inalienável nas políticas estratégicas dos países desenvolvidos, e que aliás, vem determinado os sucessivos fracassos nas tentativas de regulação do comércio internacional [...]. (PAULINO, 2007, p.109).

Eis o preço a ser pago caso os promotores privados e estatais do agronegócio sucroalcooleiro insistam na fórmula de sucesso das atividades agroexportadoras no território brasileiro, delineadas a partir da implementação da empresa colonial açucareira, cujos pilares mantenedores da rentabilidade que sustentavam a elite agrária em determinados ciclos de prosperidade foi e continua sendo a abundância de terras e a liberdade para a exploração da mão-de-obra, como sentenciara Prado Júnior (1981, p.58 ).

É a continuidade da barbárie, travestida de modernidade, de eficiência produtiva, do ambientalmente sustentável e com a promessa do desenvolvimento econômico, instaurando a insegurança no campo e a inexorável contradição entre a opulência e a rentabilidade do setor sucroalcooleiro com a pobreza e a exclusão social nas porções espaciais em que se territorializa.

## **1.2. A dinâmica territorial do setor sucroalcooleiro no âmbito das disputas territoriais**

Conforme foi abordado anteriormente, a expansão do setor sucroalcooleiro após a implementação do Proálcool se deu de forma bastante vertiginosa, registrando um incremento de cerca de 375% no território brasileiro num período de pouco mais de três décadas.

Foi visto ainda que a atual conjuntura favorável tanto no mercado interno quanto no mercado externo para a produção de açúcar e etanol poderá resultar num incremento da ordem de 70% na área plantada de cana-de-açúcar, como aponta a Embrapa (2009, p.16), através do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar aprovado pelo governo em 2009.

Paralelamente a essa tendência que aponta para uma expansão sem precedentes do negócio canavieiro sob o território brasileiro, emergem as discussões acerca da sustentabilidade desta atividade, frente a soberania alimentar do país.

Para os defensores dessa expansão, a grandeza territorial do Brasil seria a prova mais contundente de que o avanço da cultura canavieira não produziria impactos à produção de alimentos, tendo em vista que a canavicultura ocupa atualmente menos de 1% do território brasileiro e, de acordo com as projeções, ocuparia até o fim desta década, no máximo cerca de 1,7% (EMBRAPA, 2009, s/p.).

Na contramão desta corrente, há aqueles que apontam que o avanço da produção sucroalcooleira se refletiria inevitavelmente numa retração da produção de alimentos.

Nessa vertente, Oliveira (2008, s/p.) sustenta que no estado de São Paulo, o maior produtor nacional de cana-de-açúcar, que contribui com mais da metade da produção canavieira do país, esta expansão veio seguida de uma ocupação da quase totalidade das terras férteis do estado.

Não obstante, segundo nosso interlocutor, pode ser constatado nos municípios paulistas em que o setor sucroalcooleiro avançou mais de 500 hectares, uma retração de cerca de 261 mil hectares de feijão, 340 mil de arroz, além de uma redução de cerca de 400 mil litros diários de leite e de aproximadamente 4,5 milhões de cabeças de gado bovino. Todo esse reordenamento territorial ocorrido no espaço agrário paulista se deu entre 1990 e 2006.

Paralelamente a essa constatação, Souza (2008, p.60) aponta que nas mesorregiões Norte e Noroeste paranaense, que concentram mais de 90% da cana-de-açúcar cultivada no estado, que é o segundo maior produtor nacional, houve um reordenamento territorial que retrata bastante essas disputas territoriais entre a cana-de-açúcar e a produção de alimentos.

Na década de 1980, as culturas de arroz, feijão e cana-de-açúcar ocupavam juntas cerca de 507 mil hectares (IPARDES, 2008), dos quais 89,9% estavam dedicadas ao cultivo de arroz e feijão, sendo que a cana ocupava apenas 10,1% desta área.

Com o avanço da monocultura canavieira na década de 1980, ocorreu uma inversão radical no espaço agrário setentrional do Paraná. Em 2006, estas três culturas ocupavam cerca de 535 mil hectares, sendo que a cana-de-açúcar passa a ocupar agora 73,7% desta área, enquanto arroz e feijão dividem 26,3% desta porção espacial.

Corroborando a tese de que o avanço da monocultura canavieira pelo território nacional provocou uma redução observada tanto na área plantada quanto na produção dos principais cultivos que compõem a cesta básica do brasileiro, os dados do IBGE apontam que durante o período compreendido entre 1990-2009, houve uma retração nas áreas cultivadas com arroz, feijão, batata e mandioca, conforme apontado anteriormente.

Ora, se a grandeza territorial do Brasil, por si só, é capaz de assegurar a expansão da monocultura canavieira sem impactar negativamente a produção de alimentos, o que explica essas constatações que apontam para uma retração da produção de alimentos nas áreas em que ocorreu um avanço do negócio canavieiro? Isso só pode ser explicado através da compreensão da dinâmica territorial do setor sucroalcooleiro no âmbito das disputas territoriais.

De acordo com Santos (2006, p.247-248) os espaços não são capazes de rentabilizar em patamares iguais uma determinada produção. Isso ocorre devido ao fato de que cada atividade possui uma lógica própria de alocação geográfica, e esta aponta para porções espaciais dotadas de uma combinação convergente de vários fatores.

Na agricultura, estes fatores poderiam ser identificados como sendo a fertilidade natural dos solos, a localização com relação aos mercados consumidores e aos canais de exportação, os fatores climáticos etc.

Todos esses fatores naturais, políticos, econômicos e sociais atuando em uma mesma base territorial acabariam formando o que Santos (2006, p.47) conceitua como sendo “a produtividade espacial ou geográfica”, ou seja, a capacidade que um determinado lugar tem de rentabilizar em patamares diferenciais a produção.

Corroborando esta tese, Haesbart (2004, p. 121) aponta que “[...] o espaço geográfico é moldado ao mesmo tempo por forças econômicas, políticas, culturais ou simbólicas e “naturais” que se conjugam de formas profundamente diferenciadas em cada local”.

Dito de outra forma, existem determinadas porções espaciais capazes de possibilitar ao agroindustrial a extração de uma maior renda fundiária do que em outras, o que inevitavelmente faz com que os empresários agrícolas se apressem na corrida para a monopolização dos solos mais férteis e melhor localizados com relação aos mercados, que possam lhe conferir uma maior renda diferencial. (OLIVEIRA, 2007, p.47).

É por esse motivo que o argumento da grandeza territorial do Brasil, comumente utilizado para invocar a suposta compatibilidade entre a expansão do agronegócio canavieiro frente a produção de alimentos, sem prejuízo para esta última, esbarra na dinâmica territorial do setor sucroalcooleiro.

Isto porque nem todo o território brasileiro apresenta a produtividade espacial apontada por Santos (2006, p.247), capaz de rentabilizar a atividade sucroalcooleira nos seus patamares máximos.

Assim, há uma clara disputa territorial entre essa e as demais culturas que ocupam uma base territorial em que existe uma combinação convergente de fatores edafoclimáticos, econômicos e de acessibilidade aos mercados favoráveis a canavicultura mercantil.

A prova disso é que o incremento da ordem de 240% na expansão da monocultura canavieira, depois da implementação do Proálcool, se processou de forma bastante concentrada em determinadas porções do espaço agrário brasileiro.

Basta atentar para o fato de que 85% da produção canavieira se concentra na região Centro-Sul brasileira, onde somente o estado de São Paulo responde por cerca de 60% da produção nacional.

No caso específico da produção alcooleira, a concentração espacial é ainda maior: Thomaz Júnior (2008, p.26) aponta que 92% desta produção se

encontra geograficamente concentrada no Centro-Sul, sendo que o estado de São Paulo contribui com mais de 65% da produção nacional.

Nesse contexto, a disputa da lavoura canavieira pela melhor localização geográfica tende a reordenar o espaço agrário das regiões já inseridas dinamicamente na economia nacional/internacional, uma vez que sua expansão se dá preferencialmente nas áreas que asseguram maior renda da terra, independentemente de se tratar de áreas cultivadas com feijão, trigo, milho, pastagens, soja, mandioca etc.

Não é por pura coincidência que a territorialização sucroalcooleira segue uma lógica de localização geográfica que é produto da conjugação de vários fatores, sejam eles de ordem natural (propriedades biogeoquímicas do solo, condições climáticas, localização quanto ao mercado interno e externo etc.), econômicas (facilidades na fluidez da produção, dos insumos etc.), sociais (disponibilidade de mão-de-obra e possibilidade de explorá-la sem nenhum ou poucos marcos regulatórios), políticos (infra-estrutura, possíveis incentivos, etc.), dentre outros possíveis.

E todas estas disputas vão produzindo uma delimitação territorial específica, delineadas através de relações de poder, (RAFFESTIN, 1993, p.144), poder este que emana dos grupos detentores do capital investido na produção canavieira e que travam uma luta com outras formas territoriais já existentes em busca do açambarcamento da renda fundiária em patamares diferenciais.

[...] o poder pode ser definido como a capacidade de uma organização para controlar os recursos que lhe são necessários, mas que também são necessários a outras organizações. O uso competitivo do espaço acaba por se mostrar um uso hierárquico, na medida em que algumas empresas dispõem de maiores possibilidades sobre os mesmos recursos territoriais. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.295).

É nesse contexto que o poder triunfante nesta disputa por território acaba por controlar as terras, subjugar os objetos naturais, o poder político na sua representação local, além de redefinir o processo de produção do espaço geográfico através de suas demandas (por máquinas, infra-estrutura, mão-de-obra etc.).

Em outras palavras, o capital sucroalcooleiro, ao delimitar a área para o seu objetivo, reserva para si o papel preponderante tanto no ordenamento quanto na gestão deste território, cuja produção se processa “[...] de acordo com os sujeitos

que os constroem [...]” (HAESBART, 2004, p.21) e a sua reprodução se dá no âmbito da própria reprodução ampliada do capital, como atesta Oliveira (2004, p.40).

Na verdade se trata de uma ação do capital monopolista travando uma batalha pela melhor localização geográfica, (onde o capital investido seja melhor remunerado) inviabilizando outras atividades, num cenário onde

[...] são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território [...] a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução. (OLIVEIRA apud PAULINO, 2006, p.16).

Dito de outra forma, a expansão do agronegócio sucroalcooleiro obedece a uma lógica em que se busca territorializar porções espaciais com uma maior “produtividade geográfica”, capaz de possibilitar ao agroindustrial do setor canavieiro uma maior renda fundiária.

Enfim, como a tendência histórica iniciada com a implementação do Proálcool aponta para uma concentração espacial e não para uma expansão sobre todo o território nacional, perde força o argumento da compatibilidade entre a produção canavieira e os cultivos alimentares por exemplo.

Isto porque não se pode contabilizar os milhões de hectares existentes no Brasil aptos para a expansão agropecuária como um fator que, por si só, garante a expansão da canavicultura mercantil, uma vez que nem todas estas porções são capazes de proporcionar renda da terra nos mesmos patamares.

A possibilidade de se auferir esta renda territorial em patamares diferenciais em determinadas porções espaciais transforma estas nas áreas prioritárias a serem disputadas pelo setor sucroalcooleiro, independentemente de estas áreas já estarem ocupadas por outras culturas agropecuárias.

Essa lógica já fora identificada por Santos (2006, p.79), para o qual na atual fase do desenvolvimento do capitalismo,

[...] o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições. E, também, uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização. Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros. (Santos, 2006, p.79).

Nesta mesma vertente, Prado Júnior (1981, p.17) assevera que “[...] em geral é a grande propriedade que ocupa as terras mais favoráveis, seja pelas suas

qualidades naturais, seja pela sua localização”, fato que potencializa as disputas territoriais em porções espaciais onde há a possibilidade de a renda da terra ser auferida em patamares diferenciais.

Como, de acordo com as leis da física, dois corpos não podem ocupar o mesmo lugar no espaço, ganha esta disputa a cultura que proporcionar maior renda territorial, o que nessa conjuntura especial para a produção tanto de agrocombustíveis, quanto de açúcar, favorece ao agronegócio canavieiro.

A atual conjuntura econômica que aponta para um crescimento tanto na demanda interna quanto na externa dos produtos do setor canavieiro aponta para uma perspectiva em que estas disputas territoriais sejam potencializadas em favor do agronegócio a partir das fusões, aquisições e parcerias no setor sucroalcooleiro, além da implantação de novas unidades agroindustriais no país.

Não obstante, Santos e Pessoa (2008, p.249) apontam que todas estas ações ocorridas no âmbito de uma vertiginosa expansão do agronegócio canavieiro, provocam uma valorização das terras no vetor desta expansão, que por sua vez passam a ser disputadas com os grãos, a pecuária e os cultivos alimentares.

A esse respeito, Thomaz Junior (2008, p. 24) elucida que o foco privilegiado destas disputas territoriais seria o chamado “polígono do agrohídronegócio”, uma porção territorial que compreende parte dos estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, o norte do Paraná, o sudoeste de Minas Gerais e o sul de Goiás.

É nesta porção territorial que se concentra as atividades rurais do agronegócio sojicultor, da pecuária, do algodão, do trigo, da cana-de-açúcar, assim como parte significativa da produção de alimentos, justamente por estes espaços possuírem uma maior produtividade espacial, se comparados ao resto do território nacional.

Nessa mesma vertente, a Região Concentrada<sup>8</sup> conceituada por Santos (2006, p.268) como sendo a porção do território que abrange o Sul e o Sudeste brasileiro - que detém 77% da produção canavieira nacional (BRASIL, 2008, s/p.) -, é favorecida pela “[...] concentração de modernos sistemas de engenharias, a maior facilidade de acesso aos semoventes e insumos, a existência de amplos mercados internos e externos [...]” (SANTOS, 2006, p.121).

---

<sup>8</sup> Parte significativa do Polígono do Agrohídronegócio coincide espacialmente com a “Região Concentrada” de Milton Santos.

Isso fica bastante evidente ao se analisar a figura 01 em que se nota uma clara concentração espacial do agronegócio canavieiro na porção Centro-Sul do país, e uma quase ausência no Norte e no Nordeste, com exceção da histórica região da Zona da Mata Nordestina.



**Figura 01: Distribuição espacial das unidades agroindustriais canavieiras pelo Brasil em 2009.**

Fonte: Embrapa, 2009.

Dessa forma, a justificativa da grandeza territorial do Brasil frente à ameaça do agronegócio sucroalcooleiro à soberania alimentar não pode ser considerada como sendo um argumento consistente, visto que ignora por completo a dinâmica territorial do processo de territorialização do agronegócio sucroalcooleiro, conforme será abordado a seguir.

### 1.3. Os fatores de localização geográfica no território brasileiro

Foi visto anteriormente que a produção sucroalcooleira, assim como as demais atividades, possui uma lógica de localização geográfica que é orientada pela possibilidade de extração da maior renda fundiária possível.

Paralelamente a esta constatação, foi visto ainda que o setor sucroalcooleiro se encontra concentrado geograficamente na porção Centro-Sul do país, majoritariamente na região Sudeste.

Do ponto de vista edafoclimático, predomina nesta porção territorial o Latossolo Vermelho e o Latossolo Vermelho-Amarelo que, de acordo com Koffler e Donzeli, (1987, p.20-32), apresentam predominância de características favoráveis à cultura de cana-de-açúcar.

Não obstante, o norte do Paraná encontra-se sob o domínio pedológico do Nitossolo Vermelho (Terra Roxa Estruturada) que, de acordo com nossos interlocutores, é aquele que se destaca pelos melhores índices de produtividade à canavicultura mercantil brasileira.

Paralelamente às condições pedológicas, Siqueira (2008, p.173) aponta que nenhuma das atividades geoeconômicas é tão dependente das condições climáticas quanto a agricultura, sendo que os elementos climáticos mais importantes a serem observados, por controlarem diretamente o crescimento e o desenvolvimento das plantas, são a radiação solar, as precipitações pluviométricas e a temperatura.

Diniz (1986, p.113) corrobora essa tese, ao afirmar que,

[...] as diferenciações climáticas da superfície terrestre mostram a grande capacidade de adaptação das plantas e dos animais, espalhados por toda a superfície terrestre. [...] De modo geral, não se pode dizer que existam áreas exclusivas para uma determinada planta [...] e nem mesmo que as zonas mais favoráveis ao cultivo de um produto não o sejam também para o cultivo de outro [...] Embora não existam áreas exclusivas, existem, no entanto, zonas mais favoráveis a certos produtos e que podem até limitar o plantio de outros.

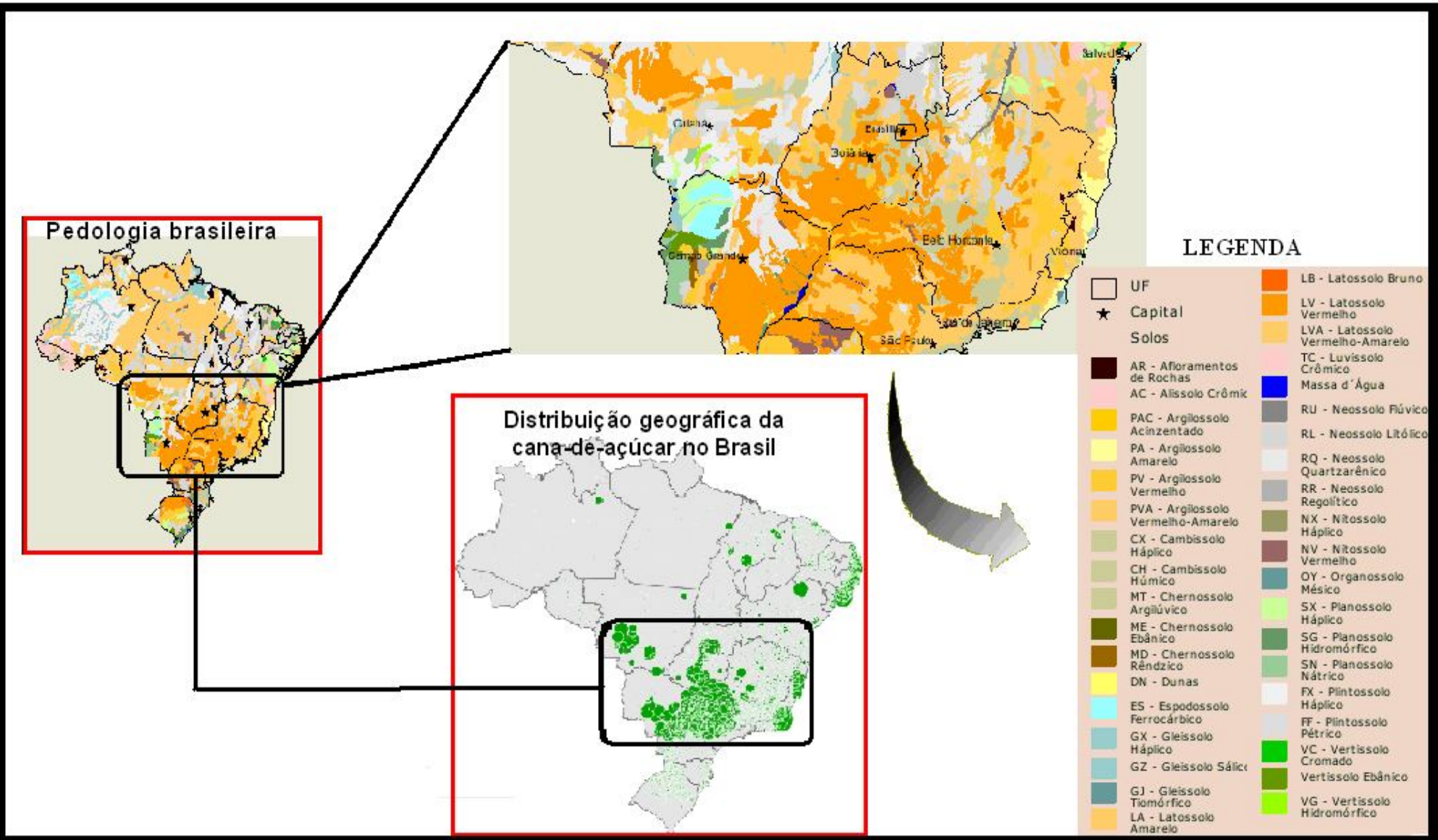


Figura 02: Representação gráfica da pedologia brasileira com destaque a porção espacial responsável pela maior parte da produção nacional canieira.

Fonte: IBGE e Atlas da Questão Agrária Brasileira. Org. Marcos A. de Souza.

Nessa vertente, Alfonsi et. al. (1987, p.52) apontam que o desenvolvimento da cana-de-açúcar está intimamente ligado à temperatura do ambiente em que esta é cultivada, considerando-se ótimo para o pleno desenvolvimento desta uma média anual superior a 20 °C.

Outro ponto importante quando se trata do clima é a precipitação pluviométrica.

A cana-de-açúcar possui uma necessidade hídrica que varia entre 1.100 mm a 1.500 mm, de acordo com a Embrapa (2008, p.02). Ainda sobre as exigências climáticas da cana-de-açúcar, há que se destacar a necessidade de um nível elevado de insolação, uma vez que:

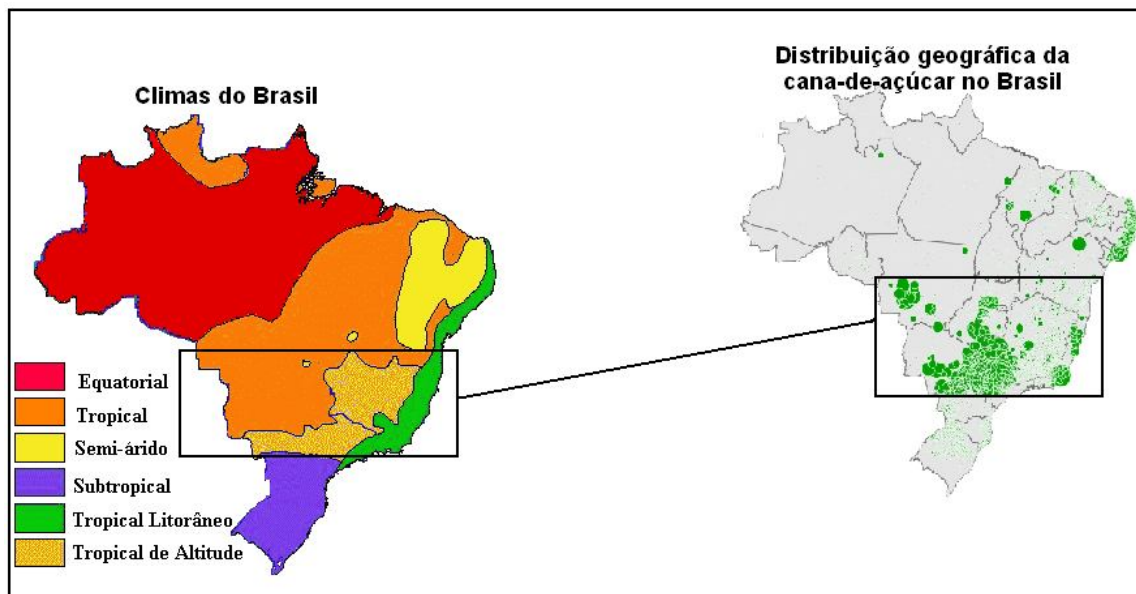
A cana-de-açúcar é considerada uma planta [...] [de] alta incidência fotossintética e ponto de saturação luminosa elevado. Portanto, quanto maior for a intensidade luminosa, mais fotossíntese será realizada pela cultura e logicamente, maior será seu desenvolvimento e acúmulo de açúcares. (ALFONSI et. al. Apud PARANHOS, 1987, p.45).

De acordo com a Embrapa (2008, p. 01-03), o clima ideal para a produção de açúcar é aquele em que há a existência de uma estação quente com larga duração, contando ainda com uma alta incidência de insolação e umidade.

Por outro lado, durante a etapa da maturação, há a exigência de um período razoavelmente seco, em que a umidade vai diminuindo gradativamente, dando lugar a um clima ensolarado e com temperaturas amenas.

Como se pode notar na figura 03, há uma clara concentração geográfica da produção canavieira nas áreas de domínio do Clima Tropical e suas variantes (Clima Tropical de Altitude e Clima Tropical Litorâneo), que apresentam as características necessárias para a realização do ciclo produtivo em condições ótimas, tanto no que diz respeito à temperatura, à radiação solar e às precipitações pluviométricas.

Outro fator de ordem natural que pode interferir na escolha da base física do cultivo da cana-de-açúcar é a topografia, uma vez que esta condição pode facilitar ou dificultar a drenagem e a retenção das águas das precipitações e, principalmente, a mecanização das culturas.



**Figura 03: Comparação dos tipos de clima com a distribuição geográfica da cana-de-açúcar no Brasil**

**Fonte:** IBGE e Atlas da Questão Agrária (2008).  
Org. Marcos A. de Souza.

A esse respeito, Ross (2006, p.62-63) aponta que as condições do relevo podem se converter em um elemento facilitador ou dificultador do processo de ocupação da terra agrícola, senão vejamos:

Até meados do século XX, terras boas eram aquelas que detinham solos naturalmente férteis. Nas últimas décadas, terras boas são aquelas que apresentam relevos planos ou pouco inclinados, com solos cujas características físicas possibilitem implementar com sucesso as práticas agrícolas em sistemas mecanizados de produção.

Com relação às condições topográficas necessárias à mecanização do setor canavieiro, a Embrapa (2009, p. 26) sustenta que a maioria das porções espaciais dotadas das condições edafoclimáticas adequadas à canavicultura comercial no Centro-Sul possuem uma declividade inferior a 12%, o que as torna suscetíveis à mecanização.

A esses fatores de ordem natural somam-se os econômicos, uma vez que de acordo com Kautsky (1980, p.91) “não são apenas as diferenças de fertilidade dos terrenos que constituem a renda fundiária, mas ainda as diferenças de situação, a distância do mercado”.

Nesta mesma vertente, Andrade (1994, p. 231) reafirma o fato de que a racionalidade econômica exige que a localização geográfica de uma determinada

atividade agrícola atenda prioritariamente as condições de fluidez territorial e da posição frente aos potenciais mercados, mesmo existindo condições naturais favoráveis em outras porções territoriais.

Nesta mesma vertente, Szmrecsányi (1979, p.29) ratifica a importância da acessibilidade com relação aos mercados, assim como ao acesso a toda infraestrutura viária indispensável ao transporte - das matérias-primas ao escoamento da produção final - da agroindústria sucroalcooleira.

Nesse contexto, pode-se destacar dois fatores que exercem um grande poder de atração sobre a alocação geográfica de qualquer atividade produtiva: a distância e a qualidade dos potenciais mercados consumidores.

No caso específico da cana-de-açúcar, sua expansão ocorreu com maior intensidade após a década de 1970 quando da criação do Prálcool, cujo objetivo era, além de diversificar a matriz energética nacional, alavancar o setor açucareiro que estava mergulhado em mais uma de suas cíclicas crises.

As ações dirigidas no sentido de prover a demanda dos veículos movidos a álcool tinham um cunho territorial claro: era preciso buscar localizações próximas à maior demanda solvável.

Eis a razão pela qual o estado de São Paulo, primordialmente, e a região Centro-Sul, posteriormente, convertem-se em foco privilegiado da expansão canavieira.

Os estados sudestinos detinham em 1970 [...] no setor rodoviário, uma frota de veículos correspondentes a 63,4% do total brasileiro, dispunha de 39,55% das rodovias do país estruturadas em rede, qualitativamente caracterizada pela grande concentração de rodovias modernas [...] agrupando 42,16% das rodovias pavimentadas federais, 63,7% das estaduais e 59,26% das municipais existentes no Brasil. (SAMPAIO, 1979, p.57).

Desta forma, a expansão da cana se deu primeiramente rumo ao interior do estado de São Paulo, e a medida que as possibilidades de ampliação das lavouras iam se esgotando, com a incorporação das áreas de melhores condições edafoclimáticas e melhor posicionamento em face dos mercados, buscava-se novos vetores de expansão, mesmo que fora dos limites territoriais deste estado, coerente com o que sentenciara Kautsky(1980, p.90): “[...] não é o melhor terreno o que se lava primeiro, mas o mais acessível”.

Nesta mesma vertente, Sorre (1984, p.115) já apontava que a facilidade no escoamento dos produtos com vistas a sua colocação em um mercado mais

ampliado, além de estimular a conjuntura para a sua produção, pode atuar ainda como um fator de vinculação de determinadas porções espaciais à especialização econômica, postulado que ainda continua em vigência, tendo em vista a concentração geográfica da produção canavieira em uma determinada porção espacial do território brasileiro:

Além de se constituir atualmente no maior mercado consumidor, São Paulo é de longe, o estado que produz mais cana e açúcar no Brasil. Sua superioridade sobre as demais áreas produtoras é devido tanto à presença de condições naturais (topografia, solos e clima) favoráveis a plena mecanização da lavoura canavieira e a obtenção de elevados rendimentos agrícolas e industriais, como a infra-estrutura física e socioeconômica que contribuíram para torná-lo o estado mais economicamente desenvolvido do país. (SZMRECSÁNYI, 1979, p.76)

Dessa forma, outro fator indispensável à territorialização do agronegócio canavieiro na porção Centro-Sul, além da existência da maior frota de automóveis biocombustíveis do país, é o fato de esta contar ainda com a mais importante estrutura rodoviária, ferroviária e portuária para a realização da comercialização da produção.

Paralelamente à existência destes fatores de localização geográfica, cabe destacar ainda que o fator força de trabalho não foi um empecilho para a instalação deste agronegócio nesta porção territorial.

Tal como ocorreu em todo o espaço agrário brasileiro, a tecnificação da agricultura ocorrida após meados da década de 1970 expulsou milhões de trabalhadores de suas unidades de produção e os converteu em um gigantesco exército de assalariados rurais, os chamados bóias-frias, que não tem outra opção senão vender a sua força de trabalho por um valor que comprovadamente não garante dignamente sua reprodução e a de sua família. Isto sem contar as precárias condições de trabalhos as quais são submetidos cotidianamente.

Na medida em que o setor sojicultor, canavieiro, agropecuário, ia avançando sobre outras formas de produção, outros tantos iam perdendo seus postos de trabalho e engrossando as fileiras deste exército, o que foi aumentando o potencial de exploração do trabalhador pelo agroindustrial, tornando essa abundância de mão-de-obra uma vantagem comparativa na extração da mais-valia.

Isto num contexto em que a superpopulação relativa é o fundo sobre a qual se move a lei da oferta e da procura de trabalho". (MARX, 1984, p.870).

Além dos referidos fatores de localização, há que se atentar ainda para a influência que exerce o Estado na localização geográfica do setor sucroalcooleiro.

Isso porque,

[...] o progresso da acumulação depende e pressupõe [...] a existência de um excedente de mão-de-obra [...] a existência [...] (ou oportunidades de obtenção) [...] de infra-estrutura física [...] que possibilitam a expansão da produção conforme o capital seja reinvestido [...] a existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas. [...] suscita ainda a questão da organização espacial [...] como produto da acumulação. (HARVEY, 2005, p.45-48).

Outro ponto a ser destacado e que merece uma análise especial e mais detalhada no âmbito dos fatores que atuam na alocação geográfica da produção canavieira é a predominância da territorialização desta nos municípios de pequeno porte.

De acordo com os dados disponíveis no IPARDES (2010, s/p.), a maior parte das unidades agroindustriais estão geograficamente localizadas em municípios de pequeno porte, assim como parte significativa da produção canavieira, conforme será abordado posteriormente.

Isto evidencia um determinado padrão de apropriação do espaço econômico local, uma forma de territorialização destas porções espaciais onde o agroindustrial atua subjungando os elementos necessários à exploração capitalista, ou seja, os recursos naturais e a força-de-trabalho fundamentalmente.

Nesse contexto, há uma clara vantagem nesta alocação geográfica, tendo em vista que o agroindustrial passa a contar com a possibilidade de aumentar a sua taxa de exploração da mais valia, tendo em vista que os valores repassados aos trabalhadores sob a forma de salário, destinados à sua reprodução, possuem um custo relativamente baixo, se comparados aos municípios de médio e grande porte, conforme será tratado posteriormente.

Não obstante, o agronegócio canavieiro foi e continua sendo uma das atividades econômicas das mais beneficiadas pela ação estatal desde o período colonial até os dias atuais, sendo alvo de uma série de políticas públicas que potencializaram a sua expansão rumo às melhores localizações.

Assim, a intervenção do Estado, por meio de suas políticas territoriais, acabou criando condições especiais que se converteram em uma vantagem

comparativa, com o poder de orientar a expansão da canavicultura mercantil para uma determinada porção do espaço geográfico.

A esse respeito Souza (2008, p.46-47) afirma que dentre as principais ações do Estado que influíram decisivamente como fator de localização geográfica, foi a criação de políticas públicas que culminaram na implantação do Proálcool e na lei que determina uma mistura de 25% de etanol à gasolina.

Isto vem ratificar o exposto por Marx e Engels (1998, p. 22) que ressaltam que a criação de necessidades por meio de justificativas para expandir o consumo de um determinado produto com duvidoso valor de uso pelo capital impõe uma nova oportunidade para que ocorra a sua reprodução ampliada.

Neste ponto, o Estado brasileiro atuou no sentido de induzir a produção de um novo produto, assegurando aos empreendedores através de condições artificiais, a manutenção de um mercado potencial, num contexto em que ao mesmo tempo em que se reduzia a dependência do Brasil por petróleo, alavancava-se a agroindústria canavieira em mais uma de suas crises cíclicas.

Nesta mesma vertente, Thomaz Júnior (2002, p.95) aponta que o Estado brasileiro, ademais de decretar a adição de álcool anidro a gasolina, incentivou ainda a venda de automóveis movidos a etanol:

A partir de então, o consumo de veículos a álcool foi lastreado a incentivos fiscais aos consumidores, tais como rebaixamento de IPI, IPVA, isenção de ICMS e preços atraentes para o consumo do combustível direto, a base de 65% do valor da gasolina, sem contar o estímulo à conversão dos motores à gasolina para álcool.

Nesse contexto era de se esperar que houvesse uma concentração geográfica do setor sucroalcooleiro nas porções territoriais adjacentes às unidades da federação que concentram o maior mercado potencial, quer dizer, aquele em que há um maior número de automóveis, além de estarem alocados próximos aos principais canais de escoamento da produção rumo ao exterior.

Não se pode esquecer ainda o fato de que o Estado, nos seus mais diversos níveis de representação, pode atuar como agente de atração destas agroindústrias, na medida em que pode se beneficiar da arrecadação de tributos, caso estas se instalem nos seus limites político-administrativos.

Para tanto, interferem na organização territorial, seja ele a nível municipal, estadual e até federal, produzindo arranjos que tornem estas porções espaciais

atrativas, promovendo para isto a melhoria da infra-estrutura, doação de terreno, isenção de determinados tributos, cessão de máquinas de seu parque técnico, enfim, aquilo que Santos (2006, p. 112-114) aponta como sendo a “guerra entre lugares”.

Ora, caso a combinação de todos estes fatores expostos se materializem sob uma mesma base física, estará concretizada a melhor localização geográfica para a produção da canavieira mercantil.

É em torno destas localizações que giram as disputas territoriais entre os vários interesses de classe no campo, orientados, sobretudo pelo auferimento da maior renda fundiária possível.

Outro ponto a ser destacado é o grau de importância que possui cada um desses fatores geográficos de localização. Isto porque os mesmos podem variar em cada setor da economia, quer dizer, o que pode ser desnecessário para a instalação de uma indústria ou um *shopping center*, como é o caso da fertilidade natural dos solos, é um fator imprescindível para a agricultura.

Dito de outra forma, a lógica que permeia a alocação geográfica do empreendimento privilegia, num primeiro momento, as áreas que possuem uma combinação convergente dos fatores naturais, sem desconsiderar as variáveis sociais, políticas e econômicas.

É por esse motivo que as áreas consideradas aptas ao cultivo de cana-de-açúcar do ponto de vista edafoclimático, mas que estão geograficamente afastadas dos grandes mercados consumidores, das porções menos privilegiadas na perspectiva do meio técnico-científico-informacional, além de estarem fora do raio de atuação das principais políticas territoriais do Estado voltadas para o setor, tendem a ter uma ocupação tardia pelo agronegócio sucroalcooleiro.

Consideração esta que Kautsky (1980, p. 90) elucida muito bem, ao sentenciar que a acessibilidade aos mercados é o fator preponderante para orientar o vetor de expansão de uma determinada cultura. Importância esta valorizada pela abordagem de Diniz (1986, p.27) a qual aponta que

A análise das condições de circulação é fundamental para a compreensão da organização espacial da agricultura. [...] o mercado é essencialmente visto como um ponto, um conjunto de pontos, e sua localização é fundamental. [...] em sua capacidade de absorver os produtos agrícolas, estimular a concorrência e provocar as variações de preços.

Por outro lado, existem determinadas porções espaciais que oferecem um excelente posicionamento frente ao mercado a distintas culturas em um determinado período histórico, o que sem dúvida potencializa as disputas territoriais para o seu monopólio.

E monopolizar este espaço físico privilegiado de modo a convertê-lo em fração do território sucroalcooleiro é a garantia da extração de uma renda fundiária superior às demais localizações, onde esta combinação convergente não se materializa integralmente.

E como já foi elucidado anteriormente, se trata de uma disputa em que vencerá a atividade geoeconômica que oferecer uma melhor possibilidade para a extração da renda territorial.

Desta forma, as frações territoriais do capital sucroalcooleiro no Brasil estão demarcadas pela combinação favorável do máximo de variáveis positivas numa mesma porção geográfica, e que primeiramente supõem fatores irreprodutíveis pelo trabalho humano, a saber, o solo, a insolação, as precipitações pluviométricas etc.

Diante desta constatação, uma outra questão que deve ser colocada é o uso do solo por outras culturas em áreas propícias ao cultivo da cana-de-açúcar e que, por vezes, pode instaurar um conflito pelo controle deste solo entre os distintos interesses de classe no campo.

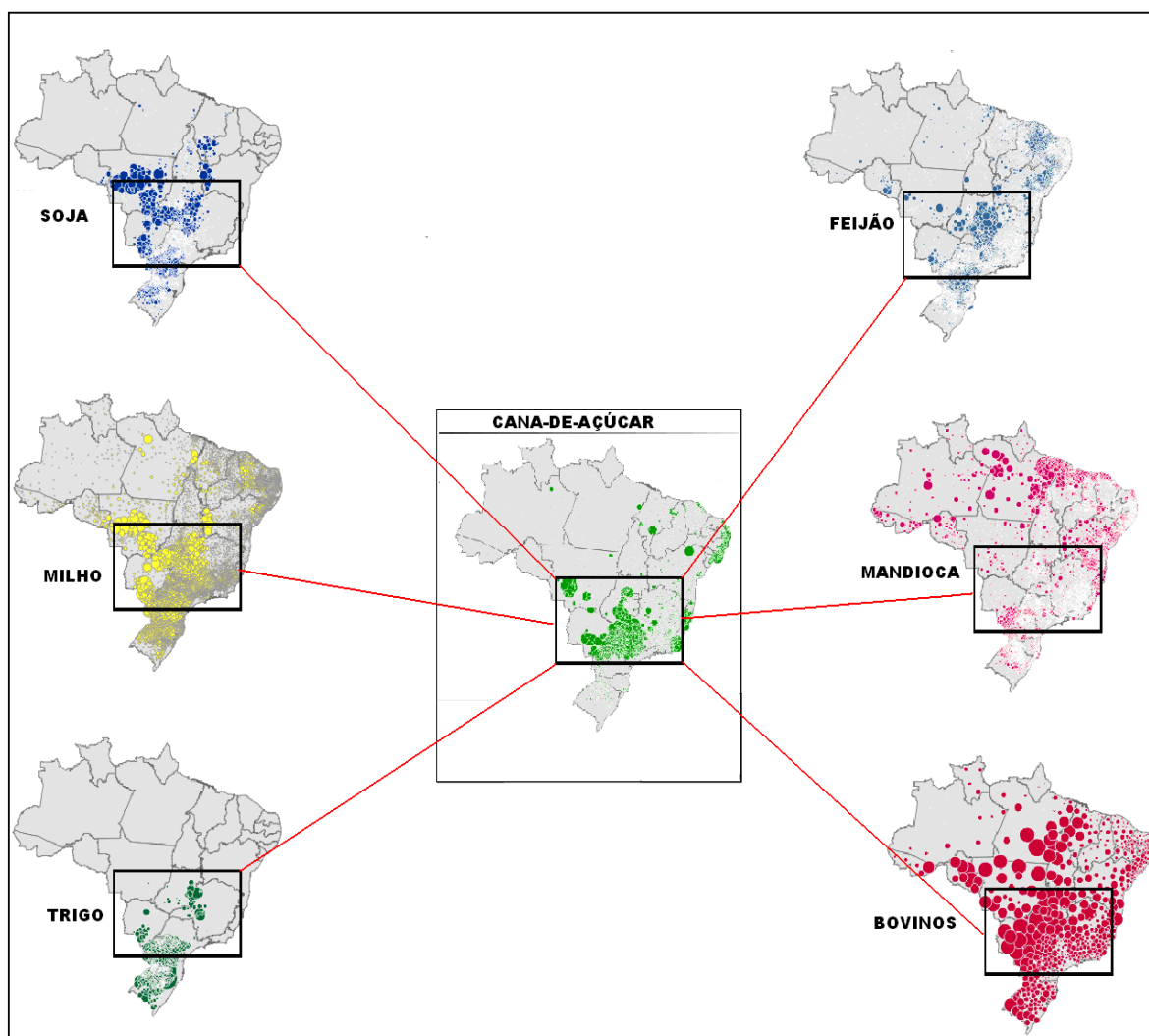
Compreender a lógica inerente ao uso do solo agrícola é um exercício fundamental para se discutir os possíveis impactos oriundos da expansão canavieira, principalmente a competição da canavicultura com as demais culturas (a de alimentos, por exemplo), e a expansão da fronteira agrícola rumo a biomas que, por consenso universal, deveriam ser protegidos.

Observando a figura 04, constata-se que o *locus* privilegiado para estas disputas territoriais é justamente o chamado polígono do agrohídronegócio, conceituado por Thomaz Júnior (2008, p.24).

O dinamismo econômico e a produtividade espacial apontada por Santos (2006, p. 247-248), encontrados na região Centro-Sul, faz com que as porções espaciais aí localizadas sejam as preferidas pelo agronegócio, e desta forma, sejam as áreas prioritárias não só para a expansão da cana, mas também

de outras culturas, tanto produzidas pelo campesinato quanto pelos empresários agrícolas.

Nesse contexto, não se pode justificar a compatibilidade do agronegócio sucroalcooleiro com argumentos baseados em dados quantitativos que apontam a existência de milhões de hectares a expandir, mas sim na qualidade destas porções espaciais disponíveis.



**Figura 04: Territórios em disputa entre culturas selecionadas no espaço agrário brasileiro**

**Fonte:** Atlas da Questão Agrária Brasileira, 2009.

**Org.** Marcos A. de Souza.

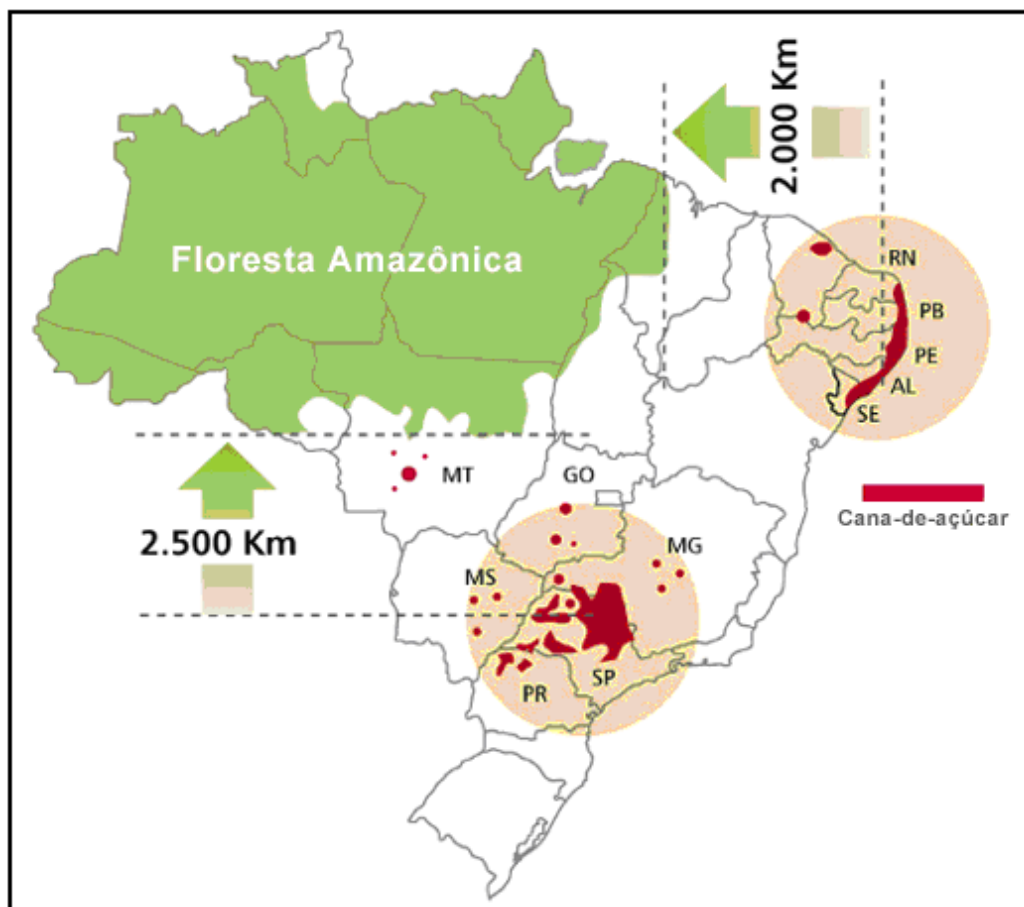
Desta forma, intensas disputas territoriais poderão ocorrer nesta porção privilegiada do espaço geográfico brasileiro, orientadas pela rentabilidade das culturas, gerando um intenso processo de territorialização-desterritorialização e

reterritorialização, quando o milho, o trigo, o feijão, a soja ou as pastagens encontrarem-se nos vetores prioritários da expansão da cana.

Isto irá ocorrer independentemente da existência de milhões de hectares vagos ou subaproveitados pela pecuária, mas que não dispõem de vantagens locais para a viabilidade da produção sucroalcooleira.

Levando-se em conta que a única racionalidade que conta é a econômica capitalista, ganha esta disputa por território aquela atividade que apresentar as melhores possibilidades de extração de renda fundiária para um mesmo solo.

E é esta mesma lógica de territorialização que atua na expansão da fronteira agrícola rumo a biomas e ecossistemas fortemente ameaçados, como a Amazônia e o Cerrado, por exemplo .



**Figura 05: Distribuição geográfica da produção canavieira no território brasileiro frente ao bioma amazônico.**

Fonte: UNICA, 2010.

A figura 05, que demonstra a espacialização da produção canavieira nacional, é utilizada pelos defensores da monocultura canavieira, imbuídos de mostrar que a expansão da canavieira não impactaria o bioma amazônico, tendo em vista que esta produção ocorre de forma concentrada a milhares de quilômetros deste bioma.

O fato é que se os defensores da monocultura canavieira afirmam ser ínfima a participação da produção de cana na Amazônia, por exemplo, ignoram o fato de que atualmente não existe o interesse, muito menos a necessidade de se expandir rumo a esta porção territorial, tendo em vista os próprios fatores locais tratados anteriormente.

Embora o Centro-Sul do Pará, Rondônia e o estado do Acre possuam solos favoráveis ao cultivo da cana-de-açúcar (KOFFLER; DONZELI apud PARANHOS, 1987, p.37), existe uma série de fatores “limitantes” no momento, como a distância dos mercados, as condições logísticas nem sempre viáveis, em oposição à abundância de terras na região Centro-Sul do Brasil, onde os fatores locais são mais atrativos, a despeito da existência de outras culturas.

É aí que a expansão canavieira é mais um fator a ameaçar os biomas indicados. Isto porque estaria se processando um rearranjo territorial no espaço agrário brasileiro, posto que culturas eliminadas pela expansão da cana-de-açúcar acabariam se realocando em áreas de fronteira, como a Amazônia e o Cerrado por exemplo.

Em outras palavras, ainda que a cana não invada a Amazônia diretamente, as pastagens, a soja, o milho e o feijão.

Não se trata de utilizar argumentos que primam por considerar a cana-de-açúcar em separado da dinâmica territorial do rearranjo espacial ocorrido no espaço agrário através da territorialização-desterritorialização e reterritorialização das culturas.

E esta invasão indireta ocorrerá até que a cana-de-açúcar encontre disponível uma localização geográfica mais favorável que a da região amazônica, por exemplo.

Andrade (1994, p.231) aponta que o homem possui uma grande capacidade de modificar os condicionantes naturais, adaptando-se a eles mediante a biotecnologia, que desenvolve sementes específicas para um determinado

ambiente edafoclimático, estende a irrigação para zonas áridas, constrói uma infraestrutura interconectando áreas remotas aos grandes centros consumidores, dentre outras.

O fato é que para tanto, o homem, aqui o agroindustrial, necessita imobilizar certa quantidade de capitais para implementar estes arranjos e melhorias proporcionados pela ciência e pela técnica.

A tendência é que antes disso se transformar em um imperativo para a expansão do seu negócio, há uma busca incessante pela localização geográfica onde os investimentos requeridos sejam menores.

Se por acaso estas virem a se esgotar, e continuar existindo uma demanda considerável, aí sim será viável investir na biotecnologia, na correção dos solos, enfim na adaptabilidade artificial da canavicultura a áreas que atualmente se apresentam hostis, assim como pode vir a ocorrer o direcionamento das políticas territoriais do Estado para esta região.

A partir desta situação, a cana-de-açúcar estaria diretamente na linha de frente da expansão da fronteira agrícola sobre estes biomas e ecossistemas, fato que até o momento não se apresenta de forma viável do ponto de vista da racionalidade econômica capitalista, embora não se possa isentar o setor sucroalcooleiro dos danos provocados pela expansão da fronteira agrícola para estas localidades, uma vez que este comportamento já ocorreu com outras culturas da agricultura capitalista, como é o caso da soja e a própria cana cultivada no Cerrado mato-grossense, por exemplo.

Quanto ao rearranjo territorial destas culturas, embora tenha havido uma expansão extraordinária da cana-de-açúcar nos últimos anos, todas as culturas que puderam se realocar no território não sofreram grandes quebras na produção. (SOUZA, 2008, p.54).

Isto ocorre porque a demanda por estes produtos continuou existindo, principalmente a externa, e estas culturas não deixaram de ser produzidas no país.

Contudo, nota-se que estas culturas “engolidas” pela canavicultura mercantil foram na verdade deslocadas, motivadas pelos altos rendimentos que seu cultivo pode oferecer devido a continuidade da demanda, ou seja, se realocaram, procurando se instalar na melhor localização geográfica disponível.

E isto ocorreu e continuará ocorrendo, mesmo que não preço da destruição das bases naturais da própria vida , além de potencializarem os conflitos fundiários em regiões conflagradas e monopolizarem dezenas de milhares de hectares de terras em prol da reprodução ampliada do capital aí investido.

Esta lógica já fora identificada por Marx (1984, p.766) quando apontara que em determinado momento da evolução do capitalismo no campo, a expansão da terra cultivada se orienta rumo aos piores solos, do ponto de vista das culturas que auferem maior renda fundiária.

Apostar que em razão de os cultivos canavieiros se concentrarem a mais de dois mil quilômetros da Floresta Amazônica não haverá impactos neste bioma é um argumento simplista, e faz parte de um engodo cujo objetivo é produzir a certificação de “ambientalmente sustentável” para conquistar futuros mercados internacionais de etanol, como parte dos esforços pela transformação do etanol na mais nova *commoditie* do agronegócio nacional.

Certificação esta defendida pelos promotores privados e pelo próprio Estado, através de suas políticas territoriais, como o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar e o chamado Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, num contexto em que:

A demanda por produtos certificados é uma forte tendência mundial que visa garantir aos consumidores a adoção de critérios socioambientais nos processos produtivos, considerando os três pilares da sustentabilidade – ambiental, social e econômico. (UNICA, 2010).

É a busca e a disputa pela melhor localização geográfica possível que explica o rearranjo territorial do espaço agrário brasileiro, em que monopolizar as porções do espaço geográfico dotadas de uma combinação convergente entre os vários fatores de localização, significa a possibilidade real de se extrair uma maior renda fundiária.

Ao desfrutar da melhor localização geográfica, classes ou frações de classe passam a auferir renda em patamares diferenciais, além de controlar a terra, os recursos naturais, a força de trabalho, as políticas públicas etc, numa demonstração incontestável de controle e capacidade de ordenação territorial conforme interesses privados.

#### **1.4. O zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar frente às disputas territoriais**

Conforme foi abordado anteriormente, a expansão canavieira, num contexto de disputas territoriais, poderá impactar negativamente a produção interna de alimentos, assim como de forma indireta os biomas fortemente ameaçados mediante a realocação geográfica das culturas que perderam espaço para a canavieira de base empresarial.

Não obstante, emerge ainda a concentração fundiária crescente nesta atividade, somada à superexploração da força de trabalho, o que faz com que a produção de agrocombustíveis, um dos principais responsáveis pela expansão da canavieira mercantil, receba numerosas críticas, principalmente do exterior.

Diante desse contexto, o governo brasileiro implementou em setembro de 2009 o ZAE – Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar - com o objetivo de “[...] fornecer subsídios técnicos para formulação de políticas públicas visando à expansão e produção sustentável de cana-de-açúcar no território brasileiro”. (EMBRAPA, 2009, p.07).

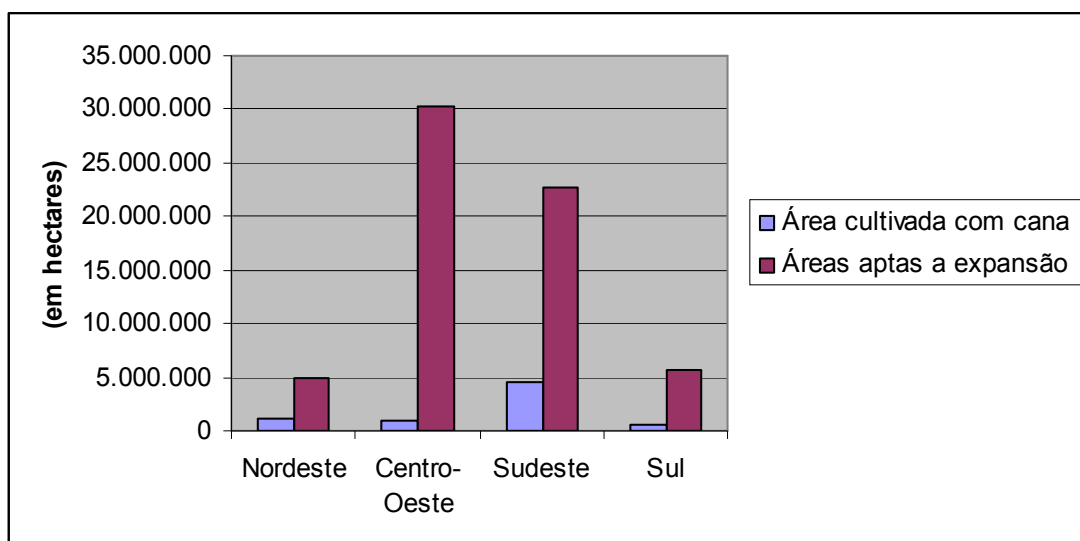
Para tanto, o ZAE considerou aspectos edafoclimáticos, econômicos, topográficos, e supostamente socioambientais para delimitar a área apta à expansão da cana-de-açúcar pelo território brasileiro, excluindo desse zoneamento,

[...] as terras com declividade superior a 12%, observando-se a premissa da colheita mecânica e sem queima para as áreas de expansão; as áreas com cobertura vegetal nativa; os biomas Amazônia e Pantanal; as áreas de proteção ambiental; as terras indígenas; remanescentes florestais; dunas; mangues; escarpas e afloramentos de rocha; reflorestamentos; áreas urbanas e de mineração. Nos Estados da Região Centro-Sul (GO, MG, MT MS, PR e SP), foram também excluídas as áreas atualmente cultivadas com cana-de-açúcar no ano safra 2007/2008 [...] (EMBRAPA, 2009, p.07).

Paralelamente a estas observações, o ZAE ainda aponta como diretrizes gerais a diminuição da competição entre o negócio sucroalcooleiro e a produção de alimentos, e o suposto aumento da empregabilidade e renda da mão de obra do setor canavieiro mediante a mecanização do corte de cana-de-açúcar (EMBRAPA, 2009, p. 09), o que por si só representa uma das muitas contradições que serão abordadas posteriormente.

Nesse contexto, este zoneamento conclui que o Brasil possui cerca de 64 milhões de hectares de áreas aptas à expansão do negócio sucroalcooleiro, sendo que a maioria encontra-se ocupada pela agropecuária, o que aponta para um acirramento das disputas territoriais entre o setor sucroalcooleiro e as demais culturas praticadas no espaço agrário em questão.

Só para se ter uma idéia da dimensão desta área no contexto do Centro-Sul e do Nordeste, ela representa 30,5% da atual área ocupada pelas lavouras e pelas pastagens. (IBGE, 2006, p. 41).



**Gráfico 05: Comparação entre a atual área cultivada com cana-de-açúcar e as áreas aptas à expansão.**

Fonte: EMBRAPA, 2009.

Org. Marcos A. de Souza.

Os dados apresentados apontam para uma grande contradição deste zoneamento. Se o objetivo é ordenar a expansão da cana-de-açúcar de forma sustentável, sem impactar negativamente o bioma amazônico, por exemplo, como bloquear a expansão das atividades por ela inviabilizadas, e que comprovadamente empurra a fronteira agrícola rumo aos outros biomas e ecossistemas fortemente ameaçados?

Ora, não é demais retomar o que já foi exposto anteriormente, no que tange a presença da cana-de-açúcar no bioma amazônico, já que entende-se que não são os mecanismos apresentados por esta política de ordenamento territorial que irão impedir que o agronegócio sucroalcooleiro se expanda.

Antes, o ambiente edafoclimático, as condições de infra-estrutura, e, sobretudo, da acessibilidade frente aos mercados impedem que esta porção territorial esteja no vetor prioritário desta expansão.

Isso pode ser verificado quando se observa a figura 5, em que se constata nitidamente que é ínfima a presença de unidades agroindustriais neste bioma, e isto sem a vigência de nenhum zoneamento estatal, mas tão somente pela racionalidade econômica capitalista.

Assim, o zoneamento não traz nenhum mecanismo que restrinja a expansão das pastagens, da soja, do milho e de outras culturas praticadas majoritariamente no vetor de expansão da cana-de-açúcar.

Isso ocorre porque “[...] essas terras ganham novas valorizações que acabam por expulsar certos produtos para áreas ainda não utilizadas”. (SANTOS, 2006, p. 119). E como a demanda por estas culturas continua existindo tanto no plano interno quanto no externo, estas tendem a se deslocar para zonas periféricas do espaço agrário brasileiro, sendo decisivo para essa expansão a abundância de terras e, sobretudo, o preço relativamente baixo.

Por outro lado, a suposta preocupação do zoneamento frente às disputas territoriais entre a atividade sucroalcooleira e a policultura parece não passar de um engodo, tendo em vista que além da maior parte das áreas consideradas aptas estarem alocadas sobre uma importante base territorial da produção de alimentos, não há limites nem restrições para o avanço da canavicultura mercantil sob estas porções espaciais.

Numa outra vertente, o Estado brasileiro não tem criado mecanismos que visem estimular a produção de alimentos no âmbito da soberania alimentar na mesma proporção creditícia que é destinada ao agronegócio, o que aumenta a vulnerabilidade deste setor frente estas disputas territoriais, em que os vencedores serão aquelas culturas que possibilitarem ao agronegócio uma maior renda da terra.

Isto atesta o exposto por Silva (1981, p.31), de que a produção de alimentos fica geralmente relegada aos estabelecimentos que não possuem condições de empreenderem uma atividade empresarial no espaço agrário.

Em uníssono, Furtado (2005, p.237) aponta que enquanto boa parte das melhores terras agrícolas estiverem destinadas à monocultura, a demanda por alimentos deverá ser suprida com importações.

Em suma, há uma fragilidade no tocante à soberania alimentar tendo em vista que esta imperiosa necessidade humana fica relegada às oscilantes condições de mercado, num contexto em que abundam terras que poderiam ser incorporadas à produção de alimentos.

Nesse contexto, o zoneamento não é capaz de impedir as disputas territoriais em porções do espaço geográfico consideradas estratégicas para a soberania alimentar, tendo em vista que a lógica permanece beneficiando as culturas mais rentáveis, uma vez que:

[...] do ponto de vista das empresas, o mais importante mesmo é a guerra que elas empreendem para fazer com que [...] os pontos onde desejam instalar-se [...] apresentem um conjunto de circunstâncias vantajosas [...] a existência das empresas sobre um dado território acaba por ser algo que, ao mesmo tempo, é resultado e causa de uma disputa por posições[...] cabendo às empresas mais poderosas a preferência pelos lugares mais rentáveis, enquanto as demais devem ser relegadas a posições menos produtivas. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.297).

Até porque “a ação e controle sobre uma determinada área visa garantir em última análise a reprodução da sociedade de classes [...]” (CORREA, 1986, p.48), ou melhor, da reprodução ampliada do capital para a fração de classe que o controla e o investe no agronegócio sucroalcooleiro.

Sendo assim, é necessário explicitar a incoerência das políticas públicas que supostamente deveriam ordenar a competição por terras agricultáveis, num contexto em que, de acordo com a Embrapa (2009, p. 17 ) o Brasil possui cerca de 64 milhões de hectares aptos para a expansão da produção canavieira.

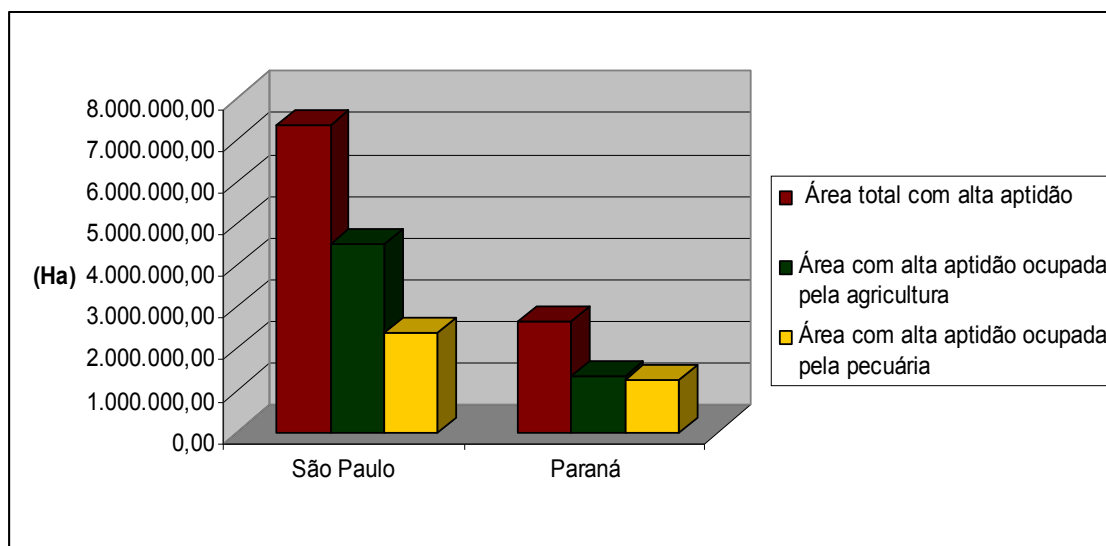
Destes, 58,7 encontram-se na porção Centro-Sul do território brasileiro, foco privilegiado das atividades agropecuárias no território, com cerca de 154,1 milhões de hectares ocupados pelas pastagens e pelas lavouras de um total nacional de 249 milhões de hectares. (IBGE, 2006, p.41-46). Em outras palavras, o percentual indicado pelo zoneamento é 38% das áreas atualmente ocupadas por pastagens e por lavouras temporárias e permanentes no Centro-Sul, conforme já tratado anteriormente.

Esse dado por si só aponta que o zoneamento ao invés de diminuir a competição entre a produção de alimentos e a produção canavieira, legitima as disputas territoriais dentro de uma porção espacial que concentra cerca de 62% das atividades agropecuárias no território brasileiro.

Quando se analisa por unidades de federação, pode se constatar a dimensão das disputas territoriais entre a expansão da cana-de-açúcar e as demais atividades agrícolas em que se incluem a produção dos alimentos da cesta básica brasileira.

Isso porque o ZAE classifica estes cerca de 64 milhões de hectares potencialmente aptos para a expansão canavieira em três classes de potencial: alta, média e baixa.

Isso indica que há uma perspectiva de expansão prioritária para as áreas de alta aptidão que garantem um auferimento da maior renda fundiária, o que pode impactar a produção de alimentos ao se constatar que grande parte destas áreas, que totalizam 19,2 milhões de hectares (EMBRAPA, 2009, p.21), se encontram atualmente ocupadas exclusivamente pela agricultura em vários estados brasileiros, principalmente nos dois atuais maiores produtores nacionais, senão vejamos o gráfico 06 .



**Gráfico 06: Uso do solo em áreas com alta aptidão para a expansão canavieira nos dois maiores produtores nacionais do setor sucroalcooleiro.**

**Fonte:** Embrapa, 2009, p. 17-20

Org. Marcos A. de Souza.

Diante destes dados arrolados, esboroa-se a tese de esta expansão será orientada prioritariamente rumo às áreas atualmente degradadas, ocupadas pela pecuária extensiva (EMBRAPA, 2009, p.11), o que tornaria possível a expansão da “ [...] área de cultivo com cana-de-açúcar sem afetar diretamente as

terras utilizadas para a produção de alimentos”, como sustenta a Embrapa (2009, p. 07).

Ao contrário, conforme destacado anteriormente, parte significativa das áreas com a maior aptidão para a expansão canavieira encontram-se ocupadas na atualidade exclusivamente pela agricultura, sendo estas, maioria nos dois principais representantes do setor sucroalcooleiro.

Oliveira (2007, p. 44 ), ao sentenciar que no sistema capitalista é “[...] o preço da produção do pior solo que regula o preço de mercado [...]”, o agroindustrial do setor sucroalcooleiro terá uma maior renda diferencial da terra se produzir no melhor e mais bem localizado solo, o que desfavorece os cultivos alimentares, que historicamente sempre estiveram em um “[...] segundo e apagado plano”, como sustenta Prado Júnior (1981, p.50).

Não obstante, o zoneamento ainda não consegue resolver a problemática da concentração fundiária, da degradação dos solos, do uso massivo de agrotóxicos, além de não eliminar os mecanismos que garantem a máxima extração de mais-valia dos cortadores de cana, superexplorando-os ao ponto de serem comparados aos escravos do período colonial açucareiro, aspectos estes que serão discutidos posteriormente.

Portanto, uma política de ordenamento territorial para o equacionamento da produção sucroalcooleira que não leve em consideração a complexa dinâmica territorial deste estaria fadada a manutenção dos impactos socioambientais inerentes a sua expansão.

Até porque, como elucida Haesbart (2006, p.123), não considerar esta dinamicidade que confere uma lógica territorial própria a cada territorialização no espaço, seria “[...] retornar mais uma vez a políticas paliativas e setoriais de pensar a relação entre a sociedade e seu espaço”.

Persistir nessa lógica seria o mesmo que delegar plena liberdade de ação aos agentes deste ordenamento, seguindo aos interesses do seu negócio, num contexto que nosso interlocutor aponta que “[...] formar territórios é automaticamente ordená-los”.

Tanto a mediação corporativista quanto a normatização frágil, nos termos aqui apontados evidencia que o Estado é “[...] a forma pela qual os

indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns[...]” como sentenciara Marx e Engels (1998, p.76).

Nesse caso específico, significa dizer que as políticas estatais de ordenamento territorial, como o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar não teriam efetivamente o poder de converter a produção do agronegócio sucroalcooleiro em algo “socioambientalmente sustentável”, o que faz crer que o ZAE tenha apenas a finalidade de certificar internacionalmente a produção sucroalcooleira através de uma política pública que não apresenta uma perspectiva de ruptura ao modelo predatório inerente ao agronegócio sucroalcooleiro.

Portanto, não se equivocara Leff (2005, p. 264-265) ao chamar a atenção para um processo inerente à racionalidade econômica da atualidade, marcada pelo que denomina de “economização da natureza” e “ecologização da economia”, em que as grandes corporações tem encontrado no tão propalado “desenvolvimento sustentável” um nicho de mercado capaz de aumentar seus rendimentos.

[...] hoy se promueve una explotación “conservacionista” de la naturaleza. [...]La geopolítica de la biodiversidad y del desarrollo sustentable no sólo prolonga e intensifica los anteriores procesos de apropiación destructiva de los recursos naturales, sino que cambia las formas de intervención y apropiación de la naturaleza y lleva a su límite la lógica de la racionalidad económica. Esta nueva geopolítica de la sustentabilidad se configura en el contexto de una globalización económica que, al tiempo que lleva a la desnaturalización de la naturaleza, promueve con el discurso del desarrollo sostenible una estrategia de apropiación que busca “naturalizar” la mercantilización de la naturaleza. En esa perversión de “lo natural” se juegan las controversias entre la economización de la naturaleza y la ecologización de la economía.

Nesse contexto, a produção de agrocombustíveis seria certificada como sendo “socioambientalmente sustentável”, ao mesmo tempo em que sua produção passaria a ser disseminada como a panacéia para os males do aquecimento global antropogênico, faceta esta disseminada pelos agentes daquilo que Porto-Gonçalves (2008, p.334) conceituou como sendo o complexo técnico-científico-industrial-financeiro-midiático.

## 2 - A DINÂMICA GEOGRÁFICA DA TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO NO ESTADO DO PARANÁ

Ao contrário do que ocorreu na região nordeste, o estado do Paraná não fez parte do ciclo da cana-de-açúcar durante o período colonial. Do ponto de vista econômico, mesmo na primeira metade do século XX, a produção canavieira estadual era praticamente inexpressiva.

Isto porque este estado somente veio a se constituir como fronteira econômica no século XIX, ao contrário do Nordeste, que por características geográficas inalienáveis, sobretudo a localização com relação aos fluxos do e para o além mar, aliado às condições edafoclimáticas, converteu-se em espaço privilegiado para a implantação da monocultura açucareira nos moldes conhecidos.

Enfim, naquele contexto, a própria localização geográfica do Paraná é um fator não negligenciável, tendo em vista a posição em relação ao grande mercado consumidor europeu, que durante o período colonial era o principal e praticamente exclusivo destino das exportações do açúcar produzido nos trópicos.

A este respeito, Andrade (1994, p.54) aponta que apesar de a cana começar a ser cultivada no litoral do Paraná no século XVII, foi somente em 1878 que fora implantado o Engenho de Morretes – primeiro grande empreendimento do setor canavieiro no estado - não chegando este a funcionar com toda a sua capacidade operacional, uma vez que havia dificuldades na captação de mão-de-obra, além de estas terras estarem geograficamente localizadas em encostas acidentadas e dotadas de um clima que não atendia às necessidades da cana-de-açúcar.

A região que congregava as condições naturais, econômicas e sociais para o pleno desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar no estado do Paraná, que corresponde geograficamente às faixas de terras localizadas nas mesorregiões norte e noroeste, principalmente, só seriam ocupadas e teriam expressividade econômica a partir da segunda metade do século XX, quando se consolida o processo de ocupação e colonização desta porção territorial.

E como se sabe, a incorporação econômica do norte do Paraná foi um apêndice da expansão da cultura cafeeira<sup>9</sup> que já se encontrava há quase um

---

<sup>9</sup> De acordo com Westphalen et al (1969, p.223), o Paraná chegou a produzir um terço da produção mundial de café

século instalada no vizinho estado de São Paulo e que predominou no espaço agrário do norte/noroeste paranaense até meados da década de 1970.

Corroborando esta afirmação, Carvalheiro (2005, p.03) nos mostra que,

A economia do Paraná desenvolveu-se historicamente quase que exclusivamente em função de estímulos externos – sejam eles de origem nacional ou internacional, sendo que até o término da terceira década do século XX o Estado do Paraná não passava de uma economia periférica no sistema econômico brasileiro. O Estado ocupava uma posição de dependência em relação ao Estado de São Paulo no início de seu desenvolvimento econômico, pois seu motivador principal de desenvolvimento e integração, a cultura de café, estava ligado à economia paulista.

Nesse contexto, a região da Zona da Mata nordestina, que corresponde ao chamado Nordeste Açucareiro, bem como algumas áreas produtoras da região Sudeste, eram as duas porções espaciais de maior expressividade na produção de cana - de- açúcar, enquanto que no Paraná os estabelecimentos produtivos nesta época estavam constituídos “[...] fundamentalmente por engenhos ou engenhocas, uma vez que a falta de capitais e tradição nesse tipo de atividade permitiam somente suprir a demanda doméstica [...] auxiliadas por freqüentes importações de açúcar [...], sobretudo de São Paulo.” (SHIKIDA; RISSARDI JR, 2007, p.20).

Shikida (2001, p.28) aponta que em meados da década de 1930 o estado do Paraná possuía apenas 316 engenhos que atuavam no processamento da cana-de-açúcar – o que correspondia a cerca de 1,3% da produção nacional - fundamentalmente na produção de açúcar e derivados, como aguardente e rapadura.

Foi somente a partir da década de 1940 que começam a se instalar no Paraná unidades agroindustriais açucareiras de grande porte, como é o caso da implantação da Usina Malucelli em 1947 e da Usina Central” em Porecatu, que já figurou entre as maiores usinas sucroalcooleiras da América Latina.

Porém, o grande marco na expansão do setor sucroalcooleiro pelo estado do Paraná foi a criação, pelo governo militar brasileiro, do Proálcool, cujo objetivo principal era alavancar a agroindústria sucroalcooleira através da criação de uma demanda interna por etanol diante de uma crise internacional no preço do açúcar e do endividamento dos agroindustriais canavieiros, como aponta Yoshinaga (2006, p.78).

Neste mesmo período (década de 1970), ocorria no estado do Paraná, assim como no estado de São Paulo, a intensificação de um processo que se iniciara em meados da década de 1960: a substituição das lavouras cafeeiras por outras culturas.

Nesse contexto, a cana-de-açúcar surge como uma alternativa econômica à agricultura de base empresarial, pois esta substituição foi favorecida pelos recursos públicos do estado brasileiro, que começou a atuar nesse sentido já na década de 1960 no estado de São Paulo e depois em todo o Centro-Sul:

A expansão da agroindústria canavieira no estado de São Paulo ocorreu conforme o planejamento político engendrado pelo Grupo Executivo de racionalização da Agricultura – GERCA – cujos estudos realizados desde 1961 apontava que as usinas de açúcar eram as atividades agroindustriais prioritárias para substituir a agricultura cafeeira [...] o Instituto Brasileiro do Café – IBC- firmou convenio com o IAA, visando a coordenação conjunta do programa de erradicação dos antieconômicos cafeeiros. (YOSHINAGA, 2006, p.78).

É a partir destas iniciativas empreendidas pelo Estado brasileiro, cujo papel histórico no processo de formação econômica nacional privilegiou as formas de produção agropecuária mercantil, que ocorreu uma expansão vertiginosa da agroindústria sucroalcooleira no Paraná.

Isso pode ser comprovado ante a ampliação tanto da área plantada quanto do aumento do número de usinas e destilarias implantadas, sobretudo nas mesorregiões norte e noroeste paranaense<sup>10</sup>, onde as condições naturais constituem de forma satisfatória o ambiente edafoclimático da cana-de-açúcar, além do fato de que a porção setentrional do Paraná se encontra geograficamente na região de maior frota nacional de automóveis, conseqüentemente, o maior mercado consumidor de etanol.

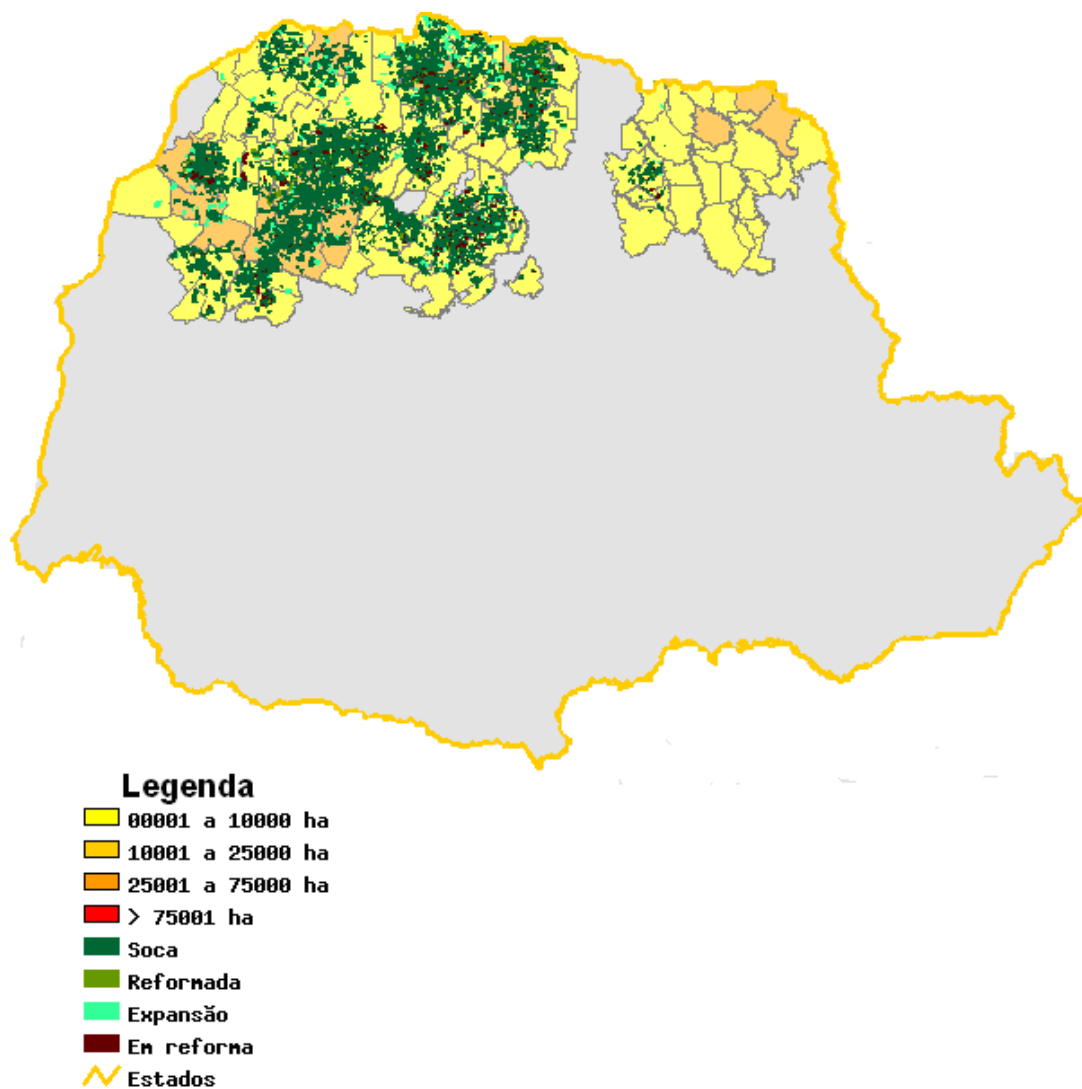
Nesta mesma vertente, Szmrecsányi (1979, p.79) aponta que a partir da implantação do Proálcool ocorreu uma expansão sem precedentes do agronegócio canavieiro no Paraná, mais especificamente na porção setentrional do estado, principalmente por esta apresentar os mais elevados rendimentos no setor naquela conjuntura favorável à expansão.

Assim, logo nos primeiros anos da implantação deste programa, o Paraná dobra a sua capacidade instalada para a produção de açúcar e incrementa

---

<sup>10</sup> De acordo com Ipardes (2010) a porção setentrional do estado do Paraná (Norte Pioneiro, Norte Central e Noroeste Paranaense) concentravam 92,7% da produção canavieira no estado.

consideravelmente a de álcool, passando de 24,5 milhões de litros para 61,2 milhões de litros.



**Figura 06 - Localização geográfica da produção canavieira no Paraná**

Fonte: Canasat, 2010 – Safra 2009/2010.

Adaptado por Marcos A. de Souza

Shikida e Rissardi Jr. (2007, p.13) apontam que este processo de expansão da agroindústria sucroalcooleira pelo estado do Paraná passou por três fases distintas, ocorridas após o Proálcool: uma marcada pelo intervencionismo/subvencionismo estatal e pela criação do Proálcool, outra marcada pela popularização dos automóveis movidos exclusivamente por etanol, e uma terceira, caracterizada pela desregulamentação do setor sucroalcooleiro.

De acordo com nossos interlocutores, a primeira delas, que vai do ano de 1975 até 1979, é marcada por um crescimento moderado, onde o modelo subvencionista era um imperativo para a viabilidade econômica do setor, sendo a produção de etanol (álcool anidro) a que mais crescia, na medida em que o Estado instituía a adição deste agrocombustível a gasolina para assegurar uma demanda para a produção.

Esta ação coordenada pelo Estado, que atuou no sentido de instituir “[...] canais de financiamentos para montagem de usinas [...] nas regiões cafeeiras [...]” (YOSHINAGA, 2006, p. 78), explica o fato de que várias cooperativas cafeeiras do Norte e do noroeste do estado investiram na implantação de agroindústrias sucroalcooleiras, como é o caso da COROL, COFERCATU, Nova Produtiva, COOPERVAL etc, como alternativa ao declínio do agronegócio cafeeiro, que significava anteriormente a maior participação da renda destas cooperativas.

Nesse contexto, no período entre 1980-2006, houve uma diminuição de 83,1% na área ocupada pelo café no norte e noroeste paranaense (IPARDES, 2008, s/p.), passando de 513.757 hectares em 1980 para apenas 86.690 em 2008, enquanto que com a cana-de-açúcar ocorreu o contrário.

No que diz respeito à área cultivada no estado do Paraná, desde a implantação do Proálcool, os dados mostram a passagem de 47.570 ha em 1978 para 551.410 ha na safra canavieira de 2008/09, o que equivale a um aumento de cerca de 1.160%. (ALCOPAR, 2011, s/p.)

Outro ponto a ser destacado, e que confere importância ao estado do Paraná no cenário do agronegócio canavieiro, é o aumento da participação da produção paranaense na produção nacional de cana-de-açúcar, passando de 2,8% durante a safra 1978/1979 para 8,1% da safra brasileira em 2007/2008, como apontam os dados do Ministério da Agricultura (BRASIL, 2009, p.157).

Não obstante, se na safra 1974/1975, o Paraná ocupava somente a sexta posição no *ranking* nacional da produção canavieira – atrás de São Paulo (49,8%), Pernambuco (17,1%), Alagoas (13,1%), Rio de Janeiro (7,6%) e Minas Gerais (2,6%), - na atualidade este estado se consolidou na segunda posição nacional. (SZMRECSÁNYI, 1979, 74).

Um olhar mais detalhado sobre o período em questão aponta o seguinte: entre os anos de 1980 e 1985 ocorreu de fato uma expansão acelerada do

agronegócio canavieiro, tendo em vista que ocorreu um incremento da demanda pela popularização dos automóveis movidos exclusivamente a etanol (álcool hidratado).

Se na safra de 1978/1979 existiam no Paraná apenas quatro unidades produtoras de cana moída, em 1986 já eram 26, como aponta Shikida (2001, p.34), o que representa um aumento da ordem de 650% em apenas 7 anos. (gráfico 07).

Atualmente existem 30 usinas e destilarias em operação no Paraná, concentradas principalmente no norte/noroeste, havendo tendências para uma franca expansão tanto no aumento da área plantada quanto na construção de novas unidades agroindustriais.

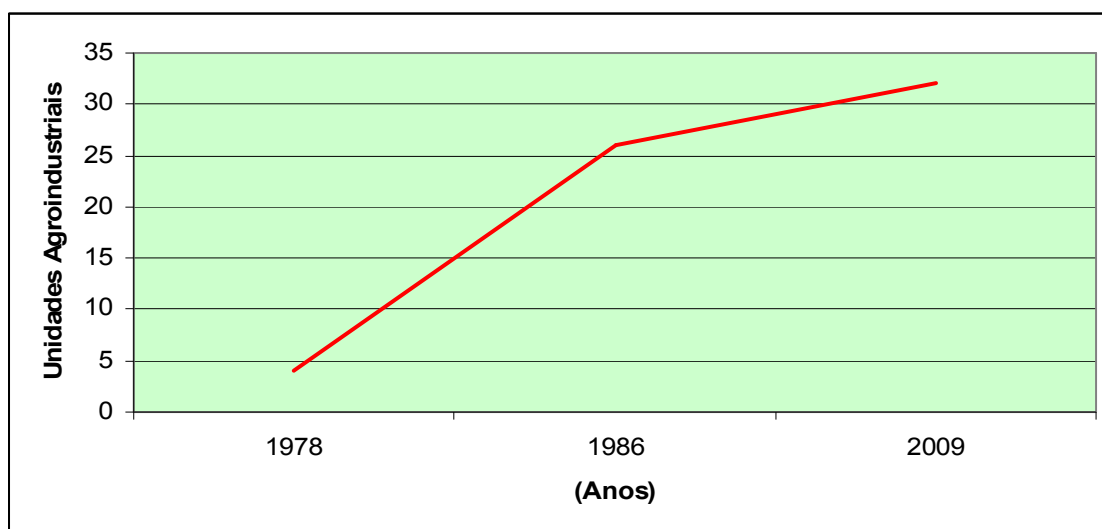


Gráfico 07: **Evolução do número de agroindústrias canaveiras no Estado do Paraná entre 1978 e 2009.**

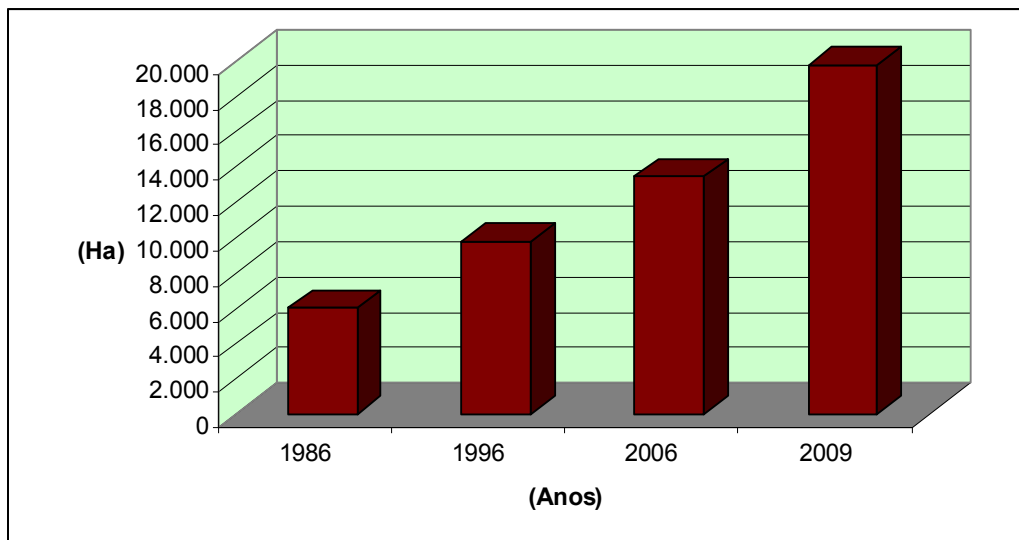
**Fonte:** Alcopar, 2010.

Org. Marcos A. de Souza.

Quando se verifica uma expansão em proporções tão pronunciadas como esta, faz-se necessário refletir sobre as conseqüências inerentes à expansão das principais culturas do agronegócio pelo território nacional, num contexto em que Andrade (1994, p.61) ratifica que a expansão canaveira provocou profundas transformações socioespaciais no norte do Paraná, sendo a concentração fundiária uma das mais iminentes.

Só para se ter uma idéia desta concentração, em 1986, ano ápice da fabricação de automóveis movidos a etanol, no estado do Paraná havia uma média de 6 mil hectares de área plantada para cada unidade agroindustrial.

Na safra 2007/2008 esta média já era de 19.800 hectares por unidade, o que significa um aumento de 330%, conforme pode ser constatado no gráfico 08, num contexto em que “ [...] o capital tem se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovido a sua formação em setores econômicos do campo em que a renda da terra é alta, como no caso da cana, da soja, da pecuária de corte”.(MARTINS, 1981, p.175).



**Gráfico 08: Evolução no tamanho médio cultivado por cada unidade agroindustrial canavieira no Paraná – 1980-2009.**

Fonte: ALCOPAR, 2008.

Org Marcos Antonio de Souza.

Nesta mesma vertente, os dados censitários apontam para a consolidação de um processo em que a estrutura fundiária do estado do Paraná mostra uma tendência crescente à concentração, constatação esta visível na diminuição em cerca de 33% no número de estabelecimentos agropecuários no período de 1970 a 2006, ao mesmo tempo em que há um incremento de 20% da área ocupada pelas atividades agropecuárias. (IBGE, 2006).

Esta redefinição da estrutura produtiva supõe novos critérios de gestão do território, sujeitando-o a uma nova forma de produzir, onde o monopólio das terras (através da propriedade privada ou do arrendamento) passa a desempenhar um papel preponderante no auferimento da renda fundiária, que move a racionalidade econômica capitalista no âmbito da agricultura de base empresarial.

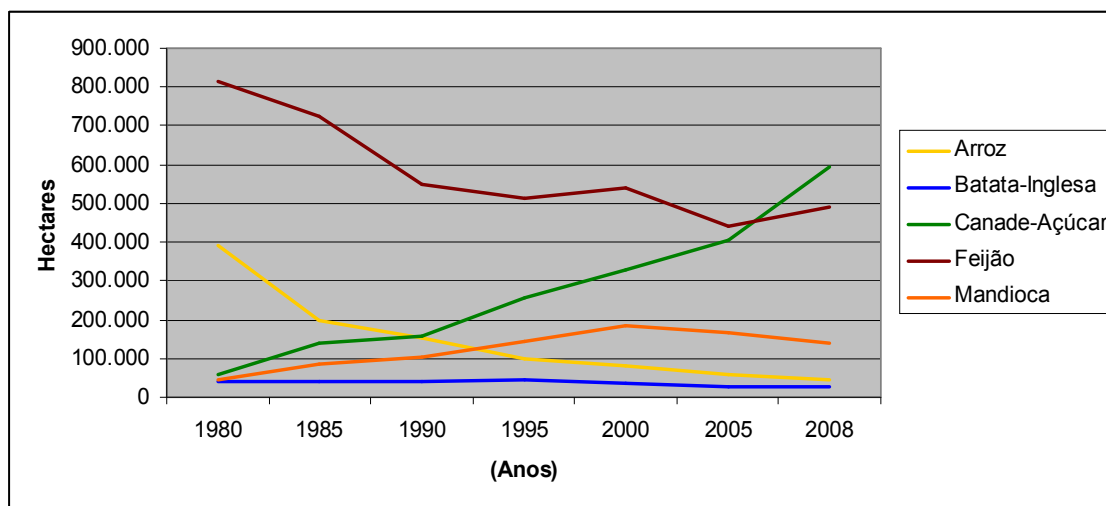
**Tabela 01: Evolução histórica da estrutura fundiária paranaense entre 1970 e 2006.**

| Variáveis                                       | 1970       | 1980       | 1995       | 2006       |
|---|------------|------------|------------|------------|
| <b>Número de estabelecimentos agropecuários</b> | 554.488    | 454.103    | 369.875    | 373.238    |
| <b>Área Total (ha)</b>                          | 14.625.530 | 16.330.330 | 15.945.632 | 17.568.069 |
| <b>Área Média (ha)</b>                          | 23,7       | 35,9       | 43,1       | 47         |

Fonte: IBGE, 2009.  
Org. Marcos A. de Souza.

É necessário compreender que esta concentração fundiária, demonstrada na tabela 01, é inerente ao *modus operandi* do agronegócio, o que representa dizer que o capitalista só investe no campo para remunerar o seu capital aí investido, ou melhor, reproduzi-lo de forma ampliada, ao contrário do camponês, que cultiva a terra para retirar dela a sua subsistência e a de sua família.

Aliada a esta discussão da concentração fundiária há ainda o debate que envolve a dualidade existente entre a expansão da monocultura canavieira e a produção dos alimentos para o mercado interno.



**Gráfico 09: Evolução da área ocupada por culturas selecionadas no Paraná entre 1980 e 2008.**

Fonte: IPARDES, 2010.  
Org. Marcos A. de Souza.

De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2010, s/p.), em 1980 havia 390.545 hectares cultivados com

arroz no estado. Já em 2008 a área havia caído para 46.959 hectares, o que representa uma queda de 88%.

Outro alimento fundamental que compõe a base alimentar do brasileiro é o feijão. Em 1980 se colheu 815.088 hectares no Paraná, segundo dados do IparDES (2010, s/p.). Por outro lado, em 2008 a área colhida foi de 491.923 hectares, o que representa um declínio da ordem de quase 40%.

Algo próximo aconteceu com a batata inglesa, que teve uma diminuição de 34,5% da área plantada nesse período, passando de 42.630 hectares em 1980 para 27.903 hectares em 2008 (IPARDES, 2010, s/p.).

Por outro lado, a cana-de-açúcar registrou um aumento expressivo na área colhida durante o período analisado (gráfico 06), passando de 57.990 hectares em 1980 para 594.585 hectares em 2008 (IPARDES, 2010, s/p.), o que representa um aumento na área colhida de 925 %, a taxas de crescimento anual da ordem de 33%.

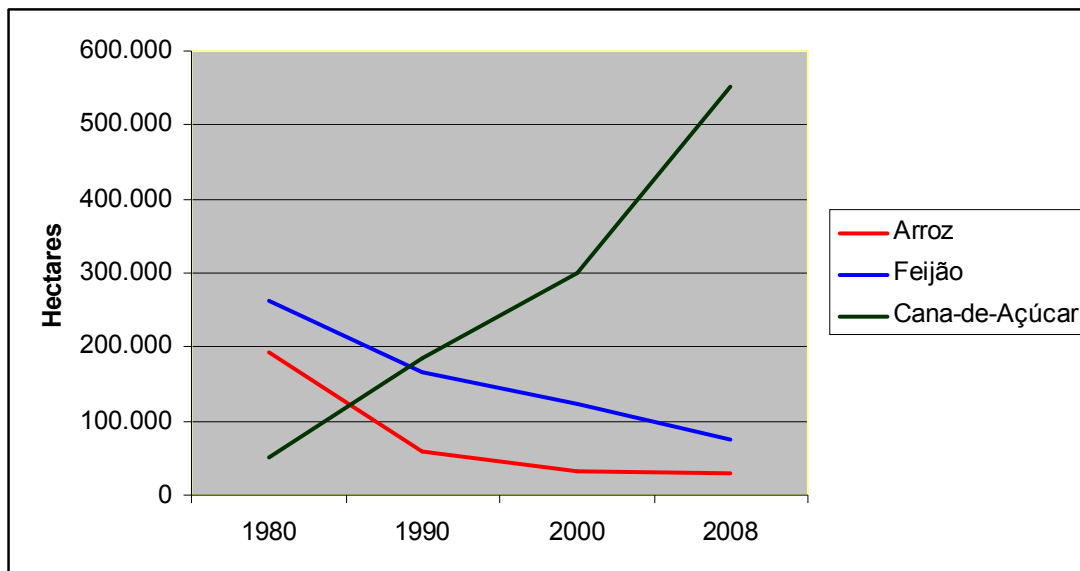
Muitos poderão salientar que esses dados referentes a todo o Paraná são incoerentes com esta análise, dada a diversidade geoeconômica do estado, num contexto em que o *otimum* de localização geográfica seria a porção norte/noroeste paranaense. Trata-se do discurso de que o avanço da cana-de-açúcar não poderia estar associado à diminuição das áreas destinadas à produção de alimentos, como arroz e feijão.

Para refutá-lo, nada melhor que tomar as mesmas variáveis observadas anteriormente, tendo como foco o Norte Pioneiro, o Norte Central e o Noroeste Paranaense, território do agronegócio canavieiro.

No ano de 1980, nestas mesorregiões do Paraná que concentravam 92,7% da cana-de-açúcar plantada no estado (IPARDES, 2010, s/p.), a área colhida de arroz foi de 193.370 hectares.

Já em 2008, nesta mesma porção territorial colheu-se 28.812 hectares de arroz (IPARDES, 2010, s/p.), o que equivale a uma queda de 85%.

Da mesma forma, a área colhida de feijão diminuiu vertiginosamente entre 1980 e 2006, conforme indicam os dados do IPARDES. Se em 1980 no norte/noroeste paranaense foram colhidos 262.254 hectares de feijão, em 2008 esta área foi 71% menor, passando para 74.691 hectares.



**Gráfico 10: Evolução da área ocupada por culturas selecionadas no Norte e Noroeste do Paraná entre 1980 e 2008.**

Fonte: IPARDES, 2010.

Org. Marcos A. de Souza.

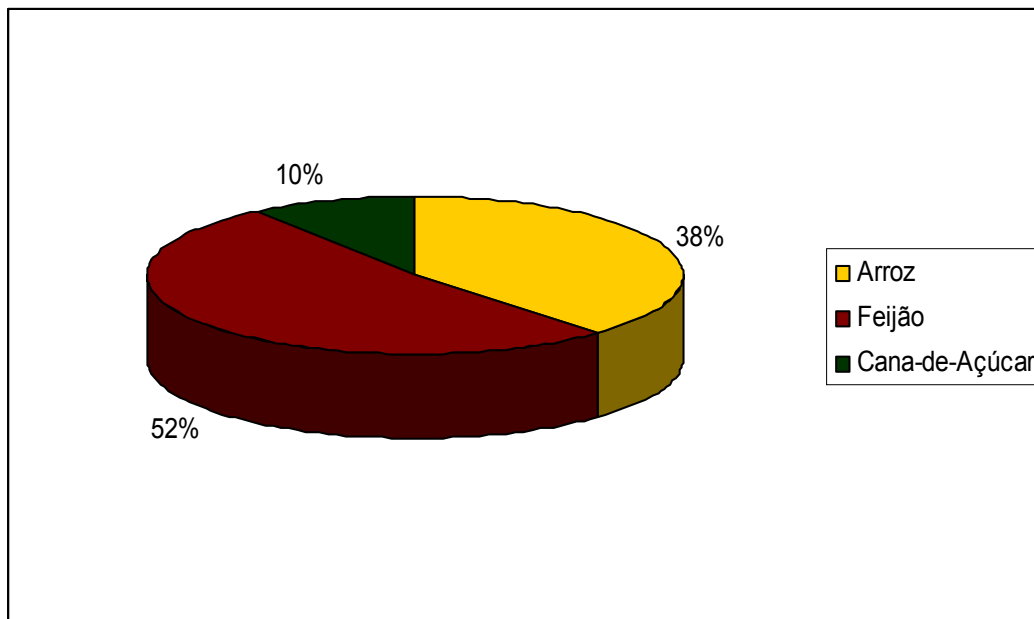
Já com a cana-de-açúcar ocorreu o inverso. Neste período, a porção norte/noroeste paranaense apresentou um aumento de aproximadamente 977% na área ocupada pela cana, passando de 51.189 em 1980 para 551.410 hectares em 2006.

Crescimento ainda maior apresentou a lavoura canvieira na região noroeste do Paraná, que de apenas 815 hectares em 1980, passou para 289.993 hectares (IPARDES, 2010, s/p.), o que representa um aumento da ordem de 35.481%.

Para se ter uma idéia das disputas territoriais entre o setor canavieiro e as culturas alimentares na porção setentrional do estado do Paraná, vejamos os gráficos 11 e 12, que ilustram bem este processo de fortes disputas territoriais no campo norte paranaense.

Em 1980 nas mesorregiões do Norte Pioneiro, o Norte Central e no Noroeste Paranaense foram cultivados 506.813 ha de arroz, feijão e cana-de-açúcar. Desse total, 89,9% foram cultivados com arroz e feijão em 1980.(gráfico11).

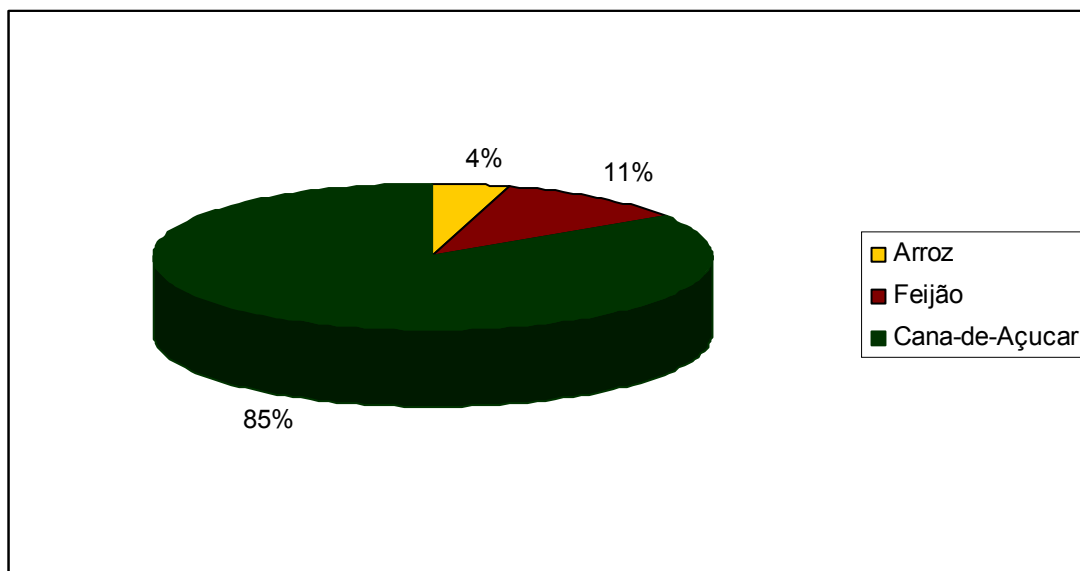
Já em 2008 esta situação se inverte radicalmente A área ocupada por arroz, feijão e cana-de-açúcar somavam 654.913 ha, sendo que desse total, a cana que ocupava em 1980 apenas 10,1% da área plantada com esses três cultivos, passou a ocupar cerca de 85%.(gráfico 12).



**Gráfico 11 - Área ocupada por culturas selecionadas em 1980**

Fonte: IPARDES, 2010.

Org. Marcos Antonio de Souza.



**Gráfico 12 - Área ocupada por culturas selecionadas em 2008**

Fonte: IPARDES, 2010.

Org. Marcos Antonio de Souza.

. Portanto, não se trata de uma simples discussão ideológica atrasada, como quer fazer crer a mídia e os defensores do agronegócio, que propalam ufanicamente a eficiência produtiva da agricultura de base empresarial, sem

atentar para a super-exploração da força de trabalho, os impactos ambientais, os riscos à soberania alimentar, dentre outros fatores.

Pelo contrário, estes comprovam um rearranjo espacial no agrário paranaense, e de forma mais acentuada na área de territorialização da cana-de-açúcar no estado, que controla e se expande pela porção que concentra um dos domínios pedológicos mais férteis do país, em detrimento da produção de alimentos.

Ora, com uma expansão desta ordem, é óbvio que o espaço agrário local foi drasticamente impactado: os resultados mais concretos e empiricamente verificáveis são, num primeiro momento, o predomínio de uma nova cultura na paisagem, o que significa a destruição de usos que prevaleceram no período anterior a esta expansão.

E não é difícil constatar que esta substituição foi orientada pela rentabilidade, posto que os cultivos alimentares, via de regra, apresentam margem de lucro incompatíveis com as taxas médias de lucro perseguidas pelo agronegócio, o que as tornam momentaneamente inviáveis para a agricultura de base empresarial.

O fato é que no processo de expansão canavieira, estas culturas “inviáveis”, podem estar geograficamente localizadas em áreas que também são objeto da pretensão do agroindustrial.

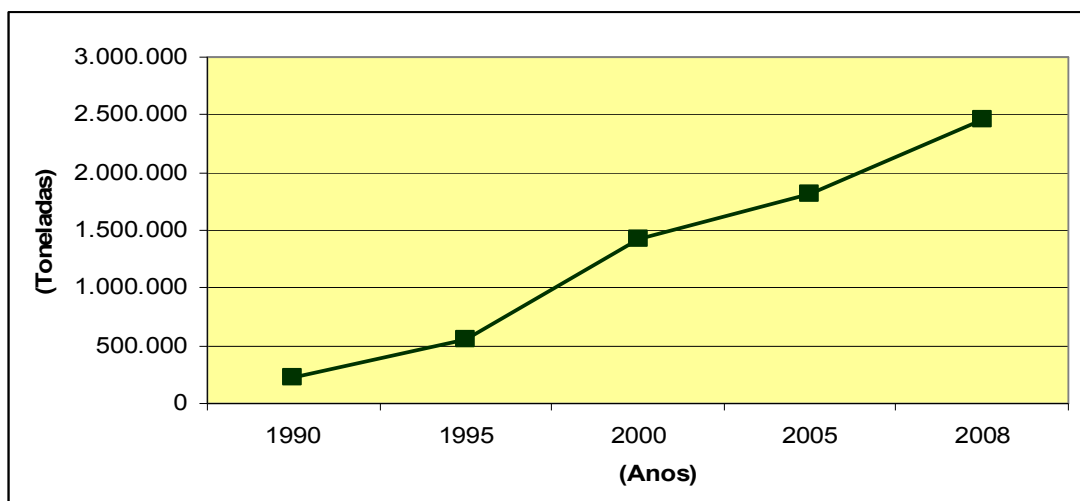
Sabidamente este não irá poupar esforços em controlar a melhor localização, no intuito de auferir um lucro extraordinário, em face das vantagens aí contidas (solos mais férteis, menores distâncias a serem percorridas, menor suscetibilidade a fatores climáticos etc), o que lhe permitirá auferir maior renda diferencial.

Sobre a competição da lavoura canavieira com a cultura da mandioca no noroeste paranaense, Sepulcrist e Groxco (2007, p. 3) revelam que:

A prática usada pela indústria sucroalcooleira, na disputa do espaço na região, é de arrendamento da terra aos produtores. Para o estabelecimento dos preços [...] se utilizam três critérios: fertilidade dos solos, distância da indústria e facilidade de mecanização. [...] a indústria paga por ano entre 30 e 50 toneladas de cana por alqueire, ao preço de 38 reais (ALCOPAR, 2007). Assim nas áreas mais férteis [...] o preço [...] é de 1900 reais por hectare/ano [...] e os menos férteis (...) 1140 reais por hectare/ano [...] com contratos de no mínimo cinco anos sem correr risco

algum[...] os plantadores de mandioca [...] pagam em média 620 reais por hectare para uma safra de dois anos, [...] 310 reais/ha/ano.

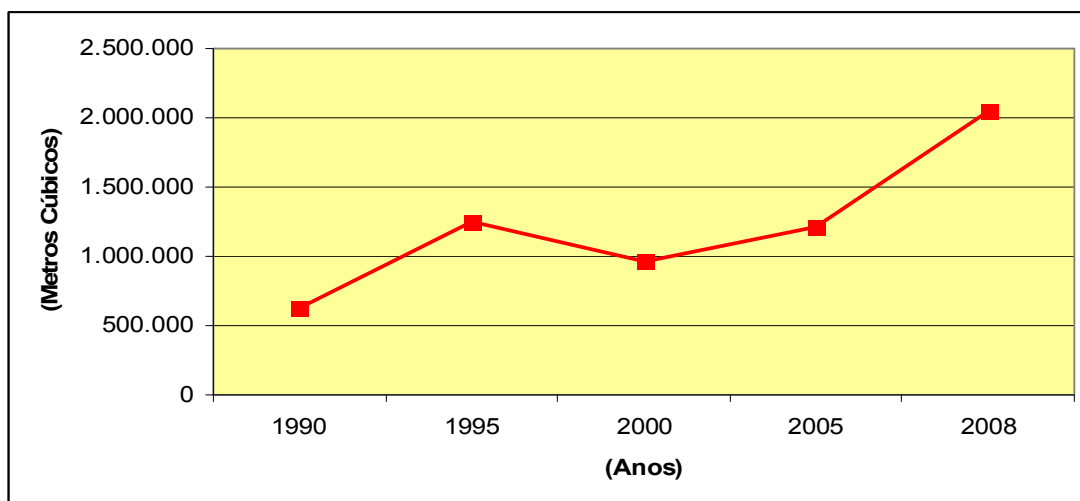
Isto demonstra que se torna muito mais vantajoso para os proprietários fundiários localizados na área acima referida arrendarem suas terras ao empresário do setor sucroalcooleiro, uma vez que isso lhes permitirá auferir uma renda entre 267% e 512% maior, para a pior e a melhor localização respectivamente.



**Gráfico 13: Produção de açúcar no Paraná entre 1990 e 2008.**

Fonte: ALCOPAR, 2010.

Org. Marcos Antonio de Souza.



**Gráfico 14: Produção de álcool no Paraná entre 1990 e 2008.**

Fonte: ALCOPAR, 2010.

Não se pode esquecer ainda do impacto que a expansão da lavoura canavieira produz no aumento dos custos de produção de várias culturas que estão no entorno da sua expansão, refletidos não somente no aumento do preço e do aluguel da terra, mas também na regulação dos preços do frete, disponibilidade da força-de-trabalho e consecutivo aumento do valor desta mercadoria, assim como o aumento nos custos relativos a hora trabalhada pelas máquinas, que passam a operar tendo como marco regulatório os valores comparativos pagos pela agroindústria canavieira.

Ao mesmo tempo, esta expansão canavieira rumo às terras ocupadas por outras culturas acaba produzindo um encarecimento no preço, assim como no aluguel da terra, facilitando assim a especulação imobiliária nas adjacências do empreendimento agromercantil.

Diante do monopólio exercido pelo agroindustrial sucroalcooleiro, acaba-se dificultando o acesso a terra por parte dos camponeses policultores.

Por outro lado, quando se analisa os impactos da expansão da cana-de-açúcar pelo território paranaense, ou mesmo brasileiro, não se pode esquecer ainda que a produção tende a se expandir em quantidade e velocidade difíceis de prever, uma vez que a expansão verificada neste período se deu majoritariamente para atender à demanda interna, sendo apontado pela Embrapa (2009, p.12) que para os próximos dez anos, haverá um aumento da ordem de 70% na área cultivada.

Outro ponto a ser destacado ao se analisar a diminuição da área ocupada de arroz e feijão no Paraná é um fato que vem a corroborar o que os dados censitários já confirmam: são os camponeses, agricultores familiares, que produzem em pequenas parcelas de terras a maior parte dos alimentos.

Nesse contexto, da inexpressividade econômica da primeira metade do século passado, passando pela implantação do Proálcool na década de 1970, que impulsionou a expansão tanto de novas usinas de álcool e açúcar quanto num crescimento expressivo da área plantada, o Paraná se consolidou como sendo o segundo maior produtor de cana-de-açúcar do país, respondendo por quase 8% da produção nacional.

Isto em um contexto de conjuntura favorável para a expansão do agronegócio sucroalcooleiro, motivado tanto pela recuperação do preço do açúcar

no mercado internacional, quanto pela incorporação em larga escala do etanol à matriz energética brasileira e potencialmente a internacional.

### **2.1. A gestão territorial do setor sucroalcooleiro no norte do Paraná**

Como visto anteriormente, foi somente a partir da década de 1970 e com mais intensidade após os anos 1980 que a canavicultura mercantil se expandiu de forma vertiginosa sobre o estado do Paraná, que passou da sexta para a segunda posição no *ranking* nacional da produção canavieira.

Ademais, esta produção se encontra geograficamente concentrada na porção setentrional do estado, em virtude da produtividade espacial diferenciada encontrada nesta.

Nesse contexto, a gestão empresarial dos agroindustriais, como de qualquer outro setor econômico, possui um cunho territorial específico, a de garantir as condições necessárias para permitir a reprodução do capital investido na produção.

A este respeito, Thomaz Júnior (1998, p.08) aponta que esta “[...] gestão do capital sobre o território pode ser vista [...] como sendo sua própria autogestão territorial, pois é no limite territorial da abrangência da estrutura empresarial, traduzida na materialização da produção [...]” onde se consolida o foco das estratégias espaciais adotada pelos empresários agrícolas do setor sucroalcooleiro.

E isto equivale dizer que estas estratégias espaciais, indissociáveis da gestão empresarial, e que tem variado ao longo do tempo, delimitam o raio de atuação, assim como as ações do agronegócio sucroalcooleiro, consolidando nestes domínios os contornos da própria gestão do território pelo capital.

Em primeiro lugar, quando se faz referência à territorialização do agronegócio canavieiro, se está falando do processo pelo qual os grupos detentores do capital empregado nesta atividade econômica se apropriam física e simbolicamente de uma porção do espaço geográfico, delimitando desta forma sua área de atuação, ou seja, seu território, conforme elucidada Raffestin (1993, p.143).

Contudo isso não significa que este capital exercerá a partir de então um controle tão somente sobre a base física em que está assentada a sua produção, quer dizer, sob as áreas de plantações de cana-de-açúcar, a unidade agroindustrial

onde esta cana é processada (usina), objetos estes que geralmente são propriedade privada do negócio agroindustrial.

Gomes (2008, p.37) nos mostra que o território não é uma mera localização. A agroindústria canavieira não se localiza pura e simplesmente em uma base física qualquer. Antes, há uma seletividade espacial, e a partir desta há o exercício do controle sob os elementos necessários para realizar nesta porção espacial elegida, a produção sucroalcooleira em patamares diferenciais.

E ao delimitar a sua área de atuação, acaba subordinando a terra, a força de trabalho, os recursos naturais ao seu negócio que prima pela reprodução ampliada do capital.

Trata-se na verdade de um conjunto de estratégias espaciais, onde o poder econômico ao controlar o território, reserva para si a gestão deste no âmbito do pacto social engendrado pelos grupos hegemônicos, resultando em um território gestionado e ordenado pelo capital que aí se territorializou.

Assim há uma clara e evidente produção de formas espaciais e práticas sociais bem específicas, produzidas no âmbito desta territorialização, cuja concretude no visível e no invisível (essência e aparência) são os limites deste território.

Isto em um contexto em que “o que transforma uma área ou um espaço em território é a maneira pela qual essa ordem espacial serve como instrumento essencial a quem exerce o controle [...] sobre a distribuição ou simplesmente pelo controle dos objetos espacializados”. (GOMES, 2008, p.37-38).

E as delimitações destes territórios se dão através de relações de poder, como aponta Raffestin (1993, p.144), poder este que emana dos grupos detentores do capital investido na agroindústria canavieira e que travam uma luta com outras formas territoriais já existentes.

Isto para se apropriarem e subjugarem tudo aquilo de que necessitam para auferir a máxima renda fundiária possível, ou seja, os solos (aqui se compreende a fertilidade e a localização dos solos propícios ao cultivo da cana-de-açúcar), a infra-estrutura para circulação de insumos e da produção canavieira, a força de trabalho necessária para esta produção e, por outro lado, influenciando de forma determinante no comércio, na qualidade de vida da população local, fatores

estes que acabam caracterizando a territorialidade das formas e das práticas sociais aí existentes:

[...] a gestão do território, no âmbito da sociedade capitalista constitui-se um conjunto poderoso de ações engendradas para conceber, planejar e dirigir o complexo ciclo de reprodução do capital [...] A gestão do território é, assim, através do controle dos diversos momentos e espaços do ciclo de reprodução do capital, gestão do processo de acumulação capitalista. [...] que deriva das necessidades intrínsecas às empresas [...] suscitando novas localizações acessíveis às matérias-primas, mercado consumidor, a uma força de trabalho mais barata e politicamente menos ativa, ou uma combinação deste e outros fatores locais. (LEITE, 2001, p.67-68).

Na porção setentrional do Paraná, que concentrou na safra 2008/2009 92,7% de toda cana produzida no estado (IPARDES, 2010, s/p.), existem 30 unidades agroindustriais que processaram cerca de 551 mil hectares de cana plantada nesta mesma safra.

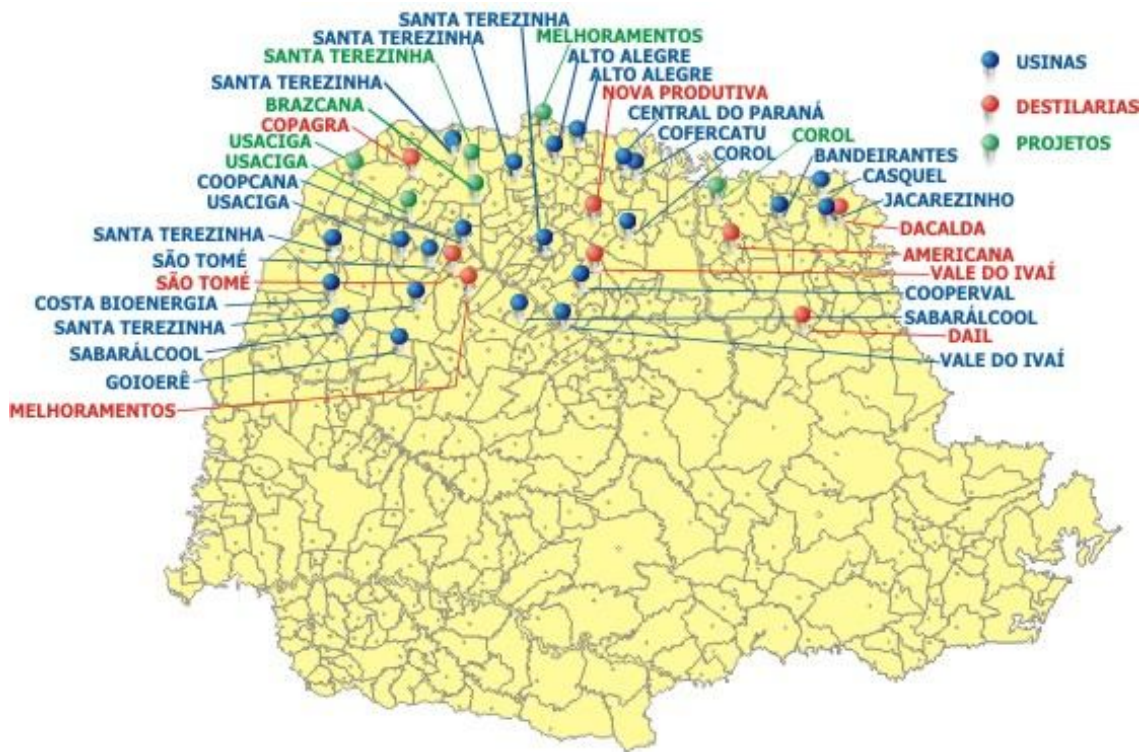
E estas unidades agroindustriais podem ser classificadas em três categorias quanto a origem do capital investido no setor:

- As unidades agroindustriais compostas por capital privado nacional, controladas por empresas geralmente subordinadas a uma família ou a um grupo econômico, (Usina Alto Alegre, Usaçucar/Santa Teresinha, Usina Central do Paraná, Sabarálcool, etc)
- As unidades pertencentes às cooperativas agropecuárias/agroindustriais<sup>11</sup> (Corol, Nova Produtiva, COOPERVAL, COOPCANA, etc);
- As unidades controladas por grupos estrangeiros, como é o caso da Usina Vale do Ivaí, no norte do Paraná.

Dentre estas três categorias apresentadas anteriormente se destacam aquelas constituídas por grupos familiares de capital nacional, algumas das quais começaram a atuar no estado do Paraná entre as décadas de 1940 e 1960, muito antes da implementação do Proálcool, como é o caso da Usina Central em Porecatu, da USIBAN em Bandeirantes, e da USAÇUCAR do grupo Santa Teresinha, em Maringá.

---

<sup>11</sup> Dentre as cooperativas que atuam no setor sucroalcooleiro cabe distinguir que existem aquelas que primariamente se originaram em torno do agronegócio cafeeiro e posteriormente incorporaram a cana como alternativa após a crise do café e aquelas que já surgiram com o agronegócio canavieiro como a principal ou mesmo a única atividade econômica, como é o caso da COOPCANA de Paraíso do Norte e a COOPERVAL de Jandaia do Sul.



**Figura 07: Localização geográfica das agroindústrias sucroalcooleiras no Paraná em 2009.**

Fonte: ALCOPAR, 2010.

As estratégias espaciais adotadas por estas unidades pioneiras no processamento da cana-de-açúcar no estado estão intimamente relacionadas ao processo de incorporação econômica desta porção territorial do Paraná à economia nacional, sendo que no caso da Usina Central e da USIBAN, as famílias fundadoras são as mesmas que também fundaram os municípios que atualmente servem de base territorial para as citadas agroindústrias: a família Meneghel, uma das fundadoras do município de Bandeirantes, assim como da USIBAN, e a família Lunardelli, fundadora da Usina Central do Paraná e do município de Porecatu.

Nota-se nestes dois casos específicos que as estratégias espaciais adotadas giravam em torno da busca por novas terras, com uma produtividade espacial que oferecesse uma rentabilidade diferencial a agroindústria sucroalcooleira, sendo esta prática incentivada pelo IAA, ao mesmo tempo que impulsionava o processo de colonização do norte do Paraná.

Por outro lado, há que se atentar para o fato de que este pioneirismo da agroindústria canavieira na porção setentrional do Paraná está relacionada a uma fase expansiva destas unidades na região Centro-Sul do Brasil (ANDRADE, 1994,

p. 57-59 ), consolidando a hegemonia do estado de São Paulo sobre o decadente Nordeste açucareiro.

Tratava-se de uma expansão notadamente marcada pela presença de grupos familiares que, diante do aumento provocado na demanda, tanto no mercado externo quanto internamente, por conta da conjuntura criada no âmbito da II Guerra Mundial, romperam com a centralização imposta pelo IAA e empreenderam uma estratégia empresarial orientada - ao menos por um tempo - sem os ditames do órgão estatal que planejava a produção sucroalcooleira no país. (ANDRADE,1994, p.57-59).

Posteriormente, mais especificamente na década de 1960, estas poucas unidades agroindustriais existentes no estado passam por uma transformação na base técnica ocorrida no âmbito da “modernização conservadora”, quando algumas destas unidades de origem familiar passam a ser adquiridas por grupos econômicos já consolidados no setor, como é o caso do Grupo Atalla, que adquire a Usina Central do Paraná no início da década de 1970.

A crise do café, que de acordo com Carvalho (1991, p. 28) se inicia em meados da década de 1960 e se intensifica nas décadas posteriores, leva o Estado brasileiro a empreender estratégias de viabilizar economicamente o agronegócio nas regiões cafeeiras, o que aponta para o surgimento de várias usinas e destilarias controladas pelas cooperativas cafeeiras no estado entre os anos de 1970 e 1980.

As plantações de café do Norte paranaense foram cedendo espaço para as culturas mais dinâmicas, voltadas para a exportação e ligadas aos complexos agroindustriais, sendo novas áreas incorporadas no Estado como um todo, acarretando a expansão de novas fronteiras agrícolas.[...] Dessa forma, o Paraná buscou para si algumas necessidades dos grandes grupos açucareiros paulistas (ATTALA, principalmente). Estes aproveitaram as condições favoráveis de solo e clima e a proximidade geográfica com o Estado do São Paulo, para o desenvolvimento da cultura canavieira, visto que nesse período a economia cafeeira estava em crise e os agricultores da região necessitavam de um melhor aproveitamento das terras, com culturas que propiciassem retornos vantajosos. (CARVALHEIRO, 2005, p.05).

Quanto às cooperativas agroindustriais, Thomaz Júnior (2002, p.122) mostra que estas foram importantes instrumentos na consolidação do Proálcool, a exemplo daquelas da porção setentrional do estado do Paraná, que possuem uma gênese ligada a produção cafeeira.

Nesse contexto, a reestruturação de suas atividades após a crise do café passa em grande medida pela implantação de agroindústrias sucroalcooleiras como uma de suas atividades principais, a exemplo do que ocorreu com a COROL, a COFERCATU, a Nova Produtiva, dentre outras, num cenário em que os,,

[...] cafeicultores encontraram na cana-de-açúcar uma alternativa capaz de minorar-lhes os prejuízos ocasionados pela desfavorável conjuntura[...] apresentada para a cafeicultura. [...] Em [...] 1964, o IBC, que estava administrativamente vinculado ao mesmo Ministério que o IAA, firmou um convenio com este visando os seguintes objetivos: coordenar o programa de erradicação dos cafezais antieconômicos com o aumento da produção de açúcar no Brasil, a fim de preservar a estabilidade econômica das regiões para as quais a supressão pura e simples da cafeicultura representaria um sério desfalque. [...] Os recursos financeiros necessários seriam fornecidos pelo GERCA [...]. (SZMRECSÁNYI, 1979, 169-267).

Esta fase marca um processo de expansão vertiginosa, potencializada pela implementação do Proálcool, onde várias unidades agroindustriais de capital nacional que já atuavam em outras regiões do país (Usina Alto Alegre, DASA, etc), ou mesmo as antigas cooperativas cafeeiras passam a comandar um processo de reestruturação produtiva no espaço agrário norte paranaense, cuja gestão territorial estava relacionada ao controle das porções com a maior produtividade espacial, o que explica a concentração de quase a totalidade da produção canvieira na porção setentrional do estado.

Esta estratégia espacial, consolidada desde os primórdios da expansão em larga escala do agronegócio sucroalcooleiro no Estado, ficou marcada por fortes disputas territoriais com outros setores produtivos do meio rural do norte e noroeste paranaense.

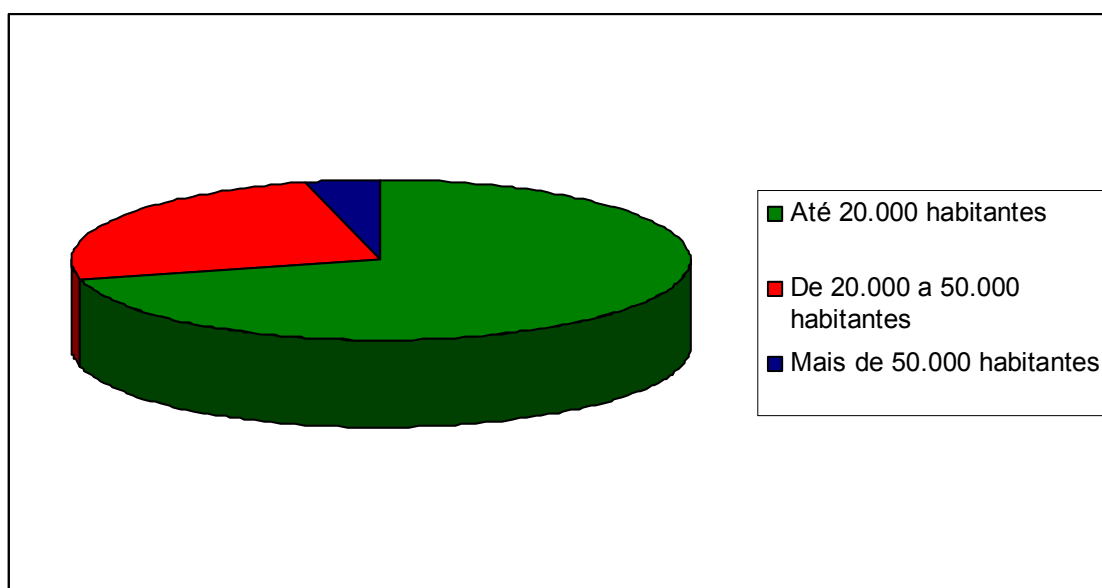
Isso em virtude da busca do controle dos elementos necessários a maior rentabilidade econômica do setor (melhores terras, controle da força de trabalho, do Estado, da produção de infra-estrutura necessária, etc), que delineou um padrão de territorialização e de uma gestão deste território, de acordo com as exigências do capital aí investido.

E isto em um contexto onde,

[...] o capital sucroalcooleiro está unificado em torno de uma única entidade, além do que, na prática, sua gestão sobre o território se dá à imagem e semelhança da hegemonia sobre o processo produtivo no âmbito escalar da materialidade fenomênica da atividade econômica, seja em nível da empresa, isoladamente, ou do conjunto das mesmas. (THOMAZ JÚNIOR, 1998, p.05).

E uma das constatações mais evidentes quando se analisa o agronegócio sucroalcooleiro paranaense é a estratégia no processo de incorporação de novas terras ao seu processo produtivo.

Há uma busca intensa pela territorialização do setor nos municípios cujas cidades são de pequeno porte - (gráfico 15) - onde o valor da reprodução da força de trabalho é muito menor que nas cidades maiores, o que permite ao agroindustrial extrair uma maior taxa de mais valia, se levado em consideração que durante uma safra canvieira se utiliza de milhares de trabalhadores nas diversas funções do processo produtivo.



**Gráfico 15: Distribuição da produção canvieira no Norte e Noroeste do Paraná pelo porte das cidades dos municípios canvieiros no ano de 2009.**

**Fonte:** IPARDES, 2010.

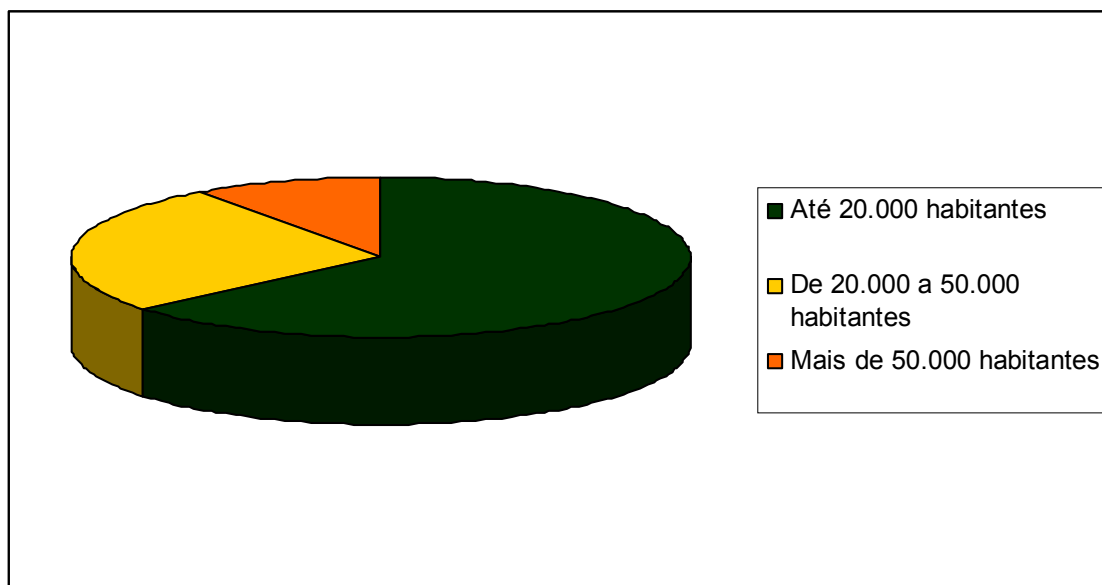
Org. Marcos A. de Souza.

Esta estratégia espacial ajudaria a explicar o fato de o Brasil ser o país que tem os menores custos de produção do agronegócio sucroalcooleiro a nível mundial, somado ao:

[...]desenvolvimento técnico-científico, além da renda diferencial por fertilidade da terra que, em virtude da estrutura política latifundiária garante, a preços imbatíveis, grandes extensões de terras com menos de 12% de declividade, com energia solar abundante para a fotossíntese e a mais ampla disponibilidade de água. (PORTO-GONÇALVES, 2008, p.340).

Desse modo, se constata que cerca de 350 mil hectares de cana-de-açúcar, cerca de 70% da produção estadual, são cultivados nos municípios com menos de 20 mil habitantes no Norte e no Noroeste do Paraná, além do fato de que 20 das 30 unidades agroindustriais em operação no estado se encontrem geograficamente localizadas em municípios deste porte.

Corroborando esta tese constata-se que há apenas cerca de 22 mil hectares de cana cultivadas nos municípios com mais de 50 mil habitantes na porção setentrional do estado, sendo estes a base territorial de somente três unidades agroindustriais, conforme pode ser constatado no gráfico 16.



**Gráfico 16: Distribuição das agroindústrias canaveiras no norte e noroeste do Paraná pelo porte das cidades dos municípios canaveiros no ano de 2009.**

**Fonte:** IPARDES, 2010.

Org. Marcos A. de Souza.

E isto em um contexto em que o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar aponta a existência de aproximadamente 277.365 hectares de áreas com alta aptidão para a cana nos municípios da porção setentrional do Paraná com mais de 50 mil habitantes (EMBRAPA, 2009, s/p.), o que sugere que a escolha pela territorialização do agronegócio sucroalcooleiro sobre os municípios de pequeno porte é parte das estratégias espaciais dos agroindustriais.

Diferentemente do que sugerem as argumentações de que a presença destas agroindústrias nestes municípios se configurariam em um aspecto positivo à sua dinâmica geoeconômica, esta estratégia está intimamente relacionada a um

valor mais baixo da reprodução da força de trabalho, se convertendo em uma estratégia associada a materialização da gestão do território pelo capital.

Trata-se na verdade da conversão destes pequenos municípios em base territorial da produção sucroalcooleira, da qual o agronegócio passa a exercer um domínio senhorial sobre as terras, sobre os trabalhadores, sobre o Estado na sua representação local, enfim, cria e recria as condições necessárias para a reprodução ampliada do capital que se territorializa nestas porções espaciais.

Isto porque, apesar de as plantações e/ou as unidades de processamento se localizarem nestes municípios em que as cidades são de pequeno porte, os centros de tomada de decisões estão fora das suas fronteiras, estando as suas sedes sociais geralmente localizados em outros estados do país, excetuando as cooperativas agroindustriais da região, que também não estão sediadas nestas pequenas cidades.

Não obstante, os lucros e a renda da terra obtidos pelo agroindustrial também são remetidos para estas sedes, ficando os municípios do canavieiros altamente dependentes de uma fração ínfima do montante total da renda gerada por este setor, materializada no salário dos trabalhadores.

Trabalhadores estes majoritariamente cortadores de cana ou que atuam na lavoura nos chamados “tratos culturais”, sendo estes municípios marcados pela estagnação econômica, cuja “prosperidade” está diretamente relacionada ao período das safras.

No caso específico das cooperativas agropecuárias/agroindustriais, geralmente sediadas nos centros regionais, o agronegócio sucroalcooleiro é apenas mais uma de suas múltiplas atividades, ficando seus rendimentos também concentrados nas mãos de uma minoria, quando não dispersos em investimentos pessoais dos seus associados em unidades político-administrativas distintas daquelas em que se realiza a produção canavieira.

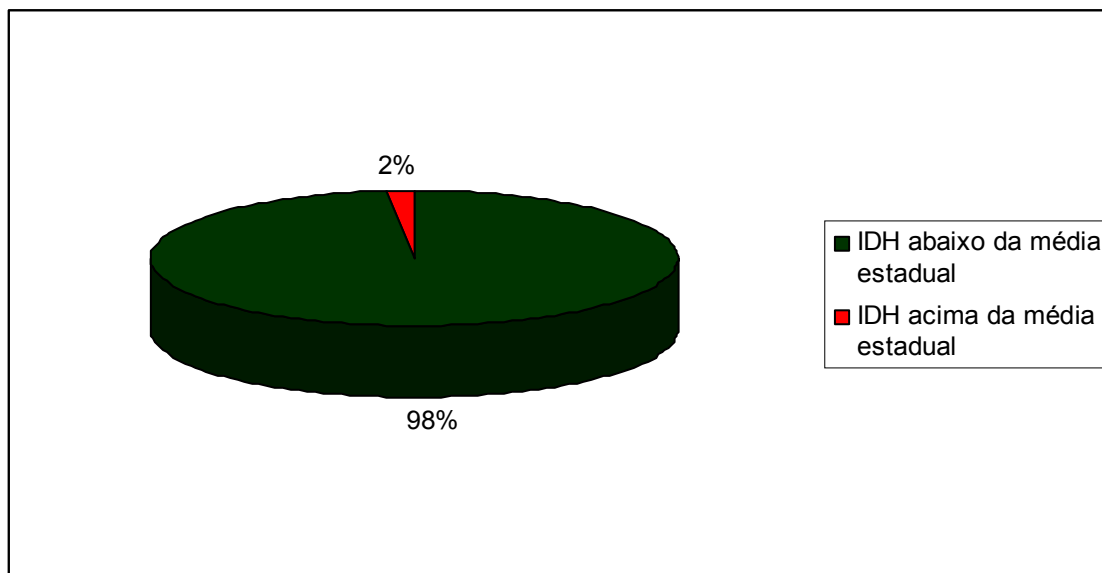
Aí está uma contradição na divisão da renda socialmente produzida: mesmo explorando a mão-de-obra local, exercendo um monopólio da terra e dos recursos naturais, há uma evasão da renda fundiária para o exterior do domínio político-administrativo do município.

É por isso que mesmo o agronegócio canavieiro sendo tão rentável, os municípios dos territórios do capital sucroalcooleiro são extremamente pobres.

Pobres porque sua dinâmica econômica gira em torno da ínfima parte desta riqueza socialmente produzida que fica nestes municípios sob a forma de salário pago ao trabalhador para sua reprodução como pessoa.

Só para se ter uma idéia desta contradição entre a opulência do agronegócio sucroalcooleiro e a pobreza dos municípios em que ocorre esta produção, no ano de 2.000, 62 municípios do Norte e do Noroeste paranaense com menos de 20.000 habitantes possuíam mais de 500 hectares de cana-de-açúcar cultivados.

No entanto, apenas um destes municípios possuía um IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – superior a média estadual, conforme aponta o gráfico 17.



**Gráfico 17: Situação do IDH nos Municípios sediados por cidades de pequeno porte<sup>12</sup> com mais de 500 hectares de cana plantada no Norte e Noroeste paranaense no ano de 2000.**

**Fonte:** IPARDES, 2010.

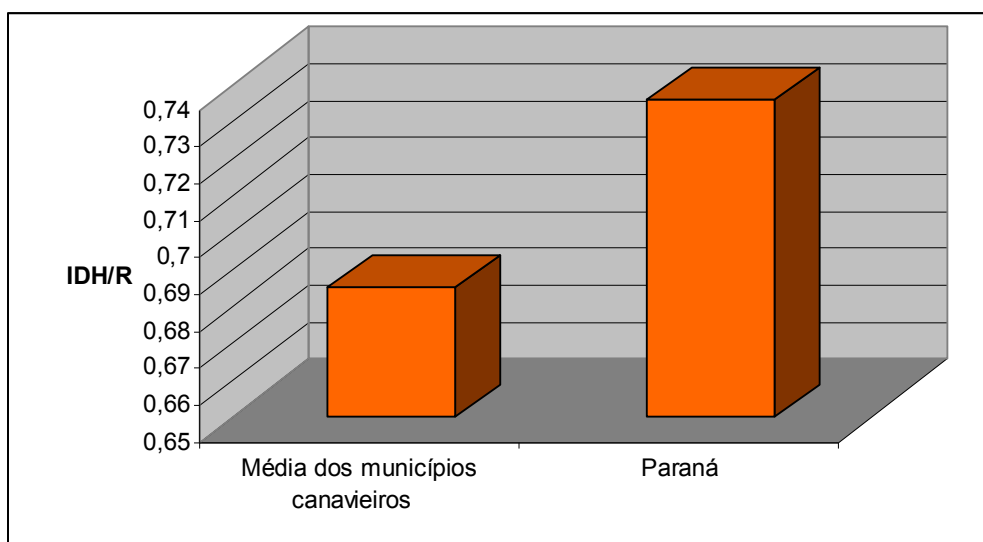
Org. Marcos Antonio de Souza.

Por outro lado quando se analisa o IDH/Renda deste extrato de municípios se constata que apenas dois destes municípios superam a média paranaense de acordo com o IPARDES (2010, s/p.). (gráfico 18).

É desta forma que cai por terra o discurso dos defensores do agronegócio, que apregoam as benesses da dinâmica econômica dos municípios

<sup>12</sup> Municípios com menos de 20.000 habitantes.

que constituem a base territorial do empreendimento agroindustrial canavieiro, como será demonstrado posteriormente.



**Gráfico 18: Situação do IDH/Renda nos Municípios sediados por cidades de pequeno porte<sup>13</sup> com mais de 500 hectares de cana plantada no Norte e Noroeste paranaense no ano de 2000.**

**Fonte:** IPARDES, 2010.

Org. Marcos Antonio de Souza

Como pode haver esta dinamicidade econômica se o agronegócio sucroalcooleiro ao territorializar sua área de atuação subordina todos os elementos contidos neste território aos interesses da reprodução ampliada do capital aí investido, sendo incompatíveis com a distribuição da riqueza socialmente produzida?

E como se sabe, a canavicultura de base empresarial é uma atividade que concentra terras tanto do ponto de vista quantitativo, quanto espacial, fato que justifica sua territorialização de forma concentrada no entorno da agroindústria<sup>14</sup>, por razões de ordem da racionalidade econômica capitalista.

Ora, esta concentração espacial, aliada a subordinação massiva de todos os fatores de produção existentes no local, dificulta a diversidade econômica, (pelo menos de atividades de grande porte), devido ao monopólio territorial

<sup>13</sup> Municípios com menos de 20.000 habitantes.

<sup>14</sup> Por outro lado, ademais da incorporação destas novas terras seguir um padrão que prima por privilegiar os municípios de pequeno porte, há que ressaltar que a estratégia espacial dos agroindustriais no estado realiza este processo sobre três formas distintas no Norte e Noroeste paranaense: arrendamento compra de terras e compra da produção de fornecedores individuais e de cooperados.

exercido pelo agronegócio canavieiro, o que por sua vez aumenta ainda mais a dependência deste município da agroindústria sucroalcooleira..

Subordinação esta que vai além da dependência econômica destes municípios, uma vez que o agronegócio sucroalcooleiro “[...] adota as mais avançadas formas de controle social e de domínio ideológico dos trabalhadores” (THOMAZ JR, 2007, p.3).

E como a força motriz destes municípios é a agroindústria canavieira, a subordinação a este processo de exploração pode significar a única possibilidade de trabalho com que contam estes trabalhadores para sustentar a si e a sua família, conforme será discutido mais adiante.

Cabe salientar, contudo, que a dinâmica territorial do agronegócio sucroalcooleiro foi alterada significativamente após a desregulamentação estatal do setor, situação esta iniciada entre o final da década de 1980 e que se consolida de fato em meados da década de 1990, com a extinção do IAA no âmbito das reformas neoliberais implementadas pelo governo Collor, empenhado na “[...] diminuição da máquina pública e afastamento do Estado das atividades econômicas”. ( BACCARIN, 2005, p.11).

Isto representa dizer que o agronegócio canavieiro, que até então vinha sendo ancorado pelo Estado, passa, a exemplo da economia nacional, por um processo de abertura ao capital externo e de reestruturação produtiva, marcado por termos ícones da *práxis* neoliberal, como *desestatização*, *desregulamentação* e *privatização* (IANNI, 2001, p.59).

Os reflexos desta política para o estado do Paraná se materializaram numa expansão da área plantada na ordem de 320% (IPARDES, 2010, s/p.), incremento este relacionado a um processo de avanço sobre as terras mais baratas nas proximidades do Estado de São Paulo, aproveitando-se das suas vantagens locacionais como parte da estratégia espacial dos agroindustriais, como justifica Baccarin (2005, p.199).

Esta nova conjuntura, de acordo com nosso interlocutor, aponta para uma intensificação da concentração espacial das unidades agroindustriais na região Centro-Sul brasileira, em detrimento das antigas regiões produtoras, consolidando o Paraná como o segundo no *ranking* nacional da produção sucroalcooleira.

Por outro lado, este processo de desregulamentação veio acompanhado de uma reestruturação produtiva nestas unidades agroindustriais que tiveram de se adaptar à nova realidade econômica do país, sendo este período marcado por um processo de concentração destas unidades nas mãos de grupos empresariais mais aptos ao contexto liberalizante da economia nacional.

No estado do Paraná, este período está sendo marcado por fusões e aquisições de algumas unidades menos adaptadas a nova fase pós-desregulamentação pelos grupos agroindustriais mais competitivos.

A “autogestão”, como o setor sucroalcooleiro define este processo de desregulamentação estatal, impôs uma maior autonomia para os agroindustriais, tanto na sua gestão empresarial quanto na territorial, seguindo planos e estratégias próprios, em que os critérios da produção e da orientação da expansão passam a ser norteadas segundo os interesses individuais dos agroindustriais, embora isso não signifique o fim do paternalismo estatal em prol do setor.

Antes, significa a possibilidade de o agroindustrial, mesmo se utilizando de dinheiro público para financiar a sua produção, fazer aquilo que ache necessário para aumentar sua rentabilidade sem que o Estado dite as regras, mas que intervenha caso a gestão empresarial individual provoque crises coletivas no setor. Isto sem falar na continuidade das políticas públicas que tem sido implementadas em prol do setor sucroalcooleiro, as quais remetem a conclusão de que,

[...] não se chegou à plena desregulamentação, mas se constituiu uma Nova Regulamentação Sucroalcooleira. Deixaram de existir ou se mostraram pouco efetivas ações públicas que procuravam disciplinar a participação na produção sucroalcooleira das regiões Norte-Nordeste e Centro-Sul ou que interferiam na concorrência entre empresas, bem como o Governo Federal se afastou das exportações de açúcar, fatos que trouxeram características liberais aos mercados sucroalcooleiros. Por outro lado, mantiveram-se órgãos públicos específicos e instituíram leis e normas que garantiram competitividade em relação à gasolina e estimularam a produção e o consumo do álcool carburante, proporcionando-se uma situação diferenciada em relação aos demais ramos da agropecuária brasileira e permitindo que, atualmente [...] possamos considerar que ainda continua existindo uma regulamentação sucroalcooleira, mesmo que modificada ou nova. ( BACCARIN, 2005, p.211)

Não obstante a abertura e a liberalização da gestão no setor nos anos de 1990, em consonância com o neoliberalismo que incidiu sobre a política e a economia brasileira, capitais estrangeiros passaram a compor o mais antigo dos

agronegócios praticados no país através de fusões e aquisições ou mesmo da ação especulativa de grupos de investimentos internacionais.

Só para se ter uma idéia deste processo de internacionalização do setor, somente entre os anos de 2007 e 2009 o Brasil recebeu cerca de 3,5 bilhões de dólares em investimentos estrangeiros no setor sucroalcooleiro, sendo que 90% deste valor foi aplicado na produção de etanol.

Por outro lado, vários grupos estrangeiros, mais especificamente as grandes corporações hegemônicas do segmento de commodities já atuam na produção sucroalcooleira no país, como a Cargill, a Bunge, a Tereós, a Adecoagro, a Noble Group, dentre outras (AGROANALYSIS, 2010, p.35-36).

É esta nova realidade que aponta para um processo de internacionalização e, ao mesmo tempo, de oligopolização do agronegócio canavieiro.

Encerrada a intervenção direta do governo na produção e comercialização do açúcar e do etanol[...] Em 2000, a Cosan, que em janeiro deste ano [2010] se uniu à Shell na maior transação da história do setor, estabeleceu parceria com o grupo francês Union SDA. Posteriormente, o SDA se fundiu com outras cooperativas francesas que haviam adquirido a Beghin Say, que por sua vez adquiriu a Açúcar Guarani em 2001. [...] Ainda em 2002, a [...] francesa Louis Dreyfus adquiriu a usina Cresciunal, em Leme (SP), dando início à criação do que é, atualmente, o segundo maior grupo em atividade na indústria brasileira da cana em termos de moagem: o LDC-SEV, ou Louis Dreyfus Commodities – Santelisa Vale. O grupo atingiu o porte atual em 2009, com a aquisição do controle de uma das empresas mais tradicionais do setor, a Santelisa Vale. Completando as transações de 2010 estão a aquisição do Grupo Moema pela multinacional Bunge e a chegada ao setor do maior grupo refinador de açúcar da Índia, o Shree Renuka Sugars. Os indianos ficaram com 50,8% da Equipav Açúcar e Álcool, com usinas nas cidades paulistas de Promissão e Brejo Alegre. (JANK, 2010, s/p.).

No Noroeste do Paraná um dos exemplos mais notórios deste processo é o caso da USACIGA, de Cidade Gaúcha. Fundada na década de 1980 e controlada por um grupo familiar, a USACIGA repassou no ano de 2006 49% da agroindústria a um grupo internacional de investidores do setor sucroalcooleiro, o CEB – Clean Energy Brazil.

No entanto, como a remuneração do capital investido por este grupo internacional não foi o esperado, a CEB vendeu sua parte na USACIGA para o grupo Santa Teresinha, que adquiriu 100% da unidade em 2010.

Nessa mesma vertente, o grupo indiano *Shree Renuka Sugars Limited* adquiriu duas unidades em 2009 da Usina Vale do Ivaí, localizada no município de São Pedro do Ivaí no norte do Paraná, ratificando um processo bastante significativo no âmbito nacional, potencializado pós desregulamentação estatal, em que as grandes *tradings* agrícolas internacionais passaram a controlar cerca de 25% da produção canavieira brasileira, num claro processo de desnacionalização do solo e do setor canavieiro. (UNICA, 2010, s/p.).

Não obstante a internacionalização do setor, marcado principalmente pela entrada de capital estrangeiro sob a forma de investimento ou a aquisição de agroindústrias sucroalcooleiras, o agronegócio canavieiro pós desregulamentação também possui uma tendência de oligopolização do setor, tendo em vista a concentração a nível nacional e estadual, num contexto em que cada vez mais o agronegócio sucroalcooleiro é controlado por um menor número de grupos agroindustriais.

A esse respeito, Machado (1998, p.12) sentencia que o mercado desregulamentado na realidade não se materializou tal qual o existente no plano dos discursos, uma vez que além desta desregulamentação não significar o fim do paternalismo estatal em prol dos setores hegemônicos da economia conforme já abordado, “[...] os modelos neoclássicos de concorrência perfeita – que servem de base para a ideologia neoliberal [...]” deram lugar à oligopolização destes setores.

Isto representa dizer entre outras coisas que na medida em que os marcos jurídicos e institucionais que permitiram uma abertura inédita da economia brasileira nos anos de 1990 foram consolidados, os grupos empresariais mais capitalizados e com as maiores possibilidades de reestruturar o seu sistema produtivo mediante a incorporação em larga escala da tecnologia avançada, passaram a adquirir os grupos com as maiores dificuldades no que tange à competitividade agroindustrial.

No setor sucroalcooleiro paranaense, vários grupos não conseguiram investir na modernização do seu parque industrial e se adequar as exigências mercadológicas impostas pela desregulamentação estatal do setor, sendo estas incorporadas pelos grupos maiores, apontando para um processo de concentração da atividade canavieira.

Esta tendência a oligopolização do setor pode ser atestada mediante a constatação de que não houve uma ampliação considerável no número de unidades agroindustriais no período compreendido entre 1992-2008 (ALCOPAR, 2010, s/p.), embora a expansão canavieira foi bastante expressiva no Paraná, conforme os dados apresentados anteriormente.

Para se ter uma idéia deste processo, na safra de 1985/1986 existiam no estado 25 agroindústrias, enquanto que na safra 2008/2009 haviam 30 unidades agroindustriais, o que aponta para um crescimento em 23 anos de apenas 5 unidades agroindustriais, ao passo que a área ocupada com a cana-de-açúcar obteve um aumento da ordem de 422%, passando de 140.772 hectares em 1986 para 594.585 hectares em 2008. (IPARDES, 2008, s/p.).

Por outra parte, a maioria dos projetos de implantação de novas agroindústrias entre 2005-2010 envolveram unidades agroindustriais vinculadas as que já operam no estado do Paraná, cuja única exceção é o projeto BRAZCANA em fase de implantação no município de Paranavaí.

Por outro lado chama a atenção ainda as recentes fusões e aquisições de grupos sucroalcooleiros, mesmo que nacionais, contribuindo ainda mais para a consolidação desta tendência de concentração da produção em um número cada vez mais reduzido de controladores na porção setentrional do estado.

Corroborando estas constatações, há as recentes aquisições do Grupo Santa Teresinha (USACIGA) e da Usina Alto Alegre (as unidades agroindustriais sucroalcooleiras da Cofercatu e da Corol), num contexto em que ambas unidades foram adquiridas por importantes grupos empresariais do setor sucroalcooleiro nacional, após estarem endividadas.

Com respeito a estes dois grupos que adquiriram recentemente unidades agroindustriais no norte paranaense, há que ressaltar que estas podem ser consideradas como exemplos de empresas com uma concentração das mais expressivas no setor. Isto porque o Grupo Santa Teresinha, o maior do estado, controla oito unidades agroindustriais em plena operação, além de possuir uma unidade em fase de implementação, ao mesmo passo que o Grupo Alto Alegre, de origem paulista, controla três unidades no norte do Paraná<sup>15</sup>.

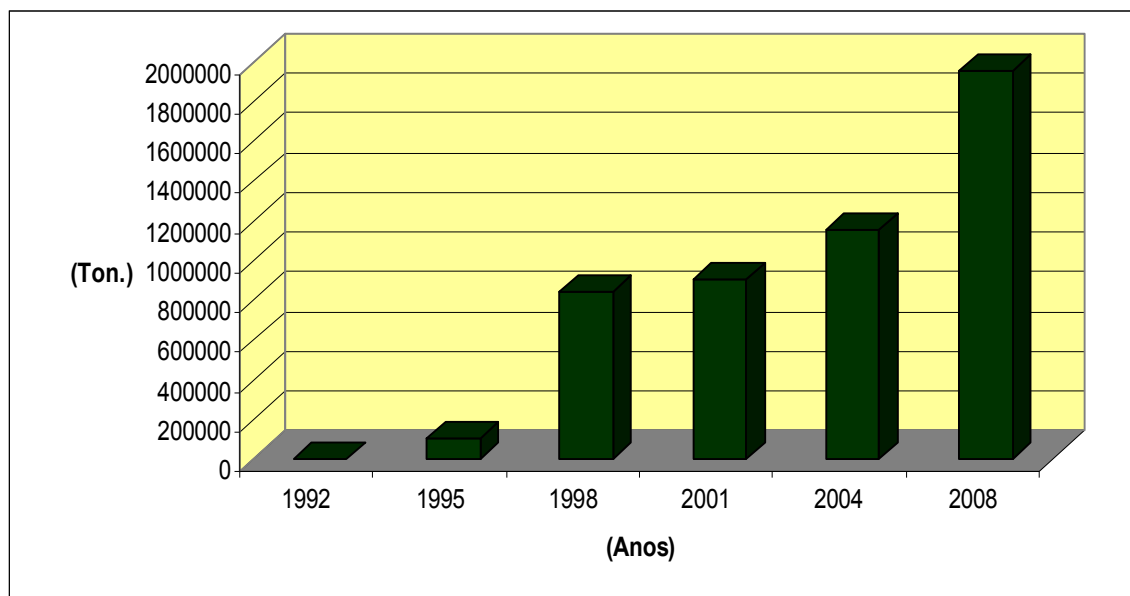
---

<sup>15</sup> Caso a compra das unidades agroindustriais canavieiras da COROL pelo Grupo Alto Alegre se concretize este processo de concentração se intensificará ainda mais, já que a COROL possui duas unidades agroindustriais no norte do Paraná.

Isto representa dizer que apenas estes dois grupos controlam mais de 35% das agroindústrias, além de deterem quase 50% da produção sucroalcooleira no estado (ALCOPAR, 2010, s/p.).

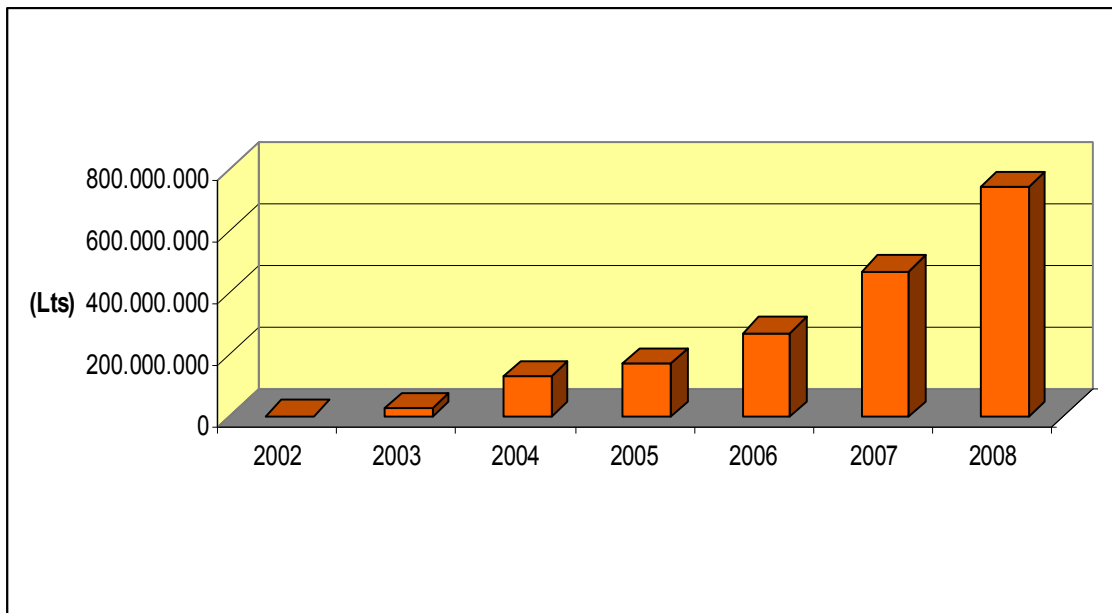
Por outro lado, este período de intensificação do processo de internacionalização do capital e liberalização da economia ficou marcado por um aumento significativo das exportações paranaenses de álcool e açúcar, ao contrário do período de gestão do IAA, quando estas eram praticamente inexpressivas, como sugerem os gráficos 19 e 20.

Se antes do processo de desregulamentação estatal o Paraná praticamente não exportava açúcar, após esta fase de liberalização esta situação se reverte drasticamente, passando de 0,2% da participação das exportações nacionais em 1994 para mais de 10% no ano de 1998.



**Gráfico 19: Exportações paranaenses de açúcar pós-desregulamentação estatal do setor sucroalcooleiro.**

**Fonte:** ALCOPAR, 2010.  
Org. Marcos A. de Souza.



**Gráfico 20: Exportações paranaenses de etanol entre os anos de 2002 e 2008.**

**Fonte:** ALCOPAR, 2010.  
Org. Marcos A. de Souza.

Com relação ao etanol, as exportações somente serão significativas após o ano de 2003, quando o Estado brasileiro se engaja na conversão do etanol em *commoditie* do agronegócio, num contexto em que se esperava uma possível nova geopolítica energética internacional, sugerindo-se esse produto como uma das possibilidades para a redução da dependência dos países capitalistas centrais do petróleo.

Esta conjuntura favorável às exportações, significaram um incremento na área ocupada pela cana em 166% (ALCOPAR, 2010, s/p.), permitindo que o estado aumentasse sua participação no montante total da exportação nacional de etanol, passando de 0,009% em 2002 para 14,48% em 2008.

Diante desta nova conjuntura acerca das exportações do agronegócio sucroalcooleiro, o espaço passa a ser organizado para atender as novas demandas do capital, num contexto em que os agroindustriais do setor sucroalcooleiro delinearam formas específicas de organização desta fração do capital, mediante a constituição de entidades de classe que passaram a atuar no sentido de garantir as condições necessárias à reprodução ampliada do capital. (THOMAZ JR, 2002, p.119-120).

Assim, no raio de atuação destas entidades agroindustriais canavieiras, a gestão territorial estaria vinculada a uma gestão empresarial cujos interesses estariam unificados em associações, sindicatos da agroindústria sucroalcooleira, parcerias estratégicas entre os agroindustriais, dentre outras formas de organização do setor.

Nesta mesma vertente, Porto-Gonçalves (2008, p. 339) assevera que, diferentemente do “[...] Proálcool brasileiro dos anos 70, o que presenciamos hoje é o deslocamento do planejamento estratégico antes feito pelo Estado para os novos gestores ligados aos grandes complexos empresariais, agora organizados em rede”.

No Paraná, foram criados a ALCOPAR – Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná, o SIALPAR – Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool do estado do Paraná, o SIAPAR – Sindicato da Indústria de Açúcar do Paraná, a SIBIOPAR – Sindicato da Indústria de Biocombustíveis do estado do Paraná, dentre outras.

Com relação a estas entidades, moldadas segundo as necessidades do capital sucroalcooleiro, Thomaz Júnior (2002, p.121) elucida que estas possuem um elevado grau de influência em todos os escalões de poder, revelando o elevado poder de pressão que exercem sobre o Estado em prol do agronegócio sucroalcooleiro.

Ademais, engendram estratégias que primam pela racionalidade econômica capitalista, como empreender o controle dos preços dos seus principais produtos mediante ação coordenada do setor produtivo.

Não obstante, nota-se ainda no Paraná a constituição de parcerias entre os agroindustriais, que tem resultado em estratégias que vão desde a otimização da comercialização até a implementação de projetos que visem melhorar a fluidez espacial da produção sucroalcooleira.

Quanto às parcerias estratégicas que visam a otimização da comercialização, pode ser citado a criação da CPA Trading S/A<sup>16</sup>, criada em 2003, fruto da união de dez agroindústrias sucroalcooleiras num contexto em que a conjuntura nacional se encontrava propícia para a produção de etanol em grande

---

<sup>16</sup> De acordo com a ALCOPAR (2008, p.09) a CPA é a maior exportadora de álcool industrial do Brasil.

escala, movida tanto pela demanda interna quanto pela perspectiva da nova geopolítica energética internacional, consolidada apenas no plano dos discursos.

Nesse contexto, esta empresa passa a ser a responsável por todas as etapas da comercialização dos produtos dos seus acionistas (etanol), tanto no mercado interno quanto no mercado externo, este último a cargo da CPA International Trading Ltda, criada em 2005 e com representações comerciais em vários potenciais mercados do mundo.

Já no que tange a comercialização, o exemplo mais notório é a constituição do PASA – Paraná Operações Portuárias S/A -, uma sociedade composta por nove unidades agroindustriais do setor sucroalcooleiro<sup>17</sup> que possibilitou a implementação de um terminal especializado de embarque de açúcar a granel no Porto de Paranaguá, com uma capacidade de exportação de cerca de 3 milhões de toneladas por ano.

Por outro lado, a ação estatal demandada por estas entidades que representam o capital sucroalcooleiro possibilitou a construção de um terminal semelhante visando as exportações de álcool, conforme abordado anteriormente.

Não obstante, a nível nacional, a pressão dos agroindustriais por uma intensificação da fluidez territorial com vistas a exportação de etanol tem feito o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – do governo federal, incluir a construção de um alcoolduto que se inicia no estado de Goiás, atravessando Minas Gerais e chegando até o estado de São Paulo, cujo destino final é o Porto de Santos. (VOLZ, PEREIRA e SHIKIDA, 2007, p. 108).

Nesta mesma vertente, um segundo projeto de alcoolduto será viabilizado pelo PAC, interconectando Campo Grande ao Porto de Paranaguá, no Paraná.

Além destes dois projetos federais de construção de dutos com uma extensão de cerca de 1500 km, o governo do estado, em parceria com os produtores, já começou a empreender um projeto que prevê a materialização de um alcoolduto de cerca de 530 Km, articulando a porção setentrional do estado ao Porto de Paranaguá. (ALCOPAR, 2008, p.23).

---

<sup>17</sup> Participam desta sociedade as seguintes agroindústrias sucroalcooleiras: COOPerval, COPAGRA, COROL, COOPCANA, Goioerê Açúcar e Álcool, Santa Teresinha, Sabarálcool, USACIGA e a Usina Vale do Ivaí. (ALCOPAR, 2010).

Atualmente, o álcool é levado a Paranaguá (para exportação) por rodovias e ferrovias e depois usado em carburantes, medicamentos, bebidas e indústrias químicas. O alcoolduto, além de facilitar a exportação, transportará combustível para ser utilizado no próprio Estado e em Estados vizinhos, estimando a redução nos custos de transporte em 70% [...] Observa-se que a grande maioria das usinas está situada próxima a outras, concentradas nos Estados de São Paulo, de Minas Gerais e do Paraná, sendo as demais distribuídas pelos outros Estados. Isto indica que seria viável, e de grande auxílio para redução de custos e velocidade de transporte, a efetivação dos dutos no Estado do Paraná, tanto o de Campo Grande (Mato Grosso do Sul) até Paranaguá, quanto o de Maringá até Paranaguá, tendo em vista que atenderia diversas usinas. (VOLZ, PEREIRA e SHIKIDA, 2007, p. 109-113).

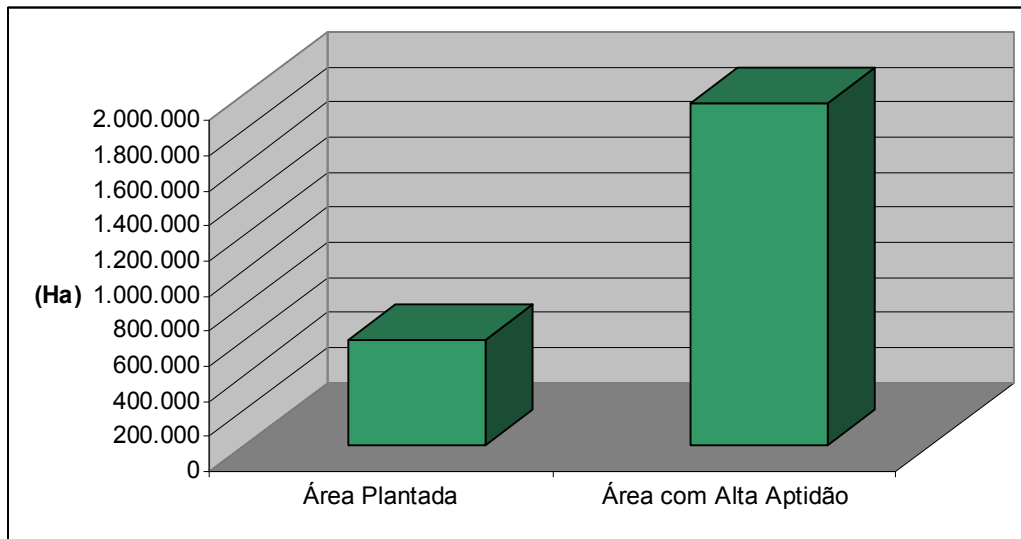
Desse modo, a gestão empresarial dos agroindustriais engloba também o pacto social forjado na formação do poder político local, além de permitir a constituição de lobbies a nível nacional. Fazendo uso do aparelho de Estado, esse tem se apropriado historicamente de uma série de políticas públicas, materializadas na produção de infra-estrutura capaz de potencializar esta expansão, assim como garantir os marcos jurídicos e institucionais para a realização dos seus objetivos enquanto classe.

A esse respeito, Thomaz Júnior (2002, p.84) aponta que,

[...] o Estado, ao sintetizar no seu interior as contradições capital-capital e capital-trabalho [...] oferece as condições necessárias para a rentabilidade do capital, assegurando orientação clara no sentido de subsumir toda a terra disponível, inclusive o latifúndio, conservando pois o poder político – econômico da burguesia agrária, agora no comando das atividades agrícolas e fabris sucroalcooleiras.

Não obstante, na medida em que as políticas territoriais do Estado, como o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar, apontam que há na porção setentrional do Paraná quase dois milhões de hectares com alta aptidão à produção canavieira (gráfico 21), há a tendência de que esta expansão seja potencializada de acordo com a conjuntura favorável para a produção de álcool e açúcar, intensificando as disputas territoriais na região.

Trata-se na verdade daquilo que Harvey (2004, p.80-81) sentencia, ao afirmar que o sistema capitalista não sobrevive sem ajustes espaciais, num contexto em que o capitalismo tem “[...] recorrido repetidas vezes a reorganização geográfica [...] como solução parcial para as suas crises e seus impasses. Assim ele constrói e reconstrói uma geografia à sua imagem e semelhança”.



**Gráfico 21: Comparação entre a área ocupada e a área com alta aptidão à produção canieira no Norte e Noroeste Paranaense.**

**Fonte:** Embrapa, 2009.

Org. Marcos A. de Souza.

Portanto, ao se territorializar em porções espaciais necessárias ao agronegócio sucroalcooleiro, os agroindustriais empreendem uma gestão empresarial que também possui uma dimensão espacial que se insere no ato de exercer o seu poder sobre o território, de modo a controlá-lo e ordená-lo, objetivando garantir a reprodução ampliada do capital, removendo todos os obstáculos que se erguem diante desse objetivo:

[...] quando o capital se territorializa, [...] o processo especificamente capitalista se instala e a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra acumula simultaneamente o lucro da atividade industrial e a agrícola (da cultura da cana por exemplo) e a renda da terra gerada por esta atividade. A monocultura se implanta e define e caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” de cana, de soja, de laranja, de pastagem, etc. (OLIVEIRA, 1996, p.478).

No exercício deste poder, outro elemento indispensável ao processo de reprodução ampliada do capital é controlado: a força de trabalho.

De acordo com a Alcopar (2008, p.39), o estado do Paraná possui cerca de 70 mil cortadores de cana que atuam em cerca de 140 municípios. Estes “cortadores de cana” que aqui atuam Paraná podem ser classificados em duas categorias quanto ao seu local de origem:

- Os trabalhadores oriundos dos municípios onde estão instaladas as agroindústrias e os do seu entorno;
- Trabalhadores migrantes, oriundos principalmente de estados nordestinos.

Esta força de trabalho, cuja intensidade da exploração é comparada por vários estudiosos da problemática com os escravos do período colonial, passa a ser controlada pelos agroindustriais tanto no campo ideológico - pela ameaça constante à mecanização, pelo discurso do desenvolvimento local etc – quanto na dimensão material, quando médias cada vez maiores são estipuladas aos cortadores de cana. Assim, são reprimidos com a ameaça de desemprego caso façam greves ou se insubordinem às regras estipuladas pelos empregadores, conforme será tratado mais especificamente no subcapítulo 3.5.

Não obstante, os agroindustriais no exercício do seu poder de controlar o território tem obstaculizado ao máximo a organização sindical destes trabalhadores.

De acordo com Thomaz Júnior (1998, p.06), uma das evidências do *modus operandi* da gestão do capital sobre o território é a separação dos trabalhadores em várias unidades sindicais, de acordo com a função desempenhada na cadeia produtiva do agronegócio canavieiro.

Deste modo, a representação dos trabalhadores ocorre de forma fracionada, havendo sindicatos para categorias específicas, como a dos que trabalham no setor rural da produção (corte e tratos culturais), motoristas, químicos etc.

Por outro lado, enquanto os territórios sucroalcooleiros englobam vários territórios político-administrativos, tanto com a expansão das lavouras como com a contratação de trabalhadores, a organização sindical tende a ficar contraditoriamente restrita à base territorial da divisão político-administrativa, senão vejamos o exposto em Thomaz Júnior (1998, p.06):

Enquanto o capital se espalha pelo território, materializado em forma de área ocupada com cana-de-açúcar e de empresas sucroalcooleiras, ultrapassando/subvertendo os limites territoriais impostos pelo Estado ( a fronteira do município), o trabalho, (já na forma de identidade corporativa, portanto enquanto sindicatos), tem sua abrangência territorial delimitada pelas fronteiras municipais, conforme as determinações prescritas no artigo 8º, inciso II da Constituição Federal: “é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa da categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial que será

definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior a área de um município”.

Assim, o controle da força de trabalho é um ingrediente estratégico para a extração da taxa máxima de lucro. Eis a convergência entre o poder público e o privado em prol dos interesses dos agentes sociais que empreenderam esta territorialização, numa lógica que objetiva a manutenção da estrutura e do projeto social vigente.

E como faz parte da lógica do agronegócio sucroalcooleiro operar com a constituição de um território que é distinto da delimitação territorial do Estado - seja ele na sua dimensão municipal ou estadual - a organização dos trabalhadores é bastante dificultada, uma vez que a maior parte dos cortadores de cana por exemplo, atuam fora do município em que residem num contexto em que esta mobilidade não é conferida aos sindicatos que os representam, a não ser que estes se constituam em entidades regionais ou estaduais.

Dificuldade maior ainda ocorre quando estes trabalhadores são migrantes temporários, oriundos de centenas ou até mesmo de milhares de quilômetros de distância do local de trabalho, sendo em regra, uma permanência fugaz, em vista do ciclo temporário de contratação.

Neste caso, a dificuldade de organização sindical é ainda maior, uma vez que estes geralmente se encontram albergados nos domínios privados do agroindustrial, ou seja, em alojamentos pertencentes ao usineiro, muitos dos quais em péssimas condições.

Aproveitando-se do poder que exercem sobre os trabalhadores, muitos agroindustriais do Paraná estão reimplantando um mecanismo eficaz de controle da força de trabalho empregada no setor produtivo canavieiro, tão comum no nordeste açucareiro da primeira metade do século passado, que é a constituição de colônias de trabalhadores da usina.

Entretanto, na porção setentrional do Paraná esta prática está vinculada à construção de residências para atender os funcionários do setor industrial e não do setor agrícola, tal qual ocorria na usina nordestina.

Essa prática está se tornando mais comum na região noroeste do Estado, que concentra a maior parte da produção canavieira, sobretudo pelo Grupo

Santa Teresinha, embora em menor escala também seja praticada no norte, a exemplo do que já vem fazendo o grupo Alto Alegre.

A constituição deste tipo de relação entre capital e trabalho emerge como forma de gestão do capital sucroalcooleiro sobre a força de trabalho disponível e necessária à agroindústria em uma determinada porção espacial (no entorno da planta industrial ), ampliando a relação de dependência do trabalhador para com o usineiro, uma vez que o núcleo residencial ao qual reside com a sua família não lhe pertence, explicar o que no plano ideológico funcionaria como uma mecanismo de coerção a qualquer tipo de embate ou mesmo de organização sindical.

Além dessas ações, que permitem monopolizar as terras mais férteis, de disputar as porções espaciais melhor localizadas frente aos potenciais mercados consumidores, de possuir elevado grau de influencia nos poderes constituídos e sujeitar a força de trabalho aos seus interesses, há ainda a gestão dos recursos naturais existentes nas áreas que se constituíram territórios do agronegócio canavieiro.

Como parte significativa das terras ocupadas pela cana-de-açúcar se encontram arrendadas<sup>18</sup> para uma agroindústria por meio de contratos com uma duração superior a três anos, em média, não há por parte do empresário preocupações acerca da conservação da fertilidade e demais atributos.

Dados do IBGE (2007, s/p.) apontam que o agronegócio canavieiro é o que mais se utiliza desta modalidade de incorporação de novas terras proporcionalmente a sua área ocupada, como mostra a tabela 02.

Desta forma, na medida em que o solo vai perdendo as suas propriedades biogeoquímicas, devido ao manejo agrícola inadequado (herbicidas e pesticidas, compactação do solo, queimadas, aplicação da vinhaça ou vinhoto etc), os agroindustriais devolvem ao final do vencimento do contrato um solo bastante degradado ao seu proprietário, sendo esta prática mais vantajosa ao usineiro, tendo em vista que ele não assume para si os gastos com a correção do solo.

---

<sup>18</sup> Só para se ter uma idéia do aumento da prática do arrendamento no meio rural paranaense na última década, em 1995, 799.325 hectares encontravam-se nestas condições, passando para 814.940 hectares em 2006, o que aponta para uma tendência de retorno a esta prática após uma queda acentuada constatada no final dos anos de 1980 e meados da década de 1990.

**Tabela 02: Condição do produtor em relação às terras ocupadas no estado do Paraná em 2006.**

| <b>Atividade</b>            | <b>Arrendamento</b> | <b>Proprietário</b> | <b>Outras Formas<sup>19</sup></b> |
|-----------------------------|---------------------|---------------------|-----------------------------------|
| <b>agropecuária</b>         |                     |                     |                                   |
| Cana-de-açúcar              | 18%                 | 78%                 | 4%                                |
| Algodão                     | 12%                 | 80%                 | 8%                                |
| Soja                        | 10%                 | 88%                 | 2%                                |
| Cereais                     | 6%                  | 89%                 | 5%                                |
| Fumo                        | 5%                  | 87%                 | 8%                                |
| Pecuária                    | 2%                  | 94%                 | 4%                                |
| Lavouras<br>Permanentes     | 1%                  | 90%                 | 9%                                |
| <b>Área Total do Paraná</b> | <b>5%</b>           | <b>91%</b>          | <b>4%</b>                         |

Fonte: IBGE, 2007

Org. Marcos A. de Souza.

Assim sendo, esta estratégia de uso e ocupação do solo rural permite ao agroindustrial incorporar novas terras ao processo produtivo - novas tanto no sentido da expansão quanto na ocupação pela cana – diferentemente do que ocorreria se a totalidade das terras pertencessem ao agroindustrial, o que sugere que estes empresários agrícolas trabalham com uma margem de flexibilidade espacial, a qual lhes possibilita modificar o vetor de expansão de uma determinada agroindústria em direção as áreas com a maior produtividade espacial, ou seja, em que há uma maior possibilidade de auferimento da renda da terra.

E isto em um contexto em que, na atual conjuntura, a curto prazo parece ser mais vantajoso para o proprietário fundiário arrendar a sua propriedade ao agroindustrial canavieiro do que cultivá-la.

Não obstante, Serra (2010, p.106) nos mostra que este processo inclusive tem se intensificado na primeira década do século XXI na porção setentrional do Paraná, numa etapa a qual denominou “agressividade das usinas”, caracterizado pela incorporação de novas terras mediante a modalidade do arrendamento:

Até o ano de 2008, as usinas se empenharam ao máximo para aumentar a produção de álcool [...] Para aumentar a produção, elevaram os preços que pagavam pelos arrendamentos de terra; ganhando mais, os proprietários rurais se convenceram de que, entre explorar diretamente a terra e arrendar a propriedade para a usina, era melhor negócio arrendar. [...] Na mesma época em que os preços do álcool disparavam no mercado externo, os preços da soja entravam em declínio por conta da superprodução mundial e da queda do dólar. Ganhando menos com a

<sup>19</sup> A categoria “Outras Formas” engloba as condições de assentado sem titulação definitiva, parceiro e ocupante, conforme classificação do IBGE (2009).

soja, os proprietários rurais foram estimulados a entregar suas terras para as usinas. Assim, passaram a economizar os custos da produção, que no processo de arrendamento ficam por conta da usina e se livraram do risco de eventuais prejuízos.

Por outro lado o Ipardes (2010, s/p.) aponta que as culturas de arroz, feijão, batata inglesa, trigo e mandioca tiveram uma significativa queda no valor da produção por hectare, o que conseqüentemente aponta para a menor viabilidade econômica destes cultivos, favorecendo a expansão daquelas culturas onde são maiores os rendimentos.

Nesta mesma vertente, Thomaz Júnior e Valério (2009, p.11) retratam bem como funciona esta estratégia espacial de incorporação de novas terras à produção canavieira:

Com o primeiro arrendamento a usina retira todos os obstáculos à consolidação logística do território canavieiro, caracterizado por uma grande contigüidade territorial, fato que faz com que cercas, barracões, tulhas, casas, *terrerões* e uma infinidade de estruturas pré-existentes e estranhas ao intento homogeneizante do capital sucroalcooleiro sejam destruídas em favor da formação de gigantescas áreas para o plantio da cana-de-açúcar. Quando do final do prazo de arrendamento da terra para o usineiro, diante da inexistência de recursos para o restabelecimento das atividades anteriormente praticadas, impossibilidade de recomposição de cercas, pastos, casas e toda a infra-estrutura retirada pela formação das grandes áreas de plantio monocultor, somado ao fato do sucateamento e/ou venda de máquinas e implementos agrícolas pelo fato de não mais serem usados, dá-se aí o "*pulo do gato*", onde o proprietário vê-se refém do capital agrocanavieiro.

Nesse contexto nossos interlocutores apontam para um processo em que numa possível renovação de contrato os agroindustriais tenham um poder maior de negociação, inclusive para comprar a terra por um valor abaixo do valor anterior ao arrendamento, uma vez que a produtividade do solo é afetada pelo *modus operandi* do agronegócio sucroalcooleiro.

Ademais, a gestão ambiental praticada pelos agroindustriais do setor canavieiro tem sido marcada historicamente por um processo de exploração intensiva dos recursos naturais, num contexto em que a produção sucroalcooleira se dá em meio a utilização em larga escala de fertilizantes, agrotóxicos, da mecanização crescente e da aviação agrícola, além da utilização das queimadas na maioria absoluta dos canaviais da porção setentrional do Paraná.

Desta forma, este modelo de exploração do território estaria intimamente ligado a uma série de impactos ambientais, entre os quais poderiam ser citados a

contaminação das águas e do solo pelos agrotóxicos e pelos herbicidas utilizados intensivamente, além da compactação dos solos pela motomecanização pesada utilizada ao longo de todo o processo produtivo.

Não obstante, há ainda a possibilidade da destruição da vegetação nativa – de forma direta ou indireta - com a expansão da fronteira agrícola para as porções espaciais mais produtivas ao capital sucroalcooleiro, conforme abordado anteriormente -, da contaminação das nascentes e dos rios, entre outros.

**Tabela 03: Condições ambientais dos territórios do agronegócio sucroalcooleiro.**

| Mesorregiões.         | Conservação da Cobertura Vegetal Nativa | Intensidade do uso do solo por atividades agrosilvopastoris | Áreas potenciais a degradação dos solos | Participação na produção estadual de cana-de-açúcar |
|-----------------------|---|---|---|---|
| <b>Noroeste</b>       | 6,85%                                   | 90,48%  | 48,65%                                  | 52%   |
| <b>Norte Central</b>  | 2,8%                                    | 94,24%  | 24,17%                                  | 29%   |
| <b>Norte Pioneiro</b> | 1,08%                                   | 96,01%  | 41,11%                                  | 19%   |

Fonte: IPARDES, 2005.  
Org. Marcos A. de Souza.

A este respeito cabe ressaltar que na porção setentrional do estado do Paraná, onde está concentrada cerca de 93% de toda a cana cultivada no estado, as condições ambientais já se encontram num elevado estado de degradação, tendo em vista a histórica atuação do agronegócio na região, cujo *modus operandi* tem se materializado em um sistema de exploração altamente predatório ao meio ambiente.

Isto se torna bastante preocupante na medida em que historicamente o agronegócio canavieiro – assim como as demais culturas praticadas no âmbito da agricultura de base empresarial - tem sido associado a um “ [...] acelerado esgotamento das reservas naturais por um sistema de exploração descuidado e extensivo.” (PRADO JUNIOR, 1981, p.162).

Portanto, fica evidente que a problemática ambiental no setor, ou ainda a produção do tão propalado “combustível limpo” se insere numa lógica mercadológica em que se “[...] intensifica los [...] procesos de apropiación destructiva de los recursos naturales [...] que [...], promueve con el discurso del

desarrollo sostenible una estrategia de apropiación que busca “naturalizar” la mercantilización de la naturaleza. (LEFF, 2005, 265).

E isto só se torna possível diante daquilo que Porto-Gonçalves (2008, p.336-337) classifica como sendo a consolidação de um complexo de poder em torno do agronegócio, articulando os interesses das empresas dos mais variados setores, como as de fertilizantes, de biotecnologia, de sementes, as empresas de consultoria, os grupos empresariais do setor das comunicações, do setor financeiro, químico, de máquinas e implementos, do setor de pesquisas, dentre outros, articulando ainda alianças com grandes corporações hegemônicas internacionais, como a Bunge, a Monsanto, a Basf etc.

### **3 - DINÂMICA SÓCIOESPACIAL DOS MUNICÍPIOS CANAVIEIROS DO MÉDIO PARANAPANEMA**

Conforme foi abordado anteriormente, cerca de 93% de toda cana cultivada no estado do Paraná se encontra geograficamente localizada na porção setentrional do estado, tanto por razões edafoclimáticas quanto pela acessibilidade ao maior centro consumidor do país.

Nesse contexto, o recorte espacial adotado para esta discussão privilegiou a inserção de municípios canavieiros do Médio Paranapanema, optando por aqueles onde a produção canavieira ultrapassa cinco mil hectares de cana plantada de acordo com o Canasat (2010, s/p.), ademais de estarem sob a zona de influência da Usina Alto Alegre, da Usina Central do Paraná e do Grupo Santa Teresinha.

Desta forma, os municípios selecionados - (figura 08) - para esta análise foram os seguintes: Paranacity, Colorado, Porecatu, Santo Inácio, Florestópolis, Nossa Senhora das Graças, Centenário do Sul e Guaraci, este último inserido a este estudo motivado não pela presença significativa da cana-de-açúcar nos seus domínios, mais por ter se convertido nos últimos anos em um grande fornecedor de mão-de-obra as agroindústrias sucroalcooleiras da região.

#### **3.1. A formação socioespacial dos municípios canavieiros do Médio Paranapanema**

De acordo com Westphalen (1969, p.213), até o século XIX a porção setentrional do Paraná não estava integrada ao espaço econômico brasileiro, uma vez que no início do processo de colonização do território, houve uma maior ênfase na busca por metais preciosos, extração de madeira nobre e, posteriormente, na produção açucareira, sobretudo na região Nordeste, por razões já abordadas anteriormente.

Por outro lado, a produção de erva-mate, que foi no século XIX uma das mais importantes atividades econômicas do estado, se concentrava geograficamente em áreas do sul e do litoral paranaense, como atesta Padis (1981, p.86).

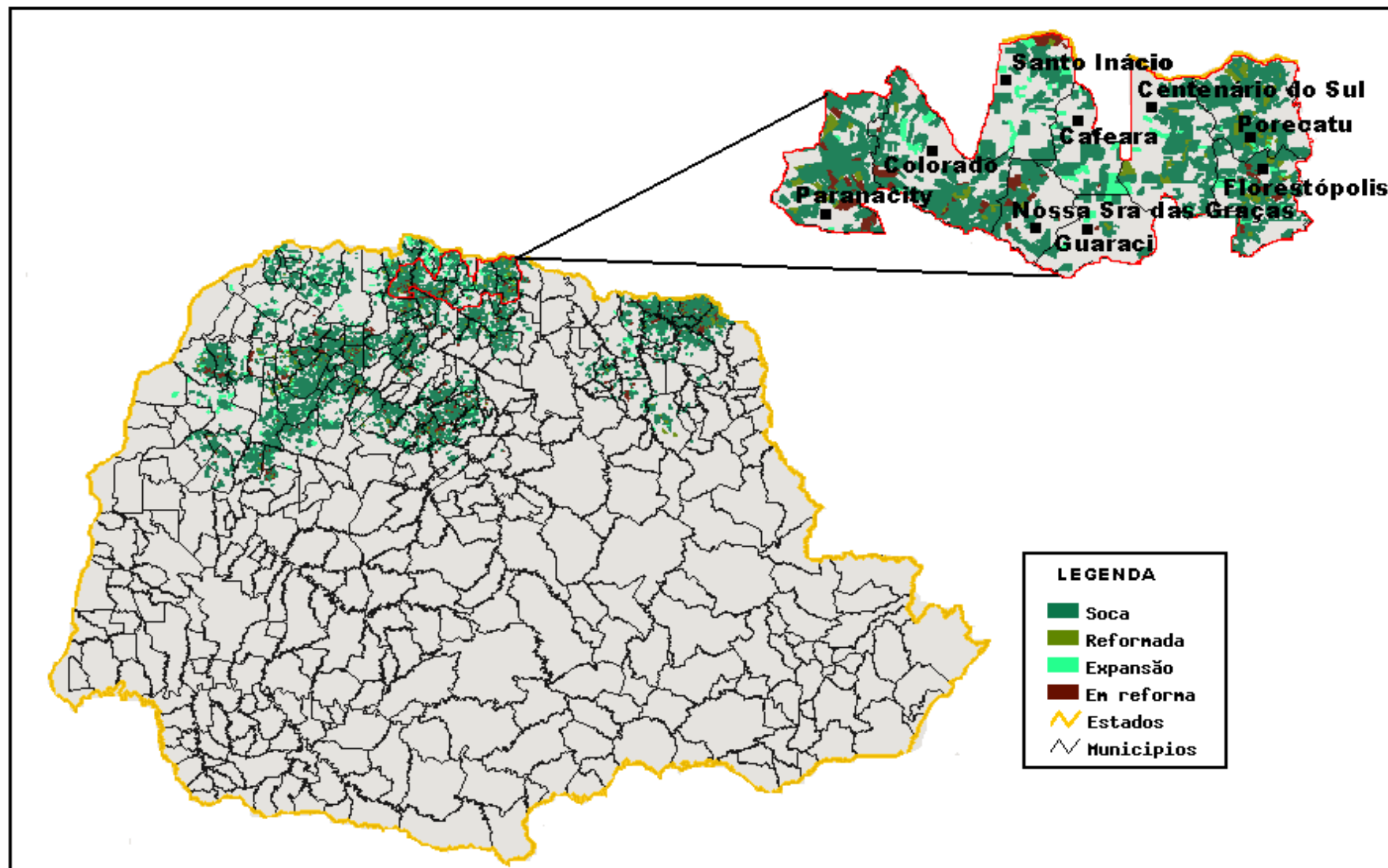


Figura 08: Localização geográfica dos municípios canavieiros analisados.

Fonte: CANASAT, 2009

Org. Marcos A. de Souza.

Nesse contexto, somente no final do século XIX e início do XX que se concretizou a inserção da região norte do Paraná à economia nacional, por meio da presença de agricultores interessados em cultivar café nessa região, sendo que Cancian (1981, p.14) descreve os anos iniciais do século XX até a crise de 1929, como sendo um período de incentivo a produção cafeeira.

O fato é que este processo de ocupação só veio a acontecer de forma mais intensa após a década de 1940, com o avanço da frente pioneira, que incorporou à economia de mercado capitalista as porções territoriais pouco densas demográfica e economicamente, ou ainda que apresentassem uma produção de subsistência e comercialização de excedentes, típica da frente de expansão.

Após a década de 1920, o governo do estado começou a implementar políticas de colonização privada para a porção setentrional do Paraná, que giravam em torno das concessões destas áreas para grupos imobiliários, os quais empreenderam o processo de incorporação demográfica e econômica da região norte do estado por meio da comercialização das terras.

Bragueto (1996, p.49) ao caracterizar o processo de colonização do Norte Novo (região na qual estão inseridos os municípios de Colorado, Porecatu, Guaraci, Centenário do Sul e Nossa Senhora das Graças), dividiu-o em três períodos, sendo o primeiro o de 1920 a 1930.

Segundo o autor, este período ficou marcado pela concessão de significativas porções de terras devolutas para grandes imobiliárias que as lotearam e as venderam.

Não é demais lembrar que este período a que se refere Bragueto é caracterizado por Cancian (1981, p14) como sendo a última década de incentivo à produção cafeeira (1906-1929), daí a importância em se correlacionar a expansão cafeeira com a inserção econômica do norte do Paraná ao espaço econômico brasileiro propriamente dito, uma vez que:

Antes dela [a cafeicultura], a agricultura paranaense era quase que de subsistência [...] e se fazia em pequenas propriedades [...] ou nas roças dos "safristas", lavradores nômades que devastavam a floresta e engordavam porcos nas plantações de cereais, na parte não colhida. (CANCIAN, 1981, p.107).

O fato é que a procura por estes loteamentos na região se deu em grande parte por colonos e fazendeiros oriundos, sobretudo das regiões cafeeiras

paulistas, demonstrando que o desenvolvimento econômico do norte do Paraná tem sua gênese na expansão do espaço econômico paulista, por meio do avanço da frente pioneira em busca da melhor localização geográfica possível naquele momento histórico.

Sobre esta constatação, Mombeig (2007, p. 01) revela que apesar desta região pertencer ao Paraná, “[...] não deixa de ser de facto uma região econômica paulista [...] [até pelo] prolongamento do grande círculo dos arenitos de Botucatu, que em território paulista formam um solo particularmente fértil pela decomposição da terra roxa [...]”.

Nesta mesma vertente, Westphalen (1969, p.213) elucida que a maior parte da produção econômica da porção setentrional do Paraná era escoada rumo ao estado de São Paulo, além de as técnicas agrícolas e o regime de trabalho adotados nestas porções espaciais serem um “[...] prolongamento das práticas tradicionais paulistas”.

Ora, isto vem ratificar a tese de que a expansão cafeeira ocorreu no norte do Paraná, inclusive no período da depressão econômica de 1929, quando o governo brasileiro restringiu a produção cafeeira nos grandes estados produtores, exceto no Paraná, cuja produção estava abaixo da cota estipulada para esta restrição, como aponta Westphalen et al. (1969, p.214), o que fez da região norte do Paraná uma nova fronteira agrícola, mais especificamente para o café.

Isto se deu, em parte, devido ao ambiente edafoclimático condizente com a cultura cafeeira, somado ao fato de que as companhias colonizadoras, principalmente a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), implementaram e consolidaram uma infra-estrutura composta por ferrovias e estradas rodoviárias, indispensáveis ao escoamento da produção, o que também colaborou com a expansão da fronteira, como aponta Cesáreo (1991, p.42), e que marcaria o segundo período descrito por Bragueto (1996, p.42), que vai de 1929-1940.

Cumprе salientar que naquele momento, o processo de ocupação e colonização descrito ainda não tinha culminado na formação dos municípios de Paranacity, Colorado, Porecatu, Santo Inácio, Florestópolis, Nossa Senhora das Graças e Centenário do Sul.

A gênese destes municípios remonta a um período posterior, caracterizado por Bragueto (1996, p.49) como sendo uma etapa em que o Estado

passaria a ocupar o restante dessa região, por meio da criação de suas próprias colônias, sendo as áreas ainda não incorporadas ao processo de colonização repassadas a pequenas companhias colonizadoras particulares:

O governo do estado do Paraná, proprietário ainda de grandes áreas de terras devolutas e de antigas concessões anuladas que retornaram ao seu patrimônio, iniciou também a partir de 1939, diretamente, um programa de colonização das muitas destas áreas no Norte do Paraná. Foram assim de iniciativa oficial [...] as colônias de [...] Jaguapitã (1943), Centenário (1944) [...] (WESTPHALEN et al, 1969, p.216).

É nesse contexto que começa o processo de formação econômica e demográfica dos municípios aqui estudados, uma vez que Colorado e a porção territorial correspondente na atualidade ao município de Nossa Senhora das Graças se desmembraram da "Colônia Estadual de Jaguapitã" em 1954 e 1955, respectivamente<sup>20</sup>.

Com relação ao município de Centenário do Sul, este se origina, assim como Jaguapitã, do processo de colonização empreendido pelo governo do estado em 1944.

Já o município de Porecatu se origina no âmbito de uma concessão feita a um particular, o qual promoveu o loteamento, sendo fundado em 1941, por Ricardo Lunardelli proprietário de uma grande área de terras, na região:

O povoamento das terras situadas na bacia do Paranapanema, onde hoje se localiza o Município de Porecatu, teve início em 1940 quando, por iniciativa de Ricardo Lunardelli, potentado do café em São Paulo, registrava-se a primeira penetração do sertão com a formação de lavouras de café, algodão, cana-de-açúcar e cereais. (IBGE, 2008).

Desta forma, Porecatu permaneceu como distrito político administrativo do município de Sertanópolis até 1947, quando foi emancipado.

Por outro lado, o surgimento do município de Florestópolis está intimamente relacionado ao de Porecatu, uma vez que com a fundação do município de Porecatu, "[...] teve início o desbravamento e colonização das terras do Vale do Paranapanema, culminando com o povoamento da região onde foi formado um Patrimônio que recebeu a denominação de Florestópolis". (IBGE, 2008, s/p.).

Paranacity, por sua vez, teve um processo de formação semelhante, uma vez que de acordo com o IBGE (2008, s/p.) este município teve uma colonização

<sup>20</sup> Na verdade o município de Nossa senhora das Graças consegue a sua autonomia somente em 1960, quando desmembra do município de Guaraci.

empreendida por uma companhia particular, a Imobiliária Progresso, que no ano de 1940 realizou o loteamento e a comercialização dos terrenos.

No que diz respeito à formação do espaço agrário destes municípios, temos que considerar, primeiramente, que na Colônia Estadual de Jaguapitã (de onde desmembraram-se os municípios de Colorado, e Nossa Senhora das Graças), além da colonização empreendida por uma companhia particular que resultou futuramente no município de Paranacity, o sistema de colonização praticamente foi similar àquele empreendido pela CTNP, pautado na divisão de pequenos lotes vendidos aos colonos (WESTPHALEN et al., 1969, p.217).

O mesmo procedimento, segundo a autora, não se aplica à Colônia Estadual de Centenário (atual Centenário do Sul), uma vez que esta foi loteada em propriedades “[...] onde foram estabelecidas [...] grandes fazendas de café e também de cana-de-açúcar.” (BRAGUETO, 1996, p.80).

Já no município de Porecatu, o loteamento não privilegiou a pequena propriedade, uma vez que desde o início do processo de colonização deste município, o foco foram culturas de agroexportação assentadas na grande propriedade privada, como é o caso da cana-de-açúcar e o café, as principais culturas desde a época da sua fundação.

Só para se ter uma idéia desta concentração fundiária que remonta aos primórdios da formação do espaço agrário municipal, em 1950 Porecatu possuía apenas 127 propriedades, que juntas, ocupavam uma área de 79.223 hectares, o que corresponde a média de 624 hectares cada (IBGE, 1950).

Ademais, o município de Porecatu era um dos poucos onde se praticava a cafeicultura de forma monocultural (CANCIAN, 1981, p.107), apresentando-se “[...] o café como ocupação total das terras de espigões menos sujeitos à geadas e as pastagens nos vales”.

Portanto, desde a origem, Porecatu apresenta uma estrutura fundiária altamente concentrada, o que foi decisivo para a hegemonia da agricultura de base empresarial, instalada neste município desde os seus primórdios, como será visto posteriormente.

Paralelamente a estas constatações há que se atentar para o fato de que o processo histórico de formação do espaço agrário norte paranaense, especialmente naquelas porções territoriais em que o estado promoveu a

colonização após a década de 1940, foi marcado por intensos conflitos envolvendo a posse da terra.

Foi o que ocorreu, mais especificamente no ano de 1946 em Jaguapitã (Colônia Estadual de onde desmembraram os municípios de Colorado, e Nossa Senhora das Graças), e em 1950, em Porecatu, englobando inclusive algumas áreas do município de Centenário do Sul que, conforme abordado anteriormente, também fora uma colônia estadual.

As terras disputadas na região dos municípios de Jaguapitã e de Porecatu, faziam parte de uma concessão muito antiga [...] sem que nenhuma obra de colonização tivesse sido efetivamente realizada. Por volta de 1942 o governador Manoel Ribas anulou essa concessão, loteando as terras para vende-las a preços módicos para lavradores [...] Em consequência lavradores vindos de vários lugares [...] foram atraídos para a região. Esses agricultores pensavam possuir legitimamente a área que exploravam e pela qual tinham pagos impostos [...] mas o estado do Paraná não lhes concedeu título de propriedade. (SILVA, 2006, p.53).

Ocorre que “[...] além da colonização particular, espontânea ou dirigida, e da oficial, houve muitas vezes, a ocupação pura e simplesmente de terras devolutas, ou pertencentes a particulares ausentes” (WESTPHALEN et al., 1969, p.231).

Ou seja, paralelo aos empreendimentos colonizadores, vários trabalhadores rurais oriundos de outras regiões do país se estabeleceram nestas terras, e formaram aí posses, até porque a grande maioria desta porção territorial estava composta por terras devolutas ou pertenciam a particulares, embora abandonadas e sem nenhum uso.

Silva (1996, p.29), ao abordar o processo de ocupação pelos posseiros na região de Porecatu, descreve-a da seguinte maneira: “Soube-se então que aquelas terras eram de ninguém. E por ser de ninguém, eram de todos. Ali bastava chegar e ir tomando posse, buscando defender-se como podia dos mais fortes”.

Ora, para o posseiro a terra não é uma mercadoria mediante a qual se paga uma quantia para ocupá-la, como assevera Martins (1980, p.61):

Posseiro não pode ter acesso a terra e dela é expulso porque não pode pagar por ela [...] [para o posseiro], é o trabalho que legitima a posse da terra; é nele que reside o direito de propriedade. Este direito está em conflito com os pressupostos da propriedade capitalista.

Para ele, a terra é um meio necessário para produzir aquilo que ele e sua família necessitam para sobreviver, daí a lógica do lema: “A terra é de quem nela trabalha”.

Mas os projetos de colonização empreendidos pelo Estado e pelas imobiliárias apresentavam-se com objetivos distintos aos dos posseiros aí estabelecidos, uma vez que o processo de colonização do norte do Paraná, de acordo com Bragueto (1996, p.49) pode ser caracterizado como sendo uma colonização do tipo capitalista, num contexto em que o próprio Estado “[...] proporcionou a incorporação das terras livres ao capital”.

Diante desse antagonismo de objetivos de classes instaurados no campo, os conflitos que se seguiram nesta porção do espaço agrário paranaense foram, em grande medida, decorrentes da diferença de significado que a terra possui para os camponeses (no caso, os posseiros), para o Estado e para os agentes imobiliários.

Isto num contexto em que para os últimos, a terra se transforma numa “mercadoria”, cujo acesso só pode se dar mediante a compra e venda, para posteriormente ser convertida em um meio de produção capaz de reproduzir amplamente o capital aí investido, por meio da renda territorial.

Aí está a diferença, o antagonismo de que se fala. De um lado as terras ociosas que passam a ser ocupadas por camponeses, com o objetivo de fazê-las produzir para tirar daí o seu sustento e o de sua família, e de outro lado, os agentes colonizadores capitalistas que se apropriam destas terras e a transformam numa mercadoria.

Mercadoria esta valorizada no mercado de terras, uma vez que estas posses ocorriam nas áreas propícias à expansão cafeeira, intensificada após 1940, razão pela qual Cancian (1981, p.14) classifica o período de 1945 a 1970 como de conjuntura dinâmica para este processo.

E se de fato esses posseiros eram um obstáculo a serem removidos para prosseguir o processo de “incorporação das terras livres (embora ocupadas) ao capital”, como assinala Bragueto (1996, p.49), o Estado não pouparia esforços para expulsá-los destas áreas em favor dos colonizadores, conforme será abordado posteriormente.

Em meio ao contexto em que se excluía o posseiro do processo de colonização, surge o primeiro conflito armado nesta região, fato ocorrido em 1946 no município de Jaguapitã (Colônia Estadual), quando cerca de 1500 famílias, na sua maioria posseiros, entraram em choque com os proprietários juridicamente constituídos, sendo que estes últimos empreenderam uma política de expulsão e

até mesmo de despejos violentos contra os primeiros. (WESTPHALEN et al, 1969, p232).

Não obstante, a revolta dos posseiros passa a ter *status* de conflito armado a partir de 1947, quando,

[...] um grupo armado tentou ocupar as terras da Fazenda Guaracy, e os sitiados reagiram a bala, deixando um saldo de vários mortos e inúmeros feridos. O tiroteio se prolongou por mais alguns dias..Os lavradores enviaram sua famílias para os matos, e permaneceram atocaiados pelos picadões, com o dedo no gatilho, para defender suas posses contra novos assaltos.” (WESTPHALEN et. al, 1969,p.232).

Diante do recrudescimento do conflito agrário no município de Jaguapitã, o governo do estado do Paraná interveio, prometendo terras devolutas em outra colônia estadual, no atual município de Paranaíba, inclusive com moradia<sup>14</sup>, para que estes posseiros abandonassem estas áreas.

O fato é que esta promessa não foi cumprida pelo governo, o que levou à conflagração do conflito armado, uma vez que os posseiros, crentes na promessa do Estado, prepararam-se para a retirada, desmontando toda a sua estrutura produtiva enquanto esperavam pela mudança. Ao não se concretizar a transferência, esses posseiros se viram inclusive diante da escassez e da fome, o que intensificou ainda mais a sua revolta.

Embora o fim do conflito somente tenha ocorrido no final da década de 1940, conforme será demonstrado posteriormente, o fato é que o Censo Agrícola de 1950 registrava 197 estabelecimentos em situação “terras ocupadas”, totalizando 6.486 hectares (IBGE, 1950).

Não se pode esquecer ainda o fato de que o Estado anulou a concessão “Alves Almeida” (município de Porecatu), e passou a promover o processo de colonização da região, incentivando a vinda de colonos de várias partes do país sem que houvesse uma regularização fundiária em definitivo.

Esta é a razão pela qual os colonos ocuparam tanto áreas no interior das concessões anuladas, quanto a de supostos proprietários privados, que adquiriram terras com o intuito de especular, daí a ociosidade.

Outros ainda se valeram da grilagem, com a anuência do Estado, invocando a propriedade de terras que na verdade nunca lhes pertenceram. (WESTPHALEN et al., 1969, p.233).

Muitos colonos chegaram a comprar tais lotes, mas a ausência de um marco jurídico tornava praticamente impossível a comprovação de propriedade legal das terras pelos mesmos.

Como já foi assinalado anteriormente, o fato de a região possuir terras férteis contribuiu para despertar o interesse de grandes cafeicultores, que acabaram por se instalar ali.

Era comum encontrar-se na região agrimensores medindo terras em nome de seu doutor fulano de tal [...] Em sua ingenuidade as pessoas acreditavam [...] na titulação definitiva [...] Aos poucos os posseiros foram percebendo o engodo em que caíram. Cercas erguiam-se da noite para o dia cortando suas terras. Grandes placas chamavam-se aqui e ali com nomes de fazenda tal, propriedade de fulano de tal [...] deixando os posseiros sem saber o que fazer, uma vez que não possuíam escrituras definitivas [...]. (SILVA, 1996,p.65-66).

Diante de tamanha desordem no processo de ocupação destas áreas, a tal ponto de Braga e d'Horta (1953, p.45) classificarem a situação como sendo fruto de “[...] uma verdadeira orgia no Instituto de Terras do Paraná”, o governo do estado, mais uma vez, a exemplo de Jaguapitã, prometera novos lotes a estes posseiros, para que estes desocupassem estas terras, sendo que novamente o Estado não cumpriu esta promessa (WESTPHALEN et al., 1969, p.233).

Num contexto em que o governo do estado não efetiva a concessão de terras em outras regiões do Paraná a estes posseiros, somado às constantes ameaças feitas pelos jagunços a serviço de fazendeiros, eclodiu um dos maiores conflitos armados no âmbito da questão agrária paranaense, inclusive com repercussão nacional, principalmente após o recurso à luta armada, promovida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) em favor dos posseiros.

Não se passaram muitos meses, e aqueles homens pacíficos, com as mãos calejadas nos cabos dos machados e das foices, e no puxar das enxadas [...] sofreram uma mudança radical em relação a seus direitos. Diante da idéia de que a terra por direito, justiça e delegação do Criador pertence a quem nela trabalha, aquelas pessoas ficaram cegas e prontas para enfrentar com todos os meios quem quer que tentasse apoderar-se de suas propriedades [...] todas dispunham de armas para caçar [...] As pessoas foram divididas por águas e bairros [...] A enxada ou a foice na roça se acrescentava a carabina, e ao facão e famel acompanharia o embornal de munição. (SILVA, 1996,p.88-89).

É desta forma que tem início os conflitos fundiários, ou melhor, a resistência dos posseiros na região de Porecatu frente ao poder armado dos grandes interessados em “[...] incorporar essas terras livres ao capital [...]” (BRAGUETO, 1996, p.49), que se valeram de jagunços<sup>16</sup>, além do próprio aparelho

repressivo do estado, que enviou centenas de efetivos policiais para a região conflagrada. Convém ressaltar ainda que esta força policial<sup>21</sup> enviada pelo governo do estado, “[...] em vez de fazer justiça, cumprindo a palavra dada aos posseiros, ficou do lado dos grandes, os verdadeiros invasores.” (SILVA, 1996, p.95).

Isto revela claramente a feição do Estado no Brasil, que historicamente vem atuando de maneira parcial nos conflitos de classe, favorecendo a manutenção da estrutura social vigente, o que “[...] denuncia claramente o Estado brasileiro como um Estado de classe onde [...] a justiça e a polícia estão com freqüência subordinadas à ordem privada”. (MARTINS, 1980, p. 49-112).

Apesar de os posseiros saírem vitoriosos em vários embates contra os jagunços e as forças policiais, Westphalen et al. (1969, p.234) afirma que “os lavradores foram atraídos para o entendimento e desarmados”, sendo que em março de 1951, o novo governo paranaense empreende a primeira desapropriação por “interesse social” do país, ao declarar essas terras como sendo de “utilidade pública”.

Ora, este contexto conflituoso em que se assenta o processo de formação do espaço agrário dos municípios de Colorado, Guaraci, Nossa Senhora das Graças, Porecatu e Centenário do Sul, revelam aquilo que já foi discutido na primeira parte deste trabalho, que é a disputa motivada por projetos territoriais distintos. Nesse caso específico, a luta sangrenta pelo controle da mesma porção do espaço geográfico é, em suma, a materialização da luta de classes, posto que a apropriação e demarcação obedece a duas lógicas em confronto: a da terras de trabalho e a da terras de negócio. (MARTINS, 1981, p.33).

Nos conflitos fundiários de Jaguapitã e Porecatu (e em outras disputas territoriais) a ausência de neutralidade do Estado é notória, a começar pelo incentivo à migração de posseiros para áreas de terras devolutas no contexto do que podemos denominar frentes de expansão, e que antecede à instalação da frente pioneira. Após “amansar a terra”, tarefa da frente de expansão constituída por posseiros, se estimulará o uso capitalista do território, e para isso a mediação do Estado é

---

<sup>21</sup> A esse respeito, Althusser (2001, p.74) revela que na sociedade capitalista o Estado, através dos seus aparelhos ideológicos e repressores, desempenha um papel que, na essência, consiste em garantir por diversos mecanismos, incluindo a repressão policial “[...] as condições políticas da reprodução das relações de produção[...]”, atuando sempre em favor “[...] da classe dominante que detém o poder do Estado”

fundamental, de sorte que os projetos imobiliários descritos inscrevem-se nessa lógica.

Qualquer óbice a essa ordem, e que se supõe inevitáveis, pois os sujeitos da ordem anterior perdem seu papel social, será tratada como uma questão de Estado, o que explica o fato de o governo se valer de seu aparelho repressor em favor de uma fração de classe identificada com a agricultura mercantil, no caso a cafeicultura.

Não é demais ressaltar o fato de que a configuração atual do espaço geográfico nos municípios estudados (assim como qualquer outra localidade), nada mais é do que um resultado concreto dos processos que foram sucedendo-se, sob a forma de lutas e contradições, ora materializadas em distintas formas territoriais.

### **3.2. A dinâmica territorial do espaço agrário entre 1950 e 1970.**

Foi visto anteriormente que a ocupação geoeconômica da porção setentrional do estado do Paraná compreendida entre a margem esquerda do rio Tibagi e a barranca do rio Paraná fora motivado principalmente pela conjuntura favorável para a expansão do café nestas terras, cuja potencialidade edáfica as colocavam na frente de expansão da fronteira agrícola cafeeira, como sentenciam Westphalen (1969, p.214).

Foi visto ainda que nos municípios selecionados para esta análise a colonização se deu, ora dirigida por companhias loteadores particulares ora pela ação do Estado, que também loteou algumas porções territoriais e as vendeu para os colonos que se dirigiam das diversas partes do país para se estabelecerem na região.

Neste contexto, a estrutura fundiária destes municípios passa a ser delineada sob a égide do predomínio numérico da pequena e da média propriedade, cuja exceção fica por conta do município de Porecatu, que desde os primórdios de sua formação econômica possui um dos maiores índices de concentração fundiária da porção setentrional do Paraná<sup>22</sup>.

Para se ter uma idéia desta concentração, de acordo com o Censo Agrícola de 1950, havia no município de Porecatu apenas 127 estabelecimentos

---

<sup>22</sup> Apesar do predomínio numérico das pequenas e médias propriedades, a concentração fundiária se fez presente desde a década de 1960 em praticamente todos os municípios analisados, conforme abordado posteriormente.

agropecuários que, juntos, ocupavam uma área de 79.223 hectares, o que representa uma média de quase 624 ha para cada propriedade.

Esta é uma evidência de que desde a chegada da frente pioneira, foi imposto o monopólio fundiário no município, a pretexto da implementação das culturas de larga escala, como o café e a cana-de-açúcar, com as quais tiveram que competir as pequenas propriedades, nas nesgas de terras que ainda haviam restado.

Em termos de uso do solo, em 1950 havia 10.938 hectares ocupados com café, seguido pela cana-de-açúcar, que naquela ocasião já ocupava 2.467 hectares da área municipal. (IBGE, 1950).

Por outro lado, o arroz, o feijão e o milho, cultivados majoritariamente pelos camponeses no âmbito da subsistência e da comercialização dos excedentes, somavam 1.792 hectares plantados.

Com relação a esta configuração espacial no que tange ao uso do solo, vale ressaltar que data desde período a implementação da Usina Central do Paraná, fundada na década de 1940.

Isto revela o fato de que há um privilégio por parte dos produtores agrícolas em cultivar nas suas terras produtos que apresentem uma alta rentabilidade, sendo que esta constatação já se faz presente desde os primórdios da formação do espaço agrário do município de Porecatu, caracterizado pela produção mercantil.

É a grande exploração agromercantil de base territorial necessariamente extensa [...] [em que] a atividade econômica gira em torno de algum gênero essencial de grande valor comercial, deixando o mais, e particularmente os gêneros necessários à subsistência da população trabalhadora local, em segundo e apagado plano." (PRADO JR, 1981, p.50).

Esse privilégio às culturas mais rentáveis ficou evidente em Porecatu, pois como foi visto, enquanto 13.405 hectares foram destinados á agricultura mercantil (voltada tanto para o mercado interno, quanto para a agroexportação), apenas 1.792 hectares foram cultivados com milho, arroz e feijão. (IBGE, 1950), sendo conveniente ressaltar que, para Cancian (1981, p.14), a consolidação econômica destes municípios coincidiu com o período de expansão dinâmica da cultura cafeeira (1945-1970).

Cabe lembrar, porém, que em meados da década de 1960 a produção cafeeira começa a declinar a nível nacional, por conta da queda da cotação deste produto no mercado internacional, como assevera Yoshinaga (2006 p.72-74).

Quanto a estrutura fundiária destes municípios, em grande parte da literatura disponível acerca da colonização do norte do Paraná, há menções de que a pequena e a média propriedade predominavam no sistema de colonização empreendido, a tal ponto que muitos chegaram a afirmar que a colonização desta porção espacial se tratou de um bem sucedido projeto de reforma agrária. (PAULINO, 2003, p.18).

**Tabela 04: Estrutura Fundiária nos municípios analisados em 1960**

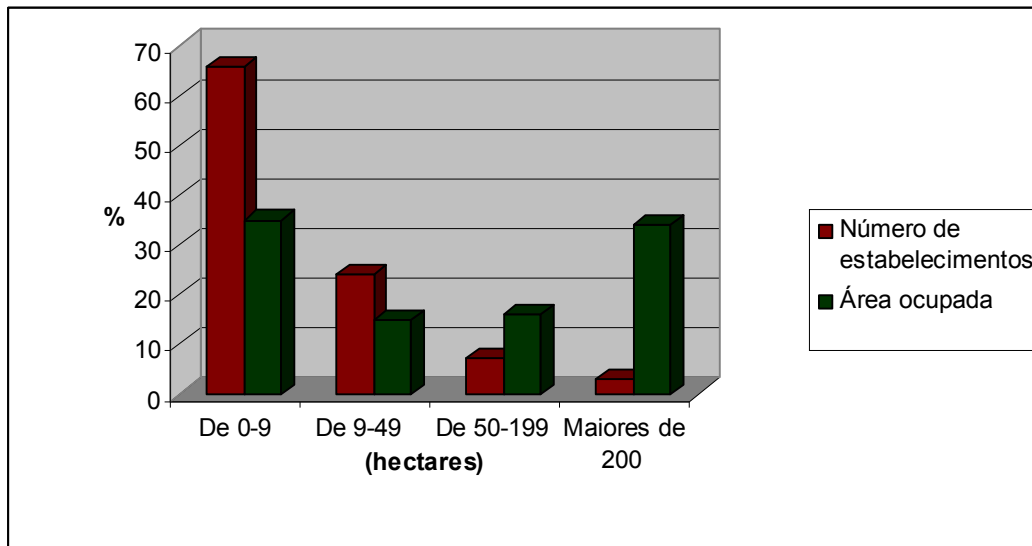
| <b>Municípios</b>     | <b>Nº de estabelecimentos</b> | <b>Área ocupada (hectares)</b> | <b>Área Média</b> |
|-----------------------|-------------------------------|--------------------------------|-------------------|
| Cafeara               | 164                           | 12.397                         | 75                |
| Centenário do Sul     | 630                           | 40.308                         | 64                |
| Colorado              | 1189                          | 33.180                         | 28                |
| Florestópolis         | 695                           | 46.774                         | 63                |
| Guaraci <sup>23</sup> | 931                           | 32.022                         | 34                |
| Porecatu              | 60                            | 31.525                         | 525               |
| Paranacity            | 1.505                         | 49.205                         | 33                |
| Santo Inácio          | 1.701                         | 17.173                         | 10                |

**Fonte:** Censo Agrícola de 1960, IBGE.  
Org. Marcos Antonio de Souza.

O fato é que embora se possa constatar o predomínio dos pequenos estabelecimentos agropecuários através dos dados apresentados no gráfico 22 - que demonstra que os estabelecimentos agropecuários de pequeno porte representavam numericamente 66% do total -, estes detinham apenas aproximadamente 35% da área ocupada.

Por outro lado, os estabelecimentos maiores de 200 hectares, apesar de serem apenas 3% do total, detinham 34% das terras, o que aponta para a existência de uma concentração fundiária já na raiz da formação geoeconômica destes municípios, principalmente em Porecatu, onde apenas 10 propriedades controlavam 62% do território municipal em 1960. (IBGE, 1960, p.50-55).

<sup>23</sup> Como o município de Nossa Senhora da Graças ainda não havia se emancipado até 1960 os dados se referem ao território político administrativo ao qual estava submetido, ou seja, a Guaraci.

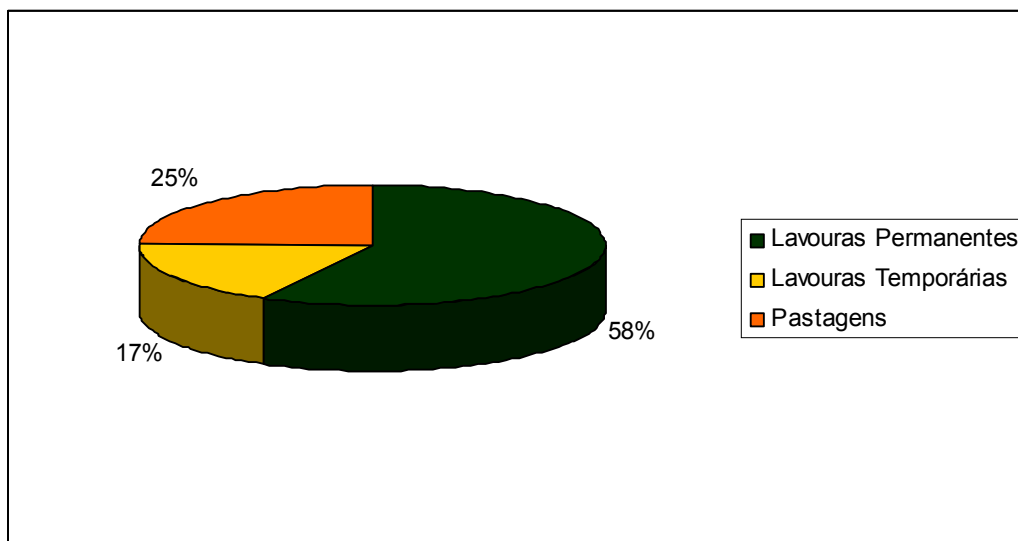


**Gráfico 22: Estrutura Fundiária dos municípios selecionados agrupados em 1960**

**Fonte:** Censo Agrícola de 1965, IBGE.

Org. Marcos Antonio de Souza.

Não obstante, no município de Centenário do Sul esta conjuntura de concentração também se fazia presente, num contexto em que 11% dos estabelecimentos concentravam 49% das terras ocupadas pela agropecuária.



**Gráfico 23: Uso do Solo em 1960 nos municípios analisados.**

**Fonte:** Censo Agrícola, 1965.

Org. Marcos A. de Souza.

Paralelamente a estas constatações que apontam para uma estrutura fundiária marcada pela concentração do solo agricultável, há que se atentar para o fato do uso que era dado ao solo neste período histórico.

E isto em um contexto em que Souza (2008, p.73) associa esta concentração a incorporação em larga escala de novas terras para a formação de grandes e médias lavouras cafeeiras e canavieiras, mais especificamente nos municípios de Porecatu e Centenário do Sul.

Os dados censitários apontam que havia um predomínio das lavouras permanentes sobre as lavouras temporárias, sendo que o café era a principal atividade econômica destes municípios, como mostra a tabela a seguir.

**Tabela 05: Uso do Solo nos municípios analisados em 1960**

| <b>Municípios</b> | <b>Arroz<br/>(ha)</b> | <b>Café<br/>(ha)</b> | <b>Feijão<br/>(ha)</b> | <b>Algodão<br/>(ha)</b> | <b>Milho<br/>(ha)</b> |
|-------------------|-----------------------|----------------------|------------------------|-------------------------|-----------------------|
| Cafeara           | 385                   | 5.593                | 123                    | 853                     | 381                   |
| Centenário do Sul | 376                   | 18.688               | 121                    | 606                     | 577                   |
| Colorado          | 243                   | 17.130               | 376                    | 888                     | 1.018                 |
| Florestópolis     | 831                   | 21.028               | 941                    | 03                      | 729                   |
| Porecatu          | 135                   | 14.331               | 211                    | 177                     | 1.113                 |
| Paranacity        | 233                   | 9.987                | 46                     | 7.489                   | 791                   |
| Santo Inácio      | 447                   | 3015                 | 78                     | 3564                    | 315                   |

**Fonte:** Censo Agrícola, 1960.  
Org. Marcos A. de Souza

Não se pode esquecer ainda que as plantações de milho, feijão e arroz desenvolveram-se basicamente como intercalares ao café, fato este que evidencia muito bem a divisão entre as terras de negócio e terras de trabalho, uma vez que estas culturas intercalares eram produzidas tanto pelos colonos, parceiros, quanto pelos pequenos produtores de café, como aponta Carvalho (1991, p.14).

Não obstante, Paulino (2003, p.19) chama atenção ainda para o fato de que esta heterogeneidade no espaço agrário está fortemente vinculada ao fato de subsistirem no campo duas formas distintas de propriedade privada da terra, ou seja, de um lado emerge a propriedade capitalista onde a terra se constitui um instrumento de negócio, e de outro se destaca a propriedade camponesa, terra de trabalho e objeto de subsistência familiar.

Se no período entre 1950-1960 o café era o principal produto agrícola destes municípios, na década de 1970 não foi diferente, embora a nível nacional já em escala descendente, devido à queda de preços no mercado mundial potencializada pela superprodução.

É nesse momento que as lavouras temporárias e as pastagens começam a se expandir em prejuízo das áreas cafeeiras, conforme será demonstrado a seguir.

No âmbito nacional, o GERCA já vinha promovendo uma série de medidas no intuito de substituir os cafeeiros considerados antieconômicos. De acordo com Yoshinaga (2006, p.74-78), os empresários já estavam em busca de alternativas mais viáveis, e a implantação de unidades agroindustriais sucroalcooleiras nas antigas áreas produtoras de café foi uma delas.

Esse processo torna-se proeminente nos municípios estudados entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980, época em que se intensificou o processo de tecnificação do espaço agrário brasileiro, como aponta Paulino (2006, p.4), quando “[...], as bases do uso do solo foram alteradas, emergindo o modelo de intensificação de lavouras mecanizáveis, em substituição às culturas que demandavam intensa mão-de-obra.”.

Estas transformações se deram no contexto de novos sistemas técnicos na produção agrícola de base empresarial, sendo a década de 1970, o marco da intensificação da agroindústria como referencial produtivo à agricultura capitalista, que passa a integrar a produção agropecuária a indústria e redefinir toda a estrutura socioeconômica e política no campo.

Não obstante a estas profundas transformações, ocorre ainda neste período, uma expulsão em massa no campo brasileiro, para atender “[...] as premissas indispensáveis à produção capitalista” (KAUTSKY, 1980, p. 269), nesta nova etapa do capitalismo no campo, marcado pelo processo de monopolização do território pelo capital.

A este respeito, Martins (1980, p.54) elucida o fato de que este processo se deu devido a concentração fundiária que promoveu a expulsão de milhões de camponeses de suas unidades de produção, sendo que esta constitui “[...] uma característica essencial do processo de crescimento do capitalismo, é um componente da lógica do capital [...] [no qual] uma lei básica do capital é subjugar o trabalho”.

Subjugação esta que se deu através da concentração fundiária para a prática da agricultura mercantil, tendo que ocorrer uma substituição dos “[...] trabalhadores residentes – colonos, parceiros, ou rendeiros – pelos trabalhadores assalariados associados a máquina [...]” (D’INCAO, 1984, p. 16-17).

Todas essas transformações foram se processando no espaço agrário dos municípios estudados, ao mesmo tempo em que a cafeicultura ia entrando em declínio, e novas culturas iam sendo implantadas no âmbito desta nova conjuntura, como alternativa à agricultura de base empresarial, dentre estas a agroindústria canavieira (YOSHINAGA, 2006, p.78), que se expandiu de forma mais intensa, sobretudo após o Proálcool.

E este rearranjo territorial no espaço agrário dos municípios estudados projeta-se com maior intensidade a partir da década de 1970, quando foram implantadas várias unidades agroindústrias sucroalcooleiras no Paraná, dentre elas, a Usina Alto Alegre, em 1978 no município de Colorado e a Destilaria de Álcool da Cofercatu em 1986.

Isto em um contexto em que vários destes municípios, localizados geograficamente nas adjacências destas novas unidades produtivas irão se converter na base física da produção de matéria-prima que abastecerá estas agroindústrias.

### **3.3. A expansão do setor sucroalcooleiro nos municípios analisados no período 1980-2010**

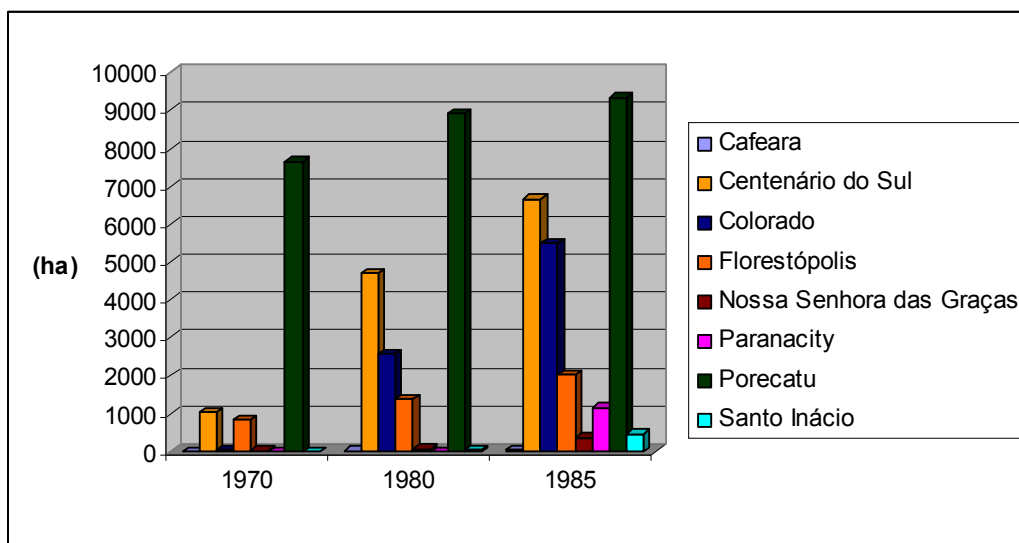
Foi visto anteriormente que a década de 1970 foi marcada pelas profundas transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro, culminando com a implantação dos complexos agroindustriais no campo, dentre eles o sucroalcooleiro.

Por outro lado, foi visto também como o Estado brasileiro converteu-se em agente primaz desta expansão, dada a implantação do Proálcool em 1975.

Paralelamente a estas profundas transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro, há que se ressaltar que nas zonas cafeeiras estava se delineando um processo avançado de substituição dos antieconômicos cafeeiros pelas lavouras temporárias, dentre as quais Cancian (1980, p.138-139) apontava a canavicultura mercantil como uma das mais viáveis, principalmente para as antigas cooperativas cafeeiras.

Para se ter uma idéia da importância deste período para a canavicultura mercantil o norte do Paraná, basta considerar que até a década de 1970, apenas o município de Porecatu e Centenário do Sul cultivavam cana em escala suficiente

para abastecer uma agroindústria sucroalcooleira, conforme demonstram os dados censitários.



**Gráfico 24: Evolução da área ocupada com cana-de-açúcar em municípios selecionados do norte do Paraná.**

Fonte: IBGE

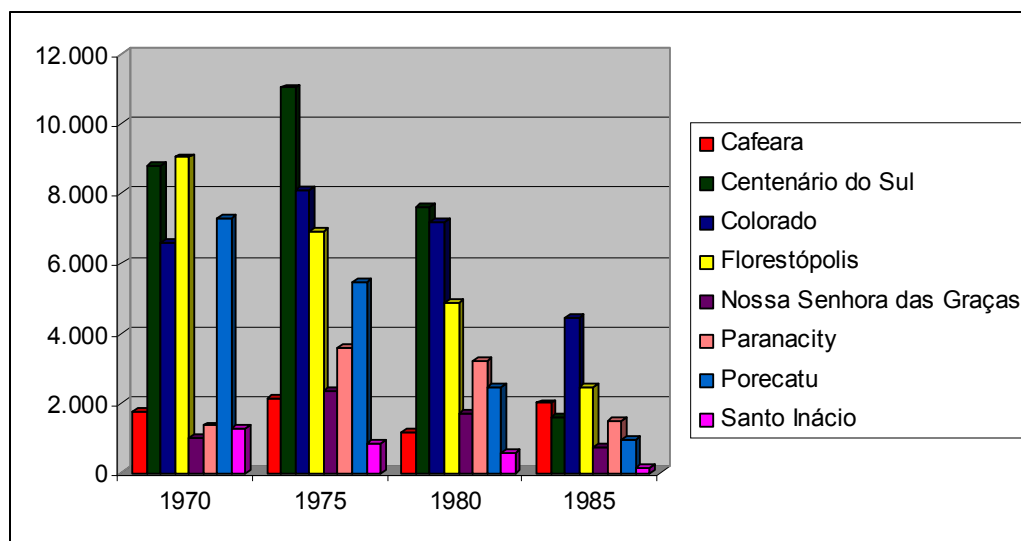
Org. Marcos A. de Souza

Em Porecatu, por exemplo, em 1970 a cana já ocupava 7.650 hectares, ou seja, uma área maior que os 7.290 hectares cultivados com café, que ainda era a principal cultura comercial da maioria dos municípios do norte do Paraná (IBGE, 1970). Por sua vez, em Centenário do Sul, a lavoura canavieira era a segunda cultura em termos de área ocupada, registrando 1.040 hectares cultivados, contra 8.782 hectares destinados ao café.

É somente após 1980, e com mais intensidade após 1985 que o agronegócio sucroalcooleiro começa a se expandir de forma vertiginosa nos demais municípios, o que aponta para um cenário em que o cultivo do café e da cana obedeceram a uma lógica inversamente proporcional, com o primeiro registrando franca retração.

Até porque, a exceção de Porecatu, Santo Inácio e Florestópolis, os demais municípios analisados tiveram um incremento na área cafeeira entre 1970 e 1980, enquanto todo o estado do Paraná apresentava somente quatro agroindústrias canavieiras, sendo uma delas a pioneira Usina Central do Paraná de Porecatu.

Assim, está evidenciado que neste período a cana-de-açúcar já se apresenta como uma das alternativas para as propriedades exploradas sob bases empresariais, sobretudo em Centenário do Sul e Porecatu, o tendo contribuído para tanto o arrefecimento dos créditos à cafeicultura e a própria mediação das cooperativas, que paulatinamente foram mudando o foco nas mediações estabelecidas com o setor produtivo.



**Gráfico 25: Evolução da área ocupada com café em municípios selecionados do norte do Paraná.**

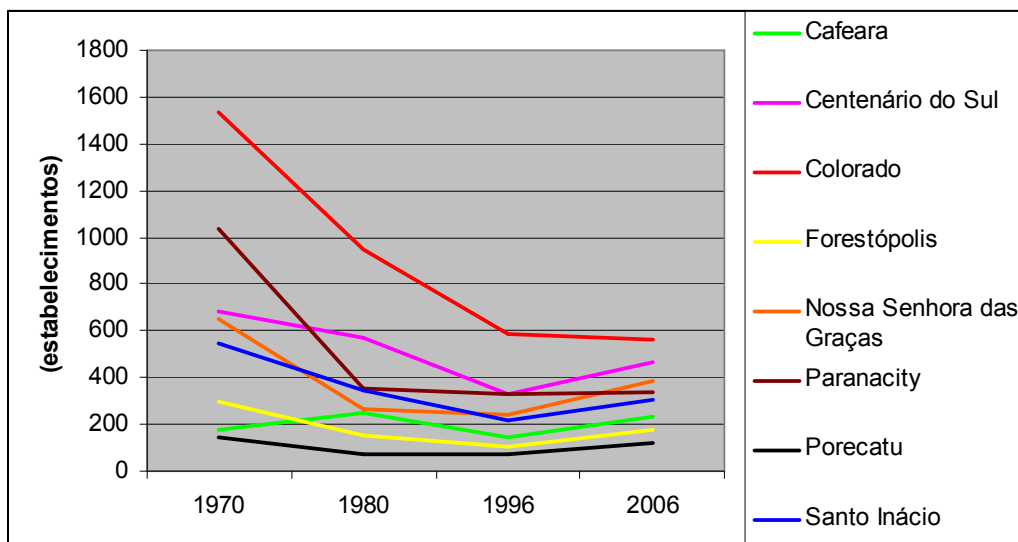
Fonte: IBGE

Org. Marcos A. de Souza

E esta expansão da produção canavieira, principalmente nos municípios em que este processo ocorreu de forma mais intensa, no âmbito de uma nova conjuntura, marcada pela “[...] territorialização dos monopólios que atuam simultaneamente no controle da propriedade da terra, no processo produtivo no campo e do processo industrial da produção [...]” (OLIVEIRA, 2008, s/p.), caracterizado pela concentração fundiária expressa na redução do número de estabelecimentos no período que vai de 1970 até o ano de 2006.

Desta forma fica bastante evidente que é justamente no período em que o setor sucroalcooleiro se expande consideravelmente sobre estes municípios que ocorre uma forte tendência a concentração fundiária, num contexto de retração do número de estabelecimentos numa evidente contradição ao aumento da área ocupada pela agropecuária, conforme explicitado no gráfico 27.

Por outro lado, a participação da cana-de-açúcar na área total destes municípios aumentou consideravelmente, o que sugere que a concentração fundiária constatada nestes municípios pode ter sido potencializada pelo avanço da produção canvieira.



**Gráfico 26: Evolução do número de estabelecimentos agropecuários entre 1970 e 2006 nos municípios analisados.**

Fonte: IBGE.

Org. Marcos A. de Souza.

Paralelamente à diminuição do número de estabelecimentos, a participação da cana-de-açúcar na área total destes municípios aumentou consideravelmente, o que sugere que a concentração fundiária pode ter sido potencializada pelo avanço do negócio canvieiro, a exemplo de Paranacity, um dos municípios canvieiros analisados, onde a área ocupada pela cana-de-açúcar passou da inexpressividade econômica nos anos de 1970 para 39% da área ocupada pela agropecuária em 2006.

Não obstante, em Porecatu, tradicional produtor canvieiro, no ano de 2006 o agronegócio sucroalcooleiro controlava uma porção espacial que totalizava quase 50% da área ocupada pelas atividades agropecuárias no município.

**Tabela 06: Participação da cana-de-açúcar na área ocupada pelas atividades agropecuárias entre 1970-1985**

| Município                | 1970   | 1975  | 1980  | 1985 | 2006 |
|--------------------------|--------|-------|-------|------|------|
| Cafeara                  | -      | -     | 0,05% | 0,1% | 23%  |
| Centenário do Sul        | 3%     | 6%    | 13%   | 18%  | 13%  |
| Colorado                 | 0,005% | 0,03% | 7%    | 14%  | 18%  |
| Florestópolis            | 3%     | 7%    | 5%    | 9%   | 20%  |
| Nossa Senhora das Graças | -      | -     | 0,3%  | 2%   | 13%  |
| Paranacity               | -      | -     | -     | 6%   | 39%  |
| Porecatu                 | 26%    | 23%   | 35%   | 37%  | 49%  |
| Santo Inácio             | -      | -     | 0,1%  | 2%   | 24%  |

**Fonte:** IBGE.

Org. Marcos A. de Souza.

Nesse contexto, estes dados sugerem que esse o processo de expansão da produção voltada para atender as agroindústrias, que se processou também nos municípios estudados, tem na concentração fundiária uma de suas bases de sustentação, uma vez que isto se torna indispensável para esta nova fase do desenvolvimento do capitalismo no campo, marcado pela territorialização do capital.

O processo de territorialização do capital é um [...] mecanismo distinto da reprodução ampliada do capital, uma vez que esta se dá exclusivamente no circuito propriamente capitalista, através do cálculo em que parte da riqueza produzida pelo trabalho vendido aos proprietários dos meios de produção é convertida em salário e parte irá compor a taxa de lucro (mais-valia). Quando a exploração da terra está pautada nessa relação, estar-se-á diante da territorialização do capital. Por outro lado, no processo de formação do capital, em que necessariamente concorrem relações não capitalistas, não é o trabalho que está sujeito aos capitalistas, mas a renda da terra, a qual está contida na produção camponesa. No momento em que essa produção é comercializada a um preço inferior ao valor trabalho ali contido, ocorre a transferência da renda. Essa é a lógica da monopolização do território pelo capital. (PAULINO, 2006, p. 416)

É desta forma que o monopólio de um setor, como o canavieiro, sobre estas grandes extensões de terras, acaba assegurando ao “[...] capitalista o direito de cobrar da sociedade inteira um tributo pelo uso da terra ( MARTINS, 1980, p.60), que vem a ser a renda fundiária, auferida por sujeitos que encarnam a dupla condição de classe: o proprietário fundiário e o capitalista, justificando desta forma o caráter monocultural da produção agrícola canvieira.

Desta forma esta concentração fundiária estaria “[...] fundamentalmente determinada pela renda, e renda subjugada ao capital”, como aponta Martins (1995,

p.177), o que explica o fato de que as atividades econômicas que possibilitam um auferimento maior de renda fundiária passem a ser praticadas pelo agroempresário sobre a égide da grande exploração capitalista, a qual garante uma maior renda territorial, fato evidente na atividade sucroalcooleira.

Esta concentração pode se dar tanto por meio da compra de terras, ou pelo arrendamento destas, sendo que nesta modalidade, “[...] o capitalista não precisa necessariamente imobilizar capital na compra de terra [...] [o que] permite que o capitalista preserve totalmente seu potencial econômico para a produção [...]” (PAULINO, 1997, p.149).

Por outro lado este processo possui um cunho territorial específico, que aponta para uma concentração espacial das atividades produtivas tanto em escala nacional (Centro-Sul), estadual (porção setentrional), bem como no âmbito dos municípios canavieiros, geralmente com sede em cidades de pequeno porte e que passam a ter no setor canavieiro a principal atividade econômica ou com um elevado grau de participação na produção agropecuária municipal.

Isto mostra que a própria dinâmica territorial do capital agrocanavieiro possui uma lógica que tanto aponta para um processo de monopolização dos solos com a melhor localização, expressa nos elevados índices de concentração fundiária observados, quanto para uma especialização produtiva de determinadas porções espaciais, cuja tendência tem apontado para uma concentração espacial e não necessariamente para uma expansão da fronteira agrícola canavieira para porções territoriais distantes do Centro-Sul brasileiro.

É por esta razão que ocorre um crescente processo de territorialização e a conseqüente homogeneização da paisagem agrária das zonas canavieiras na medida em que a conjuntura é favorável a expansão do setor sucroalcooleiro.

Nos municípios canavieiros analisados houve uma intensificação do avanço da canavicultura mercantil sobre outras culturas, tendo em vista que a evolução histórica da cana-de-açúcar possui como característica o aumento gradual da área ocupada, impelindo estes municípios à especialização produtiva dos seus territórios à canavicultura mercantil.

Até porque, diferentemente de várias outras culturas praticadas pelo agronegócio, onde é possível do ponto de vista da racionalidade econômica capitalista transportar a matéria-prima por longas distâncias sem prejuízo

econômico, a agroindústria canvieira exige que as áreas dedicadas a lavoura estejam o mais próximo possível das unidades de processamento.

Isto ajuda a explicar o fato de que as zonas canvieiras tendem a uma homogeneização da paisagem agrária nas adjacências da agroindústria, instalada estrategicamente nas porções com uma maior produtividade espacial.

O exemplo mais proeminente deste processo é o município de Porecatu, pioneiro na produção agroindustrial canvieira paranaense, e que tem passado por todas as conjunturas de expansão da cana-de-açúcar, resultando numa configuração territorial em que é evidente o monopólio da propriedade fundiária, ademais da territorialização em larga escala do capital agrocanvieiro, estando esta vinculada ao abastecimento da Usina Central do Paraná.

#### **3.4. A expansão do setor sucroalcooleiro *versus* a produção de alimentos e a concentração fundiária**

Ao longo do capítulo 1 e 2 foi visto que nas últimas décadas o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro assumiu novas feições, em face das mudanças técnicas e do processo de expulsão/expropriação a que foram submetidos os camponeses, paralelamente à intensificação da concentração fundiária, como elucida Martins (1980, p.54).

Destacou-se também que o processo de territorialização do capital possui vinculação estreita com as potencialidades de apropriação da renda fundiária, o que tem levado os empresários agrícolas a optarem por culturas que a possibilitem em maior escala, como é o caso da canavieira mercantil, atividade altamente concentradora de terras, conforme demonstrado anteriormente.

O fato é que a atual conjuntura para a expansão do agronegócio sucroalcooleiro, com vistas à produção de etanol, abre caminhos para a discussão sobre os desdobramentos da produção em larga escala de agrocombustíveis para a produção de alimentos no Brasil.

No plano dos posicionamentos que esta questão encerra, há os que defendem a expansão da produção canvieira pelo país, negando que possa haver algum impacto à produção de alimentos, pela grandeza territorial e terras agricultáveis.

É o que verificamos em Carvalho (2003, p.05), que aponta as áreas de pastagens degradadas e terras “disponíveis” no cerrado, como áreas a se expandir.

Por outro, há os que entendem que “o avanço de um se reflete inevitavelmente no recuo dos outros” (OLIVEIRA, 2008, s/p.), no âmbito de novos arranjos impostos pela demanda agroenergética.

Nesta linha, a expansão canavieira viria acompanhada de uma disputa territorial, em vista das possibilidades ampliadas de auferimento da renda fundiária, sem falar de lucros. E para tanto, a lógica que nortearia estas disputas seria, conforme abordado no capítulo 2, a busca pela melhor localização geográfica, e que converge para porções espaciais dotadas de uma série de fatores que potencializam a rentabilidade.

É desta forma que não se pode ficar preso somente aos critérios quantitativos, ou seja, terras aptas à expansão, como acredita Carvalho (2003, p.5), mas há que se analisar também os aspectos qualitativos em questão, e neste caso, a localização geográfica, fator fundamental de incremento de renda diferencial. Eis aí uma variável primordial a orientar os rumos da expansão canavieira, ainda que não exclusivamente, já que os demais cultivos agrícolas partilham da mesma lógica, num contexto em que Hespanhol (2008, p.191) aponta que no Brasil, “[...] o desestímulo a produção de alimentos básicos foi evidente nas últimas décadas, ao mesmo tempo em que se expandiu a produção de “importantes” *commodities* agrícolas, com destaque para a soja, a cana-de-açúcar, a laranja e o milho”.

Entretanto, no contexto dos rearranjos territoriais marcados pela expansão da fronteira agrícola, pode-se afirmar que a primeira vem sobressaindo-se, provocando um processo de monoculturação que impacta negativamente a produção de alimentos. É o que se pode verificar nos municípios estudados, senão vejamos.

O município de Porecatu, que fora ocupado sob a égide da produção monocultora, na qual a cana-de-açúcar já tinha destaque desde a década de 1950, ilustra contundentemente estas disputas territoriais existentes entre a canavicultura de base empresarial e as culturas alimentares.

A julgar pelos dados compilados dos censos agropecuários, nota-se claramente que o avanço da monocultura canavieira, assim como outras culturas praticadas pelo agronegócio - com destaque para a soja - significou o aniquilamento

da produção alimentar em Porecatu, que já não era tão expressiva devido as particularidades já salientadas que remetem ao seu processo de colonização e ocupação geoeconômica.

**Tabela 07 - Evolução do uso do solo em Porecatu - 1970 a 2006**

| <b>Culturas</b> | <b>1970<br/>(ha)</b> | <b>1975<br/>(ha)</b> | <b>1980<br/>(ha)</b> | <b>1985<br/>(ha)</b> | <b>2006<br/>(ha)</b> | <b>Variação<br/>%</b> |
|-----------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| <b>Amendoim</b> | 28                   | -                    | 12                   | 15                   | -                    | -100%                 |
| <b>Arroz</b>    | 77                   | 134                  | 6                    | 28                   | -                    | - 100%                |
| <b>Algodão</b>  | 268                  | -                    | 60                   | 402                  | -                    | -100%                 |
| <b>Café</b>     | 7.290                | 5.462                | 2.462                | 967                  | 53                   | -99,3%                |
| <b>Feijão</b>   | 54                   | 12                   | 30                   | 4                    | -                    | - 100%                |
| <b>Cana</b>     | 7.650                | 6.504                | 8.986                | 9.348                | 13.437               | +79,3%                |
| <b>Milho</b>    | 438                  | 498                  | 1.238                | 758                  | 1.934                | +441%                 |
| <b>Soja</b>     | 44                   | 392                  | 924                  | 2.236                | 13.445               | 30.456%               |

**Fonte:** Censos Agropecuários, IBGE.  
Org. Marcos Antonio de Souza.

Por outro lado observa-se que o *modus operandi* do agronegócio é incompatível com qualquer discurso que o associa a eficiência produtiva, sobretudo no que tange a produção dos alimentos consumidos pela população brasileira, relegados ao campesinato, como bem sentenciou Prado Júnior (1981, p.31-32 ),.

Porecatu por exemplo é um dos municípios com a maior concentração fundiária do estado do Paraná<sup>24</sup>, estando mais de 95% da área ocupada pelas atividades agropecuárias controladas tão somente por apenas duas culturas do agronegócio: a cana-de-açúcar e a soja, enquanto a produção dos alimentos da cesta básica é praticamente nula (IBGE, 2006).

Paulino (2003, p.87), ao empreender um estudo acerca dos camponeses no norte do Paraná, constatou que este modelo produtivo concentrador encontrado em Porecatu está intimamente relacionado a presença da Usina Central do Paraná desde os primórdios da ocupação geoeconômica do município, num contexto em que esta praticamente tem monopolizado<sup>25</sup> a atividade produtiva do município<sup>25</sup>, se interpondo como um obstáculo a diversificação da produção agropecuária.

Por outro lado, em sua análise, Paulino nos traz outra constatação capaz de refutar as supostas benesses da expansão canavieira, ao elucidar que a

<sup>24</sup> Para se ter uma idéia da concentração fundiária em Porecatu, de acordo com o IBGE (2006) no ano de 2006 haviam apenas 122 estabelecimentos agropecuários que juntos ocupavam uma área de 27.529 hectares.

<sup>25</sup> De acordo com Paulino (2003, p. 87) em Porecatu os 15 maiores estabelecimentos agropecuários concentram algo em torno de 82,5% das terras .

agroindústria instalada em Porecatu tem imposto ao município uma verdadeira ditadura socioeconômica onde parte significativa da população se encontra obrigatoriamente vinculada a produção sucroalcooleira, ademais de sofrer com a gestão empresarial da unidade, que além de atrasar o pagamento dos salários alegando dificuldades financeiras tem sido uma das unidades produtivas do Paraná que mais tem sido autuada pela precarização nas relações de trabalho.

Corroborando esta constatação está o flagrante realizado em 2008 pelos fiscais do Ministério do Trabalho, que encontraram trabalhadores em condições análogas a escravidão, (SOUZA, 2008, p.120) conforme será retomado posteriormente.

Não obstante Paulino (2003, p.87) chama a atenção ainda para o desmesurado poder político e econômico exercido pelo grupo Atalla que controla a unidade agroindustrial, responsável por grande parte dos empregos do município, e que não tem vacilado em utilizar mecanismos de controle para silenciar as vozes discordantes deste processo que há mais de cinco décadas tem ido na contramão daquilo que apregoam os discursos favoráveis a expansão canavieira.

Nesse aspecto, Centenário do Sul também merece destaque: em 1970 o uso do solo estava marcado pelo predomínio do café, com 8.782 hectares cultivados.

**Tabela 08 - Evolução do uso do solo em Centenário do Sul - 1970 a 2006**

| <b>Culturas</b> | <b>1970<br/>(ha)</b> | <b>1975<br/>(ha)</b> | <b>1980<br/>(ha)</b> | <b>1985<br/>(ha)</b> | <b>2006<br/>(ha)</b> | <b>Variação<br/>%</b>  |
|-----------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|------------------------|
| <b>Amendoim</b> | 538                  | 91                   | 151                  | 56                   | 14                   | -97,3%                 |
| <b>Arroz</b>    | 315                  | 629                  | 357                  | 184                  | 2                    | -99,3%                 |
| <b>Algodão</b>  |                      |                      |                      |                      | 121                  |                        |
| <b>Café</b>     | 8.782                | 11.019               | 7.609                | 1.588                | 45                   | -99,5%                 |
| <b>Feijão</b>   | 207                  | 167                  | 539                  | 64                   | 126                  | -39,1%                 |
| <b>Cana</b>     | 1.040                | 2.204                | 4.724                | 6.667                | 6.427                | +618%                  |
| <b>Milho</b>    | 2.621                | 1.498                | 2.993                | 3.538                | 2.678                | +2%                    |
| <b>Soja</b>     | 4                    | 1.010                | 365                  | 928                  | 4.817                | 12.042 <sup>26</sup> % |

**Fonte:** Censos Agropecuários, IBGE.  
Org. Marcos Antonio de Souza.

<sup>26</sup> Apesar deste aumento percentual ser astronômico, a área ocupada pela cana-de-açúcar era em 2006 25% maior do que a de soja.

Embora a cana-de-açúcar já fosse a segunda lavoura, em extensão, ocupando 1.040 hectares, as lavouras de arroz, feijão, mandioca e amendoim, juntas, somavam uma área superior à cultivada pela cana-de-açúcar, ou seja, 1.073 hectares (IBGE,1970).

No ano de 1980, a área ocupada com cana já havia sofrido uma expansão de cerca de 355%, chegando a 4.173 hectares. Ao mesmo tempo, houve uma redução de 13,5% da área cultivada com café e de 1,6% na área cultivada com os alimentos anteriormente citados.

Impacto ainda maior no espaço agrário do município foi registrado a partir de 1985, quando da instalação e da expansão das atividades agroindustriais da Usina Alto Alegre, em Colorado, e da Destilaria de Álcool da Cofercatu, em Porecatu, principais destinos da cana cultivada em Centenário do Sul.

Nesse contexto, há uma evidente expansão da canavicultura e da sojicultura em detrimento dos cultivos alimentares, conforme demonstra a tabela 09.

A dinâmica observada em Centenário do Sul também pode ser constatada em Colorado, que começa efetivamente a produzir cana-de-açúcar em larga escala a partir do final de década de 1970, quando se dá a instalação de uma unidade agroindustrial em Alto Alegre, distrito deste município.

A partir de então, houve uma expansão vertiginosa, tanto da cana quanto da soja, em detrimento da produção de alimentos, conforme revelam os dados a seguir.

**Tabela 09 - Evolução do uso do solo em Colorado- 1970 a 2006**

| <b>Culturas</b> | <b>1970<br/>(ha)</b> | <b>1975<br/>(ha)</b> | <b>1980<br/>(ha)</b> | <b>1985<br/>(ha)</b> | <b>2006<br/>(ha)</b> | <b>Variação<br/>%</b> |
|-----------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| <b>Amendoim</b> | 808                  | 193                  | 206                  | 128                  | 2                    | -99,7%                |
| <b>Arroz</b>    | 339                  | 281                  | 191                  | 131                  | -                    | -100%                 |
| <b>Algodão</b>  |                      |                      |                      |                      | -                    | -100%                 |
| <b>Café</b>     | 6.584                | 8.078                | 7.198                | 4.434                | 415                  | -93,5%                |
| <b>Feijão</b>   | 387                  | 221                  | 591                  | 158                  | -                    | -100%                 |
| <b>Cana</b>     | 20                   | 14                   | 2.567                | 5.494                | 11.706               | +58.430%              |
| <b>Milho</b>    | 1.929                | 1.364                | 1.850                | 1.377                | 3.443                | +78%                  |
| <b>Soja</b>     | 1                    | 174                  | 305                  | 144                  | 316                  | +31.600%              |

**Fonte:** Censos Agropecuários, IBGE.  
Org. Marcos Antonio de Souza.

A título de comparação, em 1970 a área ocupada por estas três lavouras juntas somavam 746 hectares, sendo que a cana-de-açúcar representava cerca de 3% desta área.

Por outro lado, a produção significativa de arroz e feijão existente no município de Colorado até a década de 1980 fora totalmente eliminada, de acordo com o último Censo Agropecuário divulgado pelo IBGE.

Diante destes dados que apontam para uma configuração espacial onde o avanço da agricultura de base empresarial significou a retração da policultura, chama atenção ainda o aumento da concentração fundiária em Colorado: no ano de 1970 existiam no município 1.537 estabelecimentos agropecuários que ocupavam uma área de 38.921 hectares. (IBGE, 1975, p.168). Já em 2006, o IBGE (2006) constatou a existência de um número de estabelecimentos agropecuários 65,3% menor que em 1970, ou seja, apenas 560, num contexto em que a área ocupada por estes estabelecimentos saltou de 38.921 para 51.925 hectares em 2006, o que sugere um incremento bastante significativo na concentração fundiária.

Esta mesma tendência de expansão canavieira em detrimento dos cultivos alimentares também pode ser constatada no município de Paranacity, onde a cana-de-açúcar já controla quase 40% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, senão vejamos.

**Tabela 10 - Evolução do uso do solo em Paranacity- 1970 a 2006**

| <b>Culturas</b> | <b>1970<br/>(ha)</b> | <b>1975<br/>(ha)</b> | <b>1980<br/>(ha)</b> | <b>1985<br/>(ha)</b> | <b>2006<br/>(ha)</b> | <b>Varição<br/>%</b> |
|-----------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| <b>Amendoim</b> | 1.134                | 194                  | 216                  | -                    | -                    | - 100%               |
| <b>Arroz</b>    | 156                  | 104                  | 81                   | 28                   | -                    | -100%                |
| <b>Algodão</b>  | 4.520                | 2.169                | 1.563                | 2.477                | 7                    | -99,8%               |
| <b>Café</b>     | 1.356                | 3.588                | 3.332                | 1.209                | 54                   | -96%                 |
| <b>Feijão</b>   | 130                  | 158                  | 170                  | 113                  | 94                   | -28%                 |
| <b>Cana</b>     | 2                    | 61                   | -                    | 1.161                | 14.720               | +736.000%            |
| <b>Milho</b>    | 1.876                | 725                  | 678                  | 1.273                | 461                  | -75,5%               |
| <b>Soja</b>     | 3                    | 228                  | 399                  | 280                  | 572                  | +19.066%             |

**Fonte:** Censos Agropecuários, IBGE.  
Org. Marcos Antonio de Souza.

Em Paranacity, a produção canavieira se expandiu de forma vertiginosa, principalmente na década de 1990, para atender a demanda, de uma unidade agroindustrial do Grupo Santa Teresinha instalado no município.

Esta expansão, que provocou no espaço agrário de Paranacity uma homogeneização da paisagem em face da eliminação gradativa dos cultivos alimentares e de outras culturas praticadas pelo agronegócio - como é o caso do milho, do algodão e do café – ilustra de forma contundente as disputas territoriais entre a monocultura canavieira e as demais culturas.

Basta comparar o uso e a ocupação do solo de Paranacity nas décadas predecessoras à expansão canavieira com os dados do Censo Agropecuário de 2006, que demonstram os efeitos da territorialização do agronegócio canavieiro.

Em 1970, a área ocupada pela cana-de-açúcar, arroz, feijão, milho, algodão, soja, amendoim e pelo café totalizavam 9.177 hectares, sendo que a cana ocupava inexpressivos 0,02% desta área.

No entanto, a partir da década de 1980, e com mais intensidade após os anos 1990 esta configuração espacial se transforma radicalmente com a cana ocupando grande parte da área utilizada pela agropecuária, em detrimento da produção de alimentos, que já era bastante pequena na década de 1970.

Outra constatação que se materializa no espaço agrário de Paranacity é a indiscutível intensificação da concentração fundiária, tal como verificado em praticamente todos os municípios canavieiros analisados durante este período.

Para se ter uma idéia desta concentração, em 1970 Paranacity possuía 1.036 estabelecimentos agropecuários que juntos ocupavam uma área de 34.200 hectares. (IBGE, 1975, p.172), enquanto que o último Censo Agropecuário identifica apenas 336 estabelecimentos agropecuários.

Não obstante, Florestópolis, outro dos municípios canavieiros analisados, apresentou um expressivo avanço da monocultura canavieira, principalmente após a implantação da Destilaria de Álcool da Cofercatu em 1986.

Na década de 1970 os cultivos alimentares – entenda-se arroz e feijão – eram bastante expressivos em Florestópolis, num contexto em que a respectiva área cultivada totalizava 1.043 hectares frente a 830 hectares de cana-de-açúcar.

Esta configuração espacial começa a mudar já em meados desta mesma década, quando a área ocupada pela cana-de-açúcar mais que dobra ao mesmo tempo em que o arroz sofre uma retração da ordem de 81% na área plantada.

Na década de 1970, arroz feijão e cana-de-açúcar ocupavam juntos 1.873 hectares, sendo que deste total sobressaíam os cultivos de arroz e feijão, que detinham cerca de 56% desta área cultivada.

A mudança expressiva no que diz respeito ao uso e a ocupação do solo no município de Florestópolis, principalmente no que tange as culturas selecionadas pode ser melhor visualizada na tabela a seguir.

**Tabela 11 - Evolução do uso do solo em Florestópolis- 1970 a 2006**

| <b>Culturas</b> | <b>1970<br/>(ha)</b> | <b>1975<br/>(ha)</b> | <b>1980<br/>(ha)</b> | <b>1985<br/>(ha)</b> | <b>2006<br/>(ha)</b> | <b>Variação<br/>%</b> |
|-----------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| <b>Amendoim</b> | 152                  | -                    | 34                   | -                    | 4                    | -97,3%                |
| <b>Arroz</b>    | 840                  | 158                  | 185                  | 41                   | -                    | -100%                 |
| <b>Algodão</b>  | 546                  | 31                   | 7                    | 456                  | -                    | -100%                 |
| <b>Café</b>     | 9.034                | 6.902                | 4.878                | 2.478                | 86                   | -99%                  |
| <b>Feijão</b>   | 203                  | 221                  | 133                  | 2                    | 4                    | -98%                  |
| <b>Cana</b>     | 830                  | 1.775                | 1.378                | 2.029                | 5.853                | +705%                 |
| <b>Milho</b>    | 1.969                | 1.554                | 1.119                | 2.555                | 3.161                | +160%                 |
| <b>Soja</b>     | 107                  | 990                  | 3.622                | 3.205                | 4.427                | +4.137%               |

**Fonte:** Censos Agropecuários, IBGE.  
Org. Marcos Antonio de Souza.

Paralelamente à retração dos cultivos alimentares frente a expansão da cana-de-açúcar, Florestópolis pode ser apontado como um município emblemático, que vem ratificar a tese defendida por Prado Júnior, segundo a qual “é [...] fato notório e da mais fácil comprovação, que o desenvolvimento agrícola e as condições de vida do trabalhador rural não se acham direta e necessariamente relacionados.”(PRADO JÚNIOR, 1981, p.29).

Isto porque posteriormente a expansão canavieira, para atender a demanda da Usina Central do Paraná de Porecatu e principalmente após a implantação da Destilaria de Álcool da Cofercatu no município, Florestópolis mostrou que os altos rendimentos auferidos pelo agronegócio canavieiro não se traduzem num aumento proporcional da qualidade de vida dos trabalhadores.

Para se ter uma idéia, durante a década de 1970, quando a cana-de-açúcar já ocupava uma área bastante expressiva no município, cerca 74% da população era formada por bóias-frias, sendo que a maior parte deles estavam ligados a lavoura canavieira dentro e fora de Florestópolis, após o declínio da produção cafeeira.

Como consequência da superexploração a qual estavam submetidos esses trabalhadores pelos empresários agrícolas, o município apresentava índices sociais comparáveis a países africanos como a elevada taxa de mortalidade infantil que chegava a 127 mortes para cada mil nascidos vivos, sendo então cenário da implantação do projeto piloto daquilo que mais tarde seria a atual Pastoral da Criança. (PASTORAL DA CRIANÇA, 2008, p.01).

Subvertendo esta realidade em que o trabalho da Pastoral da Criança reduziu drasticamente o elevado índice de mortalidade infantil em Florestópolis<sup>27</sup>, os empresários do setor sucroalcooleiro contraditoriamente reclamam para si uma parcela na queda nos índices de mortalidade no município, senão vejamos:

A melhoria das condições de vida de trabalhadores [...] é considerada grande conquista das cooperativas que trabalham com cana-de-açúcar no Paraná. Há 26 anos o município de Florestópolis, situado na região de Londrina, norte do Paraná exibiu uma triste estatística: [...] a mortalidade infantil em Florestópolis era de 127 por mil nascidos com até um ano de idade. [...] Em 1985 a cooperativa Cofercatu [...] decidiu aproveitar os incentivos concedidos pelo Proálcool e investir em uma destilaria. [...] Além de gerar renda para os produtores a cooperativa trazia um outro benefício de grande relevância social: devolvia o emprego para centenas de pessoas que trabalhavam no corte, melhorando suas condições de vida. Com isso diminuiu a miséria, com efeitos diretos sobre a mortalidade infantil. (ALCOPAR, 2008, p.12).

Isto vem demonstrar que no plano dos discursos há uma tentativa de vincular o agronegócio canavieiro ao desenvolvimento local e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, quando na verdade isto tem se mostrado ser incompatível com o *modus operandi* do agronegócio.

Esse padrão tem apontado para o monopólio da terra, para a precarização das relações de trabalho, para a concentração de renda e para a fuga dos rendimentos auferidos pelos agroindustriais para as sedes sociais das suas empresas, que estão localizadas a centenas de quilômetros dos municípios de

---

<sup>27</sup> Em apenas um ano de mobilização e trabalho da Pastoral da Criança a mortalidade infantil foi reduzida em quase 80%, passando de 127 para 27 mortes para cada mil nascidos vivos. (PASTORAL DA CRIANÇA, 2008, p.01).

pequeno porte nos quais somente buscam se alocar no intuito de servir-se das vantagens locacionais que potencializam seus lucros e a extração da renda fundiária, conforme procuramos demonstrar ao longo do segundo capítulo.

Nesta mesma vertente Fernandes (2004, p.38) elucida que este processo de “[...] construção da imagem do agronegócio oculta seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias”.

Ao associar a redução drástica da mortalidade infantil com o avanço da canavicultura mercantil em Florestópolis há uma clara intenção apologética em vincular essa forma de se produzir com a geração de riquezas e a distribuição de renda, quando na verdade este processo de expansão canvieira veio acompanhado de uma intensificação da concentração fundiária.

Se em 1970 havia no município 307 estabelecimentos agropecuários ocupando uma área de 24.804 hectares (IBGE, 1975, p.158), em 2006 se contabilizava apenas 179 estabelecimentos agropecuários par uma área de 21.847 hectares (IBGE, 2006).

Outro fato relevante é que a Destilaria de Álcool da Cofercatu fora adquirida em 2010 pelo grupo Alto Alegre, o que aponta para uma intensificação ainda maior da expansão canvieira no município, uma vez que o grupo comprador tem se consolidado como um dos mais dinâmicos e capitalizados que atuam no estado do Paraná.

Até porque a própria compra da Cofercatu pelo grupo Alto Alegre é um indicio mais que suficiente para traçar uma perspectiva de expansão agroindustrial levada a cabo pelo mesmo, que tem avançado em proporções bastante consideráveis no interior do estado de São Paulo e na porção setentrional do Paraná, inclusive com a recente aquisição das unidades sucroalcooleiras da Corol.

A concentração fundiária se repete em Nossa Senhora das Graças, município em que a expansão canvieira se processa com mais intensidade no final da década de 1980, período no qual se registra o grande declínio da produção de alimentos (SOUZA, 2008, p.93).

**Tabela 12 - Evolução do uso do solo em Nossa Senhora das Graças - 1970 a 2006**

| <b>Culturas</b> | <b>1970<br/>(ha)</b> | <b>1975<br/>(ha)</b> | <b>1980<br/>(ha)</b> | <b>1985<br/>(ha)</b> | <b>2006<br/>(ha)</b> | <b>Variação<br/>%</b> |
|-----------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| <b>Amendoim</b> | 3                    | -                    | 56                   | 355                  | 3                    | 0%                    |
| <b>Arroz</b>    | 116                  | 325                  | 38                   | 36                   | -                    | -100%                 |
| <b>Algodão</b>  | 1.537                | 348                  | 542                  | 1974                 | 44                   | -97,1%                |
| <b>Café</b>     | 999                  | 2.335                | 1.694                | 728                  | 220                  | -78%                  |
| <b>Feijão</b>   | 94                   | 143                  | 189                  | 55                   | -                    | -100%                 |
| <b>Cana</b>     | 3                    | -                    | 55                   | 355                  | 5.730                | 191.000%              |
| <b>Milho</b>    | 688                  | 1.646                | 630                  | 1.015                | 268                  | -61%                  |
| <b>Soja</b>     | 1                    | 27                   | 9                    | 81                   | 1.731                | 173.000%              |

**Fonte:** Censos Agropecuários, IBGE.  
Org. Marcos Antonio de Souza.

A expansão canavieira em Nossa Senhora das Graças fora motivada, sobretudo pela instalação da unidade agroindustrial da Usina Alto Alegre no município de Colorado, cuja proximidade geográfica foi um fator importante que orientou esta expansão.

É importante salientar que ao mesmo tempo em que a cana-de-açúcar emerge como a principal lavoura cultivada no município, a produção de alimentos é praticamente extinta dos limites territoriais de Nossa Senhora das Graças, num contexto em que a canavicultura de base empresarial ocupa quantitativamente uma área muito superior a ocupada pelo café na década de 1970 e 1980.

Isto revela que após a década de 1970 ocorreu uma intensificação do *modus operandi* do agronegócio mediante a incorporação de uma grande quantidade de terras destinadas a produção de commodities, fundamentalmente cana e soja.

Como consequência deste processo que impactou negativamente a produção de alimentos no município pode-se constatar ainda uma intensificação da concentração fundiária.

De acordo com o IBGE (1970, p.136), antes da expansão da cana-de-açúcar em Nossa Senhora das Graças existiam no município 652 estabelecimentos agropecuários que ocupavam juntos uma área de 18.826 hectares.

No entanto, os dados do último Censo Agropecuário demonstram um incremento de 191.000% da área cultivada com cana-de-açúcar e uma redução

significativa no número dos estabelecimentos agropecuários, chegando a 385, ou seja, 41% a menos que na década de 1970.

Esta redução do número de estabelecimentos revela uma concentração ainda maior se for levado em conta que a área ocupada pela agropecuária em Nossa Senhora das Graças passou de 18.826 hectares na década de 1970 para 39.968 hectares em 2006. (IBGE, 2006).

Outro município em que alimentos e monoculturas obedeceram a uma lógica inversamente proporcional no que diz respeito ao uso e ocupação dos solos foi Cafeara.

**Tabela 13 - Evolução do uso do solo em Cafeara- 1970 a 2006**

| <b>Culturas</b> | <b>1970<br/>(ha)</b> | <b>1975<br/>(ha)</b> | <b>1980<br/>(ha)</b> | <b>1985<br/>(ha)</b> | <b>2006<br/>(ha)</b> | <b>Variação<br/>%</b> |
|-----------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| <b>Amendoim</b> | 806                  | 94                   | 159                  | 63                   | 9                    | -98,8%                |
| <b>Arroz</b>    | 55                   | 115                  | 56                   | 28                   | -                    | -100%                 |
| <b>Algodão</b>  | 1.071                | 1.118                | 597                  | 1.581                | 29                   | -97,2%                |
| <b>Café</b>     | 1.735                | 2.119                | 1.184                | 975                  | 228                  | -87%                  |
| <b>Feijão</b>   | 56                   | 61                   | 265                  | 232                  | 162                  | +289%                 |
| <b>Cana</b>     | 1                    | -                    | 14                   | 32                   | 5.205                | +5.205%               |
| <b>Milho</b>    | 347                  | 471                  | 509                  | 1.087                | 896                  | +258%                 |
| <b>Soja</b>     | 49                   | 54                   | 96                   | 121                  | 1.349                | +2.698%               |

**Fonte:** Censos Agropecuários, IBGE.  
Org. Marcos Antonio de Souza.

Em consonância com a realidade dos demais municípios analisados, na década de 1970 Cafeara tinha o café como sua principal atividade agropecuária, além de contar com uma importante área destinada a produção de algodão.

A cana-de-açúcar só passa a ser cultivada para atender a demanda agroindustrial canavieira após a década de 1990, quando a Usina Alto Alegre aumenta significativamente a sua produção sucroalcooleira.

A produção de gêneros alimentícios, que vinha apresentando pequenas oscilações ente o período 1970-1985 sofre uma redução drástica no caso do arroz, enquanto que a área cultivada com feijão registra um aumento considerável se for levado em conta a produção de 1970, embora sofra uma retração se os dados em questão forem os da década de 1980, quando a área ocupada pela produção de

alimentos era muito maior do que a área ocupada pela cana e pela soja, as principais culturas atualmente em Cafeara.

Em Santo Inácio as disputas territoriais entre o a produção canavieira e as demais culturas ganham maior ênfase na década de 1990, a partir da expansão da área ocupada pela cana-de-açúcar a fim de atender a demanda da Usina Alto Alegre.

**Tabela 14 - Evolução do uso do solo em Santo Inácio- 1970 a 2006**

| <b>Culturas</b> | <b>1970<br/>(ha)</b> | <b>1975<br/>(ha)</b> | <b>1980<br/>(ha)</b> | <b>1985<br/>(ha)</b> | <b>2006<br/>(ha)</b> | <b>Variação<br/>%</b> |
|-----------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| <b>Amendoim</b> | 570                  | 98                   | 250                  | -                    | 126                  | -77,8%                |
| <b>Arroz</b>    | 27                   | 70                   | 33                   | 19                   | -                    | -100%                 |
| <b>Algodão</b>  | 2.058                | 1.722                | 1.159                | 4.139                | 159                  | -92,2%                |
| <b>Café</b>     | 1.279                | 830                  | 589                  | 159                  | 32                   | -97,4%                |
| <b>Feijão</b>   | 17                   | 57                   | 274                  | 695                  | -                    | -100%                 |
| <b>Cana</b>     | 1                    | -                    | 23                   | 453                  | 2.448                | +244.800%             |
| <b>Milho</b>    | 437                  | 548                  | 1.256                | 983                  | 601                  | +137,5%               |
| <b>Soja</b>     | 2                    | -                    | 38                   | -                    | 831                  | +41.550%              |

**Fonte:** Censos Agropecuários, IBGE.  
Org. Marcos Antonio de Souza.

Sob a égide das práticas comuns ao agronegócio, este processo de expansão canavieira em Santo Inácio provocou - a exemplo dos demais municípios canavieiros do norte do Paraná - a concentração da propriedade da terra.

Se em 1970 o município de Santo Inácio contabilizava 544 estabelecimentos agropecuários, que juntos ocupavam uma área de 25.121 hectares (IBGE, p.138), em 2006 havia no município 307 estabelecimentos ocupando uma área de 28.151 hectares. (IBGE, 2006).

Paralelamente à tendência de expansão da cana, retração da produção de alimentos, além da própria concentração fundiária, outro fator que aponta para uma intensificação deste processo foi a instalação de uma unidade da Usina Alto Alegre no município de Santo Inácio no ano de 2007, capaz de processar cerca de 2,3 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra (ALTO ALEGRE, 2010, s/p.).

De acordo com os dados do Iparde posteriores ao Censo Agropecuário de 2006, de 2007 para 2008 houve um avanço de 91,2% na área plantada de cana-

de-açúcar, passando de 4.437 hectares para 8.484, um ano após a instalação da Usina Alto Alegre/Unidade Santo Inácio. (IPARDES, 2010, s/p.).

Por outro lado, a produção de alimentos seguiu a tendência de retração, com o fim da produção de arroz no município e uma queda de 58% na produção de feijão.

Ora, a realidade agropecuária dos municípios canavieiros analisados, expressa nos dados arrolados, permite afirmar que a relação entre a expansão do agronegócio sucroalcooleiro e sojicultor e a retração das áreas policultoras se repete na própria dinâmica dos distintos modos de produzir, e que se pautam na propriedade privada capitalista da terra, em oposição à propriedade privada camponesa da terra.

Enfim, há uma clara expansão das culturas que possibilitam um maior auferimento da renda da terra, em detrimento das demais, o que nos permite apontar o risco do avanço da cana para a soberania alimentar, como assinala Paulino (1997, p. 150):

[...] As culturas que compõem a alimentação básica da população não tem se tornado atrativas para os capitalistas justamente em função da renda menor e dos altos riscos quem as caracterizam. Dessa maneira, não são os capitalistas quem produzem a maior parte dos alimentos, mas os trabalhadores que detém os instrumentos de trabalho e a terra [...].

Não obstante, a mudança na base técnica da produção agrícola, os oligopólios que controlam a produção de sementes e insumos, bem como o endividamento camponês o obriga a vender ou a arrendar sua propriedade ao empresário do setor sucroalcooleiro, possibilitando assim o aprofundamento do processo de territorialização do capital.

À medida que se amplia este processo em face de uma conjuntura favorável - seja para a produção de açúcar ou de agrocombustíveis – cada vez mais se intensifica a oposição entre terra de trabalho e terra de negócio, num contexto em que Porto-Gonçalves (2008, p.336) chama a atenção para a constituição de um complexo técnico-científico-industrial-financeiro-midiático em torno do agronegócio.

Ora, quando o setor sucroalcooleiro começou a se expandir por esta porção geográfica do norte do Paraná, estas terras não estavam incultas, pelo contrário, conforme nos revelam os dados censitários: a produção cafeeira estava consolidada, em um sistema de produzir que embora fosse controlado pelo

empresariado rural, comportava a agricultura camponesa, inclusive em tais terras, pois a concessão de uso era um imperativo para a obtenção do trabalho necessário aos tratos culturais e demais ciclos da lavoura. Isso sem falar nas terras camponesas, jurídica e economicamente estabelecidas.

Como foi visto, o declínio da cafeicultura se deu num contexto de profundas mudanças técnicas, as quais impulsionaram o processo de territorialização do capital. Na área em estudo, vários fatores favoreceram tal expansão, senão vejamos:

1. A localização privilegiada do ponto de vista edafoclimático, em termos das exigências próprias da cana-de-açúcar;
2. A proximidade aos grandes centros consumidores, principalmente do estado de São Paulo;
3. A infra-estrutura existente suficiente para atender as necessidades da agroindústria canavieira;
4. A mão-de-obra não só abundante quanto as condições materiais de sua mobilização no contexto regional favorecem a super-exploração.

Por tudo isso, as disputas por território são uma constante, de modo que a orientação da expansão canavieira, como de outra qualquer, não poderia se processar em qualquer lugar, mas sim onde existe uma combinação convergente entre fatores de ordem natural, política, econômica e social.

Caso haja outras culturas espacializadas em locais que proporcionam maior renda fundiária, certamente as disputas territoriais serão mais acirradas, disputas essas que nem sempre se manifestem na mobilização da força ou violência, embora isso possa ser verdadeiro.

Estas características descritas anteriormente, e que inseridas na conjuntura criada pelo Proálcool na década de 1970 e no processo de territorialização do capital, fizeram com que estas disputas territoriais fossem expressivas nestes municípios, provocando a retração da policultura camponesa.

Cumprе salientar que esse processo não poderia dar-se sem a intervenção direta do Estado, que atuou no sentido de estimular a concentração das atividades de alta rentabilidade. Trata-se, pois de considerar o contexto de “[...] controle do aparelho institucional por um segmento de classe que [...] tem privilegiado a agroindústria e as culturas voltadas ao mercado externo, em

detrimento da policultura destinada ao abastecimento do mercado interno [...]” (PAULINO, 1997, p.18).

É nesses termos que a expansão da monocultura canavieira nestes municípios se explica, num cenário em que o seu recrudescimento é bastante provável, em face da atual conjuntura, em que se busca transformar o etanol na mais nova *commoditie* do agronegócio brasileiro, com vistas ao mercado externo.

E as intensas disputas territoriais, levando a retração dos cultivos alimentares no vetor de expansão da produção canavieira, que veio acompanhado da intensificação da concentração fundiária, nos levam a concordar com Porto-Gonçalves (2008, p.352), quando este sentencia que ”no Brasil, a hegemonia dos grandes latifundiários empresariais monocultores, construiu um verdadeiro mito da superioridade das grandes propriedades.”.

Trata-se, pois, de uma ameaça à propriedade privada camponesa da terra, que vulnerabilizada pelas baixas possibilidades de auferimento da renda, em vista da própria escala, não raro acaba se convertendo em espaço para a territorialização do capital, quando arrendada, senão propriedade privada capitalista da terra, situações que dificilmente permitirão a produção de alimentos.

### **3.5. As relações antagônicas entre o capital sucroalcooleiro e o trabalho assalariado do cortador de cana**

#### **O açúcar**

*O branco açúcar que adoçará meu café  
nesta manhã de Ipanema  
não foi produzido por mim  
nem surgiu dentro do açucareiro por milagre.  
[...] Este açúcar veio  
da mercearia da esquina e tampouco o fez o Oliveira,  
dono da mercearia.  
Este açúcar veio de uma usina [...] e tampouco o fez o dono da usina.*

*Este açúcar era cana  
e veio dos canaviais extensos  
que não nascem por acaso  
no regaço do vale.  
[...] Em usinas escuras,  
homens de vida amarga  
e duraproduziram este açúcar  
branco e puro, com que adoço meu café esta manhã em Ipanema.*

**Ferreira Gullar**

Conforme pode ser notado nos versos do poeta Ferreira Gullar, a rotina nos canaviais tem sido historicamente marcada pela superexploração da força de trabalho.

Desde o período colonial, em que os escravos negros africanos moviam a canavicultura mercantil, apesar da transição do trabalho escravo para o livre, o consumo ao limite da energia vital tem sido o cerne desta centenária agroindústria.

Embora novos atores sociais tenham surgido no âmbito do setor produtivo canavieiro, a essência espoliadora da agricultura comercial continua sendo portadora da mesma lógica: os escravos do período colonial deram lugar ao assalariado, ao trabalhador rendeiro do nordeste açucareiro, ao assalariado por produção, aos migrantes nordestinos que trabalham nas lavouras canavieiras do Sul-Sudeste, personagens todos submetidos a um nível de exploração análoga a outrora escravidão colonial.

A configuração predominante na atualidade no mundo do trabalho canavieiro foi bastante beneficiada pelos acontecimentos ocorridos nas décadas de 1960 e 1970, momento em que ocorre a intensificação da mecanização das atividades produtivas no campo, da concentração fundiária e expulsão em massa dos trabalhadores de sua unidade de produção, mudanças estas que ocorreram no âmbito de um processo que aprofundou a subjugação da terra e do trabalho ao capital.

Nesse contexto, Oliveira (2010, p.21) aponta que,

[...] a expansão da agroindústria açucareira se fez a partir da mudança de base social da produção, pois é com essa expansão que o trabalhador temporário ganha expressão no conjunto da força de trabalho no campo. Pois agora o capitalista já não precisa manter (pagar) o trabalhador no chamado período de entressafra, quando a produção praticamente cessa. O trabalhador temporário é aquilo que Marx chamou de trabalhador nu, desprovido dos instrumentos da produção, que apenas dispõe da sua força de trabalho para vendê-la no mercado, resultando, dessa venda, a garantia (ou não) da sua reprodução [...].

E isto não se deu por acaso. Conforme já advertira Kautsky (1980, p.269) a proletarização da população agrícola e a concentração fundiária são as premissas indispensáveis da produção capitalista.

Nesta lógica, faz-se necessário que “[...] os trabalhadores se transformem em trabalhadores livres, isto é, libertos de toda propriedade que não seja [...] a força

de trabalho [...]” (MARTINS, 1981, p.152), uma vez que a partir do momento em que já não mais possuem acesso à terra e aos meios de produção, não terão outra alternativa senão vender ao capitalista aquilo que lhe resta, como forma de sobrevivência:

A certo grau de evolução [...] o trabalhador deixa de ser proprietário de seus meios de produção”. O capitalista se opõe ao trabalhador que perdeu toda propriedade na qualidade de proprietário dos meios de produção. O produtor [...] torna-se um trabalhador assalariado. (Kautsky, 1980, p.80).

Nesse contexto em que o avanço do capitalismo provoca a expulsão dos trabalhadores, sua proletarização e subjugação aos interesses do capital, faz surgir o “bóia-fria”, um “[...] trabalhador temporário [com] [...] baixíssima capacidade de barganhar a venda de sua força de trabalho e conseqüentemente, recebendo baixíssimos salários e não tendo a garantia de quaisquer direitos humanos ou trabalhistas”. (D’INCAO, 1984, p.11).

Nesse período, marcado pela territorialização do capital, a transformação nas relações sociais de produção vigentes até então é flagrante, pois os colonos, rendeiros, parceiros etc são expulsos de sua unidade de produção e substituídos por trabalhadores assalariados, como aponta D’Incao (1974, p.16-17).

Com isso “a apropriação capitalista da terra permite que o trabalho que nela se dá [...] se torne subordinado ao capital”. (MARTINS, 1981, p.162). Sem acesso à terra e aos instrumentos de trabalho, essa massa de trabalhadores expropriados, agora nas cidades, passa a disputar as poucas vagas disponíveis em serviços urbanos.

Some-se a isso o fato de não terem, em sua maioria, a qualificação necessária para tais funções, o que os obriga a aceitar qualquer trabalho sob quaisquer condições, já que para a sociedade e para si mesmos são “trabalhadores sem profissão”. (D’INCAO, 1984, p.20-25).

Esta condição passa a ser explorada pelos empresários rurais, uma vez que este processo de expropriação formou um gigantesco exército de reserva, que regula as remunerações destes “bóias-frias”, obrigados a se submeterem a jornadas sobre-humanas, sob péssimas condições de trabalho.

Se não se sujeitam a tal situação, existem várias fileiras deste exército dispostas a enfrentar as condições destacadas. A falta de qualificação para outras

funções contribui para a falta de alternativas, reafirmando um ciclo vicioso de privações e falta de oportunidades.

É nesse contexto que estão inseridos os cortadores de cana, bóias-frias sujeitados ao rentável e opulento agronegócio sucroalcooleiro, e que é marcado por contradições inerentes à própria lógica do capitalismo.

Nos municípios analisados, grande parte da colheita ainda é manual, ainda que algumas máquinas já estejam em operação. Paradoxalmente, a despeito da existência de máquinas sofisticadas, aptas a substituírem dezenas de homens no corte da cana, essa modalidade de trabalho subsiste, o que exige que se fique atento à lógica subjacente:

Quanto mais baixo os salários, tanto mais difícil a introdução de máquinas [...] No campo os salários são [...] muito inferiores aos da cidade. Por conseguinte, é aí menor a tendência a substituir-se a força de trabalho humano pela máquina. (KAUTSKY, 1980, p.60).

Ora isto nos sugere que se está diante de um processo de superexploração dos cortadores de cana da região, uma vez que a irrelevância das máquinas em terras mecanizáveis somente pode ser explicada pela ótica dos custos. Aliás, no Brasil os êxitos comerciais do agronegócio se devem essencialmente ao binômio concentração fundiária e abundância de força de trabalho (PRADO JR., 1981, p.48-50).

Daí o sentido da expulsão, para o auferimento de uma maior renda de terra, combinado à intensificação da apropriação da mais valia que, juntas, propiciam maior margem de lucros ao empresário rural. No caso do agronegócio canavieiro, essa dupla fonte de receitas é drenada por um único agente, que é o agroindustrial. (OLIVEIRA, 2004, p. 42).

Nos municípios analisados estão estabelecidas quatro agroindústrias sucroalcooleiras: a Usina Alto Alegre em Colorado, a Usina Central do Paraná, em Porecatú, a Destilaria de Álcool da Cofercatu em Florestópolis, e uma unidade do grupo Santa Teresinha em Paranacity.

De acordo com os dados do CANASAT (2010, s/p.), na safra 2010/2011 Porecatu, Colorado, Nossa Senhora das Graças, Centenário de Sul, Santo Inácio, Florestópolis, Cafeara e Paranacity deverão colher 92.003 hectares de cana-de-açúcar, a maioria por meio do corte manual.

Os bóias-frias que atuam no corte da cana nestes municípios são provenientes dos próprios municípios em que a cana é cultivada, bem como de cidades vizinhas, como é o caso de Jaguapitã, Guaraci, Miraselva, dentre outras.

Guaraci, por exemplo, é um município que nos últimos anos converteu-se em grande fornecedor de força de trabalho para as agroindústrias. Conforme o cadastro do Programa Saúde da Família - PSF (2009, s/p.), há cerca de 600 cortadores de cana, para uma população economicamente ativa de 2.290 pessoas (IPARDES, 2010, s/p.).

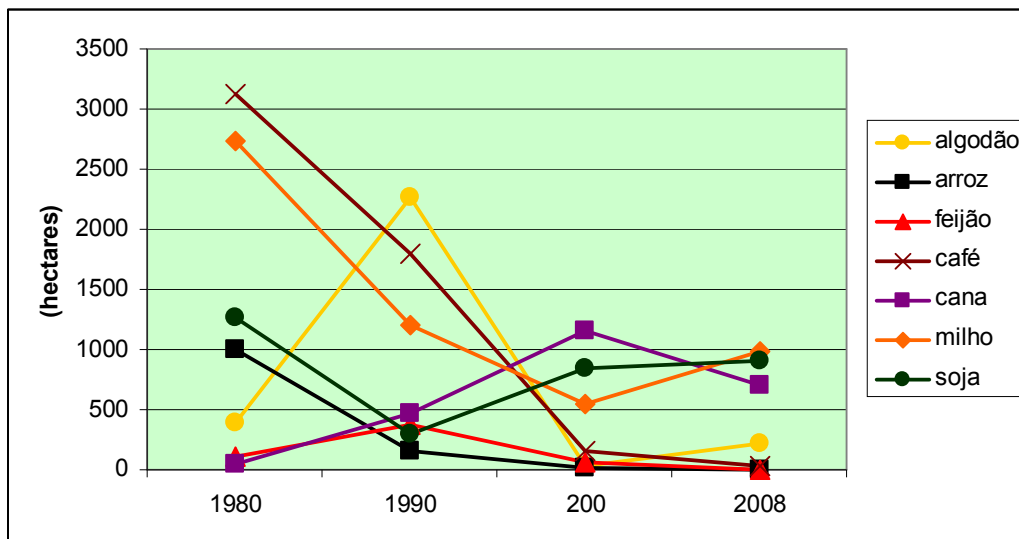
Antes de aprofundarmos esta análise, algumas considerações são oportunas, uma vez que ajudam a explicar a conversão do município de Guaraci num fornecedor de mão-de-obra para estas unidades agroindustriais, no âmbito da própria divisão territorial do trabalho.

Assim como os demais municípios analisados, - cujo contexto histórico de colonização e ocupação geoeconômica é semelhante em toda porção setentrional do Paraná - a base territorial ocupada por Guaraci começa a ser organizada a partir de 1945, sendo emancipada politicamente em 1954 da outrora Colônia Estadual de Jaguapitã. (IBGE, 2008).

Como a maior parte dos municípios originários nesta mesorregião do Paraná, a lavoura cafeeira foi a principal atividade econômica até o fim da década de 1980, quando outras lavouras praticadas no âmbito da agricultura capitalista começam a substituir a decadente cafeicultura.

Nesse contexto, ao contrário do que ocorreu nos municípios analisados anteriormente, foram as pastagens, a soja e a avicultura que vieram em substituição do café e, posteriormente, do algodão em Guaraci.

O gráfico 28 aponta de forma contundente a evolução histórica das principais culturas praticadas no espaço agrário de Guaraci, ficando claro o predomínio das atividades econômicas que não demandam um número elevado de trabalhadores:



**Gráfico 27: - Evolução das principais culturas agrícolas no município de Guaraci 1980 – 2008**

Fonte: Ipardes, 2010.

Org. Marcos Antonio de Souza.

Enfim, as atividades que se territorializaram no espaço agrário guaracience não necessitam de mão de obra significativa, gerando um excedente de trabalhadores, que ao não encontrarem trabalho no município, são obrigados a fazê-lo nos municípios circunvizinhos, realizando migrações pendulares em busca de seu sustento.

Aliás, durante anos foram empreendidas migrações sazonais de bóias-frias de Guaraci para a colheita de café em Minas Gerais, assim como a de laranja para o estado de São Paulo. Não obstante, grande parte dos bóias frias que ficavam no município passaram a trabalhar em múltiplas culturas, a maior parte delas fora de Guaraci.

O fato é que com a expansão da canavicultura mercantil nos municípios vizinhos, paralelamente ao declínio do algodão e demais culturas intensivas em mão de obra, esta atividade passou a demandar um número maior de bóias – frias que, como forma de sobrevivência, tem aí a única alternativa para vender sua força de trabalho.

Durante os cerca de oito meses que dura o período da safra canvieira (março a novembro), esses “bóias-frias” serão submetidos a uma extenuante jornada de trabalho, comparável a dos escravos açucareiros do período colonial.

A jornada de trabalho destes cortadores de cana começa logo de madrugada, quando iniciam o preparo da refeição a ser levada para o trabalho. Devem estar no “ponto” antes da 5:00 da manhã, quando o transporte que os conduzirá até o local do corte passa em Guaraci, para onde só retornarão apenas após as 17:00, uma vez que podem trabalhar muitas dezenas de quilômetros do município de origem.

Esses sujeitos saem munidos de seu facão, garrafa d’água, além de uma mochila na qual carregam a marmita, a capa de chuva, o avental<sup>28</sup>, um par de luvas e o “mangote”<sup>29</sup>, além do óculos para se proteger da cana. Os demais equipamentos de proteção, a caneleira e a botina com biqueira de aço, assim como o chapéu, a camisa de manga comprida, já vão no corpo do bóia-fria.

Chegando na lavoura, recebem do fiscal um “eito”, que no caso do Grupo Alto Alegre corresponde a sete “ruas”<sup>30</sup> de cana, ou seja, um retângulo com largura de nove metros (ALVES,2006, p.92), podendo este “eito” ser um pouco menor na Usina Central do Paraná e no Grupo Santa Terezinha, ou seja possuir cinco “ruas” de cana num retângulo de aproximadamente sete metros de largura.

Após um dia inteiro de trabalho extenuante, a medição do trabalho do cortador de cana é feita através do metro linear, isto é, do comprimento em que trabalhador avançou no corte, no seu eito de sete ou nove metros. É a partir da sua produção diária que a Usina fixa um preço pela metro/tonelada de cana cortada, uma vez que para cada tipo de cana há um preço específico, tendo em vista que em alguns casos este pode facilitar o avanço do trabalhador por uma longa distância em seu “eito” sem dispendir esforço excessivo, ou dificultar este avanço, condição em que o esforço exigido é muito maior.

Assim, o trabalhador recebe por quantidade de cana cortada, ou seja, não possui um salário fixo. Sobre esse sistema de pagamento por produção Alves (2006 p.93) considera que este é: “[...] uma das mais perversas formas de pagamento [...] como eles trabalham pela subsistência, trabalham cada vez mais para melhorar as condições de vida, isso provoca o aumento do ritmo de trabalho”.

Nesta mesma vertente, Bottomore (2001, p.332) aponta que,

---

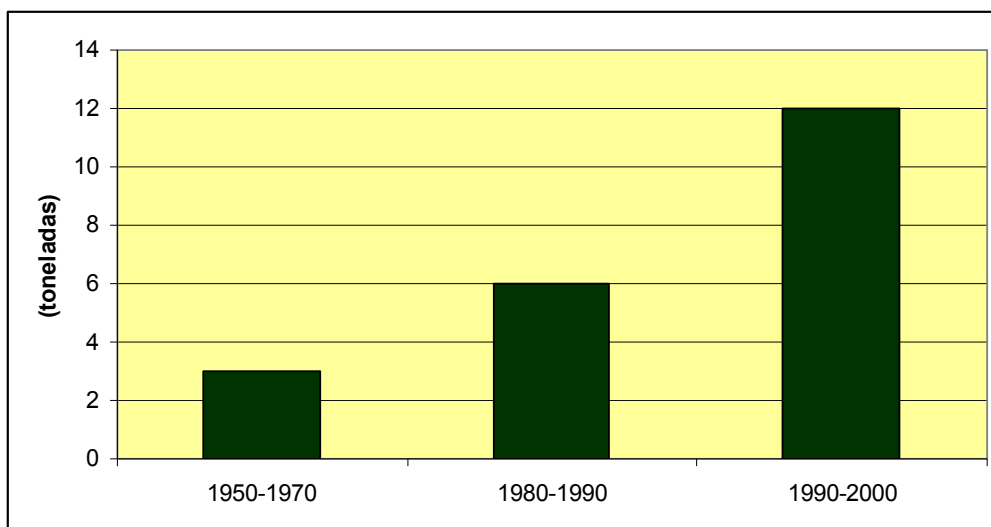
<sup>28</sup> Impede que o trabalhador suje a calça e uma parte da camisa de carvão.

<sup>29</sup> Apóia o braço que apóia/abraça a cana para ser cortada.

<sup>30</sup> Ruas são as linhas onde é plantada a cana-de-açúcar.

Embora aparentemente o [...] [trabalhador] seja pago pelo trabalho realizado, medido pela quantidade produzida, na realidade o pagamento por peça [por produção] é determinado distribuindo-se o valor da força de trabalho pela quantidade de mercadorias que um operário pode produzir num dia de trabalho. Assim um aumento geral da produtividade diminui, neste caso, a taxa de pagamento, em lugar de aumentar a quantia com a qual o operário volta para casa.

No setor sucroalcooleiro o pagamento por produção tem sido um dos principais mecanismos que tem garantido o aumento da produtividade do cortador de cana, uma vez que na matemática da exploração capitalista, rebaixar o preço pago pelo metro/tonelada de cana cortada obriga o trabalhador a produzir em maior quantidade, ao ponto de conseguir atingir uma remuneração que permita adquirir os mesmos bens e serviços que adquiria antes com uma menor produtividade, e assim sustentar a sua família. O gráfico 29 demonstra de forma contundente esta lógica:



**Gráfico 28 : Evolução da produtividade média do cortador de cana brasileiro**

**Fonte:** Alves, 2006.

Org. Marcos A. de Souza.

Trata-se na verdade de uma estratégia empreendida pelos agroindustriais do setor canavieiro que busca transferir ao trabalhador a responsabilidade pelo ritmo de trabalho, (ALVES, 2006, p. 93), na medida em que o capitalista passa a extrair uma maior taxa de mais-valia e aumentar ainda mais seus lucros.

Por outro lado não se pode esquecer ainda da fixação de metas de produção por trabalhador adotadas por todas as usinas analisadas, que giram em

torno de oito a nove toneladas como mínimo para o cortador de cana garantir seu posto de trabalho na próxima safra, o que obriga o trabalhador a aumentar sua produtividade:

Olha, a Usina corta o pessoal que fica abaixo da média. Daí a gente fica morrendo de medo de não atingir a média porque senão eles não pega a nossa carteira ano que vem. [...] Aqui na Usina a média é sete, oito tonelada. Tem gente que não consegue não. Daí vão entregar a carteira pra outra firma, e assim vão indo né. (A.M.J, cortadora de cana da Usina Alto Alegre).

É dessa forma que se pode compreender a realidade contraditória que permeia o mundo do trabalho canavieiro no Brasil, onde se pode constatar com facilidade a rentabilidade e pujança do setor sucroalcooleiro contrastando com a miséria e a superexploração do cortador de cana.

Outro ponto levantado tanto pelos vários estudiosos da questão quanto pelos próprios cortadores de cana é a idoneidade nos procedimentos de medição da cana cortada pelo trabalhador:

É o seguinte: a gente fica pensando que sim, que eles metem a mão sim. Pensa bem, a gente tem uma idéia do quanto nós trabalhamos né. A gente não é bobo não. Quando a gente corta muito o preço da cana é uma mixaria. Tem veis que a gente só fica sabendo quanto valeu o metro no outro dia depois. A gente só sabe a metrage. O preço é um cambalacho que eles fazem que eu nem intendo direito. A gente nem pode reclama porque eles pode manda a gente assina advertência. Tudo eles falam assim. (L.H.O, 47 anos. Cortador de cana há três anos na Usina Alto Alegre.)

Isto ocorre porque os cortadores de cana sabem a quantidade em metros que cortaram, mas desconhecem o valor de cada metro, uma vez que esta quantia não é fixada previamente, mas:

[...] é fixado depois que a cana foi pesada; [...] O valor do metro de cana para cada talhão é atribuído pela usina depois que a cana é pesada em suas balanças, localizadas distantes do eito [...] nas usinas [...]. Como é feito nas usinas pelo seu departamento técnico, esse cálculo é feito sem controle do trabalhador [...] Algumas vezes [...] a medição só é realizada depois que os trabalhadores se retiram do eito. (ALVES, 2006, p. 93).

Não obstante a este mecanismo que confere ao agroindustrial uma ferramenta eficaz para potencializar seus lucros, há que se atentar ainda para os padrões de dominação ideológica, em que o trabalhador, além de competir com os

outros trabalhadores para assegurar seu posto de trabalho, passa a competir com a ameaça constante da mecanização.

Nesse contexto, o trabalhador passa a ter a obrigação de competir com a produtividade da máquina, o que tem sido um negócio rentável ao agroindustrial que viu a produtividade média do cortador de cana saltar de (já era muito) três toneladas/dia por trabalhador alcançados na década de 1950, para cerca de doze toneladas/dia no final da década de 1990 e início da primeira década do século XXI. (ALVES, 2006, p.92). E isto sem que o agroindustrial dispendesse um só centavo para tal.

A esse respeito, Rangel (2006, p. 172) elucida que,

O capitalismo, ao criar, com a divisão social do trabalho, as condições para um rápido desenvolvimento da técnica agrícola, fixa-lhe outra meta, outro objetivo: em vez do aumento da produtividade da terra, busca preferencialmente o aumento vertical da produtividade do trabalho.

Corroborando a hipótese de que este mecanismo de superexploração ainda continua vigente, e ano após ano aumenta a intensidade desta, basta atentar para a tabela 15, que apresenta os valores pagos pela cana cortada nos últimos anos referente ao mês de maio na Usina Alto Alegre.

**Tabela 15: Relação entre o preço pago pelo metro da cana cortada e o valor do salário mínimo entre 2003-2007 na Usina Alto Alegre.**

| <b>Ano</b> | <b>Valor do Salário Mínimo</b> | <b>Preço médio do metro de cana cortada</b> | <b>Quantidade de cana cortada/mês para totalizar 1 salário mínimo</b> |
|------------|--------------------------------|---|---|
| 2003       | R\$ 240,00                     | R\$ 0,07                                    | 3.428   |
| 2004       | R\$ 260,00                     | R\$ 0,07                                    | 3.714   |
| 2005       | R\$ 300,00                     | R\$ 0,08                                    | 3.750   |
| 2006       | R\$350,00                      | R\$ 0,10                                    | 3.500   |
| 2007       | R\$380,00                      | R\$ 0,11                                    | 3.455   |
| 2008       | R\$ 415,00                     | R\$ 0,11                                    | 3.727   |
| 2009       | R\$ 465,00                     | R\$ 0,11                                    | 3.875   |
| 2010       | R\$ 510,00                     | R\$ 0,13                                    | 3.923   |

**Fonte:** Holerite/ Comprovante de Corte de Cana.

**Org.** Marcos A. de Souza.

Diante destes dados fica evidente que para o cortador de cana da referida agroindústria alcançar um salário mínimo mensal durante a safra, ele teve de aumentar no mínimo cerca de 15% sua produtividade num período menor que uma década.

Cabe ressaltar que o resultado desta relação é bastante conservador para aferir o aumento da produtividade do cortador de cana, uma vez que estes trabalhadores não tem como objetivo último alcançar apenas um salário mínimo, mas melhorar suas condições de vida, o que pode sugerir um aumento ainda maior dessa produtividade.

Some-se a isso outros fatores, como a necessidade de atingir uma meta estabelecida pela agroindústria para que o trabalhador seja recontratado numa safra posterior e a ameaça constante de mecanização do corte.

Na Usina Alto Alegre, por exemplo, algumas máquinas já operam em talhões próximos aos cortadores de cana, o que pode sugerir que se trata de uma estratégia para que estes observem o desempenho destas, não sendo raros os comentários emanados desde as instâncias superiores da usina de que na safra seguinte haverá demissões massivas pela implantação do corte mecanizado. O depoimento de um cortador de cana da Usina Alto Alegre reflete de maneira contundente esta situação:

O pessoal tava comentando que no ano que vem umas 600 pessoas do nosso setor vão ser mandado embora porque a Usina vai colocar umas 7 máquinas pra cortar cana aqui. (C.F.S. cortador de cana na Usina Alto Alegre).

Por outro lado, alguns trabalhadores apontam que esta estratégia já vem sendo utilizada há alguns anos, embora se possa constatar um aumento na utilização do corte mecanizado na Usina Alto Alegre:

Já tem bem uns cinco anos que o pessoal fala essa conversa de que vão trocar a gente por máquina porque as máquina corta mais cana. Mais eu acho que isso ainda ta longe porque olha só o mundaréu de gente que ta trabalhando aqui. O gato que trais a gente já até colocou outro ônibus pra puxar cortador de cana de Jaguapitã e Guaraci. Se fosse colocar maquina, cê acha que o motorista não sabe disso? Ia colocar um ônibus a mais pra perder depois? As máquina vão vir sim. Mais eu acho que demora. Máquina não corta cana pé de rolo, nas berada dos barranco.[...] Na missa dos funcionário o chefe geral disse que as máquina ainda não entrou com tudo porque eles querem dar emprego pro pessoal. (A.J.S. cortador de cana da Usina Alto Alegre)

Os depoimentos supracitados evidenciam que a mecanização do corte de cana pode estar sendo utilizada como um dos muitos instrumentos dos quais dispõe os agroindustriais do setor canavieiro para induzirem os cortadores de cana a aumentarem sua produtividade. É certo que prevalecerá a relação custo-benefício: enquanto o corte manual for mais barato que o mecanizado, ele será mantido.

Como no município de Guaraci - cuja sede é uma cidade dormitório para centenas de cortadores de cana - não dispõe de outras atividades econômicas que necessitem de um considerável contingente populacional para absorver esta força-de-trabalho sem qualificação, o processo de subjugação do trabalho destes bóias-frias ao capital sucroalcooleiro é cada vez mais intensificado:

Olha, a gente reclama mais ce já penso se não fosse esse serviço? Imagina só nessa cidadinha pequena, quanto de gente ia tá desempregada, sem trabalho, sem dinheiro. É o poquinho que Deus ajuda a gente a ganhá que não deixa a gente passar falta de nada né. Essas máquina chegando vão traze é a fome por aqui. (R.C.S. Cortador de Cana da USAÇUCAR)

Assim, quanto mais se trabalha, mais poderá o empresário extrair mais – valia. Enfim, trata-se de uma riqueza produzida pelo cortador de cana que, contraditoriamente, reforça sua miséria humana e social.

Isto explica a manutenção destas relações sociais de produção no setor sucroalcooleiro, uma vez que ainda é mais vantajoso ao capitalista pagar salários do que arcar com os custos da implantação e manutenção das máquinas, as quais podem substituir o corte manual.

O fato é que o custo da mecanização é um ônus ao próprio capitalista, ao passo que as operações manuais apenas o são parcialmente, pois em um contexto de expressivo exército de reserva, os salários não precisam cobrir sequer os custos de reprodução da força de trabalho, já que haverá tantos substitutos quanto necessário aos que foram esgotados no processo produtivo.

Não obstante, a máquina não poderá, por si só, aumentar a produtividade, já que durante sua vida útil, a capacidade operacional corresponderá ao nível técnico do momento em que foi fabricada. Assim, qualquer incremento de produtividade exigirá o emprego de máquinas mais eficientes, o que supõe

imobilização de capital para a renovação do parque de máquinas o que, aliás, é um imperativo da produção tecnificada.

Isto não é necessário quando se emprega bóias-frias, por exemplo. Conforme foi demonstrado anteriormente a produtividade média de um cortador de cana passou de 3 toneladas por dia, para 6 toneladas na década de 1980 e atingindo 12 no final da década de 1990. (Alves, 2006, p.92).

Como se pode depreender, em cinco décadas a produtividade média do bóia-fria cresceu 400%, sem que o agroindustrial investisse um só vintém para este fim, o qual foi alcançado meramente pela subjugação do trabalho ao capital.

Assim, a manutenção do corte manual, contrastando com o que há de mais moderno em tecnologia no que diz respeito ao corte mecanizado só se explica em face de “[...] os próprios empresários rurais em seus cálculos operacionais perceberem que é mais vantajoso utilizar o bóia-fria para estas tarefas do que a máquina.” (D’ INCAO, 1984, p.21).

Por outro lado, não se poderá desdenhar os fatores limitantes à produtividade do bóia-fria, como é o caso da lei que proíbe a queima de cana - de açúcar.

Nesse cenário, certamente a mecanização será mais vantajosa ao agroindustrial, além do fato de que a própria mecanização emerge como sendo um imperativo da acumulação de capital, uma vez que o crescimento deste “[...] significa também novos métodos de produção [...] de maior escala e mais mecanizados [...] O crescimento do capital aumenta a demanda por trabalho, mas a mecanização substitui os trabalhadores por máquinas. [...]” (BOTTOMORE, 2010, p.144).

E isto não deixa de ser alarmante, uma vez que significaria a extinção de centenas de milhares de postos de trabalho que, embora precários, possibilitam um retorno monetário mínimo, do qual não podem prescindir aqueles cuja única moeda de troca capaz de lhe assegurar a sobrevivência é a força de trabalho.

Este é um dos fatos destacados como preocupantes pelos cortadores de cana entrevistados, dos quais 90% afirmaram temer perder seu trabalho para as máquinas, num contexto em que Silva (2005, p.32) sustenta que cada uma delas poderá eliminar automaticamente até 400 postos de trabalho.

Situação não menos sombria pode ser apontada para a dinâmica econômica dos municípios inseridos nos territórios do setor canavieiro, uma vez que estes dependem fundamentalmente da renda salarial gerada pela agroindústria sucroalcooleira, composta majoritariamente pelos dividendos auferidos pelos cortadores de cana.

A esse respeito, Fresca (2001, p.31-32) aponta que a expansão do setor sucroalcooleiro sobre os municípios cujas sedes são pequenas cidades, provocou uma série de repercussões negativas nestes núcleos urbanos, uma vez que,

[...] na lógica da produção e reprodução do capital, estes complexos acabam por não necessitar de atividades a serem desempenhadas pelas cidades mais próximas, salvo pela oferta de uma força de trabalho. [...] Preferencialmente [ocorrem] no nível metropolitano, sendo de lá que emanam as decisões, o poder, o controle exercido sobre a unidade produtiva e é em parte para estas metrópoles que parcela dos lucros são remetidos.

Nesse contexto, estas pequenas cidades acabaram se convertendo em um local de reprodução da força de trabalho agrícola, concentrando entre sua população economicamente ativa um grande número de bóias-frias que atuam no setor canavieiro, o que reflete diretamente no desenvolvimento destas cidades inseridas nos municípios canavieiros do Norte do Paraná.

Em Guaraci por exemplo, cujo comércio local é composto por pequenos estabelecimentos comerciais que objetivam atender as necessidades mais básicas da população, há uma intrínseca relação entre a safra canavieira e o resultado nas vendas, senão vejamos o que apontou um pequeno comerciante, dono de um mercado na cidade:

Aqui é o seguinte. Como todo mundo conhece todo mundo a gente dá um jeitinho. O cara compra bem durante o tempo que dura a safra. Paga direitinho [...] No máximo deixa fiado um restinho para o mês que vem. Mais quando termina a safra o negócio aperta um pouco. A maioria do povo vai trabalhar de bóia fria em serviço picado, dia pra um dia pra outro, na diária. Daí ganhando pouco compram muito fiado falando que vão pagar quando começar o corte. Daí a gente pra vender acaba vendendo na notinha. (A.M.L., comerciante em Guaraci há 22 anos.)

Esta realidade vem ratificar o fato de que a dinâmica geoeconômica é fortemente alterada nos períodos de entressafra, quando grande parte dos cortadores de cana não são reabsorvidos pela agroindústria em outras atividades agrícolas dentro da própria agroindústria.

E quando o são, os valores pagos pelas usinas são extremamente baixos. Nas usinas localizadas no recorte geográfico desta pesquisa, um dia de trabalho no chamados “tratos culturais” pode variar de R\$17,00 a R\$ 19,00, o que é muito menor do que um cortador de cana consegue ganhar após um dia de trabalho extenuante no sistema de pagamento por produção.

E este rebaixamento do salário do “bóia-fria” incide diretamente sobre a economia destas pequenas cidades, de onde emana a força de trabalho que atua nos canaviais, tendo em vista que a agroindústria canavieira instalada no município ou nos municípios circunvizinhos acaba sendo a principal atividade econômica que emprega parte significativa da população economicamente ativa.

É muita promessa [...] que a usina traz desenvolvimento pra nossa região. Ninguém que trabalha lá ficou rico de verdade não. Todo mundo ganha pouco e essa história de que desenvolve a cidade e a região é meio furado. [...] Antes era tudo mais movimentado, o comércio era mais movimentado sim [...]. Aqui em Guaraci tinha três agências bancárias, Casas Pernambucanas e as pessoas consumiam bastante. Aqui virou a cidade do “lá tinha” [...] Toda essa cana na nossa região não segurou essas coisas não. Hoje sinto que tá pior que antes. Quem tem comércio sabe do que eu tô falando. [...] E tem outra ainda, ninguém come cana né [...] Isso só tende a piorar. (C.G.S. Comerciante em Guaraci há 30 anos).

E como na maioria dos casos se trata de um trabalho temporário, o cortador de cana deve procurar na entressafra outra atividade – seja no campo ou mesmo na cidade - para garantir seu sustento:

Quando acaba o corte de cana a Usina escolhe alguns cortadores para o plantio. Os que ficam de fora tem que buscar outra coisa. A gente vai atrás do que tem: carpir algodão, roçar pasto, limpar granja, fazer cerca ou vai trabalhar de servente de pedreiro na cidade [...] o que não pode é ficar parado [...] a gente vai assim, dia pra um dia pra outro e assim vai vivendo [...] (A.G. M, 33 anos, cortador de cana da Usina central do Paraná há três anos).

Na medida em que a produção de agrocombustíveis vai se tornando cada vez mais significativa, e surgem as perspectivas da transformação do etanol numa *commoditie* do mercado internacional, fica cada vez mais evidente no âmbito internacional as flagrantes condições as quais são submetidos os trabalhadores do setor canavieiro no Brasil.

Para se ter uma idéia do ponto em que chegou a precarização do trabalho no setor sucroalcooleiro, Macedo (2007, p.89) aponta que o ciclo de vida

produtiva dos cortadores de cana na atualidade é menor do que o dos escravos do período colonial, senão vejamos:

[...] os escravos possuíam ciclo de vida produtiva de 10 a 12 anos na agricultura. Após essa data, com a proibição do tráfico de escravos da África e seu melhor cuidado, sua vida útil de trabalho passou a variar entre 15 a 20 anos. Com relação aos cortadores de cana, se deu o oposto: se nas décadas de 1980 e 1990 a expectativa era de até 15 anos na atividade, a partir de 2000 essa expectativa gira em torno de 12 anos, portanto menor do que a do escravo após 1850.

Um bom cortador de cana na Usina Alto Alegre corta em média 200 metros de cana por dia num eito que tem 9 metros de largura aproximadamente, levando em consideração as constatações de Alves (2006, p.93 – 94). Assim, esse cortador de cana tem de caminhar 6.600 metros e despender o equivalente a 99.999 golpes por dias<sup>31</sup>.

Não obstante, há uma série de exigências a serem cumpridas pelo cortador de cana. Não basta simplesmente cortar de qualquer jeito. Silva (1999, p. 201) aponta a necessidade de um corte de qualidade, que seja rente ao solo para facilitar a rebrotação. É necessário ainda aparar as pontas e transportar a cana cortada para montes que devem ser feitos, na “rua” central para facilitar o carregamento feito pelas máquinas.

Além disso, carregam cerca de nove toneladas de cana, fazendo cerca de 600 trajetos e 600 flexões, levando nos braços por uma distância de até 4,5 metros, cerca de 15 kg.

Fazem ainda mais,

[...] de 30 mil [...] flexões e entorses torácicos para golpear a cana. Perde em média, 8 litros de água por dia, por realizar esta atividade sob sol forte (...) os efeitos da poeira, da fuligem [...] trajando uma indumentária que o protege da cana, mas aumenta sua temperatura corporal. (Alves, 2006, p.94).

Expostos ao calor excessivo, do sol e da indumentária obrigatória, somando ao esforço excessivo, não é raro passarem mal, desmaiarem e até mesmo morrerem no “eito”.

Isso foi constatado em campo, pois 90% dos bóias -frias entrevistados relataram já ter passado mal no corte de cana, principalmente sofrido câimbras e

---

<sup>31</sup> Estes cálculos tiveram por base os dados levantados por Alves (2009 p.93-94).

desmaios. O mais surpreendente é que 100% destes presenciaram estas cenas no local de trabalho:

Pra te falar a verdade eu nem podia ta trabaiano aqui não fio. Trago esse monte de remédio pra roça. [...] Tomo o remédio do coração de manhã, antes de vir pra roça. Depois hora que chego tomo o da pressão. [...] Eu minto pros médicos da usina e digo que não tomo nada. E ce acredita que eu passo no exame todo ano? Nunca me cortaram por causa do meu problema não. [...] Quando esquenta muito eu passo mal sim. Daí tomo esse soro que a Usina dá e fico parada um poco. Mais depois a gente tem que voltar. Não tem outro remédio. [...] Se eu passar mal aqui o pessoal da usina me socorre. Ce precisa de ver no calorão mesmo. Muita gente tem câimbra e até desmaiar desmaia. (A.M.L, 46 anos, cortadora de cana na Usina Alto Alegre há 5 anos).

Cabe ressaltar ainda que estas constatações comuns ao ambiente canavieiro são apenas a ponta visível do *iceberg*, uma vez que existem uma série de implicações à saúde física e mental destes cortadores de cana, que somente darão sinais após vários anos de esforço intenso.

Silva (2005, p.28) ao analisar esta situação, exemplifica os casos das mortes causadas pelo câncer, que podem ter origem no uso indevido de veneno, ou mesmo da fuligem que estes respiram durante todo o tempo em que estão cortando cana, além de doenças respiratórias, alérgicas, da coluna etc, que não sendo tratadas devidamente pela falta de recursos, acabam trazendo sérias complicações futuras.

São seres humanos totalmente subjugados e, porque não dizer, presos ao trabalho, uma vez que devido ao esforço excessivo em ambiente inóspito, ao retornarem para suas casas, tem que repousar. Verificou-se que vão dormir por volta das 20:00-20:30 horas, para recuperarem as forças que serão necessárias no novo dia, que se inicia próximo às quatro da madrugada, em jornadas de seis dias semanais.

As mulheres estão submetidas à condição mais degradante, pois quando chegam em casa após um dia de trabalho no canavial se deparam com os afazeres domésticos.

Pra gente é mais duro que pros homens [...] Eles chegam e vão descansar. Agente não. Tem que lavar as roupas sujas de carvão, o mangote, o avental, arrumar cozinha, limpar a casa meio por cima, cuidar da comida, e ainda tem as crianças né. [...] É muito puxado. Mais não tem outro jeito. (M.G.S, 31 anos, cortadora de cana na Usina Central do Paraná há 2 anos).

Estas degradantes condições vem atestar o exposto por Marx e Engels (1998, p.11), ao apontarem que:

A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com a sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção.

O fato é que para aumentar sua produção, muitas vezes o cortador reduz drasticamente seu tempo de descanso, inclusive para as refeições. É bastante comum observar que muitos cortadores de cana se alimentam assim que chegam ao canavial, logo pela manhã, para não gastarem o seu tempo com o descanso após a refeição. Como recebem por produção, cada minuto sem trabalho significa menos cana cortada, ou seja, um salário menor ao final da jornada de trabalho.

Outros tantos que preferem fazê-lo por volta das 10:30 – 12:00, não descansam após a refeição, retornando ao corte pouco tempo após ter almoçado, muitas vezes sob sol forte, e quando muito sob um toldo acoplado no ônibus.

Nesse contexto, a Usina Alto Alegre, por exemplo, instituiu em 2008 o tempo de uma hora de descanso para a realização do almoço dos cortadores de cana, embora esta medida não tenha sido muito bem recebida pelos bóias-frias, uma vez que:

[...] a usina em questão, assim como as demais, fazem nada mais do que transferir para os cortadores de cana o ônus pelo seu descanso. Como os trabalhadores recebem por produção, o que era para ser um benefício acaba se convertendo em um prejuízo, ratificando o caráter desgastante e desumano desse regime de contratação, no qual até mesmo as necessidades mais elementares do corpo humano são subjugadas à máxima do mercado, na qual “tempo é dinheiro”. (SOUZA, 2008, p.97).

Paralelamente à precarização incontestável, há que se atentar ainda para o fato de que em várias destas unidades agroindustriais da porção setentrional do Paraná a situação de superexploração é ainda mais contundente.

A Usina Central do Paraná, localizada no município de Porecatu emerge como um destes exemplos em que a opulência do setor sucroalcooleiro contrasta com a precarização nas relações de trabalho no setor agrocanavieiro. Em 2008, após uma greve geral de mais de mil trabalhadores que se encontravam com seus salários atrasados há mais de dois meses, esta agroindústria recebeu a visita de

fiscais do Ministério Público do Trabalho, que flagraram centenas de trabalhadores em condições sub humanas:

As condições flagradas pelo grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Usina Central do Estado [...] estão entre as mais graves encontradas nos últimos tempos no setor sucroalcooleiro. A afirmação foi feita [...] pela auditora fiscal do trabalho Jaqueline Carrijo, coordenadora da ação que resgatou 228 trabalhadores da empresa. [...] o grupo móvel lavrou 153 autos de infração interditou cinco frentes de trabalho – por ausência de sanitários, água fresca e produtos para higienização e apreendeu 39 (dos 43 ônibus irregulares que transportavam trabalhadores) [...] Segundo os fiscais, enxadas, limas e outros instrumentos utilizados no trabalho eram descontados do salário dos trabalhadores. Os cortadores de cana retornavam ao alojamento da empresa – sem luz elétrica nem instalações sanitárias – depois de uma jornada excessiva de trabalho de 12 horas, sem direito a repouso. Pessoas aplicavam agrotóxicos sem equipamentos de proteção individual expostos a risco de intoxicação aguda. “Eles iam para suas casas com as roupas contaminadas, colocando em risco a vida de seus familiares, sem nenhuma orientação de como proceder”, destacou Jaqueline. (REPÓRTER BRASIL, 2008)

Não obstante, no ano de 2009, a mesma Usina Central do Paraná recebeu uma multa de R\$ 10 milhões de reais por “dano moral coletivo”. De acordo com os fiscais do Ministério Público do Trabalho,

Mais que o pagamento da multa, a sentença determina também que a Usina deve conceder férias, descanso semanal de 24 horas consecutivas, pagamentos de hora extra, não adulterar informações sobre jornada, adotem medidas para minimização de riscos ambientais, instalação de bebedouros com água potável, entre outras medidas que beneficiem os trabalhadores da empresa. (MPPR, 2010, s/p.).

Cabe salientar que as condições a que estavam submetidos os cortadores de cana em Porecatu não representa uma exceção, antes confirma a regra, evidenciada pelas recorrentes notícias de irregularidades encontradas em diferentes usinas do país.

Nesse contexto, em que o Brasil visa criar um mercado global de etanol, não convém associar a imagem do agrocombustível 100% limpo e potencialmente capaz de livrar a Terra dos males causados pelo aquecimento global antropogênico com a superexploração dos cortadores de cana.

É desta forma que atua o complexo técnico-científico-industrial-militar-financeiro-midiático apontado por Porto-Gonçalves (2008, p. 332), com um forte componente em disseminar ideologicamente as benesses da produção de agrocombustíveis dentro das fronteiras nacionais.

Para a certificação de “socioambientalmente sustentável”, principalmente no plano externo, o governo lançou o denominado “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar”, cuja adesão voluntária por parte das usinas sucroalcooleiras demonstra que a mediação entre capital-trabalho pelo Estado sugere a implantação de um documento cujo cumprimento fica no plano das “boas intenções”.

O Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar visa garantir novos direitos e melhor qualidade de vida para os trabalhadores da lavoura da cana-de-açúcar. [...] Esse compromisso foi construído por meio de uma Mesa de Diálogo, instalada em julho de 2008, a convite do Presidente da República e [...] teve o duplo objetivo de debater e propor soluções para tornar mais humano e seguro o cultivo manual da cana-de-açúcar e também para promover a reinserção ocupacional dos trabalhadores desempregados pelo avanço da mecanização da colheita. [...] Foi debatida uma agenda de questões relativas a 18 temas: contrato de trabalho; saúde e segurança do trabalho; transparência na aferição da produção; alojamento; transporte; migração; escolaridade, qualificação e recolocação; remuneração; jornada de trabalho; alimentação; trabalho infantil e trabalho forçado; organização sindical e negociações coletivas; proteção ao desempregado, com atenção aos trabalhadores no corte manual no período da entressafra; responsabilidade sobre as condições de trabalho na cadeia produtiva; responsabilidade no desenvolvimento da comunidade; Programa de Assistência Social - PAS da atividade canavieira; trabalho por produção; trabalho decente e trabalho análogo ao escravo.

Nesse contexto o pacto voluntário entre Estado e agroindustriais do setor canavieiro apresenta tópicos que objetivam contratar diretamente os trabalhadores, eliminando a figura do “gato”, além de proporcionar alojamentos de qualidade ao trabalhador migrante, melhores condições de trabalho e de transporte dos cortadores de cana, além de oferecer equipamentos de segurança adequados ao trabalho na lavoura canavieira.

Por outro lado quando se trata da aferição da cana cortada pelos trabalhadores e a fixação do seu preço, o Compromisso Nacional aponta a necessidade de se informar antecipadamente o preço da cana a ser cortada, além de utilizar métodos de aferição previamente difundidos entre os cortadores de cana, cuja medição deve ser realizada na presença dos trabalhadores, (BRASIL, 2009, p. 09) aspectos ainda não observados pelas usinas estudadas, todas signatárias deste pacto.

Portanto, diante de mecanismos tão frágeis, que dependem do voluntarismo dos agroindustriais ávidos pela extração da mais-valia dos cortadores

de cana, vê-se que a superexploração do “bóia-fria” se insere num contexto notadamente marcado pela precarização nas relações de trabalho, e que aponta para um elevado custo social em se produzir o tão propalado agrocombustível socioambientalmente sustentável.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a implementação do Proálcool ocorrida na década de 1970, tem havido uma expansão vertiginosa da cana-de-açúcar no país, sendo que na atualidade, diante da perspectiva de transformação do etanol na mais nova *commoditie* do agronegócio nacional, este processo tem se intensificado ainda mais.

Conforme foi demonstrado ao longo deste trabalho, vários são os impactos desta expansão, a começar pelo processo de concentração fundiária nas áreas onde a canavicultura mercantil se instala.

Não por acaso, verifica-se a diminuição progressiva do número de estabelecimentos agropecuários nos municípios analisados, assim como o aumento expressivo da área média ocupada pela agroindústria canavieira, fato aliás não restrito à área de estudo, mas ao estado como um todo.

Não obstante, os dados revelam que paralelamente ao processo de concentração fundiária, houve também o recuo das lavouras policultoras. Basta considerar que algumas delas, a exemplo do arroz e feijão, praticamente desapareceram nos municípios analisados.

Por outro lado, ao salientar-se que a expansão do setor sucroalcooleiro é nociva à produção de alimentos, buscou-se projetar uma leitura que destoava dos cálculos formais, baseados na mera projeção da fatia a ser ocupada pela cana, em um cenário de vastidão de terras agricultáveis.

Antes, demonstrou-se que no âmbito da agricultura capitalista, há uma lógica que impele ao cultivo daquelas lavouras que possibilitam maior auferimento da renda da terra em um determinado período histórico. É o que se verifica atualmente com a cana-de-açúcar, que avança sobre as áreas policultoras, fundamentais para o abastecimento interno de alimentos. .

Trata-se de um debate que muito mais do que uma questão retórica, envolve uma questão de método, referência aos que argumentam que o avanço da produção de agrocombustíveis não irá impactar a produção das demais culturas, como a alimentar, dada a grandeza territorial do Brasil.

O fato é que estas áreas supostamente aptas a tal expansão podem não adequar-se à lógica locacional da agroindústria sucroalcooleira, conforme abordamos no primeiro capítulo.

Pelo contrário, e o mapa da localização das unidades agroindustriais no país mostra que existe uma concentração espacial das mesmas, confirmando que esta expansão ocorre nas áreas que possibilitam maior auferimento da renda fundiária, e não sob terras incultas, onde não há uma combinação convergente de fatores que a potencializam.

Outro argumento utilizado pelos defensores da produção em larga escala dos agrocombustíveis é o de que esta produção não ameaça os ecossistemas da Amazônia e do Cerrado, uma vez que a cana-de-açúcar não é expressiva nestes domínios.

Entretanto, ao avançar sobre áreas em que anteriormente se cultivava o algodão, a soja, o arroz, as pastagens, há um processo de expansão da fronteira agrícola rumo a esses ecossistemas, uma vez que a demanda por esses produtos continua existindo.

Assim, mesmo que a cana não se faça presente de forma intensa nos domínios destes ecossistemas, seu avanço em áreas tradicionalmente ocupadas acaba por se refletir nestes, com a reterritorialização das atividades desalojadas.

Cabe ressaltar que ambos os processos tem sido possíveis graças à inexistência de qualquer mecanismo, por parte do Estado, capaz de regular o uso do solo agrícola, fazendo-se necessário implantar uma política de zoneamento que normatize a gestão do território a partir de lógicas outras, além daquelas de mercado.

Por outro lado, foi visto também que no âmbito da expansão do setor sucroalcooleiro, ocorreu o processo de intensificação da precarização nas relações sociais de produção, mediante a superexploração do “bóia-fria” que, nestas duas últimas décadas, teve que dobrar sua produtividade, a despeito do movimento inversamente proporcional em seus salários.

Isso revela uma das muitas contradições inerentes ao modo capitalista de produção, em que a opulência do rentável agronegócio canavieiro contrasta com a miséria e a subjugação do cortador de cana, ora submetido às condições de trabalho análogas à da escravidão.

Este fato nos mostra que o negócio sucroalcooleiro não pode, simplesmente por sua rentabilidade e pujança econômica - advinda da disponibilidade de terras e da superexploração da força de trabalho - dinamizar

economicamente a região em que se territorializa, uma vez que as sedes sociais das agroindústrias sucroalcooleiras estão geograficamente localizadas longe dos municípios canavieiros, o que supõe uma evasão da renda e do lucro auferido pelo agroindustrial.

Dito de outra forma, as cidades da agroindústria canavieira se tornaram altamente dependentes não apenas do montante total da renda gerada pela produção agroindustrial, bem como dos tributos correspondentes, mas sim de uma fração ínfima da mesma, materializada no salário dos trabalhadores, majoritariamente cortadores de cana.

Tanto nesta quanto naquelas transformadas em cidades dormitórios de cortadores de cana, há uma pronunciada estagnação econômica, cuja “prosperidade” está diretamente relacionada ao período das safras.

Não obstante, esta força de trabalho fortemente sujeitada aos padrões de acumulação do agronegócio sucroalcooleiro se vê diante de uma ameaça iminente, que é justamente a mecanização do corte da cana. E este processo, que poderia se converter em instrumento de libertação das péssimas condições às quais estão submetidos, poderá ser ainda mais aviltante, confirmada a tendência de perda dos postos de trabalho.

Como não possuem nenhuma qualificação para se inserir em outras atividades produtivas, se é que há tantas vagas quanto se sugere, tampouco lhes é permitido o acesso à terra, o que os fará seguir “errantes”, a procura de quem compre a sua força de trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ADAS, Melhen. **A fome: crise ou escândalo?** São Paulo: Moderna, 1988.
- AGROANALISYS. **Cadeia sucroalcooleira**. Rio de Janeiro: FGV, v. 23, n. 2, p.4-6, abr. 2003.
- \_\_\_\_\_. **Depois da febre aftosa**. Rio de Janeiro: FGV, vol.25, nº. 11, p.35, nov.2005.
- \_\_\_\_\_. **Cadeia sucroenergética**. Rio de Janeiro, FGV, vol. 30, nº. 03, p.31-47. mar. 2010.
- ALCOPAR. **Mapa de localização das unidades produtoras de álcool e açúcar do estado do Paraná**. Maringá: 2010. Disponível em: <<http://www.alcopar.org.br/associados/mapa.htm>> Acesso em: 07 abr. 2008.
- \_\_\_\_\_. **Histórico da produção no Paraná**. Maringá: 2008. Disponível em: <[http://www.alcopar.org.br/estatisticas/hist\\_prod\\_pr.htm](http://www.alcopar.org.br/estatisticas/hist_prod_pr.htm)> Acesso em: 07 abr. 2010.
- \_\_\_\_\_. **Indústria de Bioenergia do Paraná: Relatório 2008**. Maringá: SibioPar, 2009.
- ALTHUSSER, I. **Aparelhos ideológicos de estado**. São Paulo: Graal, 2001.
- ALFONSI (et al.) Condições climáticas para a cana-de-açúcar. In: PARANHOS, S.B. **Cana-de-açúcar: cultivo e utilização**. Campinas: Fundação Cargill, 1987. p. 42-55.
- ALTO ALEGRE. **Nossas unidades**. Colorado: 2009. Disponível em <<http://www.altoalegre.com.br/unidades.aspx>>.Acesso em 21 jul. 2010.
- ALVES, Francisco. Porque morrem os cortadores de cana? **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo: FSP/USP, v.15, n. 3, p. 90-98, set/dez 2006. Disponível em: <[http://www.apsp.org.br/saudesociedade/XV\\_3/revista%2015.3\\_artigo%2006.pdf](http://www.apsp.org.br/saudesociedade/XV_3/revista%2015.3_artigo%2006.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2008.
- AMORIM, Guilherme. Biocombustíveis e investimento externo. **Revista Análise Conjuntural**. Curitiba: IPARDES, v. 29, n. 05/06, p.8-10, maio/jun.2007. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/webasis.docs/bol\\_29\\_3b.pdf](http://www.ipardes.gov.br/webasis.docs/bol_29_3b.pdf)> Acesso em: 23 mar. 2008.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Modernização e pobreza: A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: UNESP, 1994.
- ANDRADE, J.M. F, DINIZ, K.M. **Impactos ambientais da agroindústria da cana-de-açúcar: subsídios para gestão**. São Paulo. Monografia (Gerenciamento Ambiental) – USP- Escola Superior de Agricultura, Piracicaba, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-07052002-091407/>> Acesso em: 22 mar. 2008.

BACCARIN, J.G. **A constituição da nova regulamentação sucroalcooleira**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. Disponível em <<http://vsites.unb.br/ceam/neagri/PDF/Caderno%20CEAM/Caderno%2022.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2010.

BALAZINA, A. **Carro flex polui menos com gasolina**. O Estado de São Paulo. 17 set. 2009, Caderno A, p.22.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

BRAGA, R.; D'HORTA A.P. **Dois repórteres no Paraná**. Curitiba: Câmara de Expansão Econômica do Paraná, 1953.

BRAGUETO, C.R. **A inserção da microrregião geográfica de Londrina na divisão internacional do trabalho**. (Dissertação de Mestrado) São Paulo: USP, 1996.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Departamento da Cana-de-açúcar e Agroenergia. **Produção brasileira de álcool e cana - de açúcar, 2002-2007**. Brasília: MAPA, 2008. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/page/mapa/estatisticas/producao/prod\\_cana\\_acucar\\_alcool\\_mensal.pdf](http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/page/mapa/estatisticas/producao/prod_cana_acucar_alcool_mensal.pdf)> Acesso em: 10 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. **Usinas e destilarias cadastradas**. Brasília: MAPA, 2008. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/page/mapa/servicos/usinas\\_destilarias/usinas\\_cadastradas/ups\\_24-03-2008\\_0\\_0.pdf](http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/page/mapa/servicos/usinas_destilarias/usinas_cadastradas/ups_24-03-2008_0_0.pdf)> Acesso em: 17 fev. 2010.

\_\_\_\_\_. **Agricultura brasileira em números/anuário 2005**. Brasília: MAPA, 2008. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/page/mapa/estatisticas/agricultura\\_em\\_numeros\\_2005/03.02.05\\_1.xls](http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/page/mapa/estatisticas/agricultura_em_numeros_2005/03.02.05_1.xls)>. Acesso em: 20 fev. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura. **Anuário estatístico da agroenergia**. Brasília: MAPA, 2009.

CANASAT. **Mapeamento da cana via imagens de satélites de observação da terra**. São Jose dos Campos: INPE, 2008. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/mapdsr/pr/frame.html>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. **Relatório da produção por município**. São José dos Campos: INPE, 2010. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/mapdsr/pr/frame.html>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Departamento da Cana-de-açúcar e Agroenergia. **Produção brasileira de álcool e cana - de açúcar, 2002-2009**. Brasília: MAPA, 2008. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/page/mapa/estatisticas/producao/prod\\_cana\\_acucar\\_alcool\\_mensal.pdf](http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/page/mapa/estatisticas/producao/prod_cana_acucar_alcool_mensal.pdf)> Acesso em: 10 mar. 2010.

- CAMINHA, P.V. **Carta de achamento do Brasil**. Disponível em <<http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/ult1702u50.jhtm>>. Acesso em 21 nov. 2010.
- CANCIAN, N.A. **A cafeicultura paranaense: 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.
- CARVALHEIRO, E.M. **As alterações no desenvolvimento local do estado do Paraná desencadeadas pela agroindústria canavieira**. Toledo: Sober, 2005.
- CARVALHO, Glauco Rodrigues. O Setor sucroalcooleiro em Perspectiva. **Revista Conjuntura Agropecuária: Sucroalcooleira**. Campinas: EMBRAPA, mar. 2003. Disponível em: <[http://www.cnpm.embrapa.br/conjuntura/0603\\_Sucroalcooleiro.pdf](http://www.cnpm.embrapa.br/conjuntura/0603_Sucroalcooleiro.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2008.
- CARVALHO, M.S. **A pequena produção de café no Paraná**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- CASTRO Josué de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CESÁREO, A.C. Norte novo: a expansão da fronteira e seu conteúdo simbólico. In. PAZ, F. M. (org) **Cenários de economia e política do Paraná**. Curitiba: Prephacio, 1991. p.17-46.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1986.
- D'INCAO M.C. **A questão do bóia-fria**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- \_\_\_\_\_. **O "Bóia-Fria": acumulação e miséria**. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.
- EMBRAPA. **Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar**. Brasília: EMBRAPA, 2009.
- FERNANDES, B. M. **O novo nome é agrobusiness**. Presidente Prudente: UNESP, 2004. Disponível em <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Onomeeagrusiness.pdf>>. Acesso em 20 set. 2009.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- GIRARDI, E.P. **Atlas da questão agrária brasileira**. Presidente Prudente: UNESP, 2008. Disponível em < <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/> >. Acesso em 12 jul.2009.

HAESBART, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. HAESBART, R. Ordenamento Territorial. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia: vol 26, nº. 1, jan/jun, p. 117-124, 2006.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo, Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HESPANHOL, A. N. Bioenergia e cultivos alimentares: produzir para quem? **Revista Formação**. Presidente Prudente: nº. 15, vol. 2, p. 189-126. Disponível em <[http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/n15v2/25\\_debate.pdf](http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/n15v2/25_debate.pdf)> Acesso em 21 jul. 2010.

IANNI, O. **Teorias da Globalização**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostragem de domicílios: segurança Alimentar - 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

\_\_\_\_\_. **Censo agrícola de 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

\_\_\_\_\_. **Censo agrícola de 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1965.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário 1995- 1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

\_\_\_\_\_. **História dos Municípios Paranaenses**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

Disponível em < <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/>>. Acesso em 20 jul. 2010.

IPARDES. **Base de dados do estado. Curitiba, IPARDES, 2008**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 12 maio 2009.

\_\_\_\_\_. **Base de dados do estado. Curitiba, IPARDES, 2010**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. **Indicador de Cobertura Vegetal do estado do Paraná**. Curitiba, 2002. Disponível em < [http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/cobertura\\_vegetal.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/cobertura_vegetal.pdf)> Acesso em 23 set. 2010.

\_\_\_\_\_. **Indicador de áreas potenciais à degradação dos solos em relação a área total do Paraná**. Curitiba, 2005. Disponível em <

[http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/degradacao\\_do\\_solo.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/degradacao_do_solo.pdf)>. Acesso em 23 set. 2010.

JANK, Marcos S. A Globalização e o setor sucroenergético brasileiro. São Paulo, UNICA, 2010. Disponível em <<http://www.unica.com.br/opinioao/show.asp?msgCode={3F9EA33E41324292BDB8-3F3BE97FF854}>>. Acesso em 23 set. 2010.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta, 1980.

KOFFLER, N. F.; DONZELLI, P. L. Avaliação dos solos brasileiros para a cultura da cana - de - açúcar. In: PARANHOS, S.B. **Cana-de-açúcar: cultivo e utilização**. Campinas: Fundação Cargill. p. 17-41.

LEFF, H. **La geopolítica de la biodiversidad y el desarrollo sustentable: economización del mundo, racionalidad ambiental y reapropiación social de la naturaleza**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp12.pdf>>

LEITE, M. C. **O zoneamento ecológico-econômico: impasses e perspectivas de um instrumento de gestão ambiental**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de Brasília, Brasília, 2001. Disponível em <[http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1898/1/2001\\_CristinaMariaCostaLeite.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1898/1/2001_CristinaMariaCostaLeite.pdf)>. Acesso em 15 set. 2010.

MACEDO, Isaiás C. A Energia da Cana – de – Açúcar. **Revista Agroanalysis**. Rio de Janeiro: FGV, v. 25, n. 10, p. 35, out.2005.

MACEDO, P.A.M. Cortadores de cana: o lado amargo da produção canavieira. **Científico**. Salvador: Ano VII, v. II, julho-dezembro 2007, p. 85-100. Disponível em <[http://www.frb.br/ciente/dossie/dossie\\_macedo.pdf](http://www.frb.br/ciente/dossie/dossie_macedo.pdf)>. Acesso em 23 out. 2010.

MAACK, R.A. **Geografia física do estado do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

MACHADO, J. Internacionalização do capital: face perversa. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: nº. 12, v. 3, p. 9-14, 1998. Disponível em <[https://www.seade.gov.br/produtos/spp/v12n03/v12n03\\_02.pdf](https://www.seade.gov.br/produtos/spp/v12n03/v12n03_02.pdf)> . Acesso em 21 fev. 2010.

MARIGHELLA, C. **Alguns aspectos da renda da terra no Brasil**. Revista Estudos Sociais, 1958. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/marighella/1958/renda/index.htm>>. Acesso em 21 fev. 2010.

MARTINS, J.S. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. O “abril verde” do outro lado do MST. **O Estado de São Paulo**. 6 maio 2007. Sessão Aliás, p.J5.

\_\_\_\_\_. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro. Tomo II. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

\_\_\_\_\_. **Trabalho estranhado e propriedade privada: manuscritos econômico-filosóficos**, São Paulo, Boitempo Editorial, 2004.

MENDONÇA, S. R. **A questão agrária no Brasil: classe dominante e agricultura**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MOREIRA, Roberto José. Renda da natureza e territorialização do capital: reinterpretando a renda da terra na competição intercapitalista. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Buenos Aires: CLACSO, p. 89-111, jul.1995. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quatro/moreira4.hm>>. Acesso em: 31 mar. 2008.

\_\_\_\_\_. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MOREIRA, R. A geografia serve para desvendar máscaras sociais (ou para repensar a geografia). **Território Livre**, São Paulo, n. 1, 1979.

OLIVEIRA, A.U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1995.

\_\_\_\_\_. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A.U.; MARQUES, I.M. (Orgs). **O campo no século XXI: o território de vida, de luta e de construção de justiça social**. São Paulo: Casa Amarela, 2004. p. 29-70.

\_\_\_\_\_. **Agrocombustíveis e produção de alimentos**. MST, 23 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=5310>> Acesso em: 15/05/2008.

\_\_\_\_\_. **Modo capitalista de produção e reforma agrária**. São Paulo, Labor, 2007.

\_\_\_\_\_. **Agricultura brasileira: transformações recentes**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. Agricultura e indústria no Brasil. **Revista Campo-Território**. Uberlândia: UFU, v. 5, n.10, p. 5-64, ago. 2010. Disponível em <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewissue.php>>. Acesso em 23 out. 2010.

PADIS, P.C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PARANÁ. Ministério Público do Estado do Paraná. **Usina Central do Paraná recebe multa de 10 milhões de reais**. Curitiba, MPP, 2009. Disponível em <<http://www.mp.pr.gov.br/search.php?query=usina+central&action=results>>. Acesso em 16 nov. 2010.

PARANHOS, S.B. (org.). **Cana-de-açúcar: cultivo e utilização**. Campinas: Fundação Cargill, 1987.

PASTORAL DA CRIANÇA. **Projeto piloto da pastoral da criança ajuda Florestópolis**. Curitiba, 2008. Disponível em <[http://www.pastoraldacrianca.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=433:projeto-piloto-da-pastoral-da-crianca-ajuda-florestopolis&catid=59](http://www.pastoraldacrianca.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=433:projeto-piloto-da-pastoral-da-crianca-ajuda-florestopolis&catid=59)>. Acesso em 20 abr. 2010.

PAULINO, E.T. **O Limite das Cercas: Desdobramentos da apropriação capitalista da terra e as estratégias da exploração familiar em Presidente Prudente**, Dissertação (Mestrado). Presidente Prudente: UNESP-FCT, 1997.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Unesp, 2006.

\_\_\_\_\_. O campo brasileiro no cenário da matriz energética renovável: notas para um debate. In: **Terra Livre**, Presidente Prudente: Ano 23, v. 2, nº.29, p.95-114. Ago.Dez, 2007. Disponível em <[http://www.agb.org.br/files/TL\\_N29.pdf](http://www.agb.org.br/files/TL_N29.pdf)> Acesso em 20 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Produção de alimentos e biocombustíveis: a quem beneficia? In: **Revista Formação**. Presidente Prudente: n.15 volume 2, p.189-226. Disponível em: <[http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/n15v2/25\\_debate.pdf](http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/n15v2/25_debate.pdf)> Acesso em: 12 Mar. 2010.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R.A. **Terra e Território: a questão camponesa e o capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PORECATU. **A cidade de Porecatu**. Disponível em: <<http://www.porecatu.pr.gov.br>>. Acesso em: 21 jun. 2008.

PORTO-GONÇALVES, W.C. Outra verdade inconveniente – a nova geografia política da energia numa perspectiva subalterna. **Universitas Humanística**, Bogotá, nº. 66 jul.-dez, p. 327-365, 2008. Disponível em <[http://www.javeriana.edu.co/Facultades/C\\_Sociales/universitas/66/14porto.pdf](http://www.javeriana.edu.co/Facultades/C_Sociales/universitas/66/14porto.pdf)> Acesso em 02 jan. 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PINAZZA, L.A.; ALIMANDRO, R. Brasil açúcar e álcool: a era da emancipação. **Agroanalysis**. Rio de Janeiro: FGV, v. 20, n. 03, p.14-20, mar. 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROSS, J. **Ecogeografia do Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

REPÓRTER BRASIL. **Mais de 200 cortadores são resgatados em usina de Porecatu**. Repórter Brasil – Agência de Notícias. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1407>>. Acesso em: 20 out. 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 2006.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Ed. Record, RJ. 2004.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001

SANTOS, Régis R. A territorialização do capital e as relações camponesas de produção. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária. v. 2, n.3, p. 40-54, fev. 2007. Disponível em: <[www.campoterritorio.ig.ufu.br/include/getdoc.php?id=134&article=86&mod=e=pdf](http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/include/getdoc.php?id=134&article=86&mod=e=pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2008.

SEPULCRIL, O.; GROXCO, M. Competição econômica entre a mandioca e a cana-de-açúcar no Paraná. **Revista CERAT**. Botucatu: Unesp, 2007. Disponível em: <<http://64.233.169.132/search?q=cache:zBbW0HZFIFkJ:www.cerat.unesp.br/revistarat/volume3/artigos/117%2520Odilio%2520sepulcri.pdf+competi%C3%A7%C3%A3o+economica+entr+a+mandioca&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br>> Acesso em: 12 jul. 2008.

SERRA, E. Noroeste do Paraná: o avanço das lavourtas de cana e a nova dinâmica do uso do solo nas zonas de contato arenito-basalto. **Campo-Território**. Uberlândia: UFU, v.5, nº. 9, p. 89-111, 2010.

SHIKIDA, P. F. A. **A dinâmica tecnológica da agroindústria canavieira do Paraná: estudos de caso das usinas Sabarálcool e Perobálcool**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

SHIKIDA, P.F.; RISSARD JR. D. J. A agroindústria canavieira do Paraná pós-desregulamentação: uma abordagem neoschumpeteriana. **RER**. Rio de Janeiro: vol. 45, nº 02, p. 445-473, abr/jun 2007.

SILVA, Joaquim Carvalho da. **Terra roxa de sangue: a Guerra de Porecatu**. Londrina: EDUEL, 1996.

SILVA, O. H. **A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná**. Curitiba, Rosa de Bassi, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de Álcool”. **Agrária**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 2-39, 2005. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/cerest/publicacoes/mar-cana.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2008.

\_\_\_\_\_. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Unesp, 1999.

\_\_\_\_\_. Produção de alimentos e agrocombustíveis no contexto da nova divisão mundial do trabalho. **Revista Pegada**, v. 9, n. 4, p. 3-19, 2007. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA%209%201/04-9-1-MariaAparecidaMoraesSilva.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2009.

SILVA, C.R.L., CARVALHO, M.A. Biocombustíveis e insegurança alimentar. **Análise e Indicadores do Agronegócio**. São Paulo: IEA, v.2, n. 7, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?codTexto=9022>>. Acesso em: 31 mar. 2009.

SORRE, M. **Geografia**. São Paulo, Ática, 1984.

SOUZA, Marcos Antonio de. **A territorialização do agronegócio canavieiro no norte do Paraná: estudo de caso**. 2008. 125 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) Universidade Estadual de Londrina – UEL, 2008.

\_\_\_\_\_. A dinâmica territorial do agronegócio canavieiro e o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar: notas para um debate. **Campo-Território**. Uberlândia: v. 5, n.º. 10. p.148-167, 2010. Disponível em <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewissue.php>>. Acesso em 25 set. 2010.

SZMRECSÁNYI, Tamás J. M. K. **O Planejamento na Agroindústria Canavieira no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1979.

THOMAZ JUNIOR, A. **As formas de controle social do capital agroindustrial canavieiro sobre o trabalho na região de Presidente Prudente**. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/controle-social-capital-agroindustrial-canavieiro/controle-social-capital-agroindustrial-canavieiro.shtml>>. Acesso em: 15 out. 2009.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais os nós da cana: a relação capital-trabalho e o movimento sindical**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002

\_\_\_\_\_. Por uma cruzada contra a fome e o agrohidronegócio – Nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **Revista Pegada**.

v. 9, n. 1, 2008. Disponível em  
<<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA%209%201/02-9-1-ThomazJr.pdf>>  
Acesso em 19 dez. 2009.

\_\_\_\_\_. “Leitura” geográfica e gestão política na sociedade de classes. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n.º. 24, p.31-48, 1998. Disponível em  
<[http://www4.fct.unesp.br/thomaz/Fotos%20Tese/Tese\\_Livre%20Docencia/Textos/VOL2\\_Final/arquivos\\_PDF\\_v2\\_impress%E3o/Texto%201-V%202-final.pdf](http://www4.fct.unesp.br/thomaz/Fotos%20Tese/Tese_Livre%20Docencia/Textos/VOL2_Final/arquivos_PDF_v2_impress%E3o/Texto%201-V%202-final.pdf)> Acesso em 20 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Agronegócio alcoolizado e culturas em expansão no pontal do Paranapanema! Legitimação das terras devolutas/improdutivas e neutralização dos movimentos sociais**. Presidente Prudente: UNESP, 2007. Disponível em < [http://www4.fct.unesp.br/thomaz/CEGeT-08/Agronegocio%20Alcoolizado%20\\_2\\_.pdf](http://www4.fct.unesp.br/thomaz/CEGeT-08/Agronegocio%20Alcoolizado%20_2_.pdf)>. Acesso em 21 jul. 2009.

THOMAZ JÚNIOR, A.; VALÉRIO, V. M. **Do prato ao tanque. A expansão da agroindústria canavieira, a reforma agrária e a soberania alimentar em questão: o caso de Flórida Paulista**. Presidente Prudente: UNESP, 2009. Disponível em < <http://www4.fct.unesp.br/ceget/A14.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2010.

UNICA. **Setor Sucroenergético**. São Paulo: 2010. Disponível em  
<<http://www.unica.com.br/content/show.asp?cntCode={6ED1BE65-C819-4721-B5E7-312EF1EA2555}>>. Acesso em 15 set. 2010.

VOLZ, H.L.; PEREIRA, S.R.; SHIKIDA, P.F.A. **Notas e considerações sobre o alcooduto no Paraná**. Toledo: Sober, 2007. Disponível em  
<<http://www.sober.org.br/palestra/9/23.pdf>>. Acesso em 15 ago. 2010.

YOSHINAGA, E.M.S. **As políticas de exploração da cana-de-açúcar no Brasil: da ocupação colonial à produção sucroalcooleira**. Dissertação (mestrado). São Paulo, Universidade São Marcos, 2006. Disponível em:  
<[nourau.smarcos.br/document/?down=274](http://nourau.smarcos.br/document/?down=274)>. Acesso em: 10 jun. 2009.

WAACK, R.S; NEVES, M. F. **Competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar**. São Paulo: EMBRAPA, 1998. Disponível em  
<[http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Vol\\_V\\_CANAparte1\\_000fxg2yfra02wyiv80soht9hnddhjbd.pdf](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Vol_V_CANAparte1_000fxg2yfra02wyiv80soht9hnddhjbd.pdf)>.

WESTPHALEN, M. C.H. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.